

MARIA CELESTINA
TEIXEIRA MENDES TORRES



PIRACICABA NO SÉCULO XIX

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

Maria Celestina Teixeira Mendes Torres

nasceu em Piracicaba, Estado de São Paulo, em 08 de julho de 1910.

Filha do Dr. Octávio Teixeira Mendes e Leonina Marques Mendes, foi a 4ª de uma série de 13 filhos, dos quais 8 mulheres e 5 homens.

Sempre foi muito amorosa com os pais, generosa com os sobrinhos e parentes que gostava de acolher em sua casa, muito determinada nos estudos e particularmente exigente consigo mesma.

Formou-se na antiga Escola Normal de Piracicaba, depois Escola Sud Mennucci, famosa pelo seu modelo educacional. Iniciou a carreira no magistério como professora primária e em 1932 participou da Revolução Constitucionalista ao lado do pai e quatro irmãos, realizando trabalhos de enfermeira no front (Vale do Paraíba).

Tornou-se professora primária comissionada junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde fez o curso de Geografia e História, entre 1935-1938, integrante da segunda turma.

Casou-se com o Sr. Nelson Torres e teve uma única filha, Marília.

Depois de licenciada continuou a prestar serviços junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a princípio como 3ª assistente de Psicologia Educacional, depois junto à cadeira de História Moderna e Contemporânea e

Homenagem à
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres

PIRACICABA NO SÉCULO XIX

Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Piracicaba – SP
2009

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

Rua do Rosário, 781 - 13.400 - 180

Telefone - (19) 3434-8811

E-mail - ihgp@ihgp.org.br

DIRETORIA (2008 - 2010)

Presidente - Pedro Caldari

Vice-presidente - Marly Therezinha Germano Perecin

1º. Secretário - Waldemar Romano

2º. Secretário - Toshio Iczuca

1º. Tesoureiro - Vitor Pires Vencovsky

2º. Tesoureiro - João Umberto Nassif

Orador - Gustavo Jacques Dias Alvim

Diretor de Acervo - Francisco de Assis Ferraz de Mello

SUPLENTES

Elias Salum

Noedi Monteiro

Renato Leme Ferrari

CONSELHO FISCAL

Antônio Altafin

Antônio Carlos Neder

Geraldo Claret de Mello Ayres

SUPLENTES - CONSELHO FISCAL

Flávio Rizollo

Timótheo Jardim

Homenagem à
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres

PIRACICABA NO SÉCULO XIX



EQUILIBRIO
e d i t o r a

Apoio:



PIRACICABA
Prefeitura do Município
Ação Cultural
Secretaria Municipal

Secretária de Ação Cultural
Prefeitura Municipal de Piracicaba

Copyright © Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba

T693p

Torres, Maria Celestina Teixeira Mendes

Piracicaba no século XIX / Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. -
Piracicaba, SP: Equilíbrio: Instituto Histórico e Geográfico - IHGR, 2009.
296p. 15cm.

Publicado com apoio da Secretaria de Ação Cultural de Piracicaba.

ISBN: 978-85-61237-21-9

1. Piracicaba - História. 2. Piracicaba - Séc. XIX - História. I. Instituto
Histórico e Geográfico de Piracicaba. II. Secretaria de Ação Cultural de
Piracicaba. III. Título.

CDU: 981.612PI



Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba
Piracicaba – SP
2009

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Equilíbrio Editora Sociedade Ltda

DIREÇÃO
Carlos Terra
Gustavo Alvim

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Thais Alves dos Santos

CAPA
Genival Cardoso

FICHA CATALOGRÁFICA
Rosângela Aparecida Lobo (CRB8 - 7500)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Printfit Soluções

MENSAGEM DA EDIÇÃO DE 2003

Festividades populares e tradicionais, de cunho religioso, social, turístico e cultural, intensa atividade produtiva, econômica e artística, respeitada representação política e privilegiada localização geográfica. Esses aspectos, associados à perseverança, à hospitalidade e à sensibilidade de seu povo, fazem de Piracicaba uma cidade reconhecidamente importante no cenário nacional.

Com todas essas particularidades, a história de Piracicaba só poderia ser mesmo rica de valores a cada detalhe. História que, neste momento, se enriquece mais ainda com a edição da Série de Ouro, uma iniciativa do IHGP - Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba que abrange o lançamento de 200 livros e revistas sobre a trajetória de nossa cidade.

É de extrema importância ressaltar que esta iniciativa se concretiza graças a convênio estabelecido entre a Secretaria Municipal da Ação Cultural e o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, determinado pela Lei nº 2.160, de 18 de dezembro de 1974.

Seu primeiro volume, Piracicaba do Século XIX, de autoria de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, inaugura um processo de alto significado: o firme propósito de afirmarmos a rememoração da nossa querida Piracicaba.

Parabéns ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, por esta brilhante iniciativa, e ao povo piracicabano por mais esta grandiosa conquista.

Secretaria Municipal da Ação Cultural

REIMPRESSÃO

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, em consonância com os seus objetivos estatutários, tomou a decisão de, sem prejuízo da edição de trabalhos inéditos, reimprimir alguns livros, publicados anteriormente por esta mesma entidade, e que se encontram esgotados. São obras valiosas de autores consagrados e renomados, que pesquisaram a história de Piracicaba com acuidade e competência, e cujos textos resultantes dessa dedicação tornaram-se fundamentais não só para os que querem simplesmente conhecer a história de Piracicaba, mas, também e sobretudo, para historiadores, professores, pesquisadores que encontram fontes para seus estudos e trabalhos acadêmicos.

São sete os livros ora publicados, com o apoio da Prefeitura Municipal de Piracicaba por meio da Secretaria de Ação Cultural, a saber:

História de Piracicaba em Quadrinhos, 1º e 2º volumes, de Leandro Guerrini (1970);

A Vila e seus Vilões, de Alcides Aldrovandi (1991);

Manual de História Piracicaba, de Guilherme Vitti (1966);

A Síntese Urbana, de Marly Therezinha Germano Perencin (1989);

Piracicaba no Século XIX, de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (2003);

História da Fundação de Piracicaba, de Mario Neme (1974).

Não se trata de uma segunda edição, mas, sim, de uma reimpressão, com uma revisão mínima, para pequenas e necessárias correções, sem qualquer alteração no seu conteúdo.

Há outros autores e respectivas obras, que, certamente, merecerão também essa atenção e reconhecimento. A Comissão de Publicações do IHGP está trabalhando no sentido de selecioná-las, para propor a republicação futuramente.

SUMÁRIO

9	APRESENTAÇÃO	
11	PREFÁCIO	
19	HISTÓRIA DE PIRACICABA NO SÉCULO XIX	
23	I DAS ORIGENS DE UM POVOADO À CATEGORIA DE VILA	
39	II VILA NOVA DA CONSTITUIÇÃO E SEUS PROBLEMAS	
89	III A CIDADE DE PIRACICABA NO SÉCULO XIX	
	1. As comunicações com Mato Grosso e a Guerra do Paraguai.....	89
	2. Constituição e a Guerra do Paraguai.....	100
	3. Outras Estradas.....	110
	4. Os Partidos Políticos.....	118
	5. Educação.....	137
	6. A Expansão Urbana.....	172
	7. Os Grandes Melhoramentos Urbanos....	187
209	IV PIRACICABA NO FIM DO SÉCULO XIX	
	1. Aspectos Gerais.....	209
238	BIBLIOGRAFIA	
244	ABREVIATURAS	

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Foi com enorme satisfação que aceitei o convite do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba na pessoa de seu atual presidente, Sr. Haldumont Nobre Ferraz, para ler e apreciar a obra ainda inédita da ilustre historiadora Profa. Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, cuja contribuição para o conhecimento histórico de Piracicaba tem sido grandiosa.

Piracicaba no século XIX se constitui, sem dúvida, numa obra do maior interesse, pois releva as mudanças gerais e as particulares desta cidade tão importante em sua participação e atuação em todos os momentos significativos da história brasileira.

O século XIX trouxe no seu bojo as sementes das mudanças estruturais sociais, políticas e econômicas fundamentais que conduziram as cidades para um desenvolvimento irreversível; da agricultura de exportação para a agroindústria e indústrias diversificadas (metalurgia, têxtil), comércio e sistemas bancários propiciando, não sem dificuldades, investimentos iniciais em serviços básicos e educação, que a autora nos conta com riqueza de detalhes.

Ao chegar ao final, o século XIX deixa uma cidade florescendo com seus melhoramentos urbanos, contradições sociais e muita riqueza histórica de seus filhos e daqueles que de longe vieram aqui viver e também trabalhar crescendo junto com a urbe que os acolheu, italianos, portugueses e espanhóis de início e, mais tarde, tantos outros imigrantes igualmente significativos.

Esta obra representa em síntese, um elo indispensável para todos aqueles que se interessam em conhecer a história de Piracicaba, já que, por ser terra profícua em talentos estudiosos de sua trajetória com obras riquíssimas, desde seu início até os dias atuais, acumula nomes e trabalhos da melhor qualidade.

Antes de finalizar, junto-me à autora para salientar a tão bem lembrada contribuição de velhos mestres de História e Literatura como Thales de Andrade, Dr. Antonio Pinto e Acácio de Paula Ferreira e também professores da FFCL, da Universidade de São Paulo, Fernand Braudel, cuja presença nesta pesquisa inovou a historiografia de Piracicaba, lembrando também Pierre Monbeig, geógrafo e professor, além de Affonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr., que com as homenagens da autora insere a historiografia piracicabana numa nova metodologia sem as exclusões tradicionais, o que também constitui o pensar da historiadora Marly Therezinha Germano Percin que junto com a autora deste completam um conjunto de conhecimentos e obras das mais relevantes sobre Piracicaba e região.

Para finalizar, este livro será de grande valia para os leitores interessados em conhecer melhor sua cidade e assim continuarem convivendo como cidadãos orgulhosos de seu dinamismo e presença destacada em nossa História.

Piracicaba, 24 de julho de 2002.
Maria Inês Alves Borges de Andrade

PREFÁCIO

Para ler e compreender *Piracicaba no século XIX*, da historiadora Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, dona Mariinha, torna-se necessário uma prévia conversa entre amigos. Não é outra a intenção que me leva à abertura do diálogo, justamente porque conhecer o universo da autora e a ênfase de quem fala sobre ela são os nexos complementares e introdutórios ao pensamento a ser expresso.

MARIA CELESTINA TEIXEIRA MENDES TORRES E FERNAND BRAUDEL

A diferença de idades não era grande, apenas oito anos. Ele era o jovem professor francês, um dos convidados para introduzir a cadeira de História Moderna na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da recém criada Universidade de São Paulo (USP). Já lecionara em outros centros culturais do mundo e casara-se com uma jovem aluna que o acompanhou ao Brasil. – Não era sem infundada experiência que ele sempre aconselhava cautela aos jovens professores – contou-me dona Mariinha.

Porém, os seus biógrafos reconhecem a sua excessiva discrição em todos os passos da sua vida particular, tanto nos momentos de realização pessoal e acadêmica, como naqueles de aflição e perigo. Parece que o brilho da sua inteligência e compreensão da vida lhe permitiam certa couraça de impassibilidade, duramente testada nos cinco anos de cárcere no campo nazista de concentração, onde chegou a dar aulas, a ser respeitado e onde escreveu parte da sua obra máxima: *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris, A. Colin, 1976).

A mesma impassividade ele revelou em diversas oportunidades no Brasil. Dona Mariinha descreveu-me uma delas, ocorrida

num inocente domingo em que o mestre perdeu-se na mata da Serra da Cantareira, para extrema aflição de quem o convidara. O irmão dela, Augusto, era o agrônomo Diretor do Horto Florestal, onde residia e Braudel fora o ilustre convidado para o almoço da família Teixeira Mendes. Inexplicavelmente Braudel decidiu-se por um passeio solitário nos arredores da casa, perdeu-se do caminho de volta, por achar-se envolvido na contemplação das espécies vegetais, das curiosidades do relevo e do canto exótico dos pássaros brasileiros. Acionada a equipe do Horto, depois de intensa busca, foi encontrado, felicíssimo com as descobertas interiores e exteriores, deixando encantados a todos com seu magnetismo intelectual e pessoal.

Professor brilhante, uma das glórias da Sorbonne, foi aluno de outro mestre igualmente brilhante, Lucien Febvre – ambos se tornaram revolucionadores dos métodos da História, pioneiros do pensamento francês da chamada História das Mentalidades. O impulso inicial fora dado pelo mestre, dentro do grupo de intelectuais da revista *Annales* que adquiriu grande repercussão no mundo acadêmico, a partir de 1948, quando a Europa se recuperava da guerra. Ali se incubou o espírito da História Nova – conhecimento inovador a ser transmitido pelas vias do ensino, da erudição, da pesquisa e da discussão em grupo. Com Braudel acelerou-se o impulso à *Nouvele Histoire*, essencialmente dialética, analítica e sintética dos processos históricos globais. De 1956 a 1969, Braudel tornou-se o principal fomentador desta *Nouvele Histoire*, também conhecida por *Histoire des Annales*.

Jacques Le Goff (*Nouvelle Histoire*, 1978) reconhece haver sido a mais fecunda das descobertas dos pioneiros da História Nova, a história dos períodos de longa duração, onde se escolhem como referenciais as técnicas de produção, os costumes ou as mentalidades, as atitudes perante os problemas fundamentais da vida, trabalho, poder, morte.

Elias Thomé Saliba, historiador da USP, comenta que a História Nova introduziu um diálogo privilegiado com as outras ciências, dilatou desmesuradamente o campo da História e abriu inusitadas perspectivas à metodologia científica. O seu principal objetivo é atingir uma História com H maiúsculo, classificadora da grande experiência vivida pelo Homem. Soube capturar a dialética

dos tempos, do tempo geológico, do tempo econômico ou social e do tempo individual, tornando-se o instrumento para compreender os ritmos mais profundos de uma história global⁽¹⁾.

Compreende-se por que nem sempre Braudel contou com a adesão incondicional daqueles que o rodeavam. Quando atingido pelas farpas da incompreensão, invariavelmente lançava a mesma advertência: É preciso pensar grande, se não de que a História⁽²⁾?

O que Maria Celestina Teixeira Mendes Torres afirma e repete sobre a área do conhecimento que abraçou por toda a vida? A História é sempre a História do Homem.

DISCÍPULOS BRAUDELIANOS

Dona Mariinha contou-me com riqueza de detalhes o episódio que marcou a sua vida e decidiu o seu futuro, em 1935, assegurando o seu ingresso no mundo acadêmico. Professorinha primária, retornava nos fins de semana para a casa da família, em Piracicaba, quando o Dr. Octávio Teixeira Mendes, seu pai, a esperava ansioso, com a informação de que os exames seletivos para a Universidade de São Paulo iam se realizar brevemente e que ela deveria prestá-los no ano entrante. Assunto resolvido, não cabia discussão.

Já em São Paulo, no dia apazado, dirigiam-se à famosa Casa Sloper, onde o pai lhe comprou o belo chapéu que devia combinar com as suas luvas e sapatos, completando a toilette com que deveria comparecer, devidamente trajada ao seu exame vestibular. Passou e como fazia questão de confessar, com os conhecimentos adquiridos na famosa Escola Normal de Piracicaba.

Ingressava como aluna da segunda turma da USP no Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Foi quando conheceu Braudel, o mais brilhante dos historiadores que a França enviou ao Brasil. As aulas eram em francês, no estilo da Sobornne, concorridíssimas. A aluna desenvolveu seu método de

(1) Cf em *Caderno 2 / Cultura. D4 O Estado de São Paulo*, ed. Domingo, 25 de agosto de 2002

(2) *Idem*

trabalho. Transcrevia a matéria anotada em sala de aula, preparando um conteúdo de disciplinas de duas páginas. De um lado a exposição de Braudel (página esquerda), de outro, os apontamentos extraídos de diversos autores consultados para melhor adequação cronológica dos eventos históricos seguidos de comentários. Certa vez, Braudel tomou-lhe o caderno e exclamou: *“C’est parfait. Também me contou que estudava muitíssimo para as provas, mas que apesar do esforço, Braudel assim se expressara sobre ela: C’est la plus intelligent et la plus pareuese!”*

Excetuando-se as severidades gaulesas e as cobranças sobre a atividade dos estudantes da jovem universidade paulista, dona Mariinha tornou-se a sua aluna predileta a ponto de nunca deixar de chamá-la por “*ma petite Marie*”. Ela retribuiu-lhe com fidelidade às idéias do mestre, praticando no magistério, na pesquisa e nos seus trabalhos, lendo e relendo as suas obras no original, com particular devoção ao *Méditerranée*... *“Ah, os tempos de Braudel – repetiu-me inúmeras vezes, com olhos brilhantes.*

Se Braudel foi o maior discípulo de Le Febvre, Maria Celestina Teixeira Mendes Torres foi a maior discípula de Braudel na Universidade de São Paulo. Divide o mérito com outro colega, Odilon Nogueira de Mattos, o grande historiador (USP e PUC) que vive em Campinas. Tive a grande felicidade de haver sido aluna de ambos, é por isto que me gabo de possuir mãe e pai metodológicos. Eu a conheci como sua aluna, aqui na Sud Mennucci, em 1950, ela recém-chegada da USP, onde trabalhara com Emília Viotti e Sérgio Buarque de Holanda. Causou impacto pela elegância, inteligência e pela transformação sobre a metodologia do ensino da História. Muitos anos passados, desabafei sobre o quanto ela me forçava a estudar e o quanto dos meus sentimentos e ansiedades foram investidos nas pesquisas sobre os temas que nos propunha em sala de aula. Por resposta obtive uma afirmação pronta e seca, valendo-me por censura. *“Não tenho nenhum pingo de remorso!”* *“Claro, dona Mariinha, - balbuciei humilde.*

Prof. Odilon Nogueira de Mattos, eu vim a conhecer em 1965, como Professor de História do Brasil na PUC de Campinas. É o autor do clássico *“Café e Ferrovias. A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira”* (1ª edição de 1974 pela Alfa-Omega) e o coordenador da importante revis-

ta Notícia Bibliográfica e Histórica da PUC Campinas, que já se encontra no Ano XXXV sob o nº 191. Certa vez, chocou-se ao ver-me de luto no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, revelando o seu lado mais humano. Tentando aliviar-me a dor inconsolável, emocionado segurou-me a mão e disse brandamente que gostaria de haver sido o meu pai nesta vida. Tive forças para responder-lhe que, de certa forma, ele o era. Anos mais tarde, meu querido professor foi membro constituinte da banca examinadora, perante a qual defendi a minha tese na Universidade de São Paulo.

Prof. Odilon e dona Mariinha marcaram a minha vida para sempre, ela pelo método de pesquisa, ele pela erudição e abrangência bibliográfica, ambos pelo zeloso compromisso com a ciência, pela construção de uma História com H maiúsculo como desejava Braudel. Adeptos de uma história cultural que se revela nos modos de ser, pensar, sentir, fazer e saber do homem em sociedade.

A MESTRE E A ALUNA

Ainda me recordo do respeito quase religioso com que adentrei a Escola Sud Mennucci em 1971 para assumir, como professora efetiva, a Cadeira de História e da alegria que senti, durante uma certa aula, quando observei pela janela a mestra caminhando na rua São João. Finalmente retornara a Piracicaba depois de uma longa permanência na cidade de Campinas.

Nossos primeiros encontros eram formais e a razão era simples: uma mestra não podia lembrar-se prontamente da estudante adolescente dos anos de 1950 e 51 do curso ginásial. Idêntica experiência ocorre com meus ex-alunos; só depois das primeiras palavras ou de um traço fisionômico que se destaca, ocorre a revelação, a lembrança. Estímulo e resposta. Como indicador e referencial, na primeira conversa, disse-lhe ser aquela que obtivera a nota 10 no exame escrito sobre o tema (arrasador para a classe) da Maçonaria no Brasil. Sempre fiz questão de contar que aquela avaliação foi a mais difícil da minha vida, valendo por compensação o fato de ser o 10 mais gostoso e inesquecível. Mas, qual foi a reação da mestra? Apenas um leve sorriso e por resposta a frase:

—Você chegou onde devia estar, portanto não me enganei com a nota. Amigos me contaram que ela me apontava com orgulho e alegria maternal, dizendo que eu era a sua sucessora. Jamais! Apenas a aluna que a substituíra.

Perdoe o leitor, estas são observações quase confidenciais de quem um dia se tornou a sua íntima amiga, sem deixar de ser a admiradora. A verdadeira aproximação ocorreu com a oportunidade oferecida pela Associação dos Ex-alunos, Ex-professores e Amigos da Escola Sud Mennucci, de cuja ruína material em seu edifício físico, desejávamos salvar. Foi a primeira a atender a convocação pela imprensa, colaborando ativamente em todos os passos, até a restauração final.

A vida nos aproximou. Choramos em diferentes datas a perda dos nossos entes mais queridos. A dor aumenta a compreensão, vai aplainando as diferenças. Quando dona Mariinha perdeu sua filha, Marília, ela entendeu-me melhor, essa era a única lição de vida em que eu lhe tivera precedência. Não me esquecerei do seu olhar, da sua serena dignidade, quando fui ao seu encontro, alguns dias depois. Tomei coragem e lhe pedi permissão para chamá-la de mãe. A confirmação foi imediata e contou com a aprovação da irmã, dona Sinhá.

Sempre me dou conta da rara felicidade que é possuir pais biológicos, minha mãe que me ensinou a ler, meu pai que me despertou o amor pelo rio Piracicaba, e também meus pais metodológicos que me desvendaram os segredos da pesquisa e me introduziram na técnica da organização textual da história.

A HISTORIADORA E SEU OFÍCIO

Ítalo Calvino em *As Cidades Invisíveis* defende que todas as cidades têm um código interno, um fio condutor em seu discurso, uma perspectiva lançada em desafio à voracidade dos tempos. A idéia vem a calhar para Piracicaba, principalmente pelo texto emblemático: “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas⁽³⁾”.

(3) Ítalo CALVINO. *As Cidades invisíveis*, p.46

Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, ao tentar capturar a dialética dos tempos piracicabanos oferece uma síntese interessantíssima da dimensão sócio-econômica da cidade no século XIX e, como o seu Braudel, revela-se particularmente atenta com a história do homem, no individual e no coletivo, à luz da documentação que levantou. É zelosa em não distorcer o que chama de “realidade”, nem perder-se na tecitura da trama (a “malha”) que sustenta a narrativa histórica. Por produto? — “É a alma da Cidade que se revela. Cada casa, cada caminho que se conserte, cada rua que se abre, cada instituição que se funda é um coração que pulsa e vive” — é o que ele afirma na página 98 da obra.

A intenção da autora manifesta no Prefácio era fazer deste texto sobre Piracicaba no século XIX, uma introdução ao estudo da história da Escola Normal Oficial de Piracicaba, depois Sud Mennucci, instituição a que permaneceu ligada como aluna e professora. Infelizmente, a vida não lhe permitiu efetivar o projeto. Lembro-me que na década dos anos oitenta, já havia preparado o texto original que datilografava na sua pequena máquina de escrever sobre a penteadeira do quarto. Foram tantas as dolorosas interrupções por falecimento do esposo, seu Nelson, da filha Marília, irmãos e irmãs ou por problemas de natureza doméstica que abalavam a sua paz, cerceando-lhe a produção, que a obra permaneceu faltante de acabamento e aprimoramento textual.

Tentamos estruturar alguns parágrafos, outros tempos verbais, acrescentamos alguns rodapés, num esforço de assessorar a obra, mas sem interferir em nenhum dos seus objetos. O propósito original permanece intacto por fidelidade às idéias da autora, tudo é fruto do mérito da grande historiadora. O trabalho correu riscos por duas décadas e foi salvo providencialmente pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba que se empenha nestes resgates preciosos, a exemplo do que fez, recentemente com outra obra, a do notável escritor piracicabano e homem de ciência do Brasil, Francisco de Assis Iglesias, as *Memórias de um Agrônomo*.

Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, com a sua natural bondade, franqueava a sua biblioteca a muitos visitantes, não guardava os nomes nem os respectivos endereços. Monografias preciosas chegaram a desaparecer das suas estantes, inclusive o Monte Alegre e o Conselheiro Costa Pinto. Em que mãos esta-

rão? Que perda! Com relação ao trabalho *Piracicaba no século XIX* parecia haver desanimado de publicar. Talvez nem suspeite do seu próximo lançamento, uma realização do IHGP, instituição que permanece fiel ao seu projeto de fundação, exclusivamente devotado à produção cultural de Piracicaba, sem desfrutar de nenhum interesse de ordem material – basta dizer que todos os seus membros trabalham gratuitamente e o fazem desinteressadamente por amor a Piracicaba.

Através do seu Presidente, Haldumont Nobre Ferraz, o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba assume a publicação desta obra valiosa e se prepara para entregá-la aos estudiosos, pesquisadores e admiradores da História. A autora reside atualmente em Campinas, próxima da única irmã, cercada dos cuidados necessários a sua idade propecta. Permanece culta e nimbada da serenidade própria daqueles que amaram verdadeiramente e fizeram da vida uma missão de paz. Não pretendo comentar o conteúdo do trabalho, cujas principais coordenadas se encontram na introdução feita pela autora. Basta lembrar que ali se situam inúmeras respostas que a cidade de Piracicaba pode oferecer aos que buscam o sentido da sua evolução ou significado para as suas conjunturas. A partir de agora, este livro passará a ocupar uma posição excepcional na historiografia piracicabana.

Como filha e discípula, beijo-lhe novamente as mãos.

Marly Therezinha Germano Percin

HISTÓRIA DE PIRACICABA NO SÉCULO XIX

Maria Celestina Teixeira Mendes Torres

INTRODUÇÃO

Tentando escrever uma Pequena História de Piracicaba, qual seria o melhor plano, o melhor roteiro para não esquecer detalhes importantes, ou para não ficar a repetir o que já foi dito por autores que conhecem melhor o assunto?

O importante, parecia-nos, era transmitir, divulgar uma imagem mais ou menos correta do que foi esta Cidade, que nós é tão cara, às novas gerações.

Vemos a Cidade descaracterizar-se, perdendo a sua Memória, ao contrário das antigas cidades mineiras, que mantêm o velho aspecto de suas ruas íngremes, como casarões antigos, suas belas igrejas revestidas de ouro, sem deixarem, todavia, de adquirir as *novidades* trazidas pelo progresso, montadas em novos e modernos bairros, sem destruir o antigo por estar *fora de moda*, precisando ser atualizado.

Graças à preservação de seus traços antigos, as cidades históricas podem enriquecer-se com seus aspectos turísticos, ensinando às novas gerações a amar o que lhes pertence.

Partindo das origens de Piracicaba, poderíamos rever a vida do povoado sob o aspecto sócio-econômico, seus fundamentos rurais, primeiro, até atingir uma fase nitidamente urbana, a que se acrescentarão novos traços de técnica e cultura quando os latifundiários tiverem deixado as lides rurais para se transformarem em modernos empresários. Ou, analisar a antiga Vila Nova da

Constituição através dos interesses de seus primeiros povoadores, às vezes mais interessados em benefícios pessoais – benefícios esses que também redundariam em vantagens para a vila –, do que propriamente em benefícios à comunidade.

Outras alternativas agitaram nossa mente, tornando o problema cada vez mais apaixonante, exigente e urgente, sem conseguirmos um esboço sequer que pudesse abranger os pontos essenciais para com eles elaborar uma verdadeira Pequena História da Cidade.

A nossa mente ressurgiram ensinamentos de velhos mestres de História e Literatura. De épocas diferentes, como Thales de Andrade, e os advogados Antonio Pinto e Acácio de Paula Ferreira, sábios e compreensivos. De outra época, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o professor Fernand Braudel, recentemente falecido, professor que nos deu a chave da pesquisa, que abriu a nossa mente e o nosso coração para as coisas do passado, e Pierre Monbeig, então jovem professor de Geografia, preciso nas suas exigências. E ainda os ilustres professores de História do Brasil, Affonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr. E ainda Émile Leonard, com sua História Religiosa.

Para todos eles a História é sempre a História do Homem. Do Homem e do meio que o rodeia. Uma História dos grupos humanos e suas relações entre si, o que inclui intercomunicações, rivalidades e ilusões.

Os documentos a desafiar nossa capacidade de escolher os melhores, os mais adequados, para não se distorcer a realidade. A busca. A dificuldade para encontrá-los. A urgência do tempo.

Como explicar a evolução de uma Cidade sem fazer uma obra que mais pareça uma Genealogia ou uma Cronologia, ou mesmo um estudo de Geografia?

É claro que não se pode prescindir delas, que são básicas para uma pesquisa de História, pois em torno delas, dos dados por elas fornecidos, é que poderemos tecer a malha da nossa História.

Na massa de documentos, certos itens são mais freqüentes, como os problemas relacionados com pontes, igrejas, caminhos nos primeiros tempos. Ou problemas políticos ou educacionais em outros momentos.

Talvez se possa tecer a História de algumas estradas para explicar a evolução da Cidade. As vias de comunicação não são apenas caminhos que levam mercadorias de uma cidade a outra, mas são elas que as mantêm vivas, pois pelas estradas chegam bens materiais e imateriais, idéias novas, novas formas de vida, novas técnicas, um novo surto de progresso.

É possível que um mapa das cidades paulistas do Século XIX coincida, em seu conjunto, com um mapa das vias de comunicação, pois, ao que parece, é no cruzamento das estradas que se encontram as grandes cidades.

Não chegaremos a esse mapa ambicioso, em um trabalho modesto como este, mas talvez seja a chave para outras pesquisas, de outros interessados no mesmo assunto e que possa, com mais vagar e talento, provar como a História de uma Estrada pode explicar a evolução de um povoado ou... provar exatamente o contrário.

Nesta cidade de ricas tradições, um pouco esquecidas pelas novas gerações, ou delas desconhecidas, foi fundada no fim do século XIX, uma Escola Complementar, embrião da nossa atual Escola de 1º e 2º Graus Sud Mennucci, ex-Instituto de Educação Sud Mennucci, ex-Escola Normal Oficial de Piracicaba. O presente trabalho é uma introdução ao estudo da História desta escola, esse que virá a lume após a publicação disto que aqui vai.

A nossos leitores devemos uma explicação.

Procurando situar no panorama piracicabano o nosso estabelecimento de ensino, tentamos dar uma visão do passado de nossa Cidade. Muitos assuntos foram deixados de lado para não sobrecarregar o livro com excesso de detalhes; e muitos outros aqui lembrados, já foram objeto de pesquisas cujos títulos constarão da Bibliografia final, e que foram extremamente úteis ao nosso objetivo.

I

DAS ORIGENS DE UM POVOADO À CATEGORIA DE VILA

Este é o capítulo mais conhecido, mais divulgado, da História de Piracicaba. São bem conhecidas e apreciadas as obras de Guilherme Vitti, Leandro Guerrini, Marly Therezinha Germano Percin, Mário Neme, Jair Veiga, Hélio Krähenbuhl, João Chiarini e outros, todas fruto de pesquisa séria, baseada em documentos, citados na nossa bibliografia.

Entretanto, é imprescindível lembrá-los, pelo menos em linhas gerais, quando se pretende fazer a História de uma Cidade, menos urbana do que rural, focalizando o que foi a rude lida de nossos antepassados até se chegar à atual época, de conforto e progresso⁽¹⁾.

O povoamento teve como ponto de partida a primeira sesmaria doada ainda no século XVII, pertencente ao termo da Vila de Itu, ou mais precisamente, com a doação de uma sesmaria a Pedro de Moraes Cavalcanti, que, na sua petição alegava que iria povoá-la *com toda família, de uma a outra banda do rio Piracicaba, ficando o Salto no meio (15/11/1693)*.

A história da sesmaria é mal conhecida por falta de documentação, mas outras foram distribuídas graças à picada aberta para as minas de Cuiabá, que partindo de Itu, atravessava o rio Piracicaba *abaixo do Salto, seguindo ao rio Grande pelo caminho à margem do Tietê*.

Com a descoberta das minas de ouro no Brasil Central, intensificou-se o interesse dos sertanistas e aventureiros por essa região mal conhecida.

Segundo o cronista Barbosa de Sá, citado por Silva Bruno, *ano 1720, partiram dos povoados bastantes gentes para estas con-*

quistas, embarcando em diversos comboios de canoas em Ararituaguaba, descendo o Tietê.

O primeiro grande caminho para Cuiabá, assinalado por Pascoal Moreira Cabral em 1719 – sendo instalada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1725 –, foi a via fluvial já chamada rota das monções. Revelava-se, então, o Tietê como a principal via de penetração.

Os paulistas embarcavam em Porto Feliz (Ararituaguaba) no rio Tietê e, rio abaixo, através de passos encharcados, entravam no rio Paraná, atingindo os sertões de Cuiabá, desciam o Paraná, até o rio Pardo (hoje Porto XV de Novembro) daí, subiam até suas cabeceiras, que se entrelaçam no planalto com as do Coxim, região batizada com o nome de istmo de Camapuam, varadas as canoas de uma para outra vertente rodavam o Coxim e o Taquari até sua barra, encetando, então, a subida para o Paraguai e Cuiabá⁽²⁾.

Evitamos, pois, repeti-los, embora sejam extremamente importantes para uma melhor compreensão do passado piracicabano. Nossos eventuais leitores poderão consultá-los, completando e sanando as falhas de nosso trabalho, considerando que é apenas uma pequena contribuição ao estudo de nossa Cidade.

Em as monções que, depois de descer um grande trecho do rio Paraná variavam as direções. Algumas subiam o rio Ivinheima, atingindo, por um varadouro, o rio Miranda, passando ao Rio Taquari e ao rio Paraguai, cujo afluente, o rio Cuiabá, leva a Cuiabá. Outras percorriam o rio Verde até a foz do Anhandu-Açu, e por ele alcançavam o rio Pardo até o Porto de Sanguessuga, junto do qual começa o varadouro de Camapuan, seguindo depois o rio do mesmo nome, afluente do Coxim, pelo qual as embarcações passavam aos rios Taquari e Paraguai.

Os Relatos Monçoeiros publicados pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954) dão uma idéia do que seria o transporte por via fluvial, pois muitas monções jamais chegaram a seu destino, destroçadas pelo caminho.

As rotas fluviais eram escalonadas por roças de abastecimento, pois a partida das monções dependia, muitas vezes, da colheita do milho e do feijão⁽³⁾.

A propósito do milho, o grande historiador francês, Fernand Braudel, dedica interessante capítulo sobre suas origens, com

o título *O milho, maiz*, esclarecendo muitas dúvidas concluindo ser indiscutível a sua origem americana.

Sondagens em torno da cidade do México revelaram pólen do milho fossilizado em camadas antigas de solos pantanosos, a 50 e 60 metros de profundidade.

Pesquisas arqueológicas revelaram que o milho e a mandioca existem há muito tempo no território americano, nas terras dos astecas e dos incas e no leste da América do Sul.

Espécie de planta milagrosa, o maiz cresce rapidamente e seus grãos são comestíveis, antes do seu amadurecimento, e, ainda são utilizados no fabrico de farinha o que explica o seu uso generalizado por todo o território americano.

Fazia-se necessário um caminho terrestre ligando Cuiabá e São Paulo, por onde fosse possível o escoamento de cargas e animais para abastecimento das minas.

A 23 de novembro de 1721, o governador Rodrigo César de Menezes lançou um bando, procurando uma pessoa para abrir um caminho *por terra para as minas de Cuiabá, para ficar mais fácil a todos irem e virem com cavalos e cargas com mais comodidade do que até agora experimentam pelos rios por onde navegam*⁽⁴⁾. No ano de 1726 foi concedida a Felipe Cardoso, residente em Itu, uma sesmaria *porque estava vaga muita parte de terra no porto de Piracicaba, e ele, implorante, queria situar-se no porto do rio.*

Entretanto, antes disso, Bartolomeu Paes de Abreu já representara ao Rei de Portugal, a 25 de maio de 1720, propondo a abertura de um caminho que partindo da povoação mais afastada de São Paulo, então Sorocaba, dentro de um ano atingiria as minas de Cuiabá. Este caminho, através dos morros de Botucatu, sairia pelos Campos de Vacaria, entre o rio Paraná e Serra Macaraju, para as minas cuiabanas.

Paes de Barros chegou a iniciar os trabalhos da estrada, mas não obteve o contrato. Este coube a Godinho de Lara que se comprometeu, com alguns sócios, a fazer a obra em seis meses. Este também não chegou a cumprir o contrato, cabendo a Luiz Pedroso de Barros a abertura do caminho terrestre ligando São Paulo a Cuiabá⁽⁵⁾.

Uma carta de Luiz Pedroso de Barros descreve o itinerário seguinte:

...partindo da vila de Itu, seguindo o caminho do rio Capivari, daí ao rio Piracicaba, e deste ao morro de Araraquara. Em abril de 1725 estaria traçada até as barrancas do rio Grande, a primeira estrada terrestre para Mato Grosso logo abaixo das corredeiras, em um baixo arenoso que dava perfeitamente vau durante o tempo invernos⁽⁶⁾, estrada essa que passaria por Piracicaba.

Confirmada pelo Conselho Ultramarino, a 6 de fevereiro de 1728, pelos melhoramentos já feitos na sesmaria por Felipe Cardoso, pode ser ele considerado o primeiro morador ou povoador de Piracicaba, perfeitamente documentado no livro 18 dos Offícios do Conselho Ultramarino junto ao Governo Português, Fl. 135.

Foi, pois, o tráfego, de mueres cargueiros, o sistema de transporte a levar a Mato Grosso os utensílios da civilização, como sugere Manuel Cavalcanti França⁽⁷⁾, passando pela região do índio Caiapó, às margens do Tietê, nos Campos de Araraquara cerca de 400 km, entre os morros de Araraquara e o rio Grande, extensa área onde ainda não tinham sido dadas terras de sesmaria.

A partir de então, Piracicaba seria uma *paragem no caminho de Cuiabá, mas abandonada quando uma Ordem Régia de 10 de janeiro de 1730 proibiu mais de um caminho para essa cidade, procurando, com tal medida, evitar os descaminhos do ouro. Três anos depois, a Câmara de São Paulo irá solicitar ao Rei de Portugal medidas para se vedarem as picadas que certos homens ambiciosos haviam feito para as minas de Goyases, causando notável prejuízo pela evasão do ouro.*

Com a decadência da mineração, esmaeceu a navegação fluvial de Porto Feliz a Cuiabá, passando a rota a ser usada mais para o transporte de cargas e munições.

Somente em 1765⁽⁸⁾, quando se restabeleceu a Capitania de São Paulo, voltará Piracicaba a aparecer nos documentos.

A partir desse momento pode-se afirmar que a História de Piracicaba é um capítulo da História dos Caminhos Paulistas,

ligada ao que Alfredo Ellis Jr. denominou PEQUENO CICLO DO AÇÚCAR, visto que é impossível separar as exigências da lavoura canavieira da rede de transportes de São Paulo, sejam eles fluviais ou terrestres.

A 26 de janeiro de 1765, uma Carta Régia autorizava o Governador Morgado de Matheus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, a criar vilas e freguesias nos lugares que achasse mais conveniente.

Uma Ordem datada de 21 de julho de 1766 manda *formar uma povoação na paragem denominada Piracicaba, termo da Vila de Itu, e dela ser Diretor Antônio Corrêa Barbosa*, e em dezembro desse mesmo ano era publicado um bando determinando a fundação de seis novas povoações;

huma na barra que faz o rio Piracicaba, outra no Botucatu, outra na paragem denominada Fazina, outra nos campos de Lages, outra na enseada de Guaratuba, outra no rio Sabaúna.

O terreno da futura povoação de Piracicaba fazia parte das terras de Antônio Corrêa Barbosa, que as comprara de Francisco Cardoso de Campos⁽⁹⁾.

Pela localização das novas Povoações na direção do Sul estava perfeitamente delineado o plano do Morgado de Matheus, na campanha contra os castelhanos que culminará com a fundação da Colônia de Iguatemi.

Na segunda metade do século XVII acentuou-se o interesse de Portugal em estender seu domínio até a margem esquerda do Prata, num momento em que diminuiu de intensidade o bandeirismo de apresamento, devido não só às dificuldades criadas nas fronteiras sulinas após a restauração de Portugal (1640), como também, pela reconquista de Angola pelos portugueses, o que fortalecia o fornecimento de escravos para os engenhos de açúcar da Colônia.

O Morgado de Matheus desenvolveu o plano de expansão para o Sul e, em 1767 é lançado na Vila de Itu um edital com referência a títulos de terras na povoação de Piracicaba. No mesmo dia

o Governador escrevia a Antônio Corrêa Barbosa, recomendando-lhe que escolhesse:

humã paragem muito cômoda na povoação para que possa exercer para o futuro forme-lhe muito bem as ruas com largura para comodidade dos habitantes e recreação à vista

Ao longo do caminho sul também intensificava-se o povoamento, dentro da política de atingir as fronteiras castelhanas.

A 27 de julho de 1767, partiu de Araritaguaba uma expedição bélica, descendo o rio Tietê e o rio Paraná, com o fim de fundar uma colônia para combater os espanhóis. Será a futura Colônia de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, algumas léguas acima do rio Paraná.

A povoação de Piracicaba foi fundada oficialmente em 1º de agosto de 1767, à margem direita do rio Piracicaba, *onde já se achavam estabelecidos com ranchos e roçados, hortas e pomares, numerosos pescadores e sertanejos*⁽¹⁰⁾.

Aos poucos os povoados iam sendo elevados à categoria de Freguesia, com suas capelas, párocos e padroeiras.

Elevada à categoria de Freguesia, Piracicaba recebeu o seu primeiro pároco, o Padre Ângelo Paes de Almeida, sendo padroeira Nossa Senhora dos Prazeres (1774)⁽¹¹⁾.

Novas sesmarias iam sendo concedidas, e a Freguesia progredia, aumentando suas roças, mas era ainda uma região de povoamento esparsa, como dirá o viajante Lacerda de Almeida⁽¹²⁾.

Nas margens do Tietê, abaixo da foz do rio Piracicaba, uma porção de sítios em ambas as margens do rio, cujos moradores se agrupavam nos pátios das casas para verem passar as canoas de expedição.

A 6 de fevereiro de 1784 era encaminhada ao Capitão da Vila de Itu uma petição dos moradores da Freguesia de Piracicaba encabeçada por Antônio Corrêa Barbosa, solicitando a transferên-

cia da povoação da margem direita para a margem esquerda do rio Piracicaba.

Ao Capitão-Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha eram enviadas as informações que justificavam a transferência:

O terreno da barra do rio Piracicaba, pouco abaixo do rio Sarapuy, não é lugar suficiente para nele se estabelecer nova povoação, ou mudarce a antiga de Piracicaba porq he cheyo de Pantanos, e a terra esteril pa. plantacoens e pouco saudavel por sujeito a maleytas, por cujo motivo já o Gal Luiz não fundou nesse lugar a povoação que quis fazer.

...onde se pode mudar temos total conhecimento de q. hé muy sadio e fertil que o que dá qualid. de planta...

A 7 de julho de 1784, o Capitão General de São Paulo enviava ordem a Vicente da Costa Taques Goes e Aranha mandando presidir a transferência da Povoação de Piracicaba da margem direita para a margem esquerda do rio:

logo abaixo do Salto ou em todo o intervalo deste athé defronte da barra do Ribeirão Corumbatahy aonde melhor terreno houver para a situação.

A ata de mudança, que foi assinada pelo Vigário da Paróquia Frei Tomé de Jesus, Antônio Corrêa Barbosa, Capitão Povoador e Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, Capitão-Mor de Itu, tem a data de 31 de julho de 1784⁽¹³⁾.

Um relatório de Vicente da Costa Taques, com data de 19 de novembro de 1785 chamava a atenção para a qualidade das terras da povoação.

Capaz de fundar muitíssimas fábricas de açúcar, pois produz todo tipo de cultura.

Dez anos antes (1774), de acordo com um recenseamento da Capitania de São Paulo, ainda não se plantava cana em Piracicaba nem havia engenhos, apenas feijão, arroz e algodão.

A 2 de agosto de 1784, após a missa rezada por Frei Tomé de Jesus, ainda na capela da margem direita do Piracicaba,

O Capitão-mor, o capitão povoador e o povo foram com o mestre entalhador e armador, ao lugar destinado para a mudança da povoação, iniciando-se assim, o delineamento de um Pátio com 46 braças em quadra, seguindo de Norte a Sul e de Leste a Oeste para edificar-se a matriz em qualquer parte dele...

...delineou-se mais aos lados do referido pátio duas ruas direitas de Sul ao Norte e duas travessas de Oeste a Leste com cinco braças de latitude, com cinquenta de longitude, plano suficiente para edificar-se suas moradas...⁽¹⁴⁾

Mas não havia recursos para a construção de uma nova matriz, embora todos os anos se roçasse a chapada entre ribeirão de Itapeva e rio Piracicaba para nele fazerem a igreja.

Em 1808 a Câmara de Porto Feliz recebeu ordem para proceder ao alinhamento do terreno delineado para Piracicaba⁽¹⁵⁾.

O plano do arruamento foi feito por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – será um dos homens mais importantes e de maior prestígio de Piracicaba –, cabendo ao Alferes José Caetano Rosa a sua execução:

Cinco ruas com os seus nomes e outras tantas travessas com os seus nomes, ficando a igreja com seu pátio de 50 braças de comprimento e 40 de largo, e também uma praça destinada para a cadeia.

Em 1816 os moradores da povoação enviam ao Capitão General D. Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, uma representação pedindo a elevação da freguesia à categoria de Vila,

o que é conseguido a 10 de agosto de 1822, por ato do Governo Provisório de São Paulo, em um momento de efervescência política às vésperas da proclamação da Independência do Brasil.

A Revolução do Porto em 1820, exigindo a volta de D. João a Portugal, criou no Brasil um clima de nacionalismo, ou antes, um clima de constitucionalização.

A 26 de fevereiro de 1822 o Rei foi obrigado a jurar uma Constituição que iria ser elaborada em Lisboa.

O ideal das garantias constitucionais generalizou-se no Brasil antes de sua nacionalização... Em março desse ano era feita a convocação dos deputados às Cortes Constitucionais de Lisboa.

A população livre seria representada à base de um deputado por trinta mil habitantes, o que daria ao Brasil uma representação de 70 deputados aproximadamente. A 27 de maio reuniram-se os eleitores, em Itu, paróquia da Comarca para escolher entre si os que, com os das outras comarcas, deveriam formar a junta Provincial de São Paulo, para a eleição dos deputados às Cortes de Lisboa.

O Colégio Eleitoral da Comarca de Itu era constituído de Itu, Sorocaba, Pirapora, Piracicaba, Batatais, Mogi-Mirim, São Carlos, Itapira e Casa Branca.

Dois dias depois realizaram-se as eleições comarcãs.

A representação piracicabana enviada a Itu, isto é, os eleitores compromissários da Freguesia, era formada por Joaquim do Amaral Gurgel, tenente José do Amaral Gurgel e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Por proposta de Vergueiro (Piracicaba), Paula Souza (Itu) e Álvares Machado (Porto Feliz), prestou-se juramento à futura Constituição. Tendo sido Itu a primeira vila a fazê-lo, posteriormente foi-lhe concedido o título de Vila Fidelíssima.

Nicolau de Campos Vergueiro, representante de Piracicaba, primeiro como compromissário, em seguida como paroquial, em Itu, escolhido para representar a Comarca na fase final das eleições Gerais em São Paulo.

A essa altura já estava organizado, na Capital da Província, o Governo Provisório, por José Bonifácio de Andrada e Silva sendo Vergueiro escolhido para Secretário da Agricultura.

Eleito deputado na fase final das eleições, em agosto, para representar São Paulo em Lisboa, Vergueiro embarcou para Portugal como os outros representantes brasileiros, levando o célebre documento redigido por José Bonifácio intitulado: **Lembranças e Apontamentos**, que deveria orientá-los nos debates, em que predominava a idéia de que o Brasil devia permanecer unido e perfeitamente equiparado a Portugal como um todo, com um centro próprio.

Em Lisboa, Vergueiro conta com eles. Paula Souza e Álvares Machado obtiveram, *por surpresa, que se prestasse juramento não por todo o povo, mas pelos que se achavam na sala e que não chegavam a cem.*

Sob o Governo Provisório, Piracicaba e Franca foram erigidas Vilas, a primeira com o nome de Vila Nova da Constituição, homenagem à Constituição Portuguesa que não teria sido assinada por todos os membros da delegação brasileira, entre eles Vergueiro, e a segunda denominada Vila Franca d'El Rei (31.10.1822).

À Vila Nova da Constituição pertencia todo um vasto território abrangendo Araraquara, Rio Claro, Limeira, Pirassununga, Araras, Santa Bárbara, São Pedro, Santa Maria, Rio das Pedras, Charqueada e outras⁽¹⁶⁾.

Para obter a categoria de Vila, a Freguesia devia apresentar certos requisitos sócio-econômicos. Não apenas um razoável número de moradores – neste caso *já havia 104 vizinhos, sendo a população esparsa pelo seu distrito de duas mil e duzentas almas – mas bons meios de comunicação, e, como dizia o comunicado oficial, um florescente comércio de açúcar e outros gêneros, sempre em aumento.*

Vizinha de Rio Claro, Limeira, Capivari de Cima, Pirapora (Tietê) e Capela da Serra (Serra Negra), já com divisas aparentemente aceitas sem problemas, entre as estradas públicas que comunicavam a Capital com o Interior, a Vila Nova da Constituição situava-se dentro das principais zonas açucareiras do Planalto, isto é, São Carlos (Campinas) e Itu.

Entre essas vias, podia-se incluir, pela importância, aquela que, através de Sorocaba, Itapetininga e Curitiba, alcançava o Sul pelas campinas de São Pedro do Sul.

O sistema de comunicações entre São Paulo e Piracicaba abrangia uma vasta zona já economicamente importante, em que se incluíam Jundiaí e Campinas.

Em 1820 os moradores de Santa Bárbara e Piracicaba solicitavam a abertura de um atalho que, evitando o ribeirão do Quilombo, melhorava a estrada para Campinas.

Nicolau Pereira Vergueiro era o inspetor particular das estradas da então Freguesia de Piracicaba. Entendendo-se com o Inspetor Geral das estradas, Coronel Daniel Pedro Muller, e com o Capitão-mor de São Carlos, Floriano de Camargo Sampaio, Vergueiro comunicava ao Capitão-General de São Paulo, João Carlos Augusto Oeynhausien, *interessados estavam prontos em atacar a picada pelo novo desvio, o que já não fazem acudir cana morta na geada.*

Segundo Vergueiro, os moradores de Piracicaba e de São Carlos punham seus próprios interesses acima da comunidade, o que o levava oferecer 100\$000 como contribuição para a futura estrada Piracicaba – Jundiaí. Não sendo atendido em seu pedido de demissão do cargo (07-1820), em fevereiro de 1821, enviou uma exposição-mapa do caminho projetado, com importantes pormenores sobre o terreno e a topografia, mas o problema maior era mesmo em relação aos proprietários das terras ao longo do caminho, que se negavam a mandar seus camaradas para o trabalho nas suas próprias testadas, embora muitos deles se tivessem prontificado a fazer à própria custa *sem interferência de ninguém*, como afirmavam em abaixo assinado enviado ao Governo.

Nessa época ainda foram concedidas algumas sesmarias na região, mas, em 1823, por uma Resolução Imperial, ficaram suspensas tais concessões enquanto a Assembléia Geral Legislativa não regulamentasse o assunto.

Ao ser erguida em Vila, marcaram-se os limites do rosio, isto é, o que seria o perímetro urbano da Vila Nova da Constituição⁽¹⁷⁾.

... feito o ponto no lugar do Pelourinho fez correr o rumo de um quarto de legoa ao vento Leste, quarto de Sueste, para o lado da Estrada de Itu onde se fincou hum marco de pedra com três palmos, abran-

gendo este rumo parte das terras do alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda e do Padre Joaquim do Amaral Gurgel.

... principiando no ponto assinado no lugar do Pelourinho correndo o rumo para o outro quarto de legoa seguindo o vento Oeste, quarto de Noroeste atravessando o rio Piracicaba além do mesmo Rio na distância de trezentas e vinte braças pelo mesmo rumo e vento completou o quarto do Rocio honde se fincou um marco (segundo) de pedra, atravessando este rumo as terras do mesmo Alferes Joaquim Pinto de Arruda e de sua mãe Dona Maria da Meira Siqueira thé o Porto e do Rio para as quatrocentas e vinte braças pelas terras do Engenho de Dona Maria Arruda de Amaral.

... tornando-se do mesmo ponto principal seguindo o rumo de outro quarto ao Vento Norte, quarto do Nordeste findo o quarto de legoa se fincou outro Marco de Pedra (terceiro) na estrada do rio acima atravessando este rumo pelas terras da dita dona Maria Meira.

... e voltando do primeiro ponto do Pelourinho correr o rumo do último quarto de legoa pelo Vento Sul quarto Sudoeste honde se fincou o último marco (quarto) da freguesia, e duzentas braças mais ou menos pelas terras do tenente coronel Theobaldo da Fonseca e Souza, ficando o Padrão na Estrada que segue do Pao Queimado e por esta forma ficou demarcado o Rocio desta Villa tendo de um marco ao outro a distância de meia legoa.

Estabelecido o perímetro urbano, podiam ser concedidas as primeiras datas de terra, isto é, lotes urbanos. Ao receber a data, oito braças de frente por vinte de fundo, o morador obrigava-

se a construir dentro de determinado prazo, sob pena de ter que devolver o lote, que, dessa forma passava a ter o nome de *terreno devoluto*.

Rodeada de terras por cultivar, aos poucos individualizam-se os bairros rurais por toda a área de jurisdição de Vila Nova da Constituição – Rio das Pedras, Rio Acima, rio Abaixo, Corumbataí, Toledo, Taquaral, Morro Azul, Araraquara, Rio Claro, Limeira e Santa Bárbara; muitos já, em 1823, foram elevadas à categoria de Freguesia.

Às vésperas da Independência, as estradas paulistas já estavam classificadas de acordo com as suas direções. A de Constituição fazia parte da primeira que tinha 180 km, passando por Itu e Porto Feliz⁽¹⁸⁾. Em Porto Feliz iniciava-se navegação pelo rio Tietê, pois as corredeiras impediam a utilização antes desse ponto.

Notas

1. Cf. Bibliografia, principalmente Mário Neme, Leandro Guerrini, Guilherme Vitti, Hélio Krähenbühl, João Chiarini, Almanques 1900, 1936 e 1955 e trabalhos publicados por esses autores nos jornais de Piracicaba.
2. Amélia de Arruda, ALVES. **Município de Cuiabá** – publicação. da Prefeitura Municipal de Cuiabá.
3. Fernand, BRAUDEL. **Civilização Material e Capitalismo**, p. 31; e Maria C. Teixeira Mendes TORRES – **Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império**, p. 18.
4. Ernani SILVA BRUNO. **História Regional e Geral do Brasil**, VI p. 55.
5. Idem, op. cit., p. (De São Paulo a Mato Grosso um caminho de Sorocaba a Cuiabá fechou-se por si mesmo, e outro foi traçado em 1825. Este seria o picadão de Cuiabá aberto por Luiz Pedroso de Barros). Ver também Jorge BALESTEROS, **O Caminho de Luiz Pedroso de Barros**, p. 79.

6. Mário, NEME. Piracicaba no século XVIII, RAM, XLV, p. 35.
7. J. Alípio, GOULART. *Tropas e Tropeiros na formação do Brasil*, p. 49.
8. O Rei D. José de Portugal restaurou a Capitania de São Paulo a 7 de janeiro de 1765 e nomeou seu governador D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Matheus, cuja posse se deu em Santos a 22 de junho desse ano.
9. Marly Therezinha Germano PERECIN. Constituição (Piracicaba). Barbosa x Arruda, *Revista de Estudos Piracicabanos*, ano I, nº 1.
10. Leandro GUERRINI. *História de Piracicaba em Quadrinhos*, vol. I, p. 17.
11. Nota do IHGP: Parece não haver dúvidas a respeito da criação da Freguesia e constituição do seu Padroeiro. Vejamos: no primeiro momento recordamos a Provisão do Capitão General de S. Paulo, D. Luiz Antonio Botelho de Souza Mourão, para se levantar a Capela da Povoação de Piracicaba – a invocação há de ser de Nossa Senhora dos Prazeres... –, segundo Mário Neme em *História da Fundação de Piracicaba*, p. 61 com base em Doc. Int. VI, 104. A padroeira fora designada para a primeira Igreja a ser levantada na povoação da margem direita. Mas não foi a intenção que prevaleceu. Em Provisão de 11/12/1771, o Capitão General constituía Piracicaba em Freguesia e nomeava para seu 1º pároco o Pe. João Manoel da Silva. É o que relata a Memória sobre a mudança do rossio de Piracicaba para a margem esquerda do rio, de autoria do Capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, redigida em 1784. O documento esclarece que havendo o Bispo Diocesano nomeado pároco da Freguesia separada de Itu, constituiu o Senhor Santo Antônio por Padroeiro. O sacerdote tomou posse da Igreja em 26/06/1774. Conforme Mário Neme, ob. cit., p. 65 e 207. A confusão estabelecida com autores

antigos foi devidamente resolvida por Mário Neme. Quanto ao Pe. Ângelo Paes de Almeida, o seu nome aparece citado nos documentos referentes a Itu, como o visitador da povoação de Piracicaba, pois celebrava com o seu altar portátil, em missão pastoral. Convém lembrar que Piracicaba não passava de bairro rural da poderosa Vila Outu-Guaçu.

12. Confira em Ernani Silva BRUNO, op. cit., p. 89.
13. **Nota do IHGP:** Lembramos que Antonio Correa Barbosa adquiriu as terras da margem esquerda do rio, para onde pretendia transferir a Freguesia de Piracicaba. Quanto as terras da margem esquerda, conservou-as como legítimo posseiro até que foram, após a sua morte, partilhadas pelos seus herdeiros.
14. Sobre pesos e medidas da época, ver Maria C. T. M. Torres: **Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império**, Anexo II.
15. A povoação de Piracicaba pertencia ao termo de Itu, mas parte de suas terras ficava em Porto Feliz, isto é, na freguesia de Ararituaba. A 22.12.1797 Ararituaba foi elevada à categoria de vila com o nome de Porto Feliz. Criada a freguesia de Piracicaba, parte de suas terras está no distrito de Itu, de onde dista 14 léguas e parte está em Porto Feliz distante 12 léguas. Cf. Atestado de Domingos Soares de Barros e Manuel J. do Amaral Gurgel.
16. Maria C. T. M. TORRES, Op. cit. Anexo I.
17. Leandro GUERRINI. **História de Piracicaba em Quadrinhos**, I, p. 118.
18. Odilon Nogueira, MATTOS. **Café e Ferrovia**, p. 32.

II

VILA NOVA DA CONSTITUIÇÃO E SEUS PROBLEMAS

A primeira eleição municipal (10.08.1822) em Vila Nova da Constituição foi realizada na *Casa da Aposentadoria* – casa onde se hospedava o Ouvidor, que nela, em seus aposentos, dava audiências. Foi presidida pelo Ministro Desembargador João Medeiros Gomes, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Itu⁽¹⁾.

Segundo Leandro Guerrini, essa casa pertencia ao Senador Vergueiro, localizada no local onde, muitos anos mais tarde, foi construído o Hotel Central, atualmente substituído por um pro-saico estacionamento de veículos.

Uma das características das cidades tradicionais era o seu alto grau de centralização. As funções tipicamente urbanas concentravam-se normalmente em torno de uma praça central, perfeitamente identificável por uma Igreja Matriz.

Ao se estabelecer o rossio de Vila Nova da Constituição, dominando a praça, estava o lugar destinado à Matriz. A partir daí, estariam aos poucos as repartições públicas, a Cadeia, as Casinhas (Mercado) e, naturalmente, as residências de autoridades e famílias mais importantes, isto é, naquela época, os donos de terras.

A uma certa distância, o incipiente comércio, os poucos artesãos, e os vastos terrenos vagos que serão concedidos futuramente, e que se transformarão, por muitos anos, em chácaras com cerca de pau-a-pique.

Por uma convenção entre a Câmara e outras autoridades de Itu e de Vila Nova da Constituição de um lado, e de outro os latifundiários da família Botelho, alargou-se o perímetro urbano, abrindo caminho entre os engenhos localizados ao longo do rio Pi-

racicaba. Medida que, sem prejuízo para os fazendeiros, permitiu que a rua da Praia fosse aberta à servidão pública.

Eram freqüentes as queixas das autoridades piracicabanas contra os avanços nas terras do rossio⁽²⁾. Alguns *casos* ficaram célebres, estendendo-se anos a fio, sem solução, como os problemas criados pela viúva D. Maria de Meira Siqueira, pelo Tenente Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza, por Luciano Ribeiro Passos e pelo Padre Miguel Joaquim do Amaral Gurgel, Vigário local.

A 11 de dezembro de 1824 foi feita uma vistoria pelas ruas da Vila. A Câmara mandou demarcar uma praça com quatro padrões, para a nova matriz *entre as ruas Formosa e da Alegria, e a rua São Benedito que atravessava a praça e por outra banda atravessava a rua da Bica*. Segundo Guerrini, a praça seria a do Conselho⁽³⁾.

O arruamento tinha sido feito de acordo com o plano de Vergueiro, baseado em traçado de ruas que se cruzavam em ângulo reto, como as antigas cidades gregas, helenísticas e romanas, tipo de cidade transmitido aos colonizadores da América. Atenas, por exemplo, em meados do século V A.C., foi construída segundo princípios de urbanismo baseados em plano geométrico, com suas ruas estreitas e poucas praças públicas. A cidade de Roma, em quadrilátero, obedecia ao mesmo plano adotado por arquitetos gregos e helenísticos.

No Brasil muitas vilas foram-se desenvolvendo dentro desse plano geométrico, embora na fase aguda do bandeirismo de mineração os povoados foram se formando sem plano, crescendo num emaranhado de ruas estreitas e sujas como Cuiabá, construída à medida de novas emergências.

Na Capitania de São Paulo tornou-se comum o apego à tradição herdada dos colonizadores. Muitas vilas foram planejadas como Piracicaba, com ruas cruzadas em ângulo reto.

Acentua-se o problema esboçado quando se demarcou o rossio, a mesma luta dos antigos moradores contra a urbanização de seus terrenos.

Manuel Joaquim Pinto de Arruda e sua mãe, viúva de Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, proprietários do engenho de açúcar, tinham solicitado concessão para cercar parte do terreno

do rossio, prontificando-se a colocar porteiros para comodidade do povo, ainda na época da demarcação do rossio.

A Câmara permitiu que se levantasse a cerca *logo acima da ponte, na margem esquerda do rio Piracicaba, de modo a dita cerca não impedir a boa saída da dita ponte*, mas a família de Carlos Bartholomeu recorreu a S. Majestade Imperial, alegando o direito sobre as terras do rossio.

Um ofício do Capitão-mor João José da Silva (17.05.1824) ao Presidente da Província esclarecia a respeito da *posse indébita de terras, sujeita à sentença de devassa ou de suborno*.

A questão arrastou-se durante anos, sendo os querelantes responsáveis até pelo desvio da rua São José, contrariando o plano quadricular da Vila.

Tão freqüentes se tornaram os problemas criados pelos antigos moradores alegando direitos sobre as terras patrimoniais, que a 8.04.1825 o Ouvidor da Comarca determinou à Câmara de Vila Nova da Constituição que *se abstinêsse de conceder terras a quem quer que fosse, até as futuras correções*.

Esta é uma época de intensa agitação política, pois o Brasil passava para uma nova fase de sua História, independente de Portugal, decidindo, com os seus homens, os seus próprios problemas.

Homens de maior prestígio político na Província de São Paulo hão de ser os de maior cabedal, portugueses que se tornaram brasileiros de adoção, por coração, ou brasileiros da primeira geração que constituíram família entre antigos moradores.

O sistema de sesmarias introduzido no Brasil não é cópia fiel do sistema estabelecido em Portugal por D. Fernando, pois não se refere a terras abandonadas por seus proprietários, e sim a terras virgens à espera de um desbravador.

No Brasil as terras foram distribuídas com tanta fartura que passaram a constituir imensas propriedades rurais. O que se tornou um dos característicos da paisagem brasileira durante muito tempo, pois, iniciado com a colonização, estendeu-se ainda pelo século XIX.

Por títulos de sesmarias ou por compras, foram-se grandes fortunas cujo alicerce era a terra, abrangendo, muitas vezes, terrenos em municípios distantes uns dos outros, paragens que proprietários mal conheciam. Incluídos aí os fazendeiros de São

Paulo que tinham terras em diversos municípios, o que os colocava, evidentemente, em primeiro plano entre as altas autoridades não apenas nos municípios, mas no âmbito mais amplo da política provincial.

Em torno das Vilas de Piracicaba, de Itu, de São Carlos (Campinas) encontramos os mesmos nomes de família, ocupando as melhores terras. É o caso do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, José da Costa Carvalho, Nicolau Pereira Vergueiro e outros⁽⁴⁾.

A lei de 20 de outubro de 1823 criou o Conselho da Presidência, instalado em 1824, substituído em 1835 pela Assembléia Legislativa. Era composto de seis membros, dos quais o mais votado ocupava o cargo de vice-presidente da Província. Suas principais atribuições eram fomentar o desenvolvimento agrícola, industrial e sanitário, estabelecer novas Câmaras, abrir estradas, catequizar índios e facilitar a emancipação dos escravos.

O Dr. José da Costa Carvalho foi eleito membro da Presidência na segunda Legislatura (1830-1833), com Manuel Joaquim de Ornellas, Raphael Tobias de Aguiar, Bispo Manuel Joaquim de Andrade, Pe. Diogo Antonio Feijó e Pe. Nicolau Pereira Campos Vergueiro.

Fundado o primeiro jornal da Província de São Paulo, o *Farol Paulistano*, Costa Carvalho fez aberta oposição ao Governo, como membro do Partido Liberal, a que se filiaram muitos latifundiários da Comarca de Itu.

Com a abdicação de D. Pedro I em 1831, o Brasil passava a ser governado por Regência Provisória, composta pelo Marquês de Caravelas, General Francisco de Lima e Silva e pelo português de Piracicaba, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Esta escolha não foi feita ao acaso. Cada nome indicado tinha seu significado. Foi de Lima e Silva que partiu a idéia de que a Regência Provisória reunisse elementos de diversas tendências, como *expressão de uma política de congraçamento*. Dessa maneira ele próprio foi escolhido como um dos melhores membros pelos parlamentares que o consideravam uma espécie de fiel da balança. Vergueiro seria o representante da Revolução, enquanto o marquês de Caravelas representaria a Tradição.

Vila Nova da Constituição era figura de proa no cenário político de São Paulo, pois Vergueiro já tinha sido elemento im-

portante na fase revolucionária, representando São Paulo nas Cortes de Lisboa.

Fundou-se em Piracicaba a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, para amparar e defender o Trono Imperial (02-05-1831). Duzentos e onze homens enviaram à Câmara um abaixo assinado propondo defender, pelos meios legais, a Liberdade e a Independência, o que provocou, a 18 de maio, um ofício da Presidência da Câmara de Vila Nova da Constituição louvando sua atitude.

Em várias cidades ou vilas foram organizadas tais sociedades tendo em vista a manutenção da ordem, não apenas como um apoio político, mas também como medida de segurança. Documentação da época faz referência a entendimentos entre fazendeiros para evitar possíveis levantamentos de escravos.

No Rio de Janeiro também era fundada uma Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, nos moldes de uma Sociedade do mesmo tipo fundada em Santos⁽⁵⁾.

Um conselho Direcional da Sociedade do Rio de Janeiro foi organizado em Vila Nova da Constituição nesse mesmo ano, sendo seu Presidente Francisco José Machado.

A Maçonaria também desenvolveu-se por toda parte, vinda diretamente ou não, sobretudo das Universidades Inglesas e Francesas, com acentuada influência em fins do século XVIII e primeiros anos do XIX, no Continente Americano, combatendo a tirania absolutista⁽⁶⁾ em terras coloniais. No Brasil, a Maçonaria foi um centro importante de propaganda emancipadora, mas só será instalada em Piracicaba na 2ª metade do século.

Em junho tomava posse a Regência Permanente. Permanecia Lima e Silva, sendo substituídos Vergueiro e Caravelas, por José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz.

Vila Nova da Constituição continuava, pois, bem representada na Capital.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro tinha, em 1807, uma sesmaria que deu origem ao Engenho do Limoeiro. Adquirida a sesmaria do Monjolinho (1814) tornou-se sócio do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, que entrava na sociedade com as fazendas do Taquaral e do Monte Alegre.

A fazenda do Monte Alegre tinha pertencido ao padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e foi vendida à firma em 1816. No ano seguinte, era incorporada à firma o sítio de Ibicaba, da sesmaria do Morro Azul.

Em 1819 morreu o Brigadeiro Luiz Antônio, e sua viúva, D. Genebra de Barros Leite, casava-se com o Dr. José da Costa Carvalho. A sociedade foi dissolvida em 1825, cabendo a posse do Monte Alegre, Taquaral e Limoeiro a Costa Carvalho, e as terras do Ibicaba e do Tatu a Vergueiro. O Monjolinho, nos Campos de Araraquara e outras propriedades que não pertenciam à sociedade, foram entregues à meação dos herdeiros de Luiz Antônio.

As aquisições feitas por Costa Carvalho, aumentando consideravelmente suas terras, contribuíram para a transformação, mais tarde, do Engenho Monte Alegre em um dos Engenhos Centrais da região.

A maioria dos grandes fazendeiros não residia o ano todo na Vila, embora eles mantivessem aí o que seria a *morada da casa*, expressão muito comum, encontrada nos inventários, testamentos e escrituras. Nas fazendas ficavam os Administradores – as informações eram dadas geralmente por eles, como se observa nos diversos recenseamentos – e só em determinadas épocas os senhores visitavam as propriedades.

Vergueiro, desde 1816, passou a residir em Piracicaba, mas suas atividades políticas impediram que ele se mantivesse muito tempo no Interior.

A ausência dos latifundiários no cenário piracicabano ajudava, em parte, a explicar o aspecto rural da Vila Nova da Constituição, aspecto que irá perdurar por muito tempo, com suas chácaras de quarteirões, cercadas de pau-a-pique, ou arvoredos de espinhos, segundo as **Notas dos Cartórios**.

Explica ainda os numerosos ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província e à Assembléia Legislativa, martelando determinados assuntos, problemas do cotidiano.

Vivendo sob o signo da economia rural, é evidente que os problemas das vias de comunicação fossem lembrados em todos os ofícios, discutidos na maioria das sessões da Câmara.

Em um meio geográfico de relevo monótono, de fracas altitudes, onde os numerosos rios e ribeirões correm em meandros

divagantes, sob um clima continental, com fortes chuvas de verão, sujeito, portanto, a enchentes anuais, Vila Nova da Constituição não pode se descuidar de suas estradas e pontes.

Já em 1825, Vergueiro apresentava um plano para a estrada que seguiria para Jundiáí, quando a Presidência encarregou o Capitão-mor da Vila, João José da Silva, da sua abertura.

Entretanto a esse plano se opôs o Tenente Coronel Theobaldo Fonseca de Souza, alegando que já havia uma estrada para Itu, uma para Campinas e uma nova para o lado de Morro Azul.

Apesar da oposição, a estrada foi aberta. Trabalho que mereceu elogio do primeiro Presidente da Província Luiz Antônio Monteiro de Barros, que salientou, em seu Relatório, *que se devia sua abertura ao zelo e inspeção de Nicolau Vergueiro, que conseguiu encurtar de mais de cem léguas o antigo caminho pela Vila de São Carlos.*

Em novembro de 1825, o Governo aprovou o plano de Vergueiro para a estrada de Piracicaba.

Preocupado sempre com o problema das comunicações entre São Paulo e a Vila, a 11 de outubro de 1828, Vergueiro apresentou à Presidência a seguinte indicação:

Que se tire planta das estradas de Santos a esta Cidade e as Vilas de Jundiáí, Itu, Constituição, São Carlos, Curato de São João... etc.

Ora, estradas e povoado – Vila e Cidade – completam-se numa interdependência visível, constante, pressionante, revelando não apenas uma ação do homem sobre o meio, mas de ambos sobre as relações sócio-econômicas.

Rotas e Povoados completam-se.

Na evolução dos centros de povoamento pode-se encontrar a História das Rotas que os cortam e se entrecruzam, pois são elas, as vias de comunicação, que mantêm vivas as vilas e cidades.

Uma antiga ponte sobre o rio Piracicaba estava prestes a desmoronar, o que levou a Câmara a alugar algumas canoas para se atravessar o rio. Tal transporte não era gratuito, pois mesmo antes disso já se pagava uma espécie de pedágio a que se dava o nome de *estanque*.

Consertada a ponte, seu construtor, o carpinteiro Manuel Dias ficou com o direito de receber os impostos de passagem durante quatro anos.

O assunto – pontes e estradas – não se esgota. Será uma constante nas preocupações dos edis e futuros prefeitos.

Sobre o rio Piracicaba foram construídas várias pontes, como continuação de algumas ruas que, descendo a colina, desembocam no rio.

As primeiras seriam continuação da atual Prudente de Moraes ou rua dos Pescadores e da rua São José, mas a que parecia ser a definitiva seria a continuação da rua Direita, atual Moraes Barros, também substituída muito mais tarde⁽⁷⁾.

Em 1847 foi aberta concorrência para as obras de uma nova ponte, obtida pelo capitão João Cunha Raposo, com contrato de 3:000\$ assinado com a Câmara, cumprido em sete meses.

Alguns anos mais tarde, a Câmara era informada pelo Governo da Província sobre os seus problemas relacionados com a rua Direita, salientando o seu papel de ligação de duas estradas importantes, de um lado, para a capital de Mato Grosso, de outro para São Paulo e a Corte, estrada de tanta importância desde os primeiros tempos de Freguesia.

A princípio simples picada esburacada pelas patas dos animais, bestas de carga, carros de bois, carroças. Mais tarde dará trânsito para carros e troles, rua Direita abaixo e acima, atravessando o córrego do Itapeva.

Uma lei provincial de 1828 criou, de maneira definitiva, os municípios, e, com ela definiram-se melhor as funções das Câmaras Municipais, cujos direitos e deveres foram estabelecidos pelos seus Códigos de Posturas (1829).

À medida que os povoados se desenvolviam, ligados uns aos outros pelos primitivos atalhos ou picadas, ou ainda pelas chamadas estradas gerais de interesse do Governo da Província, iam se desmembrando as freguesias, formando novas vilas, com seu rumo bem definido.

Há uma relação de reciprocidade entre as vilas e as estradas, umas na dependência das outras, pois se as vilas criam as estradas, é verdade que também estas delas dependem para sua sobrevivência.

Aos poucos, o município de Vila Nova da Constituição ia perdendo parte de suas terras. A Freguesia de Rio Claro foi erigida em Vila em 1830, com suas ruas também traçadas em plano quadrilátero. Em seguida foi desmembrada Limeira, com o título de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi. Paulatinamente foram se estabelecendo as divisas entre as vilas, criados ou municípios.

Em 1829, um ofício do Ouvidor da Câmara de Itu assinalava as divisas da Vila Nova da Constituição com a Vila de São Carlos (Campinas) pelo ribeirão de Toledo, *desde suas cabeceiras até sua barra*.

Tais divisas foram contestadas pela Câmara de Constituição, pois além dos prejuízos causados aos moradores das terras delimitadas, não estavam de acordo com as informações prestadas por ela. Foram, todavia, plenamente aceitas pela Vila de São Carlos.

A 29 de dezembro de 1829, o Conselho da Presidência delibera:

Depois de circunstanciado exame sobre as representações das Câmaras de Constituição e São Carlos, e informações a que se procederão sobre os limites que se devem estabelecer entre ambas, resolveu o Exmo. Conselho que como o Ribeirão Toledo, que para este fim se apresentava, não hé conveniente à comunidade dos Povos, pois que serão muitos moradores obrigados a procurar os recursos na distância de oito e mais, légoas, para São Carlos, quando apenas distão tres da Villa de Constituição, se lance mão de limites artificiais, colocando-se os marcos de pedra à custa de ambos os Conselhos no lugar que conforme a medição que se fizer, deverá ser encarregada a pessoas inteligentes, se achar que hé o meio do terreno entre as duas Villas, lavrando-se tudo os competentes Termos com especificadas declaraçoens, que evitem para o futuro as questoes e conflitos de jurisdição, a que têm dado lugar a falta actual de limites invariáveis⁽⁸⁾.

A 9 de outubro de 1830 o problema ainda não estava resolvido, pois a edilidade piracicabana enviava novo ofício à Câmara de São Carlos lembrando que o interesse dos municípios devia estar acima dos interesses políticos.

Um ofício da Câmara de São Carlos datado de 01.01.1831 prometia que logo *que cessassem as águas e que o capitão-mor Agostinho José de Carvalho concluísse a estrada que estavam fazendo*, seriam estabelecidas as divisas na forma deliberada pelo Conselho Geral da Província⁽⁹⁾.

A 18 de março de 1833, finalmente, eram demarcados os limites entre as duas Vilas.

entre a sesmaria de D. Maria da Graça Martins e a do capitão Joaquim Teixeira Nogueira, partindo do córrego do Quilombo.

Em 1832 foram aprovadas pelo Conselho da Província as divisas entre Constituição e a Vila de Santa Maria, e, de acordo com o pedido de seus moradores o distrito de Araras ficou pertencendo à Capela de Limeira.

Também estabeleceram-se as dividas entre Constituição e as freguesias de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi (Limeira) e do São João do Rio Claro. Posteriormente acertaram-se as divisas com São João de Capivari e Araraquara.

A 11 de outubro de 1832 os moradores de Santa Bárbara pediram a sua elevação à categoria de freguesia, a qual foi desmembrada de Piracicaba em 1844.

Os desmembramentos sucessivos, que diminuíam sensivelmente a área do município piracicabano, fogem um pouco do nosso assunto principal, o que explica a razão de a eles nos referimos muito por alto⁽¹⁰⁾.

As novas vilas lutarão com os mesmos problemas, isto é, a abertura e conservação de estradas e pontes, importantes não apenas como fatores de abastecimento e comércio, mas como vias de comunicação em geral.

O problema não era apenas da Província de São Paulo, nem especificamente de Constituição, mas também da Província de Mato Grosso.

Em maio de 1837, sob a presidência de Pimenta Bueno, Cuiabá estabeleceu um termo de compromisso com Joaquim Francisco Lopes para abertura de uma picada que partisse de Mato Grosso e terminasse em Vila Nova da Constituição⁽¹¹⁾.

Conforme cláusula dois desse compromisso:

Levantada que seja a Bandeira, hirá passar o rio Paraná no lugar em que julgar mais conveniente, começando a picada por onde possa passar hum cargueiro, até que vare na Villa de Piracicaba que também se chama Constituição, na Província de São Paulo⁽¹²⁾.

A Câmara Municipal nomeou Francisco José Machado e Manoel Dias Ribeiro para os estudos relacionados com a picada para Cuiabá, passando pelo rio Corumbataí, devendo a ponte sobre esse rio ser feita por Manoel Dias Ribeiro e Joaquim Marcelino da Rocha (18.10.1838).

Segundo o roteiro feito por Joaquim Francisco Lopes, começando no rio Paraná, *atravessando os Cultivados do dito Leite, ganhando os espigões em águas do Corumbataí de Piracicaba... do alto da serra avistar-se-á os canaviais de Piracicaba e as Montanhas de Itu e Sorocaba⁽¹³⁾.*

Os trabalhos da ponte sobre o Corumbataí foram arrematados a 3.11.1839 por Pedro Gonçalves de Meira por 200\$000.

Não se tratava apenas de vias de comunicação por terra, pois persistia a navegação pelo rio Piracicaba, importante para as relações com Cuiabá. A 27 de março de 1840 a Câmara Municipal de Constituição oficiava à Presidência da Província:

Constando à Câmara Municipal desta Villa que muitos comerciantes da Cidade de Cuiabá pretendem dirigir suas especulações a esta Villa pela facilidade que encontrarão na navegação do rio Piracicaba, e sendo mister para animar-se os novos empreendimentos e mesmo aquelles que já têm costume dirigirem-se a mesma Villa, à margem do mencionado

rio onde se recolhão as canoas das monções até que se forneção dos objetos de transporte aquelles empreendedores, esta Câmara, pois, a quem é incumbido promover o melhoramento do commercio e indústria não podendo mandar fazer semelhante obra a expenças das rendas municipais por serem escassas, se recorre a V. Excia.

Um dos entraves ao comércio com Cuiabá era o Salto de Avanhandava (Guanhandava). Segundo observações feitas – informa um officio de 14.03.1852 –, *era possível abrir-se um canal, que, além de facilitar muito as monções que daquela Província vinham a esta Villa, teríamos ainda o peixe em abundância.*

Não havia ranchos apenas para as canoas, mas havia-os à beira das estradas para abrigo de tropas e tropeiros.

Saint Hilaire, em seu livro *Viagem à Província de São Paulo*, descreve tais ranchos como barracões espaçosos cobertos de telhas, com paredes de taipas. Eram, em geral, construídos à custa das Câmaras Municipais, em terrenos doados pelos proprietários de terras ao longo dos caminhos. Eram, de preferência, construídos à beira dos rios, *onde havia água suficiente para tropas e comodidades.*

Com o decorrer dos anos, esses ranchos se transformavam, tornando-se mais confortáveis para os viajantes, melhorados, muitas vezes, pelos donos das terras, servindo a seus próprios interesses e, na segunda metade do século XIX, foram de grande utilidade para abrigo dos operários na construção de estradas de ferro.

Pela Lei nº 18 de 11.04.1855 a Assembléa Provincial criou os cargos de Prefeito e Sub-Prefeito.

O primeiro Prefeito de Vila Nova da Constituição, empossado em 1835, foi Francisco José Machado, nome que encontramos na História de Piracicaba desde 1822, quando escreveu a primeira ata da Câmara Municipal, ocupando vários cargos, até seu último posto como professor primário⁽¹⁴⁾.

Antes de sua posse como Prefeito, (07.01.1836), ao apresentar um Relatório à Presidência da Província, referia-se ao problema das vias de comunicação nos seguintes termos:

Um objeto de transcendente utilidade e que muito concorrerá para a comodidade e engrandecimento desta Villa, devo trazer à vossa consideração e vem ser o aperfeiçoamento que deve quanto antes dar-se à estrada que serve para a Villa de Araraquara é a construção de uma ponte no rio Corumbatay, a qual facilitará muito o trânsito, em razão de se estabelecer a volta que há de ser mais que duas legoas, passando até agora pelo Rio Claro. Esta estrada e a ponte depois de concluídas devem forçosamente trazer a esta Villa quantidade de viveres, de que ora nos achamos privados e mesmo o aumento de outros que, pela falta de concorrência e comércio, se não tem desenvolvido. Isto não me parece meras idealidades, mas sim effeito a necessários daquellas importantes obras que, facilitando o transporte por meio de carros, darão o resultado que vos tenho referido (assinado: Francisco José Machado).

O relatório salienta o problema financeiro, pois a Câmara não tinha recursos para tal obra, mas, mesmo assim, não se descuidava das estradas. Desde a sua fundação, Piracicaba era importante povoado no caminho de Mato Grosso. Foram abertas duas picadas (1836) para a estrada projetada pelo Governo Provincial, ligando São Paulo a Cuiabá, uma partindo de Piracicaba, outra de Araraquara.

A picada de Piracicaba alcançou logo, no ribeirão dos Dourados, uma picada feita pelo Governo de Mato Grosso, em terreno favorável ao trânsito de carros. A picada de Araraquara, através dos Campos de Araraquara, atingiria o Rio Grande, onde um passo daria nado aos animais facilitando a construção de uma ponte.

Mas tudo isso não era tão simples, nem tão rápido como parecia. As picadas foram abertas e como tal permaneceram por muito tempo. A 7.09.1840, a Câmara Municipal era obrigada a officiar ao Governo da Província pedindo a conclusão da estrada aberta desta Villa ao Paraná. *No ano seguinte voltava novamente à presença do Governo.*

... constando a esta Câmara que V. Excia. dignara-se mandar abrir a referida estrada tão somente até a Villa de Araraquara, julgando inúteis as explorações feitas e picada aberta por Joaquim Francisco Lopes, torna de novo esta Câmara pedindo a exploração da picada aberta por aquelle Joaquim Francisco afim de V. Exa. se convencer de qual das picadas offerece maiores comodidades, e, quando V. Exa. não queira a isto anuir ao menos que se aperfeiçoe a picada aberta athé a Villa de Araraquara que incurta seis legoas de caminho e com notável differença daquella que ora se servem as pessoas que tem seos negócios para aquella Villa para a qual pelo Governo foi mandado fazer uma ponte no rio Corumbatay, ficando desta sorte sempre participando esta Villa ainda que muito pouco das vantagens, da nova estrada pois os negociantes que quizerem ou seguirão de Araraquara a Campinas ou e esta Villa como lhes parecer. Ds. Ge. a V. Exa. e Exmo. Snr. Presidente da Província. Antônio Fiusa de Almeida⁽¹⁵⁾.

Vila Nova da Constituição estava situada na rota de Mato Grosso e desde seus primeiros anos o povoado era considerado como um ponto no caminho de Cuiabá. Tal rota, numa nova fase da vida de Piracicaba, era considerada estrada geral, o que a colocava entre os problemas prioritários da Presidência da Província.

Era um desses caminhos vitais para os centros de povoamento, importantes como um dos fatores essenciais para as relações econômicas e culturais dos povoados, e não podiam ser esquecidos pelas autoridades.

São Paulo – Jundiá – Campinas – Constituição – Araraquara – terras até as barrancas do Paraná – picadas para o Paraná e Mato Grosso. Era todo um vasto território para ser atravessado, levando-se por ele gêneros alimentícios, jornais, idéias, um sopro de vida e progresso.

É evidente que os melhoramentos do trecho que atravessa a Vila Nova da Constituição deviam ser feitos pelos cofres provinciais, sempre vazios, e sem condições de acudir e nem mesmo

melhorar a pequena ponte sobre o rio Itapeva, dentro do perímetro urbano.

Respondendo a uma Portaria da Presidência, datada de 20 de setembro de 1840, solicitando *exposição circunstanciada das estradas do município e dos reparos e melhoramentos que necessitavam*, a Câmara oficiava (3.09.1842).

... imperfeitíssimas estradas deste município todavia elas se achão tranzitáveis e como chamar boas algumas das mais importantes como a que segue desta para Jundiáí, a qual de próximo se acha concertada, a que vai ter a Itu, Porto Feliz, Araraquara, Limeira, São João do Rio Claro e Cidade de Campinas, sendo a que esta última precisa que se melhore um espaço de duas légoas em que pequenos morros ingremes se sucedem aonde o caminho se arruina com facilidade uma vargem antes de se xegar a F. da Santa Bárbara que com as águas se torna a mor parte dos anos quazi intranzitável na estação xuvosa a quantia de 500\$000 aplicada ao concerto desta ultima estrada se tornará comodo...

Insistia na necessidade de rancho onde se pudessem abrigar os tropeiros. Referia-se a uma picada ao Paraná a emendar com uma outra que da cidade de Cuiabá se dirigia ao dito ponto. Lembrava novamente a importância de se abrir caminho além do Corumbataí – que já tinha uma ponte – *para atalhar muitas voltas que alongam o caminho da capital da Província à Capital da Província de Mato Grosso.*

Eram terras para cultura onde já se encontravam muitos moradores que muitos lucrariam com a estrada.

Um inspetor já tinha examinado as condições da estrada, mas os acontecimentos de 1842 dificultaram os trabalhos, e um morador de além do Paraná, *Januário Joaquim Leal, se oferecia para fazer a estrada até agosto do ano vindouro.*

As obras na estrada de Mato Grosso contribuíram para aumentar consideravelmente o número de moradores até o rio Jacaré, favorecendo também as duas capelas curadas Brotas e Serra,

por ser o único caminho de ali ir e vir a esta Villa, acresce que facilita os meios de transporte e ingresso das pessoas e não só as que já povoão a mencionada Campanha mas ainda daquellas que para ella pretendem entrar (cf. officio da C. M. de 23.06.1843).

A Câmara não descuidava do assunto. Era vital para a economia e progresso da Vila Nova da Constituição. Novo officio (14.9.43) chamava a atenção do Governo para a importância das comunicações entre a Capital e as Províncias de Mato Grosso e Paraná, pois *cuidando-se uma estrada Villa e Curuça (ou Pirapora) encurta-se o caminho de Curitiba e abre-se um ponto de comércio desta Villa com aquella*⁽¹⁶⁾.

Um officio dos dois empreiteiros dessas estradas – Januário Garcia Leal e José da Costa Lima – à Câmara Municipal, ao terminar a obra, dava idéia da importância dessas vias de comunicação, pois, por elas já tinham sido levadas cargas para o sertão da Bahia e por essa estrada os empreiteiros enviaram tropas carregadas *para além do Paraná, em agosto, de lá voltando em dezembro.*

Em meados de 1845, os arrematadores da estrada entraram festivamente em Vila Nova da Constituição, com doze carros carregados vindos de Santa Ana da Parnaíba. Alias, antes disso, estafetas já mantinham ligação entre a Corte e Mato Grosso, por essa estrada.

Tal caminho seria também favorável às comunicações com a Vila de Faxina, segundo um officio datado de 1.11.46, quando a Câmara informava que:

dito dispendio com a dita estrada é quasi nenhum porque é apenas necessário abrir umas tres legoas de caminho mais ou menos a Fazenda que foi do finado Rocha, onde existe um caminho de carro que segue a mencionada Villa de Pirapora.

Como as principais estradas eram as que ligavam a Villa à Capital passando por Campinas e Jundiáí, a Câmara estava sempre a pedir auxílio para refazer pontes, ora sobre o rio Alambari, ora no Tijuco Preto, ora na estrada de Campinas (24.07.49).

Tais estradas eram continuação de uma outra, que, além do rio Piracicaba e do Corumbataí, atravessava a Vila passando pe-

las pontes do rio Piracicaba e do Itapeva. Eram pontes que sofriam os efeitos das enchentes anuais e precisavam de constantes reparos, o que levava a Câmara a pedir reiteradamente o auxílio dos cofres provinciais. Em um único ofício ela enviava orçamento para a ponte do Tijuco Preto, na estrada de Campinas e Agua Choca, e do Itapeva *que se achava collocada no centro da Villa, em linha reta na estrada de Cuiabá, e as demais que desta Villa seguiam em direitura de Campinas, Agua Choca, Itu, etc.* (30.09.1847).

No ano seguinte foi a vez da ponte sobre o ribeirão do Piracicamirim *distante da Villa hum quarto de légoa, na estrada que levava à Capital. Devia ser concertada antes que chegasse a estação das águas, pois o ribeirão não dava passagem na época das enchentes. Tal ponte devia ter largura suficiente para trânsito de carros com madeira de Lei.*

Depois era a picada que, partindo da Vila a São Paulo, passando pela freguesia de Santa Bárbara e cidade de Campinas, ficava concluída em 1851, segundo um ofício de Caetano José da Cunha Caldeira, com detalhada descrição da estrada.

A 25.01.1854 a Câmara Municipal de Vila Nova da Constituição, em reposta à Portaria – circular da Presidência da Província, enviava ofício as estradas e pontes (anexo 1).

Era tão precário o estado das estradas que a 17 de março de 1854 a Câmara enviava, à Assembléia Legislativa, longa explanação sobre o maior problema do município, isto é, o estado das suas estradas:

Hé no artigo estradas – Senhores, que este Município precisa de pronto remédio: é incrível o abandono em que tem estado as estradas que interessão este Município.

A mais importante estrada era a que ligava a Vila Nova da Constituição a Campinas passando por Santa Bárbara:

Ora, que hé Ella de absoluta necessidade, não é necessário demonstrar, pois basta saber se que hé a ra-

mificação da barreira de Cubatão, hé seguimento da Capital, Campinas, Jundiá, Constituição, Paranan.

Com estas palavras das autoridades piracicabanas ficava bem definida a situação de Vila Nova da Constituição, na dependência de uma via de comunicação que não levasse apenas à Capital da Província mas fosse além, até o porto de exportação de seus produtos.

Os apelos eram inúteis. A Câmara expunha o problema, afirmava que o Município podia fazer alguma coisa desde que obtivesse autorização, pois não havia uma que merecesse o nome de estrada. Deterioradas, péssimas por seus locais, por suas voltas, por suas distâncias, não oferecendo a menor comodidade aos povos. Dentro da Vila era a rua Direita a ligação entre as estradas mais importantes para o Município⁽¹⁷⁾. Segundo um ofício da Câmara Municipal ao Presidente da Província datado de 11.04.55:

A rua Direita desta Villa hé por um lado, a entrada das estradas de Campinas, Agua Choca, Itu e Sorocaba, e para o lado do Rio Piracicaba hé a entrada das estradas de Limeira, Rio Claro e Araraquara.

Este ofício salienta um problema de urbanismo. Sendo uma rua ligando estradas importantes, a rua Direita era umas das mais movimentadas da Vila, e era para ela que a Câmara desejava chamar atenção do Governo da Província:

Hé muito necessário fazer-se concluir o calçamento da dita rua que a Câmara começou a fazer com os reditos de seu cofre. O lugar onde a Câmara quer fazer calçar, Exmo. Sr., a pouco tempo estava coase intranzitável porque sendo o morro bastante engreme, e tendo porção imensa de pedras que descoberas estas com as enxurradas obstavão o tranzito público, e hé por isso que a muito pouco tempo a Câmara ali dispendeo a quantia de trezentos mil reis, fazendo rebentar aquellas pedras, tirando-as e

pondo de um lado da rua, mas tal concerto, Exmo. Sr., hé por muito pouco tempo, si não se fizer ali o calçamento...

Em seu livro *No Tempo de Dantes*, D. Maria Paes de Barros, descreve uma viagem de São Paulo a Campinas e Piracicaba no século XIX⁽¹⁸⁾. Neta do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Barros, grande fazendeiro nesses dois municípios, a autora, com mais de noventa anos, recordava a sua juventude, quando era hábito sua família viajar uma vez por ano pelo interior, passando temporada nas fazendas.

Pela estrada geral, moços e moças a cavalo, bangüês com cortinas de baeta azul, com uma lata cheia de biscoitos e torradas de pão-de-ló, ao lado, onde viajavam as crianças menores com a mãe e uma escrava, numerosos animais de carga com colchões e outros objetos necessários ao conforto que não era encontrado nas estradas e a uma estadia prolongada no meio rural.

As poucas estalagens existentes em Perus e Jundiáí não ofereciam muito conforto. Em Jundiáí, na segunda metade do século, já havia, à margem do rio, uma estalagem de um português de nome Pinto, conhecido pela alcunha de Barão da Ponte, um pouco mais confortável do que as outras, mais aconchegantes, onde as moças dormiam em camas e as crianças em colchões no chão.

Segundo a autora, a estrada até Jundiáí era muito mal conservada, às vezes encharcada, cheia de escavações feitas pelas tropas que por ali continuamente transitavam, mas melhorava à medida que se avançava para o interior.

Jundiáí era, então, uma espécie de centro de negócios, principalmente de compras, venda e troca de animais.

A primeira fazenda visitada pela família, pertencia ao município de Campinas. Antiga fazenda de cana, agora dedicada também a lavoura de café, era o exemplo típico da economia de transição por que estava passando a Província para os modernos cafezais com seus terreiros.

Depois de algum tempo nessa fazenda, onde se passaram os tristes episódios de Venda Grande, na revolução liberal de 1842, como a morte do Capitão Boaventura do Amaral e seus homens,

a família do comendador continuava a viagem em direção a Piracicaba.

Um dia de viagem e chegava-se a uma fazenda canavieira, à margem do rio Piracicamirim, onde demoravam algumas semanas, para afinal, subir a colina, e, pela rua principal – D. Maria não cita o nome dessa rua – para chegar à velha ponte de madeira sobre o rio Piracicaba, *uma ponte enegrecida que, com suas guardas meio quebradas, tinha de sofrer, todos os anos, nas enchentes, o embafe das águas que ameaçavam arreventá-la. Nesse tempo passava-se cautelosamente, evitando-se algum buraco, ao som da cachoeira que rugia lá ao longe.*

Mais algumas horas de viagem e os nossos viajantes chegavam ao rio Corumbataí, cujas águas em época de baixa, ofereciam vau, permitindo facilmente a travessia, para se chegar a uma extensa lavoura de café.

Durante mais ou menos seis meses, a família permanecia em visita a suas propriedades rurais, tão diversas em seus aspectos e sua produção.

Em seu conjunto – engenho quase de *fogo morto* e cafezais novos em Campinas; engenhos em plena produção açucareira, no Taquaral; típica fazenda de café no Corumbataí –, tais fazendeiros davam bem uma idéia da região ao se iniciar a segunda metade do século XIX.

Às vésperas de se tornar cidade, Vila Nova da Constituição pedirá à Presidência da Província o *necessário auxílio pecuniário para fazer o calçamento da rua Direita, fazendo ainda, referência ao morro muito íngreme por onde as enxurradas carregavam as pedras* (11.08.1855).

Uma Resolução do Conselho Geral da Província (14.12.1830) tinha estabelecido normas para concessão das datas de terras, e, por *sinco mil trezentos e secenta réis* a Câmara adquiriu dois livros, um para lançamento das Atas, o outro para registro das Cartas de Datas.

De acordo com as Posturas, cada lote urbano (data) media oito braças de frente por vinte de fundo. Concedida a data, seu proprietário teria um prazo para nela construir, findo o qual, caso não o aproveitasse teria que devolvê-lo, tornando-se a data terreno devoluto.

Instalada a Vila, os terrenos urbanos iam sendo ocupados – embora nem se pensasse ainda na necessidade de uma infra-estrutura – a partir da margem do rio Piracicaba para o Largo da Matriz, estendendo-se aos poucos até o Itapeva.

Para a cobrança dos impostos estabeleceu-se o Termo, isto é, o Perímetro Urbano, da seguinte maneira (1831):

a) Ruas que seguem de Les-Suleste para Oeste. NO: 1 – São José, principia na casa de Albano Leite do Canto até a casa de Maria Innocencia. 2 – Dita do Porto, da casa do Manoel de Jesus até a casa de Maria Joaquina. 3 – Dita da Bica da casa de João Francisco até a casa de Florencio Barbosa. 4 – Dita da Barroca, da casa de Antônio José de Almeida e de Manoel Duarte. Ruas travessas, de norte nordeste a Sul Sudoeste – 1 – Rua da Glória, da casa de Bernardo da Costa até a casa de Gertrudes Maria da Conceição. 2 – da rua Santo Antônio, da casa de Josefa do Amaral até a casa de Antônio Ferreira. 3 – do Largo da Matriz, inclusive o mesmo Largo da casa de Maria Soares, até a casa de Joaquim Mariano Galvão. 4 – da Boa Vista da casa de Francisco Coelho até a casa de Maria Branca da Peade. 5 – da Praia da casa de José Campos até a casa de Salvador Fragoso⁽¹⁹⁾.

Fundadas, geralmente, por aspectos do catolicismo, as Vilas nasciam sob o signo da Cruz de Cristo, abençoadas por um sacerdote, iniciando-se logo a construção de uma rústica Matriz.

A própria categoria do povoado – Freguesia, inferior à categoria da Vila – era comunicação administrativa eclesiástica dada à povoação dotada de capela curada, com pároco próprio.

Politicamente a Freguesia formava uma unidade territorial, sujeita à Cabeça do Termo ou Vila, com autonomia administrativa. A capela curada era privativa das autoridades eclesiásticas e a criação da Freguesia competia ao governo da Igreja.

Havia, em geral, nas sedes das grandes propriedades rurais, um Oratório, junto ao qual era hábito se fazerem as orações

em conjunto, e, nas vilas, ao se estabelecer o rossio, havia sempre o lugar para uma praça onde seria edificada a Matriz, construção que se arrastaria anos a fio, por falta de recursos.

Matriz e Cemitérios, como Estradas e Pontes, serão assuntos permanentes nas sessões de Câmara e nos ofícios dirigidos à Presidência da Província.

Não havia cemitério nos primeiros anos. Os sepultamentos eram feitos nas igrejas, *dentro* ou *fora* delas, conforme a *situação social* do morto. Isto é, no interior da Igreja em determinados lugares, ou em torno da Igreja, no pátio. Na zona rural eram realizados dentro da própria fazenda ou ao longo das estradas.

Uma rápida referência a cemitério consta de uma sessão da Câmara realizada em 4.03.1829 pelo vereador Francisco José Machado; no dia seguinte era discutida sua proposta de se *mudar o cemitério fora do recinto da Igreja*. Ficou decidido que se consultasse o vigário e o fabricanteiro da Igreja⁽²⁰⁾.

Feita a consulta pelos vereadores Albano Leite do Canto e Joaquim Antônio da Silva, a escolha recaiu na *rua do Piolho e na rua da Rosa, em hum quarteirão que se acha entremeio*. Estas duas ruas não constam das ruas citadas para cobrança de impostos, devendo, portanto, estar fora do perímetro urbano, pois, para cemitério, o ideal seria, provavelmente, distante da parte central do rossio, em rua ainda sem moradores.

O problema, porém, exigia uma certa rapidez, pois o Governo Provincial, em julho desse ano, recomendava às edilidades, não só a conservação das estradas como a mudança do cemitério para fora dos templos.

A questão, de fato, não seria a escolha do local, mas a falta de recursos. A edilidade procurava saber a que entidade caberiam as despesas com a instalação de um cemitério público. Ao Governo Provincial, à Igreja ou à Câmara Municipal.

Nomeada pela Câmara uma Comissão para escolha do local apropriado, esta deu seu parecer *que se plante o Cemitério no sexto quarteirão seguindo pela rua do Pátio de norte a sul, principiando pelo quarteirão da Matriz, marcando-se cinco quarteirões, ficará o Cemitério no cexto quarteirão*. Seria reservado um quarteirão de quarenta braças em quadra, *cercado de guarantans, e por um portão com fechaduras*.

A Câmara mandou fazer a roçada do terreno, determinando que os sepultamentos não fossem mais *na rua, junto da Matriz, infeccionando os povos* (30.04.1832).

Em maio de 1834, ainda não estava definitivamente resolvido o problema. A comissão encarregada de escolher o local achava que o cemitério devia se situar no terceiro quarteirão contando do fim da rua do Porto e saída para Itu. Escolha esta que colocava o Cemitério nos altos da atual rua Moraes Barros.

Parece um pouco ingênuo tratar de detalhes como estes, mas devemos lembrar que se trata de um início de povoamento e estamos considerando os pontos de vista, o trem de vida de seus primeiros moradores, nossos antepassados, às voltas com problemas que mal percebemos atualmente porque eles já cuidaram disso, e hoje são outros os problemas a resolver.

Por uma Resolução da Câmara, o Cemitério devia ter vinte e cinco braças em quadra, cercado de taipas. Nada seria feito.

Em abril do ano seguinte, o vigário pedira à Câmara que mandasse fazer o cemitério, pois os corpos que estavam sendo enterrados junto à Igreja prejudicavam as reformas que nela se processavam.

A 10.09.1836, a Câmara participava ao Governo que *tendo já marcado lugar para o dito Cemitério para o lado do Bairro Alto, e isso com alguma despesa, deixa de escolher novo local, a menos que haja formal determinação oficial, nesse sentido.*

Apesar dessa afirmação, a Câmara não estava muito segura a respeito da escolha do local, pois discordava do vereador Elias de Almeida Prado, que achava que o Cemitério devia ser aberto no lugar já escolhido, nomeando uma comissão para reestudar o assunto (15.12.1836).

O Vigário encomendado Manoel José de França e o vereador Theotônio José de Mello achavam que *o cemitério devia ser no fim da rua que segue do Pátio ou da Limeira a par da Igreja e o parecer de Francisco de Camargo Penteado achava que seria melhor no Bairro Alto**.

Não houve acordo. O resultado foi um empate. Sob a pressão do Governo Provincial, após intermináveis discussões era finalmente localizado o Cemitério na atual Praça Tibiriçá (1849).

Segundo Guerrini, o primeiro sepultamento só teria sido a 18 de dezembro de 1851⁽²¹⁾.

Os problemas não são os mesmos a propósito da Igreja Matriz, que datam da instalação da Vila. Não havia recursos para a construção de uma Igreja Matriz. Como freguesia, havia uma capela, em Piracicaba, pois a 21.06.1774 chegava o primeiro Vigário da povoação, Padre João Manoel da Silva, que permaneceu no povoado um ano e meio. Nessa capela realizou-se o batizado do filho de Antônio Corrêa Barbosa e sua mulher Ana Lara da Silva (29.07.1774).

Os atritos entre o Povoador e o Pároco começaram logo, e o Morgado de Matheus mandou averiguar as denúncias feitas pelo padre a respeito *do miserável estado que se acha esta povoação sem estabelecimento nem forma de Povoação civil...*

Antes de terminar o ano de 1775, já estava vago o cargo de Vigário de Piracicaba. Sobre o preenchimento desse cargo e abandono da povoação por muitos moradores, Antônio Corrêa Barbosa escreveu ao Capitão General Martim Lopes de Saldanha pedindo orientação.

A situação de Piracicaba era tão crítica que o Governo da Capitania de São Paulo (8.03.1776) enviou instruções ao Capitão-mor de Itu:

*Lavradores não os prenda, por enquanto não tenho conhecimento mais profundo da utilidade ou inutilidade da dita Povoação (Piracicaba) basta que se recolham a ella todas as Pessoas que da mesma tem saído sem despacho meu ou de meu antecessor.**

A 7.09.1784 toma posse do cargo de Vigário da Freguesia Frei Tomé de Jesus. Segundo um documento manuscrito sobre a História da Fundação de Piracicaba amplamente comentado por Guilherme Vitti⁽²²⁾:

...animado o povo com a presença do tão edificante e zeloso pastor, e conhecendo que o terreno em que estava situada a sua Matriz não era sufficiente para

a sua extensa Povoação, intentou transportar esta para a parte daquem do dito Rio logo abaixo do salto, sitio alegre, alto, plano, e não distante das agoas...

Quando se fez a transferência da povoação para a margem esquerda do rio, em um sábado, a 31 de junho de 1784, realizou-se a última missa na pequena capela da margem direita do rio. Mas a povoação ainda passaria de alguns anos sem uma Igreja matriz, o que provocou o protesto de Frei Thomé de Jesus, pois a rústica capela situada à margem direita do rio Piracicaba estava se desmantelando em virtude das freqüentes enchentes.

Os desentendimentos entre o pároco e o povoador continuam os mesmos, até Frei Thomé de Jesus abandonar o cargo, mas a ele retornando depois, por pouco tempo, abandonando-o definitivamente em 1788.

Aos poucos vai aumentando o número de moradores de Piracicaba, autorizados em 11.06.1787 a erigir uma nova igreja, visto que a transferência do povoado para a margem esquerda era definitiva. O Bispo de São Paulo, ordenou ao Vigário de Itu que assinalasse o local para a nova igreja. E, como continuasse vago o cargo de vigário, D. Matheus de Abreu Pereira informou ao Capitão-General de São Paulo sobre a necessidade de ser dirigido pelos moradores de Piracicaba um pedido para o preenchimento desse cargo. O problema arrasta-se de maio de 1788 a abril de 1798, tempo em que Piracicaba permaneceu sem guia espiritual, até chegar um terceiro vigário, o padre José Francisco de Paula.

Durante todo esse tempo não houve registro no Livro de Batizados. Pelo novo vigário foi batizado a primeiro de maio desse ano, o menino José, filho de um escravo do Sargento-mor Carlos Bartholomeu.

Em 1802 era substituído o Vigário, assumindo o cargo o Padre Joaquim Manoel Fiúza, que se manteve até julho do ano seguinte, ficando a freguesia sem Missa e sem Sacramento até a vinda do Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (31.07.1803) que, fixou-se em Piracicaba, onde em 1816, veio a adquirir a fazenda do Monte Alegre e seu engenho, propriedade que foi vendida em seguida, à Sociedade Vergueiro & Souza.

Os documentos fazem referência a enterramentos dentro ou fora, mas não propriamente com referência à Igreja. Seriam ainda na antiga capela do outro lado do rio, com todos os problemas de transportes e enchentes? E como iriam os fiéis à missa? E como seriam os casamentos?

Ora, somente em 1808 a 29 de outubro, moradores de Porto Feliz comunicaram ao Capitão General França e Horta que estiveram em Piracicaba para proceder ao alinhamento do terreno necessário para a freguesia – um plano de cinco ruas e quatro travessas, além do pátio para a Igreja e Largo para a cadeia.

Para a igreja foi reservada uma área de 50 braças de comprimento por 40 de largura. As terras patrimoniais só, serão, de fato, demarcadas com a elevação da freguesia à categoria de vila.

O pátio da Matriz foi sempre um ponto de referência para o esclarecimento a propósito do rossio, desde que foram lançados os alicerces da futura povoação.

Segundo a ata lavrada por José Manuel Lobo, a 10 de agosto de 1822:

... em terreno fronteiro ao pateo da Matriz, entre a rua Direita e as casas de João Vicente, e para os fundos com a rua Nova do Conselho, foi demarcada uma praça de cento e oitenta e seis palmos de frente, com quatrocentos de fundo, que vai contestar na dita rua Nova do Conselho, cuja frente foi destinada por ele Ministro para a factura da Casa da Camara e casinhas, ficando no centro o Pelourinho.

Era na Igreja Matriz que, depois da Missa do Espírito Santo, se faziam as reuniões mais importantes da Vila Nova da Constituição. Aí foi instalada a Junta Paroquial da Vila Nova da Constituição, cuja função era a escolha dos eleitores para as futuras eleições.

Em fins de 1824 foi realizada uma correição de camaristas pelas ruas de Vila, para uma vistoria em uma praça que a Câmara mandou abrir para a nova Matriz *entre as ruas Formosa, a rua da Alegria e a rua de São Benedito, que atravessava a praça por outra*

banda, atravessava a rua da Bica⁽²³⁾. A esta praça foi dado o nome de Praça do Conselho.

Na documentação reunida por Guerrini há referência a uma vistoria *nas terras de Santa Cruz para nela se fazer uma capela. A mesma Santa Cruz (02.04.1827) será citada em uma cobrança das Décimas urbanas. Em 1831 já existia uma rua de Santa Cruz, onde João Dias Ribeiro obtivera uma data, partindo com a chácara de João Germano.*

Até essa época não havia sido construída a Igreja Matriz⁽²⁴⁾. Para essa obra seria necessária uma grande quantidade de terra transportada por carros de bois. Para maior facilidade a Câmara cedeu ao Padre José Mariano de Oliveira *100 braças em quadra na estrada que vai para o Monte Alegre, imediato ao quarteirão de Joaquim Pinto, cujo terreno poderá cercar, gramar e servir-se dele durante a Obra da Igreja Matriz desta Vila.*

Lutando sempre com problemas financeiros, para as principais obras públicas, a Comissão Permanente da Câmara, atendendo a ofício do Governo Provincial, informava serem a Casa da Câmara, Cadeia e a Igreja as obras públicas que mais necessitavam de auxílio oficial. Urgência havia para as obras da Matriz pois a própria torre ameaçava ruir (03.07.1831).

Tardando o auxílio da Presidência da Província, a 17.07.1833 a Câmara tomou uma decisão importante: autorizou com uma carta de data de terra, o Major Domingos Soares de Barros, a levantar um engenho de serra no rio Piracicaba *com o fim unicamente de serrar o taboado para a nova Igreja*⁽²⁵⁾.

O estado da igreja agravara-se. A 16 de outubro de 1833 ruiu a torre, e todo o serviço religioso passou a ser feito em casa particular, o que levou alguns moradores da Vila a formar uma sociedade cuja finalidade era a construção da nova Matriz (16.11.1833), o que contribuiu para um novo pedido de auxílio ao Governo pela edilidade piracicabana. Pedido recusado a 18 de fevereiro do ano seguinte.

Para facilitar as obras, a Câmara deliberou (1.07.1834) que os condutores de madeira para a Igreja, quando passassem além rio ou vice-versa ficassem isentos do pagamento da passagem pela ponte.

Não bastavam os problemas com a construção da Matriz. Também o Vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, muito doente, afastava-se do cargo (06.1835) substituído pelo Padre João Alvarés de Siqueira, contra o voto da edilidade, que preferia o Padre José Maria de Oliveira.

Coube, entretanto, ao Padre Manuel José de França (30.06.1836) a continuação da reconstrução da Igreja Matriz de Santo Antônio mas sem obter auxílio da Presidência, pois esta, na sua Lei Provincial de 18 de março de 1836, não designou verba alguma nesse sentido, o que levou a Assembléia a recusar o auxílio solicitado.

Insistindo junto ao governo, a Câmara pediu autorização para cobrar uma capitação, isto é, uma taxa de 160 rs. sobre pessoas livres e escravos cujo produto seria aplicado na reconstrução da Matriz, com sobras para a cadeia e cemitério.

Sob a orientação do Padre França, com a fundação de uma Sociedade organizada com a finalidade de terminar a obra, continuaram os trabalhos de reconstrução, mas em fins de 1841, segundo ofício da Câmara –

... não obstante a concorrência do Povo, a Matriz necessita para, ao menos decentemente nela se celebrarem os Sacramentos, a quantia de quatro contos de réis.

Um indício do avanço das obras da Matriz é um ofício do Vigário à Câmara perguntando-lhe como deveria proceder para a venda do terreno utilizado para depósito de materiais e pasto de boiada. Segundo Guerrini, esse terreno seria o local onde foi construído o prédio para o atual Grupo Escolar Moraes Barros, praça Tibiriçá⁽²⁵⁾.

Isto nos leva a alguns anos atrás, quando a Câmara cedeu terreno *no caminho do Monte Alegre, ao Padre José Maria de Oliveira, 100 braças em quadra para pasto e boiada*⁽²⁶⁾.

Durante alguns meses a paróquia esteve sem titular, pois o Padre Manoel José de França foi suspenso por ter tomado parte na revolução liberal de 1842. Foi substituído pelo Padre Cândido

José de Castro (01.08.1843), que exerceu suas funções até janeiro de 1844, quando o Padre França reassumiu.

Autorizado pela Câmara anterior, o Padre França loteou o terreno de Santo Antônio, a essa altura já ocupado por diversos moradores, dificultando a expansão da rua da Glória (atual Benjamin Constant). Ali já estavam instalados: Salvador Rois da Silva, Antônio da Cunha Guedes, Pedro Fanha, Mathias de Tal, e as mulheres conhecidas por pretinhas (02.1849) segundo apurou uma Comissão nomeada pela Câmara Municipal, que decidiu consultar o Governo sobre a legalidade da autorização anterior.

Nesse mesmo ano, a 7 de outubro, era fundada a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo Antônio, em cerimônia realizada na sacristia da Matriz, sob a presidência do Padre França⁽²⁷⁾.

Alguns anos mais tarde, era iniciada a construção da Capela da Boa Morte, graças ao trabalho intenso de Miguel Archanjo Benício Assunção Dutra (7.05.1853), que será inaugurada a 1.02.1855. Para conseguir seu intento, Miguelzinho fundou a Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, em 1851.

O cemitério público não tinha ainda a sua capela. A 21 de outubro de 1854 o Procurador da Municipalidade foi autorizado a promover uma subscrição pública para se erigir uma capela nesse local. Outras medidas relativas ao Cemitério foram tomadas: cerca de guarantã, por não haver dinheiro para um muro de taipa, exame das covas para evitar mau cheiro dos corpos enterrados e providências para que o portão não permanecesse sempre aberto.

Como a Irmandade da Matriz de Santo Antônio não tivesse recursos para zelar pelo Cemitério, o vereador Francisco Ferraz de Arruda sugeriu alguns artigos de Posturas para arrecadar dinheiro. Aprovadas essas sugestões os *engenheiros*, isto é, os donos de engenho, seriam obrigados a dar 20 rs. por arroba de açúcar vendido e os fazendeiros 40 rs. por cada arroba de café vendido, durante cinco anos (13.10.1855).

Às vésperas de tornar-se cidade, Vila Nova da Constituição já possuía um novo Cemitério, localizado mais ou menos onde é hoje o Colégio Nossa Senhora da Assunção. O primeiro enterramento no local datou de 02.05.1856.

Não são evidentemente, estes, os únicos problemas de Vila Nova da Constituição, pois durante muitos anos a Câmara empenhou-se em conseguir uma Cadeia e obter verba para outros melhoramentos essenciais ao progresso urbano.

À medida que aumentava o número de moradores, aumentavam os pedidos de datas, surgindo os problemas de urbanização, sem que se estabelecesse um esboço de plano. Ruas deviam ser abertas sem fugir ao plano quadrilátero estabelecido por Vergueiro, dízimos deviam ser cobrados, a ordem devia ser mantida. E ainda os problemas de produção e comercialização dos produtos, e mais problemas de saúde onde não existia um saneamento básico.

A finalidade desta pequena História de Piracicaba é dar uma idéia do que era a cidade nos seus primeiros tempos antes de se pensar em uma futura Escola Normal, cuja História iremos relembrar em outros capítulos. Uma idéia do sítio urbano e seu desenvolvimento, principalmente do lado do BAIRRO ALTO, deixando, portanto muitos detalhes que sobrecarregariam o texto e que podem ser encontrados facilmente na bibliografia final.

Temos uma idéia de Vila Nova da Constituição em 1831, quando a Câmara aprovou o termo da Vila, isto é, o perímetro urbano para cobrança do imposto da Décima.

A 10.12.1832, de acordo com ofício da Presidência da Província, a Câmara reuniu-se em sessão extraordinária para tratar da divisão dos distritos do município. Em janeiro do ano seguinte, os distritos eram os seguintes:

... Freguesia de Limeira, um; Ribeirão Claro, um; Capela de Santa Bárbara, um; Bairro do Rio Atibaia, desta Villa, fechado pelo Rio Grande até o Piracicamirim, um; Bairro do mesmo Rio Grande até encontrar a divisa do Toledo, um distrito.

Trata-se de um recurso administrativo abrangendo uma área enorme, antes dos desmembramentos sucessivos. O perímetro urbano também estava subdividido, a princípio, em dois Distritos (o do Norte e o do Sul), com seus respectivos Juizes de Paz. O Juiz de Paz da Cabeça do Termo tinha sua sede no Distrito Sul,

com jurisdição sobre as freguesias de Rio Claro e Limeira, e o do Norte sobre as Capelas de Santa Barbara e Rio das Pedras⁽²⁸⁾.

Em 1839 os limites da Vila, para lançamento do imposto sobre prédios urbanos eram:

marcado a rua do Porto, principalmente na ponte do Itapeva até a rua Boa Vista, digo até Manuel Jesus Maria; rua da Bica do Itapeva até a rua Boa Vista; rua São José desde o Itapeva até a esquina de Salvador Domingues; rua de Santo Antônio, desde Manuel Duarte até Joaquim José Correa; rua da Boa Vista, desde tenente Francisco Florencio até João Germano e o Pátio da Matriz todo até encontrar a rua da Bica.

Descobrirão os descendentes desses antigos moradores de Piracicaba em que ponto da cidade eles tinham sua moradia?

O problema da abertura de novas ruas parecia, às vezes, sem solução. Esbarrava-se sempre nos direitos de antigos moradores que possuíam grandes terrenos, impedindo o prolongamento das primeiras ruas abertas, dificultando a urbanização. Eram comuns as queixas dos fiscais e geralmente predominavam os interesses particulares em prejuízo do interesse coletivo.

A 9.07.1835 o fiscal informou à Câmara que, sendo chamado para dar posse a duas datas de terras no Bairro Alto, não o fez porque o lugar se achava ocupado por antigos proprietários.

Em maio de 1839 decidiu-se abrir a rua de Santo Antônio e a rua da Glória, *tapadas por João Correa*, e uma outra rua teria sido fechada por Domingos Lopes, e a travessa do Areião tinha de ser aberta afim de dar servidão à aguada daqueles moradores.

Como estes casos outros irão surgindo a dificultar a administração, criando inimizades, provocando represálias. Obrigando, às vezes, a pequenas trocas, em que a Câmara propunha outros terrenos em ruas já abertas... O que explica porque muitos moradores possuíam terrenos de mais de um quarteirão obtidos com a promessa de restituí-los à servidão pública quando fosse necessário.

A essa altura o município estava dividido da seguinte maneira:

Curato de Santa Bárbara, Curato de Pirassununga, Freguesia de Limeira, Freguesia de São João do Rio Claro, e dois Distritos – Norte e Sul – da Vila Nova da Constituição.

Pode-se avaliar o aspecto da Vila por uma decisão dos vereadores, a 9 de janeiro de 1840, a propósito dos limites das ruas a fim de pagarem os prédios urbanos a competente dízima, bem como o preço da aguardente. Resolveu-se que a dízima fosse cobrada a 300 rs.

quanto, porém, à marcação de limites, não se podia marcar em razão de não haver casas suficientes que possam pagar tal tributo, e, que se os mais anos tem pago tal tributo é mal individualmente, porquanto algumas melhoras há que estão em obras e as que estão inacabadas são muito insignificantes⁽²⁹⁾.

Diante dos problemas criados pelos que obstruíam as passagens, dificultando a abertura de ruas, como fizeram Frutuoso José Coelho, João Correia e Francisco de Paula, a Câmara decidiu abrir as ruas do Areião, acima do Bairro Alto, *mesmo que para isso fosse necessário auxílio do Juiz de Paz, oficiais de justiça e polícia.*

A 28.05.1840, o presidente da Câmara propôs que se marcassem os limites dos prédios urbanos para pagamento da dízima marcando a Vila toda em sua circunferência. No mesmo dia ficou decidida a reunião dos dois distritos *para evitar conflitos de jurisdição entre os Juizes de Paz.*

Atenta a interesses dos habitantes da Vila, a Câmara tomava decisões salomônicas. Um morador, José Roiz Leite, pediu à Câmara a abertura de uma rua em terreno de José Balduino. O pedido foi indeferido: José Balduino tinha benfeitorias em sua propriedade e Roiz Leite *nos seus quarteirões nem um benefício tem por ora.* Um outro, Manuel Joaquim Pereira, pedia prazo para

colher milho plantado em ruas que a Câmara mandou abrir e que ele mantinha fechadas. Foi-lhe concedido o prazo de seis meses.

A 2.08.1846, Antônio José da Silva pediu à Câmara *um terreno que se achava unido à sua casa*. O pedido não foi aceito pelo vereador Francisco de Oliveira Leme, alegando que esse terreno tinha sido reservado pelo Ouvidor para as Casinhas (Mercado). O vereador João da Cunha Raposo foi favorável alegando que *o tempo dos Ouvidores já se foi*. O assunto foi adiado, e a Câmara consultou o Governo Provincial sobre o pedido de Antônio J. da Silva (22.08). Pode-se deduzir que as *casinhas*, (mercado), de que se fala desde os primeiros anos da Vila Nova da Constituição, não teriam sido construídas.

Tais terrenos formariam o retângulo abrangido hoje pelas ruas XV de Novembro, Prudente de Moraes, praças centrais de José Bonifácio e Catedral, segundo Leandro Guerrini (op. cit., I, 315)⁽³⁰⁾.

Aos poucos muda a paisagem urbana. As ruas exigiam novos cuidados da edibilidade, pois sujeitas a enchentes e enxurradas na época das chuvas, tornavam-se empoeiradas na estiagem, principalmente certas ruas mais percorridas por carros de bois, e tropas, ligando o alto da colina e a rua do Porto.

O Bairro Alto exigiu a atenção da edibilidade, que decidiu pedir auxílio ao Governo Provincial para calçar algumas ruas, aludindo principalmente à rua Direita, *visto que estava na estrada geral que vai para o Paraná* cuja despesa devia ser feita pela barreira do Cubatão.

Note-se a importância econômica do Bairro Alto, atravessado pela estrada geral, no cruzamento de vias de comunicação, não apenas entre vilas da Província de São Paulo, mas verdadeira paragem entre as Províncias do Paraná, Mato Grosso e a Capital Paulista.

Decidiu-se calçar a rua Direita, conhecida como rua do Bairro Alto, atual Moraes Barros, *desde a esquina da casa de Antonio José Correia até a ponte do Itapeva (1849)*. Na mesma época decidiu-se abrir a rua da Glória, que sé chegava até a atual rua 13 de Maio, *tapada pelo terreno de Santo Antônio*.

Havia numerosas chácaras, algumas com cercas de guarantã, outras com alvoredos de espinhos, como consta nos documentos. Certas chácaras abrangiam vários quarteirões, impedindo que

o povo utilizasse a água do Itapeva. Principalmente as chácaras de Manuel Joaquim e Salvador Rodrigues, que abrangiam as atuais ruas Voluntários de Piracicaba, Regente Feijó e Governador Pedro de Toledo. Ao longo do Itapeva essas chácaras abrangiam boa parte da atual Cidade Jardim.

Na questão aberta entre eles e a Câmara, que queria derrubar a cerca (1850), abrindo ruas em suas chácaras, saiu perdendo a edilidade. Tais ruas só serão abertas quase um século depois.

Salvador Rodrigues conseguiu provar que, embora cercando sua chacara, os moradores não seriam prejudicados pois não seriam privados de usar as águas do Itapeva que, afinal, não eram muito recomendáveis. A 22 de julho de 1852, a Câmara desistiu oficialmente da demanda, condenada a pagar as custas do processo e os honorários do advogado.

Com João José Correia as coisas foram diferentes. Entupindo a bica do chafariz do Itapeva (1851) alegando sair a *água do seu terreno*, ele prejudicava os moradores do bairro.

Com a vinda dos imigrantes alemães para a fazenda do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros⁽³¹⁾, aos poucos foi-se formando um novo bairro na Vila Nova da Constituição, o Bairro dos Alemães. A 8.01.1853 foram apresentados à Câmara vinte requerimentos de alemães pedindo datas para serem pagas com serviço. Em setembro foram aprovados. As datas localizavam-se no caminho do Monte Alegre, em terras vizinhas ao Bairro Alto. Formou-se, assim, o atual Bairro dos Alemães e logo irá surgir na Vila um novo cemitério que ficará conhecido com o nome de Cemitério dos Protestantes.

Nessa época a Câmara decidiu calçar as ruas da Quitanda (atual XV de Novembro), do Comércio (atual Governador Pedro de Toledo), *para Baixo*, e na rua dos Ourives (Rangel Pestana) fazer um rego para esgotar as águas paradas. Dada a importância de ligação Centro-Bairro Alto e Centro-Rio Piracicaba, atendendo a uma representação do Fiscal, a Câmara decidiu fazer uma ponte sobre o Itapeva, na direção da rua das Flores (atual 13 de Maio).

Vai, assim, aos poucos, se processando a urbanização da Vila, modestamente, sem surtos de progresso, tomando a edilidade medidas importantes como a proibição de animais perambulando pelas ruas centrais, fiscalizando jogatinas, proibindo algazarras.

A rua do Comércio era uma das mais importantes. Seu nome já é um atestado de sua principal atividade. A 6.01.1854 decide-se o calçamento, fornecendo a Câmara as pedras, os moradores da rua custeando a obra. No ano seguinte receberá guias e sarjetas a rua Direita, na direção do Bairro Alto.

Uma nova Sociedade tinha sido fundada. Em reunião realizada no Consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio (2.12.1854), alguns elementos importantes da Vila decidiram fundar uma Santa Casa de Misericórdia⁽³²⁾. Em reunião realizada a 8.04.1855, os fundadores da Santa Casa decidiram pedir à Câmara um terreno para seu Hospital *além do Itapeva, entre as ruas Direita e da Quitanda*, e também solicitar da Assembléia Legislativa Provincial *o benefício de seis loterias para seu patrimônio*. Posteriormente seu patrimônio seria aumentado com o legado de 2:000\$ deixado por Albano Leite do Canto.

Como o Governo Provincial alegasse não poder dar à Câmara a faculdade de conceder à Mesa da Santa Casa o terreno pedido, a Câmara decidiu dirigir o pedido ao Ministério do Império.

Mesmo antes de construir o Hospital no terreno obtido, a Santa Casa já atendia aos pobres em suas casas ou em casa alugada. Um relatório apresentado por seu Provedor José Pinto de Almeida, em 1855, revelava a excelente situação financeira da instituição.

Aos poucos a Vila foi se estendendo para o alto da colina. A rua Direita era conhecida, do Rio Piracicaba ao Centro, pelo nome de rua do Porto. Do centro ao Bairro Alto era a rua Direita, mas a 12.07.1855, a ata da sessão da Câmara de 10 de julho de 1855, ao se referir a esta rua só lhe dá, em toda extensão, o nome de rua Direita, nome que permanecerá por muito tempo.

De modo geral, as casas não eram caiadas, não obstante algumas tentativas para obrigar os moradores a caiá-las. A 13.07.1855, os moradores da rua dos Pescadores (atual Prudente de Moraes) requeriam à Câmara a aplicação de artigos de Postura obrigando os habitantes locais a *calçarem e branquearem as casas e fecharem de cerca barrada e caiada seus terrenos*.

A 5.01.1856 o Presidente da Câmara indicou que *estando já bem freqüentada a rua da Boa Morte, era necessário obrigar os*

proprietários daquela rua a conservarem seus terrenos de cerca barreada e caiada no prazo de um ano.

A 26 de setembro de 1856, um abaixo-assinado de pessoas residentes na Vila Nova da Constituição, endereçado à Câmara Municipal, solicitava seus bons ofícios no sentido de que fosse a localidade elevada à categoria de Cidade.

Tratamos de alguns aspectos de uma vila paulista na primeira metade do século XIX. Deixamos de lado muitos aspectos que contribuíram para melhor caracterizar a nossa Piracicaba, mas a bibliografia citada poderá completar a descrição com outros detalhes.

Alguns comentários sobre o panorama econômico permitirão uma visão mais completa da situação de Piracicaba no quadro paulista no momento em que era obtida a elevação à condição de Cidade.

Em geral, nos estudos de um conjunto, poucos nomes são citados. Citamos, porém, muitos nomes de moradores e de ruas, o que pode parecer inútil e fastidioso. Mas esta é uma pesquisa que pode interessar a muitas famílias piracicabanas que procuram nela os seus ancestrais, com seus sucessos, seus problemas ou fracassos. Certos pormenores fazem parte não apenas do *corpo* da Cidade, mas também da alma, do espírito, que anima o povoado.

Certos assuntos não foram tratados neste capítulo, como, por exemplo, política e educação, porque serão tratados depois.

As bases do povoado de Piracicaba foram lançadas sob o signo do milho embora se desenvolvesse dentro do chamado pequeno ciclo do açúcar, por Alfredo Ellis Jr., – como provavelmente muitos outros povoados do Brasil Colonial, pois estudos sobre a origem do milho admitem que o centro original de cultura tenha sido o Novo Mundo, ou mais precisamente, na América do Norte, México, e na do Sul, a Colômbia, ou ainda a bacia do Paraguai, como, na opinião de Brieger, admitindo, como Saint Hilaire um tipo de milho espontâneo que este conheceu em Buenos Aires⁽³³⁾. Já nos referimos a este assunto citando Braudel.

Deste o início da colonização, ainda no século XVIII, as roças de milho e feijão foram os característicos da paisagem rural, ao lado da mata natural devastada, em parte, pela coivara.

Sendo um vegetal de rápido crescimento, cujos grãos são comestíveis ainda verdes, foi o milho uma espécie de balisa ao longo dos caminhos, ou, antes, dos atalhos e veredas que se abriram na direção das minas ao longo dos rios percorridos pelas monções, muitas vezes retardadas em sua partida à espera da colheita.

Esparsa por uma imensa zona rural, em fins do século XVIII, a população tinha como base de sua alimentação o milho, o feijão e a mandioca, mas no início do XIX já começa aparecer a produção açucareira no planalto paulista, nos lugares chamados de Cima da Serra – Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Jundiá, Campinas e Piracicaba – que irão representar um papel positivo no abastecimento de São Paulo.

Pleiteando a elevação de Freguesia de Piracicaba à categoria de Vila, os seus moradores alegavam a grande quantidade de *engenhos e fábricas de açúcar*. Em 1818 Piracicaba possuía 32 engenhos com 676 escravos. Em 1822 já tinha 52 engenhos e 1.108 escravos. Além destes havia ainda 62 escravos que pertenciam a plantadores de cana de partido⁽³⁵⁾ com uma produção que não atingia 100.000 arrobas de açúcar, apesar do grande número de escravos.

Estes recenseamentos realizados pelas Companhias de Ordenanças em 1828, referem-se ao município todo, antes de Vila Nova da Constituição sofrer desmembramentos que irão dar origem a outros municípios, quando para uma população de 8.311 indivíduos, no povoado havia menos de 2.000.

Produto de exportação, o açúcar do Planalto Paulista não gozava de boa fama no mercado. É sempre objeto de reclamação na praça do Rio de Janeiro e de Lisboa, principalmente em virtude da precariedade dos meios de comunicação entre Santos e o Planalto⁽³⁶⁾, o que explica o problema permanente, discutido nas sessões da Câmara de Vila Nova da Constituição, a propósito de pontes, estradas e ranchos.

Os inventários e testamentos da época, excluídos dos maiores e ricos proprietários de terras, não revelam luxo na vida da maioria dos moradores da Vila.

O recenseamento realizado por Daniel Pedro Müller⁽³⁷⁾ em 1836, impresso em 1838, revela certas alterações na paisagem rural da Província de São Paulo. De acordo com os novos dados,

Piracicaba ficava perfeitamente incluída no chamado *quadrilátero açucareiro*.

Segundo Müller, nesta data Vila Nova da Constituição tinha 10.291 habitantes, com 78 engenhos de açúcar e 8 fazendas de criar produzindo 115.609 arrobas de açúcar e 4.699 arrobas de café no conjunto de terras abrangidas pelo município.

Não é na sede do município que se encontrava o café, mas em Limeira e Rio Claro. Em Limeira um fazendeiro obteve, em 1835, uma colheita de 350 arrobas, e, em Piracicaba, o fazendeiro que colheu mais café só conseguiu 150 arrobas, ao lado de certa produção de feijão, milho e mandioca.

O milho e a mandioca, usados sob a forma também de farinha, na maioria dos lares brasileiros, constituíam a base da alimentação dos sertanistas. Havia não apenas roças plantadas no meio do mato, em roças de abastecimentos nas rotas para o sertão, mas roças de abastecimentos em todos os sítios e fazendas até nos quintais e chácaras.

Como o milho e a mandioca, para o processo de fabricar as farinhas, determinados utensílios, pelo menos o monjolo e o pilão eram necessários.

O pilão era fartamente encontrado tanto na zona rural como na urbana em toda a Província de São Paulo, geralmente escavado em troncos de madeira. Material de trabalho que continuou em pleno uso mesmo quando se alteraram as formas de trabalho e o panorama econômico, com a expansão da lavoura cafeeira.

Com o milho, expandiu-se o uso do pilão e do monjolo, largamente usados no sertão.

O sistema dos rios e ribeirões facilitou a difusão do uso do monjolo em toda parte, para a preparação da farinha de milho, fato que foi observado por Sanit Hilaire. Este e outros viajantes referem-se largamente ao monjolo, descrevendo com detalhes essa *máquina hidráulica, esse aparelho rústico e pouco dispendioso pela engenhosa simplicidade*⁽³⁸⁾.

Um terceiro utensílio, menos comum do que o monjolo e o pilão, era o moinho, mais usado no meio urbano do que na zona rural, onde se trocava o cereal pela farinha de fubá. Algumas

fazendas tinham *pedras de moer*, como afirma Davatz a propósito de sua estada na fazenda Ibicaba⁽³⁹⁾.

É em torno desses *gêneros alimentares*, como eram classificados – milho, feijão, mandioca, um pouco de arroz e a produção açucareira em visível ascensão –, que girava a incipiente economia de Vila Nova da Constituição. A tais gêneros acrescenta-se *alguma criação*, em geral, de porcos, galinhas e *algum gado*.

Um estudo sobre *Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*⁽⁴⁰⁾, refere-se ao recenseamento realizado em 1940, em que o Estado de São Paulo é dividido em dez zonas.

A terceira zona é a Central, formada por municípios das Estradas de Ferro Paulista, Sorocabana (Ituana) e Bragantina. Nesta zona está incluído o Município de Piracicaba. Embora geograficamente heterogênea, no ponto de vista econômico apresenta uma certa unidade. Seu desenvolvimento econômico é paralelo ao da Segunda zona – Vale do Paraíba e Litoral Norte. Ambas foram condutoras de vida econômica da Província de São Paulo, pois, de acordo com a estatística de Müller, 75% da população da Província estavam concentrados nessas duas zonas, embora nesse momento a fonte econômica das zonas não fosse a mesma, pois, enquanto o Vale do Paraíba já era nitidamente cafeeiro, a zona central reunia municípios tipicamente açucareiros.

São Carlos (atual Campinas) era o município mais importante, não obstante as dificuldades de transporte do Planalto para o porto de Santos. De menor importância, mas sem ritmo ascendente, Itu, Porto Feliz e Vila Nova da Constituição.

Segundo uma tabela de fretes de 1836, a arroba de açúcar e café pagava, entre São Paulo e Santos, 400 rs, preço esse que aumentava no Planalto à medida que se distanciava do Porto. Até Constituição, atingia 900 rs.

Tal problema era um dos motivos que levaram o Padre Feijó, em 1836, a promulgar uma Resolução autorizando o governo a conceder privilégio para a construção de estradas de ferro entre a Corte e as Províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia⁽⁴¹⁾.

Em 1833 já se tinha cogitado de construir uma estrada de ferro que facilitasse os transportes dos gêneros de comércio

entre Santos e a Vila de Porto Feliz e suas ramificações⁽⁴²⁾. A firma Aguiar, Viúva & Filhos pedia privilégio para fatura de uma estrada de ferro de Santos a São Carlos, Constituição, Itu e Porto Feliz e ainda uma outra entre Santos e Mogi das Cruzes.

Alguns anos depois, a mesma firma santista, associada a Reid & Platt, propõe fazer:

a estrada ou ramais, ou uma e outra coisa, apropriada ao trânsito de carros ou barcos a vapor, ou outras máquinas para transporte de gêneros de Santos a Itu, Piracicaba ou Porto Feliz ou vice-versa.

A finalidade seria atingir os rios navegáveis além do Tietê e Piracicaba.

Embora politicamente o plano das firmas e a Resolução de Feijó tivessem a aprovação da Assembléia Legislativa, o Império só teria a sua Estrada de Ferro muitos anos mais tarde.

Desde que se estabeleceu a Assembléia Legislativa (1835), deu-se realce ao desenvolvimento das vias de comunicação interna e externa, principalmente no que se relacionava com a produção agrícola. Afirmava-se, a propósito, a sua importância para as relações comerciais, para o abastecimento das populações, mas se todos queriam estradas, poucos a queriam em suas próprias terras. Já um parecer de 1830, do Conselho da Presidência era categórico:

Que não se arruinem frutos pendentes é de suma justiça; mas que deva dar volta uma Estrada porque encontra um Canavial, seria outra injustiça ao público, pois todos sabemos que na maior parte desta província os lavradores de cana tem necessidade de extensos terrenos porque onde este ano se colheu cana é preciso deixar o terreno de pouso, para poder nele plantar daí a seis meses.

Promulgada uma Lei de desapropriação por utilidade pública, em 1836, esperava o Governo poder resolver o problema

criado pelos proprietários das terras por onde passariam as estradas, mas surgiu uma nova dificuldade – a indenização prévia...

Era evidente, pois, a importância da rota São Paulo – Cuaiabá, estrada geral passando por Jundiá, Campinas e Vila Nova da Constituição e desta para além do rio Piracicaba.

O que não impediu que o administrador do coronel Francisco Ignácio de Souza Queiroz alegasse que a nova estrada entre Jundiá e Campinas iria prejudicar um de seus engenhos.

De 1822 a 1840 desenvolveu-se um intenso movimento de vendas de terras na zona rural e intensificaram-se os pedidos de lotes urbanos. Embora já seja uma realidade a expansão da lavoura cafeeira pelo Oeste Paulista, em Vila Nova da Constituição ainda predomina o verde claro dos canaviais. Mas já esboça um certo aspecto policultor que será mais tarde um dos característicos do município.

Em torno do Taquaral, do Rio Abaixo e no Corumbatá há um grande número de sítios cujas escrituras constam dos livros de Notas dos Cartórios criados em 1822. É provável que além desses sítios adquiridos por compras devidamente registradas uma porção delas seja constituída de posses cujas escrituras não tenham sido lançadas nos livros dos Cartórios.

Em noventa e quatro escrituras examinadas, entre 1839 e 1850, só há uma referência a café, e não propriamente em Constituição, pois trata-se de *uma troca de um sítio em Mombuca (Campinas) que, além de café tem uma fábrica de açúcar*, por um sítio em Serrote, na Vila Nova da Constituição.

Entre os bens arrolados em inventários e testamentos ou em escrituras de terras com benfeitorias, em meados do XIX, não há pertences ligados às lavouras de café, mas cobres e demais utensílios necessários à produção do açúcar.

Um novo padrão de medida das propriedades rurais é observada. A princípio eram glebas imensas medindo *léguas de testada*, mas depois são braças, um quarto ou meia légua.

Geralmente as autoridades locais são escolhidas entre os lavradores, e só eventualmente um juiz ou um vereador é substituído por um negociante por *morar distante da Vila não pode tomar posse do cargo*⁽⁴³⁾.

São os donos das terras, mas não exatamente os mais ricos, os membros da Câmara. Os latifundiários em geral vivem boa parte do ano na Capital e muitos deles ocupam cargos políticos.

A 24.06.1840 os limites da Vila para cobrança das Décimas Urbanas eram os seguintes:

Principiar na rua Glória, de Manoel Joaquim Cabral até Manoel Joaquim Pereira desta mesma rua. Segue a rua do Conselho até confrontar a rua que sahe na casa de Maria Ancelma. Na rua do Porto de Manuel de Jesus até a casa do tenente-coronel Antonio Fiuza de Almeida segue a rua da Boa Vista à direita – até Francisco Egídio e desta rua segue a rua Barroca até a casa do ajudante Duarte. Rua de Santo Antônio seguirá até a rua da Bica a encontrar com as Casas de Manoel Joaquim Cabral – da ponte do Itapeva a primeira esquina acima do Patio de Santa Cruz⁽⁴⁴⁾.

Por este documento o perímetro urbano estende-se pouco além do Largo de Santa Cruz, isto é, até a atual rua São João, onde será instalada, no fim do XIX, a futura Escola Normal. No ano seguinte (1844), os limites para a mesma cobrança são declarados de maneira mais simples:

Rua do Vigário desde o Rio até o Itapeva, rua do Porto, desde o Porto até o Pátio de Santa Cruz; rua da Bica desde a Bica até o Itapeva e suas travessas desde a rua do Vigário até a rua da Bica⁽⁴⁵⁾.

Aos poucos ia mudando o aspecto da Vila. Novas posturas eram lançadas, tendo em vista não apenas o aspecto da Vila, mas problemas de saúde pública e higiene, ordem pública, combate a certos costumes e divertimentos, e utilização das vertentes. Não havendo água encanada, a população devia servir-se de bicas e nascentes. Segundo Guerrini, haveria em 1845 as seguintes vertentes:

Olho de Nha Rita, nascedouro do Itapeva; bica encoberta pela canalização do Itapeva, bica do Areão (bairro Alto) nascendo pelos lados do Estádio Municipal; a poçinha, onde é hoje a rua Monsenhor Rosa, quase no canto da rua Alferes José Caetano; umas bicas na rua do Rosário – uma delas no quintal do Dispensário dos Pobres. Pensamos até que esta seja a primitiva rua da Bica⁽⁴⁶⁾.

A demarcação do perímetro urbano para cobrança dos impostos dá uma idéia da expansão da Vila. Na demarcação do rossio, após a elevação da Freguesia à categoria de Vila, foram especificadas cinco ruas e quatro travessas em um espaço que se estende do rio Piracicaba ao pátio da Matriz. Aos poucos foram se abrindo novas ruas em luta contra antigos moradores, mas é impossível fugir ao processo de urbanização agora que a própria estrada geral atravessa a Vila, ligando a Capital da Província de São Paulo às Províncias de Paraná e Mato Grosso, o que faz da rua Direita (atual Moraes Barros) uma artéria muito importante. É a rota inter-provincial valorizando a rua da Vila, oferecendo novos contactos. Tão importante que a 12 de maio de 1855, a municipalidade resolveu calçá-la *da casa de Manuel Alfaiate até o rio*. A princípio, o trabalho ficaria em 200 mil réis *abrindo-se esgotos de vinte em vinte braças*, mas logo depois de orçado em 400\$000 e a Câmara precisou pedir auxílio à Presidência⁽⁴⁷⁾.

Do bairro do Piracicamirim, atravessando o Pátio da Matriz, chegava-se até a rua do Porto. Pela ponte sobre o rio Piracicaba atingiam-se as terras às margens do rio Corumbataí, caminho dos Campos de Araraquara.

Pode-se acompanhar a evolução urbana pelos limites do perímetro urbano para lançamento de impostos; a população, estendendo-se à margem direita do córrego do Itapeva, com moradores dos dois lados da rua Direita, atingindo o pátio de Santa Cruz e a rua São João, naquela época ainda sem nome.

As casas com amplos quintais, algumas com quatro ou cinco janelas-frestas, como eram chamadas, com terreno de meio quarteirão ou mais. Não havia muitos jardins, e quando existe ter-

reno anexo é, em geral, cercado de arvoredos de espinhos ou de cerca de pau-a-pique.

Vila Nova da Constituição já não é mais um município tipicamente monocultor, pois, no início de 1854, a Câmara comunicava ao Governo Provincial que *tres são os produtos que mais prosperam nesta Vila e são o açúcar, o café e o chá*.

Vai longe, pois, a época que poderá ser do ciclo do milho, e, embora esteja em plena expansão a lavoura do café, o município não será tipicamente cafeeiro, não deixando de ser, em nenhum momento, grande produtor de açúcar.

Nesta Vila o progresso não dava saltos. Era lento, mas seguro, embora as dificuldades aumentassem à medida que o espaço físico ia sendo ocupado. As ruas que se abriam ainda não tinham nome e assim permaneciam por muito tempo. Ao se descrever um imóvel é muito comum a expressão de um lado divide com uma rua sem nome e também uma outra expressão que bem pode ser vago indício de discriminação racial – de outro um terreno de umas pretinhas...

Compreende-se essa lentidão numa vila que ainda não possui infra-estrutura, expressão que, segundo Octávio Gouveia de Bulhões, é denominação expressiva porque revela a condição básica para a evolução da estrutura econômica.

Com mais de meio século de existência, às vésperas de se tornar cidade, Piracicaba, de fato, não passava de uma Vila, onde, apesar de sua ponderável produção açucareira, mantinha características de economia de subsistência.

Pelas ruas vagueavam cães, cabras e porcos, *aguadas* a exigir limpeza, ruas cheias de formigueiros, carros de bois incomodando com o seu chiar... Nos locais de onde se tirou terra para as obras da Matriz, na rua do Pau Queimado (atual Alferes José Caetano) formavam-se verdadeiras lagoas *tornando-a intransitável*.

Entretanto, algo positivo encontramos na correspondência da Câmara. Em 1843 o secretário da Câmara Municipal comunicava que, no Livro de Registro de Vendas e Armazéns de gêneros ultramarinos, achavam-se passadas 41 licenças para o ano de 1845, para vendas e armazéns. Mas, pondo água na fervura, em 1846, uma Ata da sessão da Câmara referia-se a 28 vendas cujos proprietários não tinham pago as suas licenças. A esta altura, Vila

Nova da Constituição já se encaminhava para a economia de mercado. Para repetir mais uma vez Braudel.⁽⁴⁸⁾

A economia de mercado surge-nos como ligação, o motor, zona apertada, mas viva, de onde brotam os estímulos, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas tomadas de consciência, e até o progresso.

Entretanto, é preciso lembrar a fragilidade dessa economia, visível em todo o Brasil, com uma estrutura econômica de base agrícola, trabalho servil, ausência de indústrias importantes, praticamente sem organização bancária.

Notas

1. Resultado da primeira eleição: Juizes Ordinários: Capitão João José da Silva e Domingos Soares de Barros; Vereadores: Xisto Quadros Aranha, Alferes Miguel Antonio Gonçalves e Garcia Rodrigues Bueno; Procurador: Pedro Leme de Oliveira; Juiz de Órfãos: Manuel de Barros Ferraz; Capitão-Mor das Ordenanças da Vila, Cap. João José da Silva que seria também o Presidente da Câmara. Cf. Guerrini, op. cit. I, p. 115.
2. As questões das terras patrimoniais são encontradas em detalhes nas obras citadas no primeiro capítulo, inclusive a célebre Questão dos 40 Coligados.
3. Leandro GUERRINI, op. cit., 1, p. 55 – quando o trabalho foi escrito em 1970, não tinha o autor identificado todas as ruas.
4. Maria C. T. M. TORRES – Um Lavrador Paulista no Tempo do Império.
5. Paulo Pereira de CASTRO. A Experiência Republicana – (1831-1840). In: HGCB, Tomo II, p. 13.
6. Celia Barros BARRETO. Ação das Sociedades Secretas. In: HGCB, Tomo II, 1º vol., p. 195.

7. **Nota do IHGP:** Manuel Dias Ribeiro foi construtor da primeira ponte sobre o rio Piracicaba em 1823, às próprias custas, razão pela qual recebeu os impostos pagos na passagem (pedágio) até se ressarcir do investimento. Várias pontes foram construídas entre a rua Prudente de Moraes (dos Pescadores) e a rua Moraes Barros (Direita), porquanto os terrenos acima do Salto eram interditos pela propriedade particular. A Ponte Nova acima do Salto viria a surgir apenas em 1875.
8. Todos os officios citados encontram-se em **Correspondência Oficial da Câmara de Piracicaba**, publicada por Guilherme Vitti. Também em Leandro Guerrini, **História de Piracicaba em Quadrinhos**, 2 vol.
9. Jair de Toledo VEIGA – **Piracicaba no século XIX**. In: **Diário de Piracicaba**, 01.08.1963.
10. Leandro GUERRINI, op. cit., I, p. 154.
11. Sobre o Picadão de Cuiabá, detalhes em Joaquim Silveira Melo, **Subsídios para a História de Piracicaba**. In: **Diário de Piracicaba**, p. 39.
12. Leandro GUERRINI, op. cit., I, p. 266.
13. *Ibidem*, p. 277.
14. Jair Toledo VEIGA, op. cit.
15. **Correspondência Oficial da Câmara de Piracicaba (1839-1850)**.
16. **Nota do IHGP:** Trata-se de Pirapora de Curuçá, hoje cidade de Tietê.
17. **Nota do IHGP:** A antiga rua Direita, desde o século XX, leva o nome de Rua Morais Barros em homenagem ao Senador Manoel de Moraes Barros.
18. Maria Paes de BARROS. **No Tempo de Dantes**.
19. **Nota do IHGP:** Os nomes de ruas citados correspondem a: 1) São José, 2) Morais Barros, 3) XV de Novembro, 4) Rangel Pestana e 1) Benjamin Constant, 2) Governador Pedro de Toledo, 3) Boa Morte, 4) Alferes José Caetano, 5) Av. Beira Rio (Rua do Porto).

20. Leandro GUERRINI, op. cit., I, p. 181.
21. Leandro GUERRINI, op. cit., I, p. 311.
22. Guilherme VITTI. Elucubrações sobre uma certidão de nascimento. In: *Revista de Estudos Piracicabanos*, nº 1, 1972, p. 45.
23. Leandro GUERRINI, op. cit., 1, p. 154.
24. Nota do IHGP: A 1ª Igreja Matriz erguida no lado esquerdo do Rio Piracicaba parece haver sido construída entre 1806 e 1816, período em que Vergueiro e autoridades pleitearam a criação da Vila – A Igreja Matriz em questão é a segunda erigida no mesmo local, pois aquela ruiu em 1833, segundo aponta Guilherme Vitti em seu trabalho “A Igreja Matriz de Piracicaba através dos Tempos”, In: *Piracicaba – Dois Estudos*, Ed. do IHGP, p. 10, 1989.
25. Leandro GUERRINI, op. cit. p. 228.
26. Nota do IHGP: O Pátio de Santo Antônio era este terreno cujo tamanho sempre variou, podendo chegar até o Itapeva. Situava-se nas proximidades da Praça Tibiriçá, local onde já se assentara o cemitério, que depois deu lugar à Cadeia e finalmente foi destinado ao Grupo Escolar Moraes Barros.
27. Os primeiros membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Santo Antônio foram: Provedor – José Pinto de Almeida; Secretário – Francisco José da Conceição; Tesoureiro - Domingos José Rodrigues; Procurador – Domingos José da Silva Braga.
28. Leandro GUERRINI, op. cit. p. 281.
29. *Ibidem*, p. 309.
30. *Ibidem*, p. 315.
31. Maria C. T. M. TORRES – op. cit., Jair Toledo Veiga –, *Uma pousada na História; Krähenbühl – Suíços e Alemães em Piracicaba*, Almanaque para 1955.

Foram eleitos: Presidente, José Pinto de Almeida; Vice-Presidente, José Viegas Muniz e secretário Emygdio Justino de Almeida Lara.

32. Carlos Borges SCHMIDT. *O Milho e o Monjolo* – Cita várias hipóteses sobre a origem do milho que teria sido cultivado no México 7.500 A.C.
33. *Maço de População, 1822 (Constituição)*. DAE.
34. Produção dos engenhos: 41667 arrobas de açúcar branco; 33685 arrobas de redondo; 15338 de mascavo. Produção dos plantadores de cana: 867 arrobas de açúcar branco; 714 de redondo; 148 de mascavo.
35. Sérgio Buarque de HOLANDA. São Paulo. In: HGCB, To-mo II, 2^o v. *Brasil Monárquico*.
36. Daniel Pedro MÜLLER. *Estatísticas da Província de São Paulo 1936, Boletim do Dep. Estatísticas, n^o 11, S. P. 1940*.
37. Saint HILAIRE. *A Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*.
38. Thomaz DAVATZ. *Memórias de um Colombo no Brasil (1850)*.
39. José Francisco de CAMARGO. In: *Ensaio Econômico*, 14 – 1a. Capital; 2a. Vale do Paraíba e Litoral Norte; 3a. Central; 4a. Mogiana; 5a. Baixa Paulista; 6a. Araraquara, Douradense, Paulista; 7a. Noroeste e Alta Paulista; 8a. Alta Sorocabana; 9a. Baixa Sorocabana; 10a. Santos e Litoral Sul.
40. Sérgio Buarque de HOLANDA. *Op. cit.*, p. 459.
41. Celso DEBES. *O surto ferroviário paulista – A importância de Rio Claro*, In, RAM, 194, p. 33.
42. *Offício da Câmara Municipal de 28.05.1833 ao Presidente da Província*.
43. Leandro GUERRINI, *op. cit.* p. 309.
44. *Ver idem*.
45. *Ver idem*.

⁴⁶. Ver *idem*.

⁴⁷. Fernand BRAUDEL. *A dinâmica do Capitalismo*, trad. Carlos da Veiga Ferreira, ed. Teorema, p. 24.

III

A CIDADE DE PIRACICABA NO SÉCULO XIX

1. AS COMUNICAÇÕES COM MATO GROSSO E A GUERRA DO PARAGUAI

A 26 de fevereiro de 1856, trinta e quatro moradores da Vila Nova da Constituição enviaram à Câmara Municipal o seguinte offício:

Os signatários da presente representação, competridos do grande benefício que sobreviria a esta Villa, si ella fosse elevada à categoria de Cidade, se apresentam por meio desta perante V. Sa. pedindo, como de fato pedem, que hajão por bem representar ao Governo Provincial neste sentido:

Esta Villa, Vs. Ss. bem sabem, hé hua das mais populosas da Província, seo commercio não é pequeno e seo futuro engrandecimento não oferece dúvida, tudo isso parece indicar facilidade na concessão da medida. A vista pois d'estas considerações os signatários esperão que Vs. Ss. se prestarão a juntar suas vozes ao pedido, representando ao Exmo. Governo Provincial⁽¹⁾.

Não são muito diferentes os argumentos apresentados aqui, mas resumidamente, do que os que foram salientados na petição para elevação da Freguesia à categoria de Vila, embora se dê, neste pedido, maior ênfase ao fator do comércio do que à lavoura.

O que é perfeitamente compreensível visto que o que caracteriza uma Cidade era, de fato, a existência do Comércio.

Na realidade, a Vila, em meados do século XIX não diferia muito em seu aspecto, da Freguesia dos anos anteriores, faltando-lhe ainda a vivacidade própria de um comércio intenso.

Não apenas o comércio, mais dois outros fatores para a urbanização: o desenvolvimento da indústria ainda incipiente e os aspectos culturais. Problema que tem preocupado sociólogos, geógrafos e economistas, procurando uma definição conveniente para CIDADE, estabelecendo vínculo entre urbanização, cultura e industrialização.

A posição geográfica de Vila Nova da Constituição, verdadeiro cruzamento de estradas ligando a capital da Província de São Paulo à capital de Mato Grosso, recebendo tropas com diversas cargas, tornando-se um centro distribuidor de certas mercadorias, mesmo em pequena escala, permite que se admita o otimismo dos piracicabanos, quanto ao futuro de sua terra, ainda que nem eles próprios tivessem uma noção mais ou menos exata do tudo que faltava como infra-estrutura de uma verdadeira Cidade.

Elevada à categoria de Cidade pela Lei Provincial nº 21 de 24.04.1856, Vila Nova da Constituição passa a ser CONSTITUIÇÃO, mesmo contra a vontade de seus moradores que continuam a preferir o antigo nome de PIRACICABA.

O mesmo decreto elevava à categoria de Cidade as Vilas de Bragança, Lorena e Franca.

Uma lei não altera imediatamente o aspecto, os costumes, os problemas de um centro urbano, mas, concedendo-lhe um novo status, pode atribuir-lhe novas oportunidades de progresso.

Saindo do primeiro estágio, isto é, de um sistema nitidamente rural, mal saído do sistema de troca, cujos problemas se relacionam mais com a subsistência, com o dia a dia, com os meios para sua manutenção, com os problemas de defesa e sobrevivência, na dependência, não apenas de seus próprios recursos, mas das normas de um governo recém-instalado, assoberbado com suas próprias dificuldades, a Vila, em início de urbanização, sede de município açucareiro, já em contacto com outros centros de produção e consumo, passava para um novo estágio em que teria de atrair outros tipos de mão-de-obra, diminuindo a porcentagem

de escravos, não apenas em virtudes de leis, mas pela necessidade de trabalhadores para serviços mais próprios de um meio urbano, irá receber novos moradores, como se pode verificar pelos recenseamentos que também relevam outras profissões além das relacionadas com as atividades rurais.

Continuaram os problemas relacionados com as vias de comunicação, com as pontes e ranchos, sem recursos para certos melhoramentos indispensáveis. Mas certas vantagens hão de surgir com a nova situação, com maior mercado de trabalho, maior intercâmbio sócio-econômico e cultural, com novas autoridades enviadas pelo Governo da Província dentro da própria comunidade.

Um dos primeiros problemas que a Câmara tentou resolver foi o dos Correios, até então exatamente precários. Dependendo do estado das estradas – melhor dizendo dos caminhos –, havia constantes atrasos na correspondência com a Capital e com a Corte. Atendendo a um pedido de moradores, a Câmara pediu à Presidência da Província correio de cinco em cinco dias como a cidade de Campinas (10.08.1856).

Um ano depois desse pedido (27.08.1857) foi enviado ao Presidente o seguinte ofício, solicitando mais regularidade no serviço⁽²⁾:

... a mala do correio que deve vir da Cidade de Campinas nos dias 5, 15 e 25 de cada mês tem estado na maior irregularidade possível, como se dá agora neste mês, porque como já disse de chegar a 15, chegou no dia 16 às dez horas do dia, e tendo agora de chegar a 25 hoje é dia 27 às oito horas do dia e ainda não chegou. V. Exa. bem pode calcular o transtorno que estas irregularidades causão aos povos deste Município que esperão a chegada do correio, para terem as relações comerciais assim como as autoridades da mesma forma esperão providências acerca de suas atribuições.

O problema dos correios estava ligado diretamente aos problemas das vias de comunicação.

Embora a estrada que ligava Constituição a São Paulo fosse estrada geral, o trecho que desta Cidade seguia para a de Campinas, por Santa Bárbara, estava quase intransitável, cheia de matos, com atoleiros e algumas pontes desmanchadas, precisando de prontos consertos segundo ofício da Câmara de 08 de julho de 1859, assinalando que não era apenas a correspondência comercial entre essas cidades que ficava prejudicada, mas também:

é por esta estrada que vem a correspondência tanto desta Província como da Corte do Rio de Janeiro, por onde transita a mala do correio...

Considerando que era por esta estrada geral que se comunicava a Capital com Mato Grosso, e que esta estrada já passava o correio para Cuiabá, conseguiu a Câmara que o Governo aprovasse certos melhoramentos na vereda por Brotas, mas quando já estavam adiantadas as obras nesse sentido, o Dr. Elias Pacheco Jordão embarçou a passagem da estrada por sua fazenda, exigindo 800.000 rs. de indenização sobre os cafeeiros que seriam cortados e por uma cerca que deveria ser feita.

Até então, uma boa parte da estrada, cerca de uma légua, tinha sido feita pelos particulares que viam vantagens nesse melhoramento.

Um ofício da Câmara ao Presidente da Província (18.07.1860) encaminhando ofício do inspetor da estrada revelava todo o drama:

Esta, consideravelmente melhorada, pelo zelo incansável do falecido Augusto Certain⁽³⁾, das tres a mais importante, pela boa qualidade dos terrenos que atravessa, por exigir menores despesas de conservação, e por ser hoje a mais procurada para o comércio e viajantes.

Depois de se estender sobre os problemas de duas outras estradas, a Câmara passava detalhes sobre:

... a que parte desta Cidade vai ter em linha reta à província de Mato Grosso, seguindo a direção do Tietê. Não compreenderia a Câmara os seus deveres se não solicitasse dos altos poderes do Estado um pouco de atenção para essa importante via de comunicação. Para atrai-la basta dizer-se que ella tem de substituir a longa e desanimadora estrada que atravessando as Províncias de Minas e de Goiaz tem sido a única que comunica a Corte com a Capital de Mato Grosso para onde há muitas vezes, necessidade de se fazer seguir tropas, autoridades e carregamentos que não passem por territórios estrangeiros. Encurtando a distância em um terço das quatrocentas léguas da antiga estrada, a de que se trata tem a vantagem de atravessar nesta Província um constante chapadão de espantosa fertilidade, de passar pelas Colonias de Avanhandava e Itapura, e quase pela freguesia de Jaú, germens atuais de tres futuras povoações grande e ricas, e de ser o indispensável prolongamento até esta cidade da estrada que o Governo Imperial está mandando abrir desde o Itapura até o Avanhandava. Na Província de Mato Grosso encontrará essa estrada caminhos quase prontos por ser o terreno a atravessar uma imensa campina apenas intermeada de quando em quando por pequenos matos. Ainda mesmo que se consiga estabelecer a navegação a vapor desta Cidade até o Avanhandava não se pode deixar de conservar a parte da estrada que corresponde a essa distância fluvial que não tendo o Rio capacidade sinão para pequenos vapores as tropas que por ventura, o Governo queira fazer seguir para Mato Grosso pelo nosso próprio território os obstáculos que até hoje lhe tem aposto a incúria dos homens, entrarão triunfantemente pelas misteriosas florestas de uma natureza opulenta e tentadora (7.12.1861).

Embora a Câmara assinalasse a importância da estrada para Mato Grosso como uma estrada a merecer atenção do Governo Provincial, é para uma outra estrada que pedirá auxílio pelo ofício de 5 de abril de 1862. Desta vez era a estrada que ligava Constituição a Capivari, cheia de mato e completamente esburacada pelas chuvas, salientando sua importância como via de transporte do café e açúcar para outros municípios (Brotas e Botucatu), estreita para o seu movimento, pois *é por ela que se fazia a exportação deste município para Brotas, Jaú, parte de Botucatu e Rio Claro...*

Uma cidade é um entreposto de comércio que pode ser um dos importantes fatores para seu desenvolvimento. Crescendo, as Cidades podem contribuir para a abertura de novos caminhos, organizando-os de acordo com suas necessidades, ou perspectivas.

As estradas atravessam vilas e cidades, margeiam ou atravessam rios, dependendo de pontes seguras, livres de enchentes e enxurradas. A ponte sobre o rio Piracicaba, embora tivesse sido muito bem construída, como alegava a Câmara (11.7.1862), corria risco de ser levada pelas enchentes.

Como a Assembléia Provincial não incluísse uma verba de 800 mil réis em seu orçamento, para os reparos a Câmara sugeria que *se mandasse cobrar huma Taxa módica sobre os animais cavallares, vacum e carros que pela mesma ponte transitarem.*

Dois meses depois, a Presidência não tinha dado solução aos problemas lembrados, reiteradamente. O arvoredo ao lado da estrada favorecia a umidade tornando o caminho intransitável. A ponte não recebera os reparos solicitados e o comendador Luiz Antônio de Souza Barros solicitava sua mudança para outro local. Segundo esse ofício da Câmara:

assim livra a Fazenda de sua Irmã e ex-sogra a Marquesa de Valença, da estrada que comunica esta cidade com as muitas povoações vizinhas e Provincia de Mato Grosso...

... a ponte existente foi acabada de construir há quatro anos no centro desta cidade e na extença rua chamada Direita, entrada e saída da mesma, tudo

em virtude de representações dos povos e demarcação do Engenheiro Antonio José Vaz.

O ofício estendia-se sobre a qualidade e resistência da ponte salientando *que uma ponte no local indicado pelo comendador ficava muito retirada da povoação em lugar onde o rio era muito mais largo exigindo, portanto, maior despesa, em lugar perigosíssimo, embora mais baixo, por seguir-se logo o Salto e Cachoeiras, que na ocasião das chuvas proibem até qualquer socorro.*

Não se tratava apenas de ponte sobre o rio Piracicaba. Havia problemas relacionados com o Piracicamirim, do lado de Campinas, somando-se a necessidade urgente de uma nova ponte sobre o Corumbataí, *na estrada que comunicava esta Cidade com a Província de Mato Grosso e outros pontos, visto que as enchentes do ano passado levaram o que existia...*

Sobre o Corumbataí foi posta em funcionamento uma balsa, mas isto encareceu os gêneros transportados, pois passou a ser cobrada uma taxa de 80 réis por cada animal solto ou *em carga*. Outro grande problema: a passagem só seria possível durante o dia (6.01.1863).

Os trabalhos na estrada de Itu e Capivari foram finalmente feitos. O descobrimento das laterais foi feito por Antônio da Costa Moreira, mas como foram feitos aterros e esgotos, a obra ficou mais cara (27.01.1863). Em fevereiro do ano seguinte foi conserxada a ponte sobre o rio Piracicaba.

O assunto – pontes e estradas – é, de fato, inesgotável. E em nenhum estudo da civilização material dos povos, em qualquer momento de sua História, pode ser posto de lado.

Pontes, não apenas sobre o rio Piracicaba, o Corumbataí e o Piracicamirim, mas também sobre o Alambari, na estrada de grande importância para o comércio. E ainda, sobre o Congonhal e Moquem, no caminho de Botucatu. Indispensáveis para viajantes, tropeiros e boiadeiros (28.03.1863).

Durante anos sucederam-se as representações dos grandes proprietários, que conseguiam assinaturas dos mais modestos, procurando evitar estradas atravessando cafezais e canaviais. E os assuntos serão mais ou menos os mesmos nos ofícios da Câmara Municipal ao Governo da Província.

Em meados do século a Nação ainda estava apegada à exploração da terra, mal se iniciando a industrialização. A lavoura ainda era do tipo extensivo, destinada essencialmente à exportação, quer se tratando da canaveira, com seus engenhos tradicionais, ou cafeeira, com seus terreiros e tulhas, mal conhecendo o arado e, ambas, na dependência do braço escravo.

Há muito tempo os recenseamentos revelaram que não havia terras devolutas em Piracicaba. Persistia o sistema de posse, que aos poucos ia se legitimando, não apenas na zona rural, mas nos perímetros urbanos também.

A 24.10.1848 foi sancionada a lei nº 514 que ordenava que em cada Província fossem reservadas seis léguas em quadra de terras devolutas, destinadas exclusivamente à colonização. Nelas seria expressamente proibido o trabalho escravo.

A esta altura, em Vila Nova da Constituição já se iniciava um sistema de trabalho em que se incluía o imigrante europeu.

Em 1841 o senador Vergueiro tentava uma experiência com o sistema da parceria em suas terras de Ibicaba, mas, implicado diretamente na revolução Liberal de 1842, foi obrigado a desistir, reiniciando a experiência em 1846, com colonos de origem germânica. Cessado o tráfico negreiro (1850-1854) intensificou-se a entrada de imigrantes através da firma Vergueiro & Cia, encarregada de contratá-los na Europa.

Em Piracicaba, ou melhor, em Constituição, havia duas colônias de imigrantes suíços e alemães⁽⁴⁾, a maior na fazenda São Lourenço, do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros, em que predominava o elemento alemão, e uma outra, bem menor, de Elias Silveira Leite, na fazenda Santo Antônio. Na propriedade de Elias Pacheco Jordão havia alguns colonos suíços.

Esses colonos não trouxeram substanciais alterações à grande lavoura, mas modificaram a paisagem urbana com suas hortas e pomares, com seus troles e carroças de quatro rodas, e, nos lares, com novos hábitos sadios e higiênicos.

Muitos alemães deixaram a zona rural para viver na cidade, tornando-se abastecedores do Mercado, de produtos hortigranjeiros, vendedores de frutas e legumes.

Não era fácil a coexistência do trabalhador livre ao lado do escravo. Rivalidades, diferença de tratamento dispensado pelos

fazendeiros a uns e outros, contradições, deficiências nos processos do beneficiamento de café, problemas de adaptação do colono europeu a um clima tropical, e, principalmente, o fato de ter vindo para a zona rural, um bom número deles dos meios urbanos, mais confortáveis e, naturalmente menos hostis. Não teria sido fácil aos novos vindos, aceitar um meio de transportes tão precário, com estradas poeirentas ou encharcadas, nem se adaptar aos pesados carros de bois que logo, engenhosamente, modificaram.

Trouxeram, contudo, às fazendas, um padrão de higiene desconhecido nas senzalas imundas, e difundiram com sucesso o uso da carroça de quatro rodas e do trole⁽⁵⁾.

Os primeiros alemães de Piracicaba não foram os primeiros a vir para a Província de São Paulo. Pela galera holandesa Maria chegaram a Santos, em 1827, 227 colonos alemães que se hospedaram no hospital Militar, em São Paulo. No ano seguinte chegaram mais algumas centenas. Em Santo Amaro instalou-se uma Colônia de 129 alemães, sendo sorteadas as terras entre as famílias⁽⁶⁾. José Stipp veio a Piracicaba de Santo Amaro, sendo um dos primeiros alemães a obter data de terra.

A falta de assistência contribuiu para o fracasso da Colônia em Santo Amaro, mas sempre houve um saldo positivo, pois em 1837, Santo Amaro era o único município de São Paulo que produzia batatas, alimento típico alemão, tendo Santo Amaro logo se tornado grande fornecedor de gêneros para o mercado paulistano.

Recrutados no proletariado urbano da Europa Central, e indo viver na cidade, alemães e suíços dedicaram-se às profissões urbanas, isto é, formaram-se sapateiros, soldados, pedreiros, músicos.

A segunda metade do século XIX foi caracterizada por uma crescente fase de urbanização, com um comércio cada vez mais intenso, com o desenvolvimento de certas atividades industriais, com novas formas de conforto e introdução de importantes melhoramentos urbanos.

O imigrante europeu é, neste caso, ator e autor, pois era decisivo o seu papel na vida das novas cidades, em ambos os sentidos, papel este assinalado por Hélio M. Kräenbühl e, como se verá mais tarde, também com a chegada de imigrantes norte-americanos e, finalmente, com a importante entrada de imigrantes italianos.

Resultado dessa dupla ação na pacata cidade de Constituição foi o Bairro dos Alemães e também o Cemitério dos Protestantes; ainda, no campo educacional, particularmente do grupo de imigrantes norte-americanos.

Pronto o novo Cemitério (26.10.1859) nele foi cedido aos alemães um terreno de oito braças de frente por vinte de fundo, fazendo frente para a rua de São José, e fundos com a rua Direita (22.01.1860).

Segundo Judith Mac Knight em Soldado Descansa⁽⁸⁾, em 1869 teria sido enterrado o pequeno Georg, da família alemã Lose, vítima de tifo, em terreno de fora do Cemitério, pois a Igreja Católica não autorizara seu sepultamento no interior por não ter sido batizado. O Dr. Prudente de Moraes Barros advogara a causa do menino, mas o ponto de vista da Igreja foi mais forte.

Alguns médicos alemães também se instalaram em Piracicaba. O dr. Otto Kupfer e o Dr. Hermann Melchert prestavam serviços gratuitos à Santa Casa da Misericórdia e, mais uma vez, orientaram seus patrícios na resolução de pequenos desentendimentos a propósito de serviços prestados por eles na construção de estradas.

A Guerra Civil, que explodiu nos Estados Unidos, atingiu as indústrias européias que importavam algodão norte-americano. Obrigadas a adquirir outros tipos de algodão, as fábricas francesas e inglesas fizeram algumas alterações em suas máquinas – para algodão de fibra mais curta do que o americano – e passaram a adquirir algodão de outros países, como Egito e Brasil.

Para incentivar a produção algodoeira no Brasil, a Sociedade de Manchester, através do superintendente da São Paulo Railway, enviou a São Paulo sementes e um descaroçador de algodão e a própria S. P. R. forneceu uma tonelada de sementes.

Em Constituição também plantou-se algodão. Plantação, aliás que já se fazia anteriormente, mas tinha perdido importância, pois açúcar e café seriam mais lucrativos. Logo surgiram os descaroçadores: numa escritura de penhor datada de 1865, entre as benfeitorias de uma chácara, consta um descaroçador; em 1871 incendeia-se o descaroçador de Pedro Blumer. Na rua do Porto instalava-se o descaroçador de Antônio da Costa Moreira.

Instalados como pequenos proprietários em Piracicaba e Santa Bárbara – mais tarde em Americana –, os norte-americanos dedicaram-se à lavoura de algodão, cana e milho, criação de vacas de leite e de abelhas. Em Piracicaba, a ação dos norte-americanos era principalmente no setor educacional e religioso. Júlio Ferreira, em seu livro sobre **História da Igreja Presbiteriana no Brasil**, trata exaustivamente desse assunto. Com todos os problemas criados por divergências religiosas, onde predominava a influência da Igreja Católica, não foi fácil ao grupo protestante ambientar-se no novo meio, mas seus grandes méritos como educadores modernos fundando um Colégio de alto nível, introduzindo novas normas de ensino, contribuíram para obter o apoio indiscutível do Dr. Prudente José de Moraes Barros, que logo matriculou seu filho no Colégio Protestante, no que foi imitado por seus amigos.

Piracicaba foi visitada por viajantes estrangeiros que publicaram interessantes observações sobre a região. Eis como Tchudi descreve em seu livro **Viagens à Província do Rio de Janeiro e São Paulo**, p. 194.

De longe a cidade apresentava o aspecto de uma aldeia bastante dispersa, mas, à medida que nos aproximávamos, notei que se tratava de uma pequena cidade praticamente assentada entre laranjais e bananeiras, com suas pequenas casas risonhas. Pareceu-me que nunca eu havia visto verde tão delicioso que se explicava pelo contraste entre a terra roxa e a cor viva das folhagens.

Esta pequena cidade, que é destituída de importância, possui ruas largas mal calçadas, mas praças regulares, algumas casas bem construídas, mas nenhum poço d'água, o que obriga seus habitantes a servirem-se da água do rio.

Descreve também as igrejas, nada encontrando de notável na Matriz, sendo a do Rosário apenas uma capela, estendendo-se sobre a da Boa Morte, com elogios a Miguel Benício Dutra. Mas

acha estranho o edifício da Câmara e Prefeitura, servindo de posto policial, tribunal e escola para meninos (p. 195).

Tchudi refere-se à Colônia de Itapura, fundada a 20 de julho de 1858 pelo Governo Imperial, no ponto de confluência entre os rios Tietê e Paraná, com uma estação de barcas e comércio com Mato Grosso, como a defender o território brasileiro contra o Paraguai.

A fundação da Colônia de Itapura foi muito significativa para Piracicaba.

A cidade de Constituição estava situada exatamente no caminho mais curto do Rio de Janeiro para Itapura. Nessa época a cidade era um importante entreposto de sal, distribuído pelas fazendas de gado do sertão e locais de salga de peixe.

Situada à margem direita do rio Tietê, a Colônia de Itapura devia servir de apoio a outros estabelecimentos do gênero que deviam auxiliar-se mutuamente para facilitar e manter o comércio com Mato Grosso.

A Colônia Militar e Naval de Itapura foi ideada pelo Conselheiro Saraiva, mas fundada pelo 1º Tenente da Armada, Antônio Mariano de Azevedo, a 160 léguas da Capital⁽⁹⁾. Alguns meses antes tinha sido fundada a Colônia do Avanhandava, no distrito da Paróquia de São Bento de Araraquara.

2. CONSTITUIÇÃO E A GUERRA DO PARAGUAI

Em meados do século XIX, o Brasil atravessava uma fase de reajustamento econômico e financeiro, e, ao mesmo tempo, de certa normalidade político-administrativa.

Sob o ponto de vista econômico, alteravam-se os quadros de produção, não só quanto às áreas produtivas, como quanto aos produtos tradicionais. Lavouras de tradição – cana-de-açúcar, algodão e tabaco – entraram em decadência, e a lavoura cafeeira passava a ser o verdadeiro esteio da balança econômica nacional.

O desenvolvimento da lavoura cafeeira, com todas as suas conseqüências – na mão de obra, no setor de transportes e comunicações –, mudava o panorama *sócio-econômico da nação*, atingindo todos os setores, ciências, artes, progresso material, formas de vida, permitindo grandes empreendimentos de fundo capitalista, que serão, de fato, reinvestimentos, mudando não só a paisagem social, como o próprio aspecto das cidades.

Foi, ao mesmo tempo, um período crítico quanto à política externa, particularmente em relação aos nossos vizinhos do Sul, da Bacia Platina.

Ora, à Bacia Platina pertencem os principais rios percorridos pelas monções, tributários do rio Paraná-Verde, Pardo, Ivinheima, etc., e do Paraguai: Cuiabá, Taquari, Miranda, Apa.

As comunicações entre Mato Grosso e São Paulo exigiam, cada vez mais, cuidados da administração das duas Províncias. Nas sessões da Câmara Municipal de Constituição citava-se Cuiabá ou suas estradas como se a capital de Mato Grosso estivesse a poucos quilômetros de distância.

O Tratado de Livre Navegação, assinado entre Brasil e Paraguai e suas vizinhas platinas, diminuiu o trânsito pelos negociantes e tropeiros que passaram a preferir as comodidades da via fluvial à dura travessia do sertão. A livre navegação pelo rio Paraguai permitiu um certo desenvolvimento a Corumbá, ponto de desembarque de navios das empresas do Alto Paraguai, e das embarcações que subiam o rio.

Fazia-se o percurso de Corumbá e Cuiabá em oito dias, enfrentando a correnteza do rio Paraguai. O percurso de volta levava uns cinco dias. Tal viagem só era possível por meio de grandes navios, pois as simples canoas levariam pelo menos trinta ou quarenta dias⁽¹⁰⁾.

O Tratado, cujo título era Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, bastante sugestivo, datado de 6 de abril de 1856, permitia que se melhorassem imediatamente as comunicações entre a Corte e a Província de Mato Grosso. Nesse ano, a 6 de outubro, zarpava de Buenos Aires, com destino a Cuiabá, a escuna *Leverger* inaugurando as novas vias fluviais.

O primeiro navio a chegar a Cuiabá foi o *Corça* (20.02.1857), despertando enorme entusiasmo na população. En-

tusiasmo que se renovou quando, cinco dias depois, aí chegava a flotilha composta do vapor de guerra comandado pelo capitão Cláudio Soído, o *Maracanã*, e das escunas *Diamantina* e *Ulisses*.

De Constituição partia a advertência ao Governo:

Ainda mesmo que para o futuro se consiga estabelecer a navegação a vapor desta Cidade até o Avanhandava, não se pode deixar de conservar a parte da estrada que corresponde a essa distância fluvial, porque, não tendo o rio capacidade senão para pequenos vapores, as tropas que por ventura o governo queira seguir para Mato Grosso pelo mesmo território, entrarão triunfantemente pelas misteriosas florestas de uma natureza opulenta...

No fim do ano de 1860 faziam-se levantamentos de uma nova picada ligando Brotas à Colônia Militar de Avanhandava, verificando-se que o terreno se prestava perfeitamente a uma estrada atravessando os Campos de Araraquara. O Oficial Comandante, Diretor da Colônia Naval Militar de Itapura, em Ofício ao Presidente da Província de São Paulo assim se expressava:

Por onde passa o picadão, acha-se todo povoado por moradores, em pequenas distâncias uns dos outros, onde encontraremos todos os recursos⁽¹¹⁾.

Os encarregados do levantamento partiram de Constituição no dia 28 de setembro, seguindo para Salto de Avanhandava, depois de atingirem Brotas no dia 1º de outubro. Chegando ao Avanhandava no dia 11 do mesmo mês, aí demoraram-se quatro dias, providenciando mantimentos e animais, deixando Avanhandava no dia 15. Chegaram a Itapura no dia 26.

Considerando a pobreza dos pastos, sugeriu-se a compra de alguns bois para o serviço da estrada, por ser o gado vacum mais resistente do que o muar e o cavalari.

De difícil conservação, encharcada em muitos trechos durante parte do ano, a estrada era, não apenas um meio de co-

municação entre as Províncias de Mato Grosso e São Paulo, mas também estratégica, tendo-se em vista que o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação tinha se revelado inoperante, diante das exigências abusivas das autoridades paraguaias, o que já manifestara em 1858, quando o Governo Imperial achara necessário enviar a Assunção o Visconde de Rio Branco, como observador plenipotenciário.

Nessa ocasião, uma cláusula complementar ao Tratado haverá de melhorar a situação, mas posterior atitude de Francisco Solano Lopes com seu exército de 64 mil homens em pé de guerra e sua moderna esquadra, aliado às fortificações que o Paraguai tinha construído em Humaitá e Passo da Pátria, revelou que o vizinho país tinha condições de barrar, a qualquer momento, qualquer tentativa de navegação pelo rio Paraguai.

Não podemos, em um rápido golpe de vista sobre alguns pormenores da História de Piracicaba, entrar em detalhes sobre a Guerra com o Paraguai; mas não podemos ignorar o papel que coube à Constituição naquela época, situada no cruzamento dos caminhos entre a Corte, São Paulo e Mato Grosso.

O aprisionamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda* considerando fechada ao Brasil a navegação, em águas paraguaias, sob a alegação de que *o exército imperial tinha invadido o Uruguai e ocupado a vila de Melo*, relevou logo o plano de Solano Lopes, tornando evidentes os problemas de defesa do Mato Grosso, com suas quatrocentas léguas de fronteira, precariamente defendidas por uma guarnição de 875 homens⁽¹²⁾ e a importância do caminho por terra, há tanto tempo aberto, e para as vilas e cidades por ele atravessadas, mas tão mal conservado.

Tão precárias eram as comunicações que, sete meses depois das primeiras *notas* paraguaias, a imprensa de Cuiabá reclamava (24.02.1865) contra o abandono da Província pelo Governo Central.

Os acontecimentos revelaram ainda as falhas do correio.

O Barão de Vila Maria que, com outros, conseguira abandonar a fazenda de Pirapitanga, só conseguiu chegar ao Rio de Janeiro com a notícia da invasão a 22 de fevereiro de 1865, após 48 dias de viagem, dos quais 29 em marcha. Passando por Santana de Parnaíba, encontrara no correio, numerosas malas de correspon-

dência, para diversos pontos do Império, ali abandonados pelos estafetas.

Tão lentas eram as comunicações entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, que o aviso do Ministério da Guerra ao Presidente de Mato Grosso mandando criar Corpos de Voluntários da Pátria, de acordo com o decreto nº 3.371, de 7.01.1865, só chegará a seu destino em meados de abril.

Com a ocupação do Coxim pelos paraguaios, desapareceram os estafetas do Correio Postal, que passaram para outras províncias.

Em geral, quando se fala sobre a Guerra do Paraguai, imediatamente vem à tona o papel representado pelos voluntários paulistas no território inimigo, mas há ainda outro ângulo da história dessa Guerra um pouco esquecido, ao qual não se tem dado muita importância, a respeito do que se teria passado no interior, nos meios afastados do campo de guerra, no seio das famílias, e ao longo das estradas...

Para a organização das forças armadas havia um recrutamento anual, em que cada localidade devia fornecer um determinado contingente para o Exército. Além disso havia, em caráter obrigatório, a Guarda Nacional, criada em 1835, que dependia do Ministério de Justiça, e ainda o chamado Corpo dos Permanentes, ao qual se acrescentou o Corpo de Pedestres, de pouca duração, dissolvido em 1853.

O decreto nº 3.371, de 7.01.1865 criou, para o serviço de guerra, em circunstâncias extraordinárias, o Corpo de *Voluntários da Pátria*.

Foram encarregados do recrutamento dos Voluntários os Delegados de Polícia, aos quais foram enviadas circulares. Iniciava-se, assim, uma fase difícil para as vilas e cidades, que se esvaziavam, desorganizando a vida municipal e também a vida familiar.

Para evitar uma queda brutal da produção, tendo em vista a importância desta para a manutenção dos soldados nas linhas de frente, bem fardados e bem alimentados, com uma eficaz retaguarda para o abastecimento, foram isentos os que estivessem engajados em determinados setores indispensáveis, no momento, principalmente para o serviço de transportes.

Se, nas Capitais, a população era levada pelo entusiasmo do apelo das elites, em defesa da Pátria ameaçada, nas vilas, o interior, o primeiro impulso era a fuga. A verdade é que o povo não alcançava a intensidade da tragédia, nem avaliava o perigo que corria a vizinha Província de Mato Grosso.

As notícias tardavam a chegar. Um *expresso* – desculpe-se a ironia da palavra – enviado de Cuiabá ao Rio de Janeiro, levando correspondência oficial, do Presidente da Província de Mato Grosso, só chegava ao Rio após dois meses e cinco dias de viagem; ou seja a 17 de março. Atendido imediatamente, voltava sem demora a Cuiabá, chegando a 20 de agosto. Podem-se imaginar os problemas do *expresso* durante toda essa interminável viagem.

Em janeiro de 1865, o Marquês de São Vicente, Conselheiro Pimenta Bueno, que não era militar, mas um grande jurista, que já tinha sido Presidente da Província de Mato Grosso, traçou um plano em que colocou, em primeiro lugar, a importância de Mato Grosso no quadro da defesa do Brasil⁽¹³⁾. Analisava os caminhos que poderiam levar socorro àquela Província: de Belém ao Guaporé, na estrada da Cidade de Mato Grosso; do Tapajoz, para chegar a Cuiabá, pelo Sul, tomando Morrete ou Antonina como ponto de partida.

Considerando que a estrada que liga Santos a Constituição, situada no rio Piracicaba, era relativamente boa, poder-se-ia descer por ela até o rio Tietê, em direção ao Paraná: a partir de Itapura a navegação era livre, podendo-se subir o Ivinheima até Dourados.

Entrando em detalhes, para se continuar o trajeto, até encontrar o flanco mais vulnerável do Paraguai, no Apa, Pimenta Bueno entendeu que se poderia apoiar o estabelecimento de Miranda.

Em seu plano de Campanha, Pimenta Bueno insistiu na importância da Colônia Naval de Itapura, admitindo que, por essa estrada de Constituição a Itapura seria possível encaminhar material de guerra para a fronteira do Apa, *evitando que os paraguaios tivessem vapor*.

Não achava muito praticáveis as vias fluviais, e, examinando as vias terrestres, a única que lhe parecia mais praticável era a estrada que levava de Constituição, à beira do Paraná, e daí a Miranda, por Santana de Paranaíba, ao todo cento e setenta léguas.

Desde que foram instaladas as Colônias do Avanhandava e do Itapura, ficou patente a necessidade de manter contacto permanente, não só entre ambas, como entre os sertões paulista e mato-grossense, e as duas Capitais, São Paulo e Cuiabá, não só por um conveniente caminho terrestre como por meio de uma linha postal regular.

Em 1860, João Rodrigues Ponce escrevia ao Administrador Geral dos Correios da Província sobre a necessidade de se abrir uma estrada do Salto do Avanhandava à Vila de Santana de Paranaíba. Tal estrada evitaria uma volta de 18 léguas aproveitando-se o picadão que levava ao Porto do Taboado, no rio Paraná, para o trânsito das malas do correio, com destino a Avanhandava.

O serviço do correio para Santana de Paranaíba era feito através de Constituição, Rio Claro e Araraquara.

O Diretor da Colônia Naval de Itapura, em informação ao Presidente da Província, dava preferência ao serviço pela cidade de Constituição, Vila de Brotas, picadão de Brotas, ao Avanhandava e Itapura. Nesta Colônia, uma canoa transportaria o porta-mala para o outro lado do Paraná, e, daí se aproveitava um caminho de campo a Santana de Paranaíba.

Em abril de 1865, alguns camaradas chegaram a Constituição com uma canoa de um negociante de Itapura, informando que constava em Itapura que os paraguaios se encontravam a pouco mais de setenta léguas de distância.

Foi criada uma linha extraordinária de correio de São Paulo a Cuiabá, passando por Itapura. Exclusivamente para cartas e ofícios, com oito estafetas de Cuiabá a São Paulo e doze em sentido contrário, isto é, de São Paulo a Cuiabá, pois era muito importante a remessa das decisões do Governo Provincial que devia ter sempre, à disposição, pessoal preparado para os casos mais urgentes.

Na Província de São Paulo os estafetas faziam o caminho a pé, mas em Mato Grosso o caminho era feito a cavalo.

A ocupação do Coxim pelos paraguaios, em abril de 1865, interrompeu o transporte das malas do correio para Cuiabá por esse caminho. Aos poucos, desorganizou-se esse serviço e a linha extraordinária acabou extinta, em fins de 1867, com grande prejuízo para Itapura, que passou a ter comunicação com o Governo

apenas duas vezes por ano, quando subiam as monções para Constituição⁽¹⁴⁾.

A 13 de julho de 1869, o administrador Geral do Correio dava as seguintes informações, às pretensões do Diretor da Colônia Naval de Itapura.

Nunca houve linha passando por Itapura antes da extraordinária criada pelo ato de 12.01.1865, para levar à Capital de Mato Grosso a correspondência do Governo e cartas particulares.

A linha de Santana tinha por pontos extremos a vila do mesmo nome na Província de Mato Grosso e a Cidade de Constituição nesta. Modificada essa linha, o seu ponto de partida foi marcado em Araraquara, terminando ainda em Santana, mas então tomou a direção intermediária, diferente da primitiva, passando por Jaboticabal, de modo que no primeiro nem no segundo caso serviu a Itapura.

Em 1858, decreto nº 2.126 de 13 de março, foi criada a Colônia Militar do Avanhandava, na qual havia uma classe de colonos, a 4ª, destinada à condução das malas de Constituição a Santana mas não só nunca se pode realizar a incorporação dessa classe, como a modificação da linha e atos do Governo destruíram aquela classe desde que as malas para Mato Grosso começaram a ser transportadas pela linha fluvial do Paraguai.

À vista disso ficou provado que não houve antes linha postal extraordinária ou outra alguma que servisse ao Itapura.

Cessando, porém, esta, e vendo a Repartição dos Correios que aquele Estabelecimento ficaria sem meios de comunicação postal com o resto do país,

tomou-se o expediente de enviar a respectiva correspondência para Santana de Parnaíba, que dela dista somente vinte léguas, afim de que ali a mandassem receber, e pelo mesmo canal expedir a da Colônia. Se ela, pois, não tem sido utilizada, não é culpa do Correio.

Mas se reconhece a necessidade de uma linha oficial e que não está provado, então o Governo Imperial pode resolver... etc.

Não há muita regularidade no sistema de comunicações, como se depreende desse documento, em que os problemas de Constituição não são seu assunto.

Para atender a tantos problemas, eram utilizados todos os meios possíveis. Tropeiros encarregados de um carregamento de sal, após vários entendimentos em Araraquara sobre o preço do transporte, enviaram ao Presidente da Província informações trazidas de Mato Grosso por um fazendeiro das proximidades de Coxim, por um caixeiro de Constituição e por alguns camaradas que acompanhavam o coronel Drago⁽¹⁵⁾.

Segundo eles, existia muito gado em Santana de Paranaíba e proximidades de Coxim. Em Santana havia mais de cem bois pertencentes à Nação.

Uma troca de ofícios entre os encarregados de compra, em Araraquara, de 30 alqueires de feijão, 72 alqueires de farinha, 3 alqueires de arroz, 3 cargas de sal, para a Colônia Expedicionária em Coxim, e a Presidência, arrastou-se de 10 de agosto a 6 de outubro de 1865. Quando teria chegado a carga a seu destino, e mais um lote de bestas que tinha seguido para Araraquara, segundo um aviso recebido pelo encarregado Joaquim L. Correa no dia 26 de agosto.

A Santos chegaram objetos navais com destino ao Estabelecimento Naval de Itapura ou para Coxim, e que deviam ser remetidos a Constituição. Enviados pela intendência da Marinha na Corte, seu transporte foi contratado com um negociante que devia entregá-los em Constituição, ao Tenente Coronel Francisco José da Conceição, de onde seguiram por via fluvial a Itapura.

As cargas para o teatro de guerra chegavam a Santos por mar, vindas da Corte, subindo a serra em carros ou tropas de muares, até a inauguração da São Paulo Railway. Enviadas a Minas, Goiás ou Mato Grosso, conforme o movimento de operação.

Alguns cargueiros tomavam a direção de Campinas, de onde seguiam para Minas ou Mato Grosso. Outros dirigiam-se a Constituição, de onde, por via terrestre ou fluvial, as cargas eram removidas a Itapura. Ou, ainda, diretamente por Araraquara, para Mato Grosso, via Santana do Paranaíba.

Muitas vezes o contratante era um negociante no Rio de Janeiro, São Paulo, ou Santos, mas as povoações ao longo dos caminhos eram as mais visadas quanto ao fornecimento de determinadas cargas, por exemplo, as destinadas à alimentação. Os artigos bélicos vinham diretamente da Corte.

Embora muitos carregamentos não passassem por Constituição, a antiga estrada e suas variantes continuaram a exercer a função para qual tinham sido abertas, isto é, uma comunicação entre a capital da Província de São Paulo e a Província de Mato Grosso.

O rio Piracicaba continuou a ser, como afluente do Tietê, importante via de penetração, com as monções levando para o teatro da guerra tanto quanto possível víveres e munições.

Não foi apenas no setor de abastecimento que Piracicaba tomou parte ativa. Como muitas outras cidades, Constituição enviou voluntários de acordo com as normas do recrutamento.

Em 1865, o Vigário encomendado, Joaquim Cipriano de Camargo, escreve ao Presidente da Província oferecendo-se *como voluntário para acompanhar o batalhão auriverde nessa luta em que estavam empenhadas a dignidade e a honra do Brasil e prestar à causa nacional todos os serviços compatíveis com o estado sacerdotal.*

O médico, Dr. Joaquim Augusto Ribeiro de Carvalho Rios, que tratava de alguns escravos da Colônia de Itapura, enviava a nota de seus serviços ao Delegado de Polícia de Piracicaba (8.03.1865), mas abria mão dela em benefício dos voluntários que *seguiram para seu grandioso destino.* Também tratava de algumas vítimas da varíola, e desistia do pagamento em benefício dos voluntários da

Pátria. E enviava ao Delegado de Polícia um ofício oferecendo-se para cuidar das famílias dos voluntários de Piracicaba⁽¹⁷⁾.

Na cidade o Partido Conservador oferecia, a cada um dos primeiros voluntários que se apresentassem, a quantia de 400\$ e a Câmara Municipal de Constituição prometia 100\$ aos primeiros nove voluntários. A Câmara sugeria ainda que se oferecesse, na falta de voluntários, o dinheiro arrecadado para a compra de escravos que partindo para as linhas de frente seriam libertos⁽¹⁸⁾. Medida esta que pode parecer hoje pouco humanitária, mas perfeitamente de acordo com o ponto de vista de uma sociedade escravocrata.

Esta forma de colaboração em benefício das operações tornou-se quase uma praxe durante os anos de guerra, entre fazendeiros e capitalistas, que ofereciam seus escravos, já libertos, para substituir seus filhos. Muitos, entretanto, preferiam equipar, à sua custa, um pequeno grupo de voluntários⁽¹⁹⁾.

3. OUTRAS ESTRADAS

Não foi rápida a urbanização de Constituição, que manteve, por muito tempo, aspecto rural, com suas chácaras e quarteirões sem casas, muitas vezes, até sem cercas, casas ao nível da calçada, sem jardim.

O que contribuiu, em parte, para retardar a urbanização foi a decisão do Governo Provincial suspendendo a concessão de datas. Boa parte do rossio estava ocupada por engenhos sem títulos de legitimação, ficando a Câmara impossibilitada de autorizar a construção de prédios em enormes terrenos vagos, alguns fechando ruas.

Em compensação, a perspectiva de se alongarem os trilhos da Estrada de Ferro Ituana até Piracicaba, abria novos rumos ao progresso da Cidade, embora continuassem os mesmos problemas dos tempos de Vila Nova da Constituição. Os poucos recursos da edilidade dificultaram certos melhoramentos.

Sendo uma época de grandes transformações na paisagem rural piracicabana, já não predomina o verde claro dos canaviais e nos Relatórios da Câmara Municipal um novo produto ocupava

lugar de destaque, o café, lavoura próspera que permitiu à nação um surto de riqueza e de progresso.

Um ofício da Câmara, quando Piracicaba ainda era Vila Nova da Constituição (25.01.1854), forneceu à Presidência da Província uma relação dos engenhos que produziam mais de quatrocentas arrobas de açúcar, ao todo quarenta e seis. Nessa lista salientavam-se Luiz Antônio de Souza Barros, com três, o Visconde de Monte Alegre, o Barão de Itu e o Marques de Valença, com dois engenhos cada um. Na lista dos fazendeiros de café, bem menor, só constam os nomes dos que produziram mais de duzentas arrobas. Mas quase todos eram a um mesmo tempo senhores de engenho e fazendeiros de café.

Em 1889, na Relação das principais lavoura de café e engenhos de açúcar classificados para o pagamento de um imposto municipal, havia perto de cem fazendeiros de café dos quais mais de metade obteve duas mil arrobas de café, incluindo-se aí o Barão de Serra Negra com 30.000 arrobas. Apenas três engenhos de açúcar eram mencionados: o Engenho Central com 40 mil arrobas, Joaquim Rodrigues do Amaral, com 8 mil arrobas e herdeiros de Bento Antonio de Moraes, com 2 mil arrobas.

Entre 1836 e 1858, os planos para construção de uma estrada de ferro na Província só foram meras tentativas, sem resultado positivo.

Com a extinção do tráfico de escravos, tornando disponíveis muitos capitais, a expansão da lavoura cafeeira, favorecendo o desenvolvimento econômico, criando um clima de euforia e de prosperidade, o problema dos transportes assumia novo aspecto, estimulando a instalação de uma nova rede de comunicações.

Eram novos campos de investimentos que se abriam, com a construção das estradas de ferro. Graças aos esforços de Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, a 30 de abril de 1854, foi inaugurada a primeira ferrovia brasileira – 14 quilômetros da Estação de Mauá até a Estação de Fragoso no Rio de Janeiro. Viria, em seguida, a Estrada de Ferro Pedro II, no Vale do Paraíba.

Em 1855, o Conselheiro José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, ao abrir a Assembléia Legislativa, com veemente discurso mostrava as vantagens da construção de uma ferrovia. O problema seria resolvido com a Lei Geral nº 838 de

12.09.55 e a Lei Provincial nº 495 de 17.09.1855. A Lei Geral referia-se à extensão à Companhia que se organizasse em São Paulo, dos favores à companhia que se organizasse para a construção de uma ferrovia entre Santos e Jundiáí⁽²⁰⁾.

A construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiáí era de importância indiscutível, e de sua construção ia se encarregar a empresa formada pelo Marquês de Monte Alegre, Pimenta Bueno e o Barão de Mauá. O decreto nº 2.601 aprovou os seus estatutos (6.06.1860).

Em 1866, a linha Santos-Jundiáí atingia São Paulo, e, no ano seguinte, após percorrer 140 quilômetros, alcançava Jundiáí. Outras vias férreas que se criassem na Província, iriam ser, forçosamente, tributárias da Santos-Jundiáí, conhecida por Estrada de Ferro Inglesa.

A construção da Santos-Jundiáí trouxe novas perspectivas e novos planos às cidades do interior paulista.

Não interessava à SPR levar os trilhos além de Jundiáí, mas no mundo dos negócios, nas altas esferas financeiras, o problema do prolongamento da estrada de ferro para o interior passava a ser discutido em ritmo de urgência.

Os grandes fazendeiros de café e senhores de engenhos, do chamado *Oeste Paulista* eram também capitalistas e empresários. O Marquês de Monte Alegre, membro da empresa *Santos-Jundiáí era fazendeiro capitalista*, com ricas propriedades em Constituição. Outros fazendeiros das cidades de Campinas, Itu, Sorocaba, eram lavradores e membros de importantes empresas de fundo capitalista.

Tais empresários reuniram-se para a introdução de novos meios de transporte, de novas possibilidades de progresso, não apenas material, mas também *sócio-cultural*.

É nesse mundo de fazendeiros e capitalistas que vai nascer a Estrada de Ferro Ituana, iniciativa encabeçada por José Elias Pacheco Jordão, integrada ainda por Antônio Paes de Barros, Barão de Piracicaba e outros.

Inaugurada festivamente em Itu, a 17 de março de 1873, véspera do grande acontecimento político conhecido como *Convenção de Itu*, a Companhia Ituana já possuía, em Piracicaba, um terreno para sua futura estação ferroviária, pois a 18 de julho de

1863 uma lei municipal concedia uma área de cinco mil metros quadrados (dois terços de um quarteirão) no Bairro Alto, na rua Direita, local onde se encontra atualmente o antigo Grupo Escolar Alfredo Cardoso.

A maioria das ações dessa e de outras companhias, formadas na época, pertencia a antigos proprietários de vastas áreas no interior de São Paulo, o que constituía, de fato, uma forma de revestimento de capitais graças ao assombroso surto cafeeiro.

Eram as cidades das mais antigas zonas cafeeiras as primeiras a gozar dos privilégios do transporte ferroviário – primeiro o Vale do Paraíba, com a Pedro II, futura Central do Brasil, depois, a SPR, conhecida como Inglesa, ou Santos-Jundiaí; seguiram-se a Paulista, de São Paulo a Campinas, a Ituana, ligando São Paulo a Itu, mais tarde a Sorocabana...

Muitos fazendeiros piracicabanos tornavam-se acionistas, principalmente, da Ituana, e a doação do terreno para uma estação ferroviária com tanta antecedência foi uma imposição da Diretoria da Estrada à Câmara Municipal, para estender futuramente um ramal até Constituição.

Na mesma época Saldanha Marinho, Presidente de São Paulo, (1868), incentivava os fazendeiros e capitalistas a se reunirem para formar uma nova empresa ferroviária, que seria a Estrada de Ferro ligando a capital da Província a Campinas, centro mais importante de produção cafeeira, principalmente tendo-se em vista que a SPR não pretendia prolongar seus trilhos além de Jundiaí. Uma nova Estrada, além de melhorar sensivelmente o sistema de transporte da Província, seria uma excelente forma de reinvestimento de capital.

Entre os acionistas da *Paulista* estiveram muitos elementos de Piracicaba, fazendeiros e proprietários de prédios na capital.

Essa transferência de capitais para uma nova atividade econômica, numa economia de mercado, própria do momento, tornou-se um dos aspectos da vida paulista, quando se alargaram os campos de atividade financeira, com Casas Comissárias, e novos sistemas de crédito, com a fundação também de novos Bancos.

Em Piracicaba, Itu, Campinas e Sorocaba, estiveram muitos desses fazendeiros capitalistas também na direção de importantes indústrias pioneiras. Bento Paes de Barros, explorador do sertão,

fazendeiro em Piracicaba e Rio Claro, era acionista da Ituana e da Fábrica de Tecidos São Luiz, de Itu. Quase toda a família Souza Queiroz, além das terras no interior, integrava o grupo de acionistas de várias empresas, como por exemplo, o nosso querido Luiz Vicente de Souza Queiroz, fazendeiro, pioneiro na indústria de tecidos, com sua fábrica de Tecidos Santa Francisca, sua Empresa Elétrica, acionista de várias organizações capitalistas.

Esses e outros nomes eram encontrados nos Balanços e Relatórios das grandes empresas que se formaram nas últimas décadas do século XIX, nas escrituras de compra e venda de ações, nas sociedades para exploração de diversos ramos de atividades, envolvendo verdadeiros reinvestimentos de capitais.

A primeira reunião dos subscritores de uma nova empresa ferroviária, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, realizou-se a 23 de janeiro de 1868 e incluía também negociantes e políticos de São Paulo. Seu principal característico: não comportava nenhuma contribuição de capital estrangeiro, tipicamente paulista em toda linha, como lembrava Saldanha Marinho, seu principal incentivador.

A *Paulista*, seria, pois, a primeira companhia a se organizar em São Paulo sem interferência de capitais de fora, inaugurada a 11 de junho de 1872. Mas só muito mais tarde (1922), seriam seus trilhos inaugurados na cidade de Piracicaba, apesar do peso financeiro de seus acionistas piracicabanos. Essa demora em atingir Piracicaba é explicada pelo fato de estar ela muito mais vinculada à expansão cafeeira no *Novo Oeste Paulista*, enquanto Piracicaba tinha retornado às suas origens açucareiras, tornando-se um dos grandes produtores de São Paulo.

Atingindo Limeira em 30 de junho de 1896, Rio Claro em 10 de agosto do mesmo ano, irá beneficiar Piracicaba apenas por facilitar o transporte de mercadorias através do sistema de baldeações, com seus troles, diligências e carroções.

Na verdade, Piracicaba foi, no momento, relegada a um triste segundo plano do qual só saiu muitos anos depois.

A Companhia de Estrada de Ferro Ituana foi criada para ligar São Paulo a Itu, importante centro cafeeicultor, também com capitais nacionais, principalmente de fazendeiros. O maior incentivador foi Elias Pacheco Jordão, que reuniu outros interessados, a

20 de janeiro de 1870 no Paço Municipal da cidade de Itu. Entre eles, o presidente da edilidade, Antônio de Queiroz Telles, futuro Barão, Visconde e Conde de Parnaíba, grande incentivador da imigração oficial em São Paulo. Iniciadas as obras nesse mesmo ano, a Ituana tinha seu ponto inicial em Jundiaí, mas em bitola estreita, e foi inaugurada festivamente a 17 de abril de 1873.

Com o funcionamento das três estradas de ferro – Paulista, S. Paulo Railway e Ituana, Jundiaí tornou-se importante centro de cruzamento, enquanto Piracicaba, por sua posição geográfica, parecia relegada ao esquecimento, embora com ótimas condições para desenvolvimento econômico. Urgia, pois, a construção de um ramal de estradas de ferro para Piracicaba. Embora antes de se abrirem as linhas da Ituana ao tráfego, já se tivesse obtido autorização para as novas linhas, ainda em 1872, Constituição só receberá o benefício alguns anos mais tarde.

A lei provincial nº 34, de 24.02.1870 que autorizou a construção da linha férrea de Jundiaí a Itu, também autorizou a construção de uma ferrovia que, partindo de Itu, chegasse a Sorocaba. Verificada a inconveniência do traçado, foi fundada a Estrada de Ferro Sorocabana, graças aos esforços do engenheiro polonês Luiz Mateus Mayslasky, iniciando-se a construção a 13 de julho de 1875.

Desde 18 de julho de 1863, uma lei municipal de Piracicaba cedera à Ituana uma área no Bairro Alto para nela se construir a futura estação ferroviária. O Bairro Alto era ainda uma espécie de subúrbio. Nos Livros de Notas do Cartório encontramos escrituras lavradas nos últimos trinta anos do século, de venda e troca de terrenos de muitos quarteirões, separados, muitas vezes, por *valos*, ou cercas de pau-a-pique. Alguns eram chácaras com uma casa num dos cantos do quarteirão e a maior parte das casas *tinha um terreno anexo com cerca de garantã*.

A 18 de dezembro de 1876 houve o lançamento da primeira pedra do armazém de cargas da Estação Ituana. No começo do ano seguinte seria inaugurada a iluminação a querosene da rua Direita, do Largo da Matriz até o Largo da Estação do Bairro Alto.

A perspectiva da estrada de ferro já constituía uma fonte de progresso para o Bairro Alto, até então apenas um subúrbio.

A 10 de outubro de 1876 foi inaugurada a Estação da Ituana em Rio das Pedras, que ainda pertencia ao município de Piracicaba. A 20 de fevereiro de 1877 foi inaugurado o ramal de Piracicaba, tendo a Câmara Municipal convidado a população a iluminar a frente de suas casas com lanternas, lamparinas e fogueiras.

No mesmo tempo, os moradores de Constituição receberam de volta, graças a Prudente de Moraes, o antigo nome de sua cidade, isto é, Piracicaba, pela lei nº 21, de 13 de abril de 1877, sancionada pela Assembléia Provincial.

A 24.05.1892 um decreto do Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Cerqueira Leite, autorizava a fusão da Ituana com a Sorocabana. A Ituana levou os seus trilhos até Porto João Alfredo, e monopolizou o serviço de navegação dos rios Piracicaba e Tietê, desde João Alfredo até Porto Martins. Em 1888 já estava iniciado o serviço conjugado de navegação com ferroviária.

A 30 de outubro de 1889, o Governo marcou o prazo de noventa dias para as Companhias Ituana e Paulista de Vias Férreas e Fluviais declararem se pretendiam ou não assinar o contrato para a construção de uma linha de bonde por tração animal ou a vapor ligando Piracicaba a Limeira, pois essas empresas tinham privilégio de posse, já com projetos apresentados. Chegaram a assinar contrato em 1894 com o Governo do Estado para a construção de um ramal de estrada de ferro ligando as duas cidades, mas nunca foi executado, apesar das tentativas da Câmara de Limeira.

Para uma ligação com Rio Claro por uma linha de bondes, a concessionária Sá chegou a abrir uma picada de três léguas, mas o projeto não foi avante.

Em 1890 cogitava-se de uma linha de bondes urbanos, por concessão feita pelo Governo do Estado a Antônio Egídio do Amaral, piracicabano residente em Uberaba, por 50 anos. Seria um melhoramento urbano importante para uma cidade cujo trânsito central era dificultado pelos carros de bois, como assinala artigo da *Gazeta de Piracicaba*, pedindo que se designassem ruas menos movimentadas, menos centrais, para estacionamento desses veículos barulhentos.

No mesmo ano, Victaliano Ferraz do Amaral obteve licença para uma linha de bonde a tração animal de Rio das Pedras a Serra Negra. Para a execução desse contrato a Cia. Ituana devia

declarar se pretendia manter seus direitos de zona para a construção de um ramal ferroviário.

Esgotado o prazo para a Ituana se manifestar, Victaliano Ferraz do Amaral assinou contrato com a edilidade a 24 de maio de 1890.

A insuficiência do serviço de transporte prejudicava o município, cuja produção estava em ritmo de progresso. A 1º de junho de 1892 o intendente Dr. Paulo de Moraes Barros propôs que se representasse ao *Congresso de São Paulo contra um pedido da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para prorrogação do prazo para construção do ramal por mais cinco anos e alteração de bitola para mais estreita.*

Para os moradores e fazendeiros da região era muito mais conveniente um aperfeiçoamento do transporte ferroviário e a 7 de fevereiro de 1893 um abaixo-assinado com 223 assinaturas pedia a supressão do tráfego fluvial. Por falta de execução, o Governo do Estado acabou declarando caduca a concessão feita à Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, para construção do ramal entre Limeira e Piracicaba.

Notas

1. Leandro GUERRINI, op. cit., p. 352.
2. Correspondência Oficial da Câmara Municipal.
3. Correspondência Oficial da Câmara Municipal.
4. Maria C. T. M. TORRES. Um lavrador Paulista do Tempo do Império – RAM, CL. XXII. I, Hélio Morato Kräenbühl: Suíços e Alemães em Piracicaba, In: *Almanaque de Piracicaba*, 1955.
5. Jair Toledo VEIGA. Uma Pousada na História, In: *Diário de Piracicaba*, 1-3-1965 e, Kräenbühl, Op. cit.
6. Edmundo ZENHA. A Colônia Alemã de Santo Amaro – RAM. – S. Paulo.
7. VON TCHUDI – Viagem à Província do Rio de Janeiro e São Paulo.
8. Antonio Barreto do Amaral, op. cit., p. 45.

9. Azevedo MARQUES, op. cit., p. 355.
10. Ernani Silva BRUNO, op. cit., p. 88.
11. *Ofícios Diversos – DAESP – Araraquara (10.11.1860). Itapura (1858-1865).*
12. SCHNEIDER. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, nota 1, *In: vol. I*, p. 167.
13. Pimenta Bueno é considerado um dos maiores vultos da intelectualidade brasileira. Pertencia à 1ª turma da Faculdade de Direito de São Paulo.
14. *Ofícios Diversos (Itapura) do DAESP.*
15. *Ofício do Tenente-Coronel Joaquim Lourenço Correia ao Presidente da Província (16.03.1866) In: Ofícios Diversos (1862-1868), do DAESP.*
16. A esse respeito, consultar o *Almanaque de Piracicaba, 1955 – A Guerra do Paraguai e os Voluntários Piracicabanos.*
17. O Dr. Joaquim Augusto de Carvalho Rios, professor da Academia de Homeopatia do Rio de Janeiro, era cirurgião-mor do Estado Maior da Guarda Nacional do Distrito de Piracicaba em 1869.
18. *Correspondência Oficial da Câmara Municipal de Piracicaba (1855-1871). Ofícios de 25.12.1866 e 3.1.1867.*
19. Entre os mapas se encontram no Livro *Guerra da Tríplice Aliança* bastante esquemáticos, mostrando o trato das operações da guerra, as únicas cidades da Província de São Paulo são o porto de Santos, a Capital e Constituição. Em aberto sentido isto pode provar a importância de Piracicaba no caminho de Mato Grosso.
20. Odilon Nogueira, MATTOS. *Café e Ferrovias*, p. 57.

4. OS PARTIDOS POLÍTICOS

Com a abdicação de D. Pedro I, aos poucos foram se definindo os partidos políticos, em que partidários da volta do Im-

perador ao poder se reuniram, formando o PARTIDO RESTAURADOR. Dois grandes partidos se degladiavam pelos altos cargos de comando da Nação: o PARTIDO CONSERVADOR, conhecido como CARAMURU, e o LIBERAL formado pelos CHIMANGOS, desaparecendo gradualmente a possibilidade de uma restauração portuguesa.

Os chimangos eram liderados pelo Padre Diogo Feijó e os caramurus colocavam-se sob a direção de José Bonifácio.

Itu havia se tornado um círculo muito importante, onde se reuniam durante a Semana Santa os principais chefes liberais paulistas – Feijó, Paula Souza, Álvares Machado. Entre eles, ligado por antigos laços de família e amizade, também o conservador José Costa Carvalho, que havia se tornado vulto de extrema importância nos meios políticos da Nação, e importante proprietário rural em Piracicaba, futuro Barão, Visconde e Marquês de Monte Alegre⁽¹⁾.

Era um grupo de políticos latifundiários, senhores de engenhos, donos de terras e escravos da região de Porto Feliz, Itu e Piracicaba, ligados, em alguns casos, por laços de família comuns, os casamentos entre primos, traço característico da sociedade brasileira, evitando-se os *casamentos mistos*.

Os encontros políticos em Itu teriam concorrido para a inclusão, por Costa Carvalho, de Nicolau Vergueiro no Ministério, na época das Regências, mas em 1842 a Revolução Liberal, chefiada por Tobias de Aguiar, virá colocá-los em campos antagônicos.

Os acontecimentos políticos na capital paulista repercutiam, evidentemente, em Vila Nova da Constituição, onde já se lia o jornal O Farol Paulistano, fundado por Costa Carvalho. Muitos liberais piracicabanos iam se envolver nas malhas revolucionárias que se romperão no combate de Venda Grande, em Campinas, provocando tumultos em Vila Nova da Constituição ⁽²⁾.

Em 1840, com a maioria de D. Pedro II, foi empossado o Ministério denominado da Maioridade. Foi nomeado Presidente da Província de São Paulo o Coronel Rafael Tobias de Aguiar, chefe do Partido Liberal, combatido na Câmara dos Deputados pelos Conservadores, censurado como inimigo dos brasileiros não-paulistas.

A 23 de março de 1841 foi organizado o chamado Ministério Palaciano e Tobias de Aguiar foi destituído do cargo em 15 de julho de 1841, mas eleito membro da Assembléia Provincial em novembro do mesmo ano, numa vitória espetacular do Partido Liberal, com Vergueiro, os irmãos Francisco e Antônio Carlos de Andrada, Paula Souza, Álvares Machado e outros.

Para a Presidência de São Paulo foi nomeado o Barão de Monte Alegre, então prócer do Partido Conservador, agora inimigo político de Vergueiro e Tobias de Aguiar, aos quais era ligado por laços de família (os futuros Barões de Piracicaba e de Itu, próceres liberais, eram seus cunhados, irmãos de D. Genebra). A posse foi a 20 de janeiro de 1842.

Ao Gabinete Palaciano deve-se a sanção das leis que foram consideradas inconstitucionais pelos liberais: a reforma do Código do Processo que tirou do Juiz de Paz a maior parte de suas funções, transferidas para o Chefe de Polícia as suas funções mais importantes, passando as atribuições judiciais e criminais para os Juizes Municipais e o restabelecimento do Conselho de Estado, extinto pelo Ato Adicional de 1835.

A 7 de janeiro de 1842 a Assembléia Provincial foi instalada e logo no dia seguinte manifestava-se o Padre Feijó que, renunciando à sua carreira de deputado, lançou um verdadeiro *Grito de Guerra*, instigando a Assembléia a *usar uma linguagem enérgica e corajosa que despertasse o antigo pundonor e coragem que sempre distinguiram os Paulistas*.

A Comissão de Constituição e Justiça, encarregada de dar seu parecer às propostas de felicitações a Tobias de Aguiar e a seu substituto Miguel de Souza Melo e Alvim, subscrito por Vergueiro, Álvares Machado e Campos Melo, usou, nesse momento, de extrema violência contra os atos de 1841, considerados atentados às injustiças liberais.

A propósito do violento ofício de Feijó, Álvares Machado e Vergueiro achavam que a Assembléia devia enviar mensagem ao Trono revelando o perigo que corria a Nação com as novas Leis. Redigida longa mensagem a D. Pedro II, assinada por Antônio Carlos, Crispiniano Soares e Manoel Dias de Toledo, em termos enérgicos e desabrida linguagem, foi enviada à Corte uma delegação chefiada por Vergueiro.

Em resposta – a delegação nem foi recebida pelo Imperador – o Ministério do Império, a 6 de fevereiro de 1842, devolveu a cópia enviada com o pedido de audiência, comunicando que o Imperador negava-se a recebê-la por *ofensiva à Constituição, nos artigos 71, 83 e 84, bem como as leis da Reforma da mesma Constituição nos artigos 10 e 11.*

As Câmaras de Taubaté e São Carlos e os Oficiais da Guarda Nacional de Guaratinguetá congratularam-se com a Assembléia pelas enérgicas expressões de seu Partido. As Câmaras Municipais de São Paulo e de várias cidades do interior paulista, inclusive Piracicaba, também enviaram seu apoio à Assembléia, pois pelo fato de não terem sido decretadas a renda e a despesa da Província, o governo era criticado asperamente, *pelo prejuízo que causava ao povo.*

O Gabinete de 23 de março fazia enorme carga aos maioristas, como afirma Taunay⁽³⁾, alegando fraude escandalosa nas eleições de 1840. As medidas tomadas pelo Gabinete Palaciano haviam abalado a tranqüilidade dos liberais, que tinham esperança na legislatura a se iniciar em 1842, mas a decisão do Governo em dissolver a Câmara dos Deputados foi a gota d'água que faltava para exaltar os ânimos à rebelião.

No Rio de Janeiro, na casa do Senador pelo Ceará, Padre José Martiniano de Alencar, os liberais de Minas e São Paulo discutiam a situação. Nesse mesmo local reuniram-se membros da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, cujos fins eram:

Sustentar e defender a independência do Brasil e a Constituição por ela jurada, defendendo todas as doutrinas a isso conducentes, ajudando o Corpo Legislativo por palavras escritas censurando pela mesma maneira, os atos inconstitucionais e arbitrários do Governo e seus empregados, opondo-lhes resistência, promovendo a união entre todos os brasileiros, explorando quanto possível os obstáculos correntes.

Nas Províncias, a Sociedade tinha um Conselho, e em cada vila um Círculo, mas *nenhum membro do Conselho ou Círculo*

seria conhecido como tal, fora do Conselho ou Círculo que fundar ou for encarregado de dirigir.

Em São Paulo instalou-se um Conselho cujo chefe era Antônio Manoel de Campos Mello, e, segundo Teófilo Ottoni, maçom e prócer liberal em 1842, foi do quartel-general dos Patriarcas Invisíveis que partiu a ordem da rebelião para as províncias. No Rio estimularam a revolta, fazendo seus maiores propagandistas, os irmãos Andrada.

Feijó, muito doente, não fez parte do Conselho Diretor dos Patriarcas Invisíveis, mas, partindo de sua chácara, em Campinas, para Sorocaba, levou a tipografia de Hércules Florence, genro de Álvares Machado, nela imprimindo o *Paulista* órgão da rebelião.

Em cada cidade, Feijó, contava com um delicado auxiliar: em Sorocaba, o Coronel José Joaquim de Lacerda; em Itu, Tristão de Abreu Rangel; em Piracicaba, o Padre Manuel José de França.

Com Feijó, seriam também mentores da Revolução: Vergueiro e Rafael Tobias de Aguiar.

Bem informado, Monte Alegre, em constante contacto com a Corte, utilizou-se logo do meio de comunicação mais eficiente da época, o navio a vapor, preparando a defesa com elementos da Marinha e do Exército.

Em Sorocaba, perante a Câmara Municipal, Tobias de Aguiar assumiu a Presidência de São Paulo (17 de maio). A ata lavrada no momento foi assinada por cerca de 300 pessoas. E o novo Presidente lançou seu violento manifesto. Mas as medidas tomadas por Monte Alegre foram rápidas e eficientes. Principalmente quando ele pediu alojamento em São Paulo para três mil homens, notícia que, difundida por toda a Província, causou profunda impressão.

À Sorocaba logo aderiram Itu, Piracicaba, Porto Feliz e Capivari, onde os cunhados de Tobias de Aguiar tinham muito prestígio e o núcleo liberal era muito forte.

O Senador Vergueiro tomou parte ativa na preparação do movimento prometendo obter auxílio da gente de Limeira e de Constituição. Pela estrada geral Piracicaba-Campinas os piracicabanos comunicavam-se diretamente com a chácara do Padre Feijó.

Os partidários de Tobias de Aguiar tomaram de assalto a Câmara Municipal de Piracicaba, comandados pelo Capitão da Guarda Nacional Ignácio José Siqueira, destituindo a edilidade a 20 de maio de 1842.

Segundo Leandro Guerrini:

Na tomada da Câmara pelos liberais, notavam-se as seguintes Companhias: da Guarda Nacional, 1ª Infantaria comandada pelo Capitão João Francisco de Oliveira Leme, 2ª Companhia sob o comando do Capitão Ignácio José Siqueira; Companhia de Cavalaria, comando de Elias Almeida Prado, 1ª Companhia da Guarda Policial do Capitão José da Cunha Raposo, 2ª Companhia do Capitão Caetano da Cunha Caldeira; e o corpo da Guarda Municipal Permanente⁽⁴⁾.

A Câmara de Capivari enviou um ofício anunciando a sua adesão. Foi lida em sessão da nova edilidade liberal a proclamação do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar aclamado Presidente Interino da Província de São Paulo pelos Sorocabanos.

A 26 de maio, Ignácio José Siqueira foi nomeado comandante da Praça de Vila Nova da Constituição e o Major Melchior de Melo Castanho tornava-se Presidente da Câmara revoltosa, mas preferia alistar-se como voluntário, partindo com os revoltosos. Arregimentando 43 homens, o Capitão Siqueira seguiu para Itu, para participar diretamente da luta. Guerrini cita carta de Tristão de Abreu Rangel ao Brigadeiro Tobias afirmando haver em Itu 48 voluntários de Piracicaba à espera de se atirar na luta.

Segundo Aluísio de Almeida, o acampamento liberal tinha sido reforçado por cerca de uma centena de homens de Piracicaba, aí levados por Antônio José da Silva Gordo.

Atacados de surpresa no dia 6 de junho, no acampamento de Vendas Grande, em Campinas, os revoltosos, comandados pelo Capitão Boaventura do Amaral, não puderam resistir. Além de Boaventura, morreram 17 rebeldes, sendo feitos 15 prisioneiros. Aluísio de Almeida refere-se a documentos em que se cita apenas o nome do Padre França que foi, mais tarde, agraciado com o título de Oficial da Ordem da Glória.

A 19 de junho de 1842 a Câmara de Constituição levava ao conhecimento da Presidência da Província que:

esta Villa acha-se livre dos sediciosos que dele se apoderarão desde o dia vinte de maio p. p. thé dezaceis do corrente junho, dia em que os mesmos sediciosos e suas autoridades legitimamente constituídas continuaram as funções de seus cargos. O município goza atualmente de paz e tranqüilidade. Dr. ge. A V. Exa. ms. ans. Passo da Câmara Municipal da Constituição em Sessão extraordinária de 1º de junho de 1842. Ilmo. Exmo. Snr. Presidente da Prov. de São Paulo (seguem-se assinaturas)

Em outro officio do mesmo dia, mas em sessão extraordinária, a Câmara referia-se ao:

procedimento de alguns vereadores e juizes de paz desta Va. os quais tiveram ingerência exercendo as funções de seus cargos durante a época da sedição nesta Vila dando execução às ordens do Cel. Rafael Tobias de Aguiar e como a Câmara duvida qual procedimento que deve ter com tais autoridades, por isso consulta a V. Exa. pedindo providências a respeito.

Em aditamento a esse officio, a Câmara representa também sobre a necessidade de novos armamentos *visto que estão deteriorando muitos e outros sediciosos se apoderarão deles.*

A 20 de novembro um outro officio referia-se expressamente a um professor da Vila, Bento Paes de Campos Mello:

durante a rebelião que appareceu nesta Villa dito Bento sempre exerceu as funções de profeçor mas como tomace alguma parte em dita rebelião, foi pelo Juiz de Direito Substituto Fellippe Xavier da Rocha suspenso daquele cargo em virtude de uma Portaria que teve o mesmo anteceçor de V. Exa.

No panorama político da Província há sempre representantes de Piracicaba que se salientaram por suas atividades no amplo campo político nacional. Pertencendo ao Partido Conservador, Costa Carvalho, futuro marquês de Monte Alegre, Antônio Costa Pinto e Silva, grande proprietário de terras e engenho no município, ambos ligados às chamadas dinastias açucareiras, comuns na História Paulista como afirma Sérgio Buarque de Holanda.

O Dr. Costa Pinto sempre ocupou cargos importantes, sendo juiz de direito no Rio de Janeiro, fiscal da Inspeção de Terras e Colonização, quando foi posta em execução a Lei Terras de 1850. No sistema político-administrativo do Segundo Reinado, o governo Central nomeava os Presidentes das Províncias, o que fazia cada presidente um legítimo delegado do Imperador. O Dr. Costa Pinto foi presidente da Província da Paraíba do Norte, representante de São Paulo como deputado geral em diversas legislaturas, tornando-se Presidente de São Paulo de 16 de setembro de 1868 a 24 de abril de 1869. Foi também Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Voltando a São Paulo, tornou-se seu Presidente em 1870. Deixou este cargo para tomar parte na discussão da Lei do Ventre Livre. Foi, por pouco tempo, Presidente do Rio de Janeiro.

Casado em primeiras núpcias com a D. Maria Nazareth de Souza Queiroz, e em segundas, com a D. Maria Izabel de Souza Alvim, viúva do marquês de Monte Alegre, o Dr. Costa Pinto não viveu muito tempo em Piracicaba, mas, ao terminar seu mandato na Província do Rio de Janeiro, instalou-se definitivamente na sua fazenda à margem do rio Corumbataí ou em sua ampla residência no centro da cidade, onde é atualmente o antigo Cine São José.

No Engenho de Monte Alegre, o Dr. Costa Pinto hospedou o Barão Von Tschudi, viajante que percorreu a Província de São Paulo. Também foi seu hóspede o escritor José de Alencar. Segundo o historiador Pedro Calmon, Alencar e Costa Pinto pertenciam à mesma aristocracia mental que monopolizava os cargos e disputava as presidências.

Hospedado no Engenho Monte Alegre, José de Alencar, encantado com a paisagem que o Rio Piracicaba oferecia compôs aí seu romance *Til*, cuja ação se desenrola no ambiente rústico de Santa Bárbara e Piracicaba, assinalando traços folclóricos da

região. Descrevendo a casa de Costa Pinto, Alencar, considera-a uma *reliquia histórica*.

Havia na cidade muitas chácaras abrangendo quarteirões. O Dr. Costa Pinto adquiriu em 1874 uma chácara de quatorze quarteirões, à margem direita do córrego Itapeva, cujo portão seria na rua Santo Antônio, vizinhança de Manoel de Moraes Barros.

Na época da Guerra do Paraguai, o Dr. Costa Pinto era o chefe do Partido Conservador em Piracicaba, oferecendo meios para auxiliar os voluntários em campanha, em nome do Partido.

A favor de uma política de imigração para evitar uma crise de mão-de-obra, em particular de braços para a lavoura, o Dr. Costa Pinto, ao passar o Governo Paulista para o seu sucessor, Dr. Pires da Motta, 1871, em seu discurso, salientou a importância da Associação de Colonização e Imigração, cuja finalidade era facilitar aos lavradores a aquisição de braços livres, a criação de núcleo de imigrantes estabelecidos por conta própria nos arredores da capital, e auxílio à criação de núcleos de imigrantes no interior da Província.

Como a maioria dos latifundiários, a família do Dr. Costa Pinto tomou parte nas atividades assistenciais e religiosas, pois o seu genro, Dr. João Conceição, esposo de Maria Nazareth, será um dos membros mais atuantes da comunidade piracicabana.

O Dr. João da Conceição fazia parte do grupo de cidadãos sempre presentes quando se tratava de benefícios à Cidade. Com o Dr. Prudente de José Moraes Barros, Bento Barreto do Amaral Gurgel e José Emylio da Silva Novaes, fez parte da comissão encarregada de promover festejos do lançamento do primeiro vapor da companhia de Navegação Fluvial Paulista, acontecimento de grande significação econômica, como salientava o Barão de Rezende em sessão da Câmara de 11.12.1874.

Como vereador, o Dr. João B. Conceição preocupava-se com os problemas urbanos, interessando-se pelo embelezamento da cidade. Fez parte, em 1833, de uma comissão, com José da Silva Novaes e Dr. Joviniano Reginaldo Alvim, no sentido de obter donativos para o ajardinamento da Praça da Matriz. O ajardinamento foi feito a partir de agosto de 1894, graças a subscrição pública que rendeu 3:651\$000. Forneceram plantas Luiz Vicente de Souza Queiroz, Dr. Estevão de Rezende, Dr. Francisco Júlio da

Conceição, Dr. Antônio Costa Pinto e Silva, Joaquim Eugênio do Amaral Pinto e Manuel de Arruda Leme. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia (13 de julho de 1883) quando se nomeou uma comissão composta de Antônio Teixeira Mendes, Padre Francisco Galvão Paes de Barros e ele próprio, para tratar da abertura do Hospital, realizada a 29 de julho com bênção do padre Galvão e discurso de Adolpho Nardy de Vasconcellos, Avelino de Paula Eduardo e Virgílio Mariano Pereira.

Quando o Partido Conservador ainda era a maioria, o Dr. João Conceição, em 1884, foi presidente da Câmara Municipal. Sempre ativo, fez parte da comissão encarregada de dar parecer sobre as propostas apresentadas para o abastecimento de água encanada e luz elétrica para iluminação pública. A comissão da qual fazia parte os vereadores Manoel de Moraes Barros e Canuto Saraiva, opinou pela proposta apresentada por João Frick para abastecimento de água, sugerindo que se deixasse para outra ocasião o problema da iluminação elétrica (29.11.1855). Para a execução do projeto apresentado por Frick, o Dr. João Conceição cedeu seus direitos sobre ilhas do Salto.

Para apressar os trabalhos relativos ao abastecimento de água encanada à população, o Dr. Conceição propôs à Câmara que se fizesse uma representação a cada um dos deputados provinciais, pedindo isenção dos impostos de importação do material da empresa.

Não era apenas por um problemas econômicos que o Dr. Conceição se interessava, pois, sendo Presidente do Clube Piracicabano, em sessão da Câmara de 7 de fevereiro de 1886, solicitou que fossem entregues ao Clube, para uso público, os livros pertencentes ao extinto Gabinete de Leitura, sendo deferido seu pedido.

Em sua edição de 20-11-1887, a *Gazeta de Piracicaba* noticiava a liberdade condicional de 500 escravos do município, pertencentes ao Dr. João Conceição, Dr. Paulo Pinto de Almeida e Dr. Torquato da Silva Leitão. Em 1891 o Dr. João B. Conceição vendeu sua chácara herdada do Dr. Costa Pinto por sua esposa a Pedro Ferraz de Arruda Campos, chácara essa que já tinha perdido seis quarteirões. Nessa época, o Dr. Conceição já tinha se mudado para São Paulo com a família (fevereiro de 1890).

O Dr. Torquato da Silva Leitão chegou a Piracicaba a 9 de junho de 1886; formado em medicina, logo prestando inestimáveis serviços à população piracicabana, atuando não apenas como político, mas principalmente como médico de profundo espírito cristão.

A Santa Casa não tinha condições para pagar os serviços prestados pelos médicos. O Dr. Torquato, a partir de 1888, passou a prestá-los gratuitamente. Partidário da abolição incondicional, tomou parte ativa nas festas realizadas na comemoração do 13 de maio, percorrendo fazendas para obter donativos para os libertos. Fazendo parte do Partido Conservador, sendo mesmo seu maior representante em Piracicaba, estava sempre à frente com o seu chefe do Partido, o Barão Estevão de Souza Rezende, em todos os grandes acontecimentos piracicabanos. Monarquista enquanto foi possível, aceitou e acatou a República, agindo sempre como se fosse também piracicabano. Em 1890 era provedor da Santa Casa, quando a intendência Municipal convocou os proprietários do Teatro Santo Estevão para obrigá-los a demoli-lo. O Barão de Rezende contestou o projeto de demolição, prontificando-se a pagar a reforma que, feita sob a orientação de Antônio Joaquim Alves, custou 5:000\$000.

Nesse momento ano foi vendido o Engenho Central por 1.400:000\$000.

Como em toda a Província de São Paulo, os dois Partidos Políticos – Liberal e Conservador – disputavam, em Constituição, os cargos públicos. Algumas eleições ficaram célebres pelas campanhas e represálias, extremamente exacerbadas na segunda metade do século, agravada pelos problemas relacionados com a escravidão e o abolicionismo.

Em 1864, o Partido Liberal venceu as eleições e a 7 de janeiro de 1865 era empossada a nova Câmara⁽⁵⁾. A eleição de Prudente José de Moraes Barros provocou uma representação de Inocêncio de Paula Eduardo ao governo da Província, alegando que ele não tivera os dois anos de residência fixa na Cidade, como era exigido. A Câmara prestou os esclarecimentos pedidos pelo Governo provando que Prudente de Moraes Barros seguiu para São Paulo em 1857 para estudar Direito, passando sempre as férias em Constituição, na casa de seus pais, tendo aberto banca de advo-

gado em 1863. Vivendo em São Paulo apenas como estudante, sua residência seria, de fato, a cidade de Constituição, como declarou a Presidência, a favor de Dr. Prudente.

Em outubro de 1867, Prudente de Moraes foi eleito Deputado Provincial pelo 3º Distrito, indo novamente para São Paulo. Ativo, ei-lo entre outros processos, a defender os interesses dos moradores na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, da Ponte do Tietê, que tinha sido anexada a Botucatu, com prejuízo para o município de Constituição, de área muito inferior. Era uma injustiça aos moradores que residiam de três a quatro léguas de Constituição e foram condenados a pertencer a Botucatu, que ficava a doze ou quatorze léguas de sua residência ⁽⁶⁾.

Em 1868 assumiu o poder um Ministério Conservador, francamente escravocrata. Derrotado, portanto, o Partido Liberal que em Constituição, não só se mostrava abertamente anti-escravista, como não escondia sua simpatia pelo regime republicano⁽⁷⁾.

A 14 de agosto era nomeado Delegado de Polícia de Constituição o Dr. Estevão de Souza Rezende, futuro Barão de Rezende, chefe do Partido Conservador da Cidade. A 17 do mesmo mês a Presidência da Província comunicava à Câmara de Constituição a dissolução da Câmara dos Deputados por D. Pedro II. Com a queda do Partido Liberal, isto é, do Ministério Zacarias, as eleições seguintes foram tumultuadas em Piracicaba.

As eleições para a Câmara Municipal, realizadas no dia 7 de setembro, duraram 3 dias, sob um clima de violência, sendo o resultado apurado a 22 de setembro⁽⁸⁾, com a vitória do Partido Conservador. Em sessão extraordinária da Câmara, Prudente de Moraes apresentava a seguinte proposição:

Indico que a Câmara represente ao Governo sobre as pressões e violências que tiveram lugar por ocasião das eleições municipais que tornaram impossível a liberdade de voto⁽⁹⁾.

Pelo Diário de São Paulo do dia 2 de outubro, o Dr. Estevão de Rezende, como Delegado de Polícia, justificava sua conduta nos dias 7, 8 e 9 de setembro *quando se degladiaram liberais e conservadores.*

No dia 7 de janeiro de 1869, sob a presidência do Dr. Prudente, liberal derrotado, a nova Câmara conservadora foi empossada. O Partido Liberal, gradativamente ia se arremetendo sob o americanismo lembrado por Prudente de Moraes, em discurso em que se referia a um continente onde não existiam nem reis nem imperadores. Os mais extremados liberais chegaram a formar um novo Partido com Joaquim Saldanha Marinho, o Partido Radical, em documento em que afirmava que *monarquia constitucional era incompatível com a verdade democrata*.

A 3 de dezembro de 1870, no primeiro número do jornal **A República** foi publicado o Manifesto Republicano, inspirado por Saldanha Marinho e redigido por Quintino Bocaiuva. De Constituição era enviado o voto de solidariedade dos piracicabanos aos republicanos.

A 9 de dezembro de 1871 era fundado o *Club Republicano de Itu*, sob a presidência de João Tibiriçá Piratininga. Outros Clubes foram se organizando, reunindo-se, em São Paulo a 1 de julho de 1872 o primeiro Congresso Republicano, com vinte e nove representantes de diversos municípios. No interior, Bernardino de Campos, em Amparo, Francisco Glicério, em Campinas, Ubaldino do Amaral Fontoura, em Sorocaba, Venâncio Alves, em Itapetininga, e Manuel de Moraes Barros, em Piracicaba eram as mais altas e mais ativas vozes.

A 18 de abril de 1873 era realizada a primeira Assembléia Republicana do Brasil, sob a presidência de João Tibiriçá Piratininga, em Itu⁽¹⁰⁾.

De Constituição chegaram, de trole, a Itu, os representantes do Partido Republicano, Manuel de Moraes Barros, Claudino de Almeida Cesar, Balduino do Amaral Mello e José da Rocha Camargo Mello⁽¹¹⁾.

Como membro do Partido Republicano de Piracicaba, o Dr. Prudente José de Moraes Barros, vereador (1877-1880), será candidato à Assembléia Provincial nas eleições de 15-08-1877, sendo eleito com Martinho Prado Júnior e Cesário Mota.

Como nos velhos tempos do Brasil recém-independente, a antiga Vila de Constituição, agora com o seu verdadeiro nome de Piracicaba, voltava à capital da Província, enviando um de seus mais dignos e ilustres republicanos. Tão ferozmente republicano

que, como vereador, em maio desse ano, votara contra a indicação de se nomear uma comissão para promover festejos em homenagem à Princesa Izabel.

ABOLICIONISTAS E REPUBLICANOS

Ao findar a década de setenta, o Partido Republicano podia parecer apenas um galho, uma ramificação do Partido Liberal, um ramo novo arrancado de um novo tronco ainda saudável do velho Partido, mas liberais e republicanos bem podiam ser uma força contra o antigo Partido Conservador.

Na realidade, o Partido Republicano não era, ainda, uma expressão política mas, em muitos momentos, era a voz do republicano de Piracicaba que merecia a aprovação na Assembléia quando se tratava de uma reorganização na Instrução Pública paulista, ou quando Prudente de Moraes sugeria que se pudesse de lado em nossa Província essa distinção em Partidos e Situações.

Esqueçamo-nos dessas dissensões partidárias para só lembrarmo-nos de que somos paulistas e tratemos de melhorar o estado pouco lisongeiro em que se encontra a instrução pública em nossa Província⁽¹²⁾.

Não era apenas o problema da instrução pública que merecia a atenção dos legisladores. Um outro, que a muitos parecia crucial, pressionante, era a questão da abolição dos escravos. A 26 de setembro de 1871 foi promulgada a lei nº 2040 no Gabinete Rio Branco, declarando livres os filhos de escravos nascidos a partir desse dia. Em 1877 voltava o problema a discussão. Um projeto estabelecia o imposto de 1:000\$000 sobre cada escravo averbado na Província. A aprovação desses projetos levaria a Província de São Paulo a precisar de elementos livres para a lavoura. Embora fosse aprovado, o projeto não foi sancionado pelo Presidente da Província, Dr. João Baptista Pereira, sendo convertido em lei somente em 1871.

O projeto do Governo, apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 15-07-1884, conferia liberdade aos escravos

de 60 anos *antes ou depois da lei*. Transformando em lei a 28 de setembro de 1885, combatida e discutida pelos partidos políticos, era passo muito importante para a abolição da escravatura.

A 30 de maio de 1887 realizava-se na capital, o Congresso Republicano, em um momento em que o Imperador, gravemente doente, era substituído pela Princesa Izabel. Ganhava alento a campanha republicana, motivada pelo receio de um reinado de Izabel I e do Conde D'Eu.

Este Congresso era constituído por delegados enviados pelos municípios. Piracicaba, Santa Bárbara e São Pedro foram representados pelos Drs. João Tobias de Aguiar, Manuel de Moraes Barros e Prudente José de Moraes Barros. Dois meses depois, convocava-se Congresso Republicano em Rio Claro, sendo Piracicaba representada por Manuel de Moraes Barros e São Pedro por Prudente de Moraes Barros.

Declarando-se ABOLICIONISTAS os republicanos reuniam-se para debater o problema da *questão servil*, pois dia a dia aumentava o número de senhores que concediam liberdade a seus escravos, muitos sem meio de impedir as fugas cada dia mais frequentes.

A 7 de setembro de 1887 a *Gazeta de Piracicaba* publicava uma lista desses abolicionistas que já tinham concedido liberdade a 347 escravos, mas com a condição de trabalharem até 1890. A essa altura, muitos fazendeiros já possuíam trabalhadores livres, não obstante os problemas criados pela coexistência de dois sistemas diferentes de trabalho.

Para um debate sobre o assunto, a *Gazeta* publicava um abaixo-assinado dos republicanos abolicionistas, convocando os correligionários que *pensassem do mesmo modo* para uma reunião do Hotel d'Europa no dia 16 de novembro. O convite era assinado por Luiz Vicente de Souza Queiroz, Augusto Cesar de Arruda, Antônio de Carvalho Sardenberg e Cândido da Cunha Nepomuceno. Nessa época, Prudente de Moraes e Rangel Pestana eram candidatos a deputados; e muitos eleitores, tendo à frente Luiz de Queiroz, queriam saber se eles eram ou não abolicionistas.

Receberam liberdade condicional, até 1890, quinhentos e trinta (530) escravos pertencentes ao Barão de Serra Negra, aos Drs. João Baptista Conceição, Paulo Pinto de Almeida e Torqua-

to da Silva Leitão. A todos eles seria concedida a liberdade total somente em 1890. O movimento abolicionista progredia rapidamente e os fazendeiros não tinham mais condições para conter as fugas de escravos, facilitada por elementos urbanos. Em alguns casos era preciso a ação da polícia, como aconteceu em um conflito na fazenda do Barão de Serra Negra.

A 9 de janeiro de 1888, na estação da Estrada de Ferro Ituana, houve um sério conflito, quando uma escolta conduzia alguns negros capturados e populares os libertaram.

Antes mesmo de ser decretada a abolição, no Club Piracicabano realizavam-se sessões com comissões encarregadas dos festejos para sua comemoração.

A 12 de maio a *Gazeta* noticiava que o projeto do Governo tinha passado em terceira discussão na Câmara dos Deputados. Em sessão da Câmara Municipal, Prudente de Moraes indicava à edilidade que se associasse às comemorações programadas, preparando a Cidade para receber festivamente o decreto.

Às duas e meia da tarde de 13 de maio a Comissão dos Festejos Pró-Abolição recebia telegrama da redação d' *O Estado de São Paulo* anunciando que o projeto seria aprovado às três horas e a Lei teria o número 3550.

Durante alguns dias a Lei da Abolição foi festejada com discursos, banda de música, edição especial da *Gazeta de Piracicaba*, marcha *aux flambeaux*, foguetes. A 3 de junho a Câmara Municipal decidiu dar o nome de 13 de maio à rua das Flores.

Já havia um bom número de trabalhadores livres em Piracicaba. O número de imigrantes italianos tinha aumentado e desde novembro de 1887 já existia em Piracicaba uma *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro*, cujo primeiro presidente foi Carlos Zanotta, sócio de Frick na firma encarregada do abastecimento de água encanada na Cidade⁽¹³⁾. Os italianos geralmente destinavam-se à lavoura e eram encaminhados a uma hospedaria mantida pela firma *Ribecco, Irmãos e Filhos*. O prédio já não comportava todos os imigrantes. Antônio Ribecco pediu à Câmara um terreno entre a rua da Quitanda e a rua Direita, *acima da linha férrea*, para ampliar as acomodações, mas seu pedido foi indeferido.

Segundo o noticiário da *Gazeta*, em fins de 1887, chegava a Piracicaba uma leva de 200 imigrantes italianos destinados às fa-

zendas de d. Lídia de Almeida Barros, Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio, Ellisário de Ferreira Penteado, Joaquim de Almeida Barros e João Baptista da Cruz Leite. Para a fazenda de Antônio Morato de Carvalho chegaram, no ano seguinte, 42 imigrantes italianos, e, logo em seguida, 80 para José Ferraz de Camargo Júnior.

Formava-se, assim, um animado grupo de italianos, não apenas nas fazendas, mas também na Cidade, pois quando o exército italiano entrou vitorioso na Abissínia, houve passeata da colônia italiana pelas ruas da cidade, com banda de música e foguetes (16.02.1888).

A Cidade ia-se tornando mais culta, adquirindo novos hábitos, com um esboço de Biblioteca sob a forma de *Club de Leitura*, com novo Teatro Santo Estevão (que o Barão de Rezende doara à Santa Casa de Misericórdia), com seu *Clube Piracicabano*, onde se reunia a Sociedade Piracicabana, e ainda com suas bandas de música, uma tradição na cidade e o seu acentuado gosto pela música em geral, pois havia bons professores de piano que davam aulas particulares, não apenas no perímetro urbano, mas também na zona rural, nas casas dos alunos, e nas fazendas.

O *Clube Piracicabano* tinha sido inaugurado a 6 de janeiro de 1886, com um baile, e nele se realizavam belos saraus de arte, registrados normalmente pela *Gazeta*.

Antigos monarquistas desligam-se do partido, aderindo ao Partido Republicano, como Francisco de Almeida Barros. O Dr. Francisco Rangel Pestana fez uma conferência no Teatro Santo Estevão, sendo aplaudido por numerosos republicanos (28-08-1888). Na Câmara Municipal, Prudente de Moraes propôs que se representasse à Câmara dos Deputados no sentido de se convocar ma Constituinte de acordo com o artigo 184 da Constituição do Império.

Acentuava-se dia a dia a propaganda republicana. Até um hino republicano paulista para piano foi composto por um professor de música francês, Amedée Dalmeriat, que, em fins de dezembro, estaria sendo ensaiado pela banda de música Artistas e Operários.

A 6 de julho de 1889 os republicanos publicaram na *Gazeta de Piracicaba* um convite a *eleitores e correigionários* para

uma reunião republicana, assinado por Prudente de Moraes. A 14, na residência de Manuel de Moraes Barros, era escolhido como candidato à Assembléia Geral, o Dr. Prudente de Moraes Barros. Nessa mesma reunião decidiu-se a fundação do *Club Republicano de Piracicaba*.

Deveria haver eleição para deputados provinciais a 25 de novembro de 1889. O Partido Republicano de Piracicaba recomendava os nomes de Manuel de Moraes Barros, Cesário Mota, Nazianzano de Azevedo Mota Magalhães Jr. e Carlos Augusto de Souza Lima, em reunião realizada em 14 de novembro. Indicação inútil, pois no dia seguinte deu-se a proclamação da República, comemorada festivamente no *Club Republicano de Piracicaba*.

A notícia foi transmitida aos Moraes Barros por telegrama de Rangel Pestana. Prudente de Moraes foi chamado pelo telefone a São Paulo para a formação de um triunvirato republicano e paulista, que devia substituir o Presidente da Província, Brigadeiro Couto de Magalhães. O triunvirato era composto por Prudente de Moraes, Rangel Pestana e Joaquim de Souza Mursa.

A aclamação de um triunvirato para o Governo de São Paulo foi proposta no Club Republicano paulistano por Américo de Campos.

Antônio Barreto do Amaral, em seu magnífico livro sobre Prudente de Moraes, primeiro premio de Concurso oferecido pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, publicou, pela primeira vez, a Ata histórica da posse do Governo Provisório de São Paulo (p. 117).

Confirmado o Governo Provisório de São Paulo pelo Governo Provisório da República Brasileira, foi enviada pelo triunvirato uma circular às Câmaras Municipais,

esperando do patriotismo de todos os brasileiros residentes nesta Província, com o franco pronunciamento de suas adesões à atual ordem de coisas, a leal cooperação para que seja mantida a ordem, o respeito de todos os direitos legítimos e a paz pública em que reside o regime de liberdade plena que se acaba de inaugurar.

Foi nomeado Delegado de Polícia de Piracicaba o Dr. Manuel de Moraes Barros, que prestou compromisso no dia 20 de novembro. A 3 de dezembro, o Marechal Deodoro da Fonseca nomeava, por decreto, o Dr. Prudente José de Moraes Barros, Governador do Estado de São Paulo, cuja posse se deu no dia 14.

O povo piracicabano vibrou com a escolha de Prudente de Moraes para fazer parte do Governo Provisório. Para o Governo Municipal foram indicados Luiz Vicente de Souza Queiroz, Dr. Manuel de Moraes Barros e Dr. Paulo Pinto de Almeida, sendo destituída a edilidade, que, embora eleita sob o regime monárquico, aderiu ao movimento republicano.

A 25 de dezembro, na residência do Barão de Serra Negra, houve uma reunião de monarquistas, secretariada pelo Barão de Rezende, na qual decidiu dar adesão e leal apoio ao Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil.

As comemorações sucederam-se na cidade, principalmente com o decreto que declarava brasileiros os estrangeiros residentes no Brasil. Era a grande naturalização, medida que atingia grande número de imigrantes residentes em Piracicaba. O início do ano 1890 foi um dia de festa, com promoções das colônias estrangeiras, bandas de música, discursos, meninas enfeitadas representando os países de seus pais.

Dissolvida as antigas Câmaras, a 10 de janeiro era instalado o Conselho de Intendência Municipal, sendo empossados sete membros em função legislativa e executiva⁽¹⁴⁾.

Notas

1. Aluísio de ALMEIDA, *A Revolução Liberal de 1842*.
2. Correspondência Oficial da Câmara de Piracicaba (1839-1855).
3. Taunay – *História da Cidade de São Paulo sob o Império*, vol. II (1842-1854). Paulo Pereira de Castro – *A experiência republicana*, In: HGOB, *Brasil Monárquico*, 2º vol., Tomo II.
4. Leandro GUERRINI, *op. cit.*, p. 292.

5. Vereadores: Romão Leite Prestes, João Francisco de Oliveira Jr., Francisco Cândido Furquim de Campos, Joaquim de Silveira Mello, Fernando Ferraz de Almeida, João Baptista de Campos Pinto.
6. Antônio Barreto do AMARAL – Prudente de Moraes, p. 36.
7. Nota do IHGP – Esta afirmação não pode ser generalizada. Apenas uma ala reduzida do Partido Liberal alimentava convicções republicanas e uma fração menor ainda se posicionava radicalmente pelo abolicionismo.
8. A nova Câmara foi formada por Eulálio da Costa Carvalho, Antônio da Silva Leite, Albano Leite do Canto, Bento Barreto do Amaral e Antônio Morato de Carvalho. Cf. Guerrini, op. cit. II, p. 28.
9. Antônio Barreto do AMARAL, op. cit. p. 41.
10. Compareceram os Delegados dos Clubes Republicanos de Amparo, Bragança, Belém de Jundiá, Botucatu, Campinas, Constituição, Indaiatuba, Jau, Jundiá, Mogi Mirim, Porto Feliz, São Paulo, Sorocaba, Tietê, Vila de Monte Mor e Rio de Janeiro.
11. Prudente José de Moraes Barros só se filiou ao Partido Republicano em 1876. Cf. Antônio Barreto do AMARAL, op. cit., p. 48.
12. Anais da Assembléia Provincial de São Paulo, p. 66 a 68.
13. Outros membros da *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro* eram: Antônio Ribeco, Giovanni Scolari, Francisco Martori, Michel Mancini, Nicola Fiori, Raffaele Altieri, Caetano Villaca, Domenico Castronuevo, Francisco Rongio, Vincenzo Bianco, Francisco Midaglia e Pasquale Mancini.
14. O Conselho da Intendência Municipal era formado por Paulo Pinto de Almeida, Capitão Joaquim Moreira Machado de Oliveira, Honório José Libório, Joaquim Fernandes de Sampaio, João Augusto de Brito, José Ferraz de Carvalho e Antônio Barbosa Ferraz.

5. EDUCAÇÃO

Durante dois séculos houve identidade entre a política colonizadora portuguesa e a obra missionária da Companhia de Jesus, graças à qual foi fundado o Colégio de São Paulo de Piratininga, no dia 25 de janeiro de 1554.

Com o advento de D. José I e seu ministro Sebastião de Carvalho e Mello, expulsos os jesuítas em 1759, desapareceu a influência jesuítica no campo da Educação, graças a uma reforma, conhecida como Reforma Pombalina, que contribuiu para a renovação da própria Universidade de Coimbra, que seria uma espécie de reduto dos jovens brasileiros pertencentes à elite da Colônia.

Em todas as capitanias as escolas de ler e de escrever e de algarismos estavam a cargo dos jesuítas. No século XVII em todo o Brasil havia onze colégios da Companhia de Jesus e na Vila de São Paulo, segundo Alcântara Machado, as classes particulares eram de nível inferior, pois o salário dos professores era extremamente baixo⁽¹⁾.

O alvará de 28-06-1759, pelo qual se reformaram os estudos de Latim, Grego e Retórica, proibiu aos jesuítas a direção de qualquer desses estudos. Um outro alvará, de 4-06-1771, transferiu a administração e direção dos Estudos Menores para a Real Mesa Censória instituída a 5-04-1768, que organizou um mapa com a discriminação das cidades, das espécies de escolas e do número de professores indispensáveis.

No Brasil foram criadas 17 Aulas de Ler e Escrever, sendo 4 na Bahia, 4 em Pernambuco, 2 no Rio de Janeiro, 1 em São Paulo, Vila Rica, Sabará, São João Del Rei, Pará, Maranhão e Mariana. De Gramática Latina foram criadas 15, sendo 2 no Rio de Janeiro, 3 na Bahia, 4 em Pernambuco, 1 em Mariana, São Paulo, Vila Rica, São João Del Rei, Pará e Maranhão. De Retórica: 6 aulas (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, São Paulo e Mariana). Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, foram premiadas com uma de Língua Grega e uma de Filosofia⁽²⁾.

Por essa distribuição de aulas percebe-se a inferioridade de São Paulo, comparando-se com as outras capitanias o nível da educação previsto pela Metrópole. Não se compara, pois o quinhão recebido por São Paulo nessa repartição do bolo cultural dividido

por toda a Colônia. São Paulo de Piratininga era o único núcleo da Capitania a receber algo, nada concedido a outras vilas.

Para realizar a reforma pombalina foi previsto estabelecer um imposto, ao qual se deu o pomposo título de *subsídio literário*, que deveria garantir *ótimos ordenados aos professores, o que lhes permitiria decente honestidade de habitação e independência. Esses seriam os chamados professores régios*.

O Estatuto que devia reger os mestres das escolas régias foi remetido a São Paulo na época do Capitão General Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, pelo Conde de Oeiras, em 1768. Através de um *bando* de 1774 foram criadas as escolas públicas de ler e escrever.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, houve sensível mudança no campo educacional, mas foi principalmente no ensino superior que se fez sentir; porém, não em São Paulo. Fundou-se a Academia da Marinha em 1808, no Rio de Janeiro. Dois anos depois foi criada a Academia Real Militar. No Hospital Militar da Bahia e do Rio de Janeiro foram criados os cursos de Cirurgia, além de cursos voltados para Artes e Ofícios⁽³⁾.

Em 1821 todas as Aulas Régias foram reunidas no Palácio do Governo de São Paulo, formando, de certa forma, uma espécie de colégio, mas com aulas de Teologia e Preparatória. Das chamadas Aulas Menores só haveria em São Paulo, em 1825, duas escolas régias⁽⁴⁾.

Se em São Paulo, sede da Capitania e, posteriormente, da Província, o ensino era tão precário, nos primeiros anos do século XIX, não se pode esperar grande progresso no setor educacional no interior. Uma relação de Escolas Régias⁽⁵⁾ nos anos que precederam a independência refere-se às seguintes escolas: Itu (1812), Jundiá (1812), São Carlos (1814), Sorocaba (1821), mas nenhuma em Piracicaba.

A Constituição do Império, de 1823, em seu Artigo 1º determinava a criação de Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugarejos. Um outro artigo determinava a criação de escolas para meninas nas vilas e cidades mais populosas e, finalmente, em seu artigo 179, estabelecia-se a *garantia de instrução gratuita a todos os cidadãos*.

O método de ensino adotado nas Escolas Régias era o de Lancaster, importado da Inglaterra, em que cada grupo de alunos (decúria) era dirigido por um deles (decurião), que seria o mestre da turma. Tal método, amplamente usado no Brasil, era considerado uma maneira econômica de se resolver o problema da alfabetização⁽⁶⁾.

Como Freguesia, Piracicaba não teve escola. A primeira escola de Vila Nova da Constituição foi criada a 13 de fevereiro de 1826, e, a 22 de abril a Câmara Municipal enviava à Presidência da Província a indicação de Manoel Morato de Carvalho por *nelle se axar os Requisitos necesarios para o fim desejado*, pois o primeiro indicado, Joaquim Floriano Leite não tinha sido nomeado.

Manoel Morato de Carvalho só deu aula até o fim do ano, mudando-se da Vila. A escola ficou vaga, com cerca de trinta alunos, mas em 20 de janeiro de 1827 tomava posse o novo professor, Vicente do Amaral Gurgel.

A partir de 16 de julho de 1827, por ordem do Conselho da Presidência, as Cadeiras de Primeiras Letras de toda a Província deveriam ser regidas pelos coadjutores das Paróquias, o que levou Amaral Gurgel a pedir demissão. Para o lugar foi nomeado o Padre José Arruda Leme (21-07-1827), como *Mestre Régio de Primeiras Letras*.

Uma provisão da Presidência da Província, datada de 2 de fevereiro de 1828, autorizou o Padre José Maria de Oliveira a servir de Mestre Régio de Primeiras Letras, sendo a escola aberta nesse mesmo dia. O Padre José Maria de Oliveira era cura da capela de Santa Cruz velha, pároco interino da matriz, e professor de primeiras letras de meninos. Obedecendo a uma ordem superior, em janeiro de 1829 enviava uma demonstração de aproveitamento de seus 62 alunos, divididos em oito grupos:

Correntes de ler, escrever, contar e na Doutrina Christã; Correntes em ler, escrever, na Doutrina Christã, em contas de repetir; Lendo e escrevendo e em contas de multiplicar; Lendo e escrevendo em contas de diminuir; Lendo e escrevendo e em contas de somar; Lendo e escrevendo mal; Lendo sílabas e A, B, C.

O Padre José Maria de Oliveira era suplente de fiscal, encarregado pela municipalidade de serviços de melhoramentos nas ruas da Vila, mas *demonstrava dificuldades na execução das tarefas permanentes por falta de recursos*⁽⁷⁾.

Em 1830 só havia uma escola em Vila Nova da Constituição. Atendendo a um pedido de informação sobre ela, a Câmara informava ao Governo Provincial ter nomeado uma comissão para inspecioná-la, a qual deu parecer favorável. A 16 de fevereiro a escola recebeu um exemplar dos **Princípios de Desenho Linear para Instrução de alunos**.

Em agosto do ano seguinte o Padre José Maria de Oliveira deixava a escola, continuando a prestar outros serviços como coadjutor do Vigário da Matriz de Santo Antônio, e membro da Câmara.

Não dispomos de documentação mais detalhada sobre os problemas da instrução pública na primeira metade do século XIX, mas é possível que uma busca mais completa nos Arquivos possa completar o quadro educacional de Vila Nova da Constituição.

Só temos notícias dos problemas escolares, quando um professor de Primeiras Letras, Lourenço Antônio de Almeida, pediu, no dia 29 de março de 1833, *atestação do dia em que abriu aula nesta vila*, mas as atas da Câmara não se referem à atenção dada ao pedido.

Embora não haja referência a nome de professor, sabe-se que a Câmara, a 11 de janeiro de 1834, aprovou um parecer do vereador Francisco José Machado para se criar uma comissão de dois membros para visitar e inspecionar a Escola de Primeiras Letras. A prova de que a escola estava funcionando em 13 de janeiro de 1835 é um ofício do professor à edilidade *em que participava estar enfermo por moléstia e que porisso não pode dar aulas, consignado em ata da sessão da Câmara*.

A 11 de julho desse ano, o vereador Bento Manoel de Moraes participava à Câmara a morte do professor Lourenço Antônio de Almeida. O Vigário Manoel Joaquim do Amaral Gurgel estava muito doente, e o Padre José Maria de Oliveira foi indicado para substituí-lo. Sendo ele, ao que parece, o único professor da Vila, a escola teria ficado sem poder funcionar. O que levou a Câmara,

em janeiro de 1836, a pedir ao Governo da Província a nomeação de um professor,

qualquer pessoa competente para o cargo até que fosse nomeado novo titular, para a mocidade ir avante em luzes e não se perderem os princípios que deixou o falecido professor.

Não apareceu candidato. Havia um exame que devia ser feito em São Paulo, e o ordenado anual era tão insignificante que não compensava as despesas da viagem.

A 21 de fevereiro de 1836 foi reaberta a escola. Mediante uma provisão do Governo, foi nomeado o professor Francisco Pereira Aguiar. Em janeiro do ano seguinte, o professor requeria *atestação do seu exercício para poder receber seu pagamento*, mas a Câmara decidiu nomear uma Comissão para visitar a escola e saber do seu andamento e aproveitamento dos alunos. Não se tocou mais no assunto na documentação encontrada, mas em abril de 1837 a escola estava novamente vaga. O candidato que se apresentou foi Francisco José Machado, primeiro prefeito de Constituição. Tendo ele declarado que era penoso ir a São Paulo, a Câmara pediu autorização ao Presidente da Província para o candidato prestar exames perante a edilidade. Foram examinadores o Vigário Manuel José França e o bacharel Pinheiro de Almeida, que aprovaram o candidato⁽⁸⁾.

Pedindo demissão do cargo de Prefeito, Francisco José Machado ofereceu-se para o cargo de Secretário da Câmara. Para o mesmo cargo ofereceu-se Joaquim de Oliveira César, gratuitamente. A Câmara optou pelo ex-Prefeito, *por ser mais prático e tinha mais experiência.*

A partir de 16 de agosto de 1837, a escola passou a funcionar regularmente, com 58 alunos. Em 1840 a Escola para meninos tinha 86 alunos, mas o professor, ex-Prefeito e ex-Secretário da Câmara, ficou doente. Francisco José Machado foi sempre um homem de grande atividade, pois em 1838, com Manuel Dias Ribeiro, recebeu a incumbência de fazer estudos referentes à picada da estrada de Cuiabá, passando pelo rio Corumbataí, sendo

indicados, para fazer a ponte sobre o rio, Manuel Dias Ribeiro e Joaquim Marcelino da Rocha.

Francisco José Machado faleceu em abril de 1845, com apenas 45 anos. Natural de Jundiá, foi também tabelião em Piracicaba. As atas das sessões da Câmara de 1840 afirmam que era

excelente mestre quando em aula, mas arranjou substituto sem prática que oferecesse disciplina, ao qual os meninos não têm respeito, a ponto de os pais tirarem seus filhos das aulas.

A Vila continuava sem uma escola para meninas. Em janeiro de 1838, o vereador Domingos José da Silva propôs à Câmara que se oficiasse ao Governo da Província pedindo um mestre de Gramática Latina e uma escola para meninas. A Câmara não foi atendida no momento. A 18 de julho de 1841 prestou exame o professor de Primeiras Letras Bento Paes de Campos Mello⁽⁹⁾. Segundo um Relatório da Câmara,

... a instrução primária se acha em bom estado pelo desvelo que emprega o professor contando ella o numero por ora de quarenta e seis alunos em razão de ser a pouco provida de professor.

Em 1842, a Revolução Liberal, cujos chefes principais eram o Brigadeiro Tobias de Aguiar e o Padre Diogo Antônio Feijó, com a colaboração dos Andradas e de Nicolau Vergueiro, perturbou a paz da Província e atingiu duramente Sorocaba, Campinas e Piracicaba.

Nela envolveram-se o Padre Manuel José França, Ignácio José Siqueira, comandante da Guarda Nacional e o Major Melchior de Melo Castanho e outros. Eram muitos os moradores de Piracicaba envolvidos na revolta, derrotada rapidamente⁽¹⁰⁾. O Padre França foi destituído do cargo de Vigário da Paróquia pelo Bispo Diocesano e a 17 de junho de 1842 foi nomeado o Padre José Maria de Oliveira para substituí-lo. Em agosto do ano seguinte, tomou posse interinamente da Paróquia o Padre Cândido José de Castro, mas, reintegrado no seu cargo, o Padre França voltou e o

professor Bento Dias de Campos Mello, que também se envolvera na Revolta, reassumiu a função. Em setembro de 1845 a escola tinha 80 alunos.

A primeira escola feminina só foi instalada em Vila Nova da Constituição em 1845. Nessa época a única escola da Vila funcionava em uma sala da Casa da Câmara e da Cadeia. Em época de sessões de júri as aulas eram suspensas.

Em janeiro de 1844, a Câmara dirigiu à Presidência um ofício nos seguintes termos:

A Câmara Municipal de Vila Nova da Constituição vem respeitosamente a presença de V. Exa. para que se digne levar ao conhecimento da Assembléa Provincial representar a necessidade de uma escola de latinidade porquanto existe no Município grande número de jovens que necessitam do ensino daquella lingua. A mesma Câmara espera que V. Exa. anuirá a uma tal requisição e se compenetrará da necessidade della. Ds. ge. a V. Exa. ms ans. Passo da Câmara Municipal da Va. da Constm., em sessão do 1º de janeiro de 1844. Ilmo. Snr. Exmo. Sr. Presidente da Prova. de São Paulo. Antônio Fiusa de Almeida. Domingos José da Silva Braga, Antônio José da Conceição, Francisco Florencio do Amaral, Fructuoso José Coelho. Está conforme o original. O secretário José Lopes da Siqueira.

Este ofício revela uma triste realidade. A instrução secundária praticamente era desconhecida na Vila Nova da Constituição. De nada haviam adiantado as instruções de José Bonifácio enviadas às Cortes de Lisboa em 1821. Entre outras sugestões, José Bonifácio lembrava a necessidade de uma reorganização do ensino secundário⁽¹¹⁾ e a criação de uma Universidade em São Paulo.

Havia, na capital, a Faculdade de Direito para a qual se encaminhavam os moços da elite piracicabana, após os preparatórios, feitos, particularmente. Quando se abriu a matrícula, em 1828, na Faculdade de Direito, seguiu para São Paulo, para nela se matricular, o Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

As meninas da classe mais abastada tinham suas preceptoras, suas governantes, geralmente estrangeiras, mas a massa da população feminina permanecia analfabeta.

O ofício dirigido pela Câmara a 9 de junho de 1846 expunha mais claramente a situação, ao solicitar a criação de uma Cadeira Nacional de Gramática Latina:

... que, sendo gratuita, fornecesse a juventude as primeiras noções das belas letras, habilitando-os para a carreira das ciencias, e para o exercício dos empregos publicos a quem a sociedade teria um dia, de chamá-los⁽¹²⁾.

Este ofício em que se cita o Artigo nº 178 da Constituição Imperial, terminava em um rasgo de romantismo: *... e que um beijo de luz quebre e pulverize as portas de ferro, que há pouco encerravam as portas da liberdade e religião americanas...*

Autorizando o funcionamento da Escola, em outubro de 1846 foi nomeado o Dr. Felipe Xavier da Rocha para o cargo de *Inspetor de Aulas das Escolas*. Melhoravam, pois, as perspectivas no setor educacional. Um inspetor de Aula, dois professores, pelo menos, José Romão Leite e Ricardo Leão Sabino – eram citados nos documentos da década dos 40. Mas a 30 de maio de 1852, irá a Câmara ao Vice-Presidente da Província para denunciar Ricardo Leão Sabino *que estava para as partes de Campinas sem que constasse haver pedido licença*. Acabou substituído na Escola, por João Baptista Morato do Canto, que deu aulas durante quatro anos.

Entretanto, coube a Leão Sabino um saldo positivo, pois foi o primeiro a pedir à Câmara *proteção para lhe conceder hum terreno no Largo da Forca para levantar um teatro (29-02-1853)* embora sem sucesso.

Fundou-se uma Sociedade com o intuito de dotar a Vila de um teatro. Foi pedido à Câmara um terreno em frente à rua dos Pescadores (atual Prudente de Moraes), atrás do prédio da Cadeia (atual praça 7 de setembro). A esse requerimento a Câmara respondeu solicitando a área para construção. A 22 de julho, o Secretário da Sociedade do teatro informava *sobre o tamanho do*

terreno por ele requerido para a dicta casa de Teatro cujo tamanho hé cento e cincoenta palmos de fundo com oitenta de largura.

O terreno foi cedido, pagando,

os emolumentos devidos, como se pagavam as datas e isso como direito de posse; extinta a sociedade, sempre sujeita às posturas municipais, o terreno voltará novamente à edibilidade, embora contivesse benfeitorias; o arruador da Câmara ficou encarregado de demarcar o terreno, hoje Praça José Bonifácio⁽¹³⁾.

O ambiente, sob o ponto de vista cultural, ainda era extremamente pobre. Era baixo o padrão de ensino, com classes numerosas e com professores sem formação profissional.

Em 1846 tinha sido criada a primeira Escola Normal da Província de São Paulo, com um único professor, funcionando regularmente até 1867, mas formando até esse ano apenas 18 professores. Suprimida, só teria um belo prédio em 1894, constituído por Ramos de Azevedo, com Prudente de Moraes no Governo Provisório da República, no Estado de São Paulo⁽¹⁴⁾.

Não havia, pois, professores preparados para as escolas primárias do interior. Nem professores habilitados, nem recursos para a montagem das escolas.

Em janeiro de 1854, estando vaga a cadeira de Gramática Latina e Francesa, a Câmara pediu ao Presidente da Província a nomeação, interinamente, de João Baptista Morato dos Santos que *parecia, segundo seus atestados, ter a habilitação precisa thé que fique a concurso dita cadeira*. Na Correspondência Oficial da Câmara nada mais constava a respeito.

A 18 de outubro de 1854, o professor público da Escola de Francês e Latim era o Padre Mestre Francisco de Assis Pinto de Castro, que sugeriu à Câmara a criação de um colégio público. O parecer da edibilidade foi desfavorável, por falta de verba⁽¹⁵⁾.

Em 1855, Vila Nova da Constituição devia ter, no mínimo, uma Escola de Francês e Latim, de nível secundário, e uma de Primeiras Letras (primário), pois seus professores requereram

atestados para receber seus vencimentos, mas não se falou, então, de um *inspetor de Aulas Públicas*.

Parece não haver interesse algum das autoridades pela educação feminina, pois somente em outubro de 1856 encontramos uma referência à professora pública, segundo uma ata de sessão da Câmara. Seu nome não consta da ata. Apenas seu pedido de *atestação sobre sua eficiência e sobre o número de alunas que frequentão a aula*.

A Escola de Meninos continuava a funcionar, mas em 1859 a Câmara denunciava ao Inspetor Geral da Instrução o professor da 2ª Cadeira das Primeiras Letras sem citar nome *como pessoa inepta para nelle ser confiado o ensino da mocidade que além de maluco é o mesmo imoral*.

De acordo com a ata de 2 de julho de 1861, havia na Cidade três escolas: uma de Latim, a cargo de Bento Barreto do Amaral Gurgel, *a primeira cadeira de instrução primária* regida por Romão Leite Prestes, e a *segunda cadeira de instrução primária* a cargo de Antônio Augusto Cezar de Oliveira. Não se tocava em escolas para meninas.

Segundo Zaluar, em sua Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861), em Piracicaba havia apenas uma escola masculina, com 114 alunos, uma outra com 62 alunos e uma particular, com 14, apesar de ter a Câmara representado (16-7-58) à Presidência que *nesta Cidade tem muitos moços que querem se dedicar a estes estudos e preparam-se para os Cursos Jurídicos, não podem fazer por não poderem mandar seus filhos para fora, por isso torna-se de absoluta necessidade de ser esta cadeira provida*.

Se as autoridades não se interessavam pela educação feminina, o mesmo não se dava entre os imigrantes alemães, que mantinham uma escola feminina. Ao pedir, em janeiro de 1863, um atestado de freqüência, a professora solicitou à edilidade que atestasse se era eficiente seu trabalho às alunas alemães ou não⁽¹⁶⁾. Trata-se da professora Hermelinda Rosa de Toledo, provavelmente a primeira mestra de Primeiras Letras de Piracicaba⁽¹⁷⁾. Segundo Jair Toledo Veiga, haveria em Piracicaba em 1866 uma Escola Alemã regida por um professor alemão, Guilherme Krugener.

Em 1863, aposentou-se o professor Romão Leite Prestes, cujo trabalho tinha sido elogiado por Zaluar. Foi professor da ge-

ração de Prudente de Moraes e outros nomes ilustres no cenário piracicabano. Posteriormente, Romão Prestes e Prudente de Moraes foram companheiros na edilidade, em 1865, Prudente como Presidente, o professor como vereador⁽¹⁸⁾.

A propósito da aposentadoria de Romão Prestes, a Câmara enviou os dados necessários para o cálculo de tempo e vencimentos afirmando que não se encontra em toda a Província professores que reúnam todos os predicados deste que tivessem prestado à Província *serviços iguais aos seus* (1.04.1865). Alguns anos depois, a Câmara decidia pedir ao Governo Provincial a volta de Romão Prestes ao serviço ativo, no lugar de José Lídio de Vasconcellos, *que está sendo procurado por faltas no cumprimento de seus deveres*.

Não era fácil a tarefa dos edis, lutando com a falta de recursos para dar a antiga Vila Nova da Constituição um padrão de vida e educação digno de uma Cidade. Não tendo sido construídas as casinhas que iriam constituir o Mercado, quando se cogitou, na Câmara, de se construir um prédio com essa finalidade, foi sugerida uma solução que hoje provavelmente seria considerada simplesmente monstruosa. A Sociedade Fundadora do Teatro, conseguindo o terreno, construíra um prédio sob a direção de Miguel Arcanjo Benício Dutra, e os vereadores pensavam em colocar divisões de taipa, aproveitando-se a parede do Teatro, (17.07.1858), para substituir as casinhas.

O prédio do Teatro foi adquirido pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (30-10-1858) ficando Miguel Dutra encarregado de melhorá-lo, pois era um prédio modesto, sem segurança, mas em 1865 a Câmara decidiu mandar demoli-lo dentro de 60 dias, devido a precariedade da construção. De fato, essa medida exigia urgência, porque nesse mesmo ano caiu uma parede do teatro, matando um cavalo.

Um Teatro caindo aos pedaços e escolas funcionando no prédio da Cadeia, não eram credenciais de uma cidade culta e progressista.

Até julho de 1862, as aulas eram dadas numa sala da Cadeia. A 12 de julho desse ano a Câmara enviava o seguinte ofício ao Presidente da Província, José Jacintho de Mendonça:

Havendo esta Camara Mal. recebido da Delegacia de Policia um officio em que, ponderando a falta de comodidade que tem o edificio que serve de Cadeia, pede que seja desocupada a salla que oje é occupada para exercicio das funçoens dos Profeçores publicos, e a Camara reconhecendo a justiça dessa exigência bem como a impropriedade daquelle edificio para aquelle fim vem respeitosamente pedir a V. Exa. que se digne dar providência para alugar huma casa havendo assim mais comodidade aos alunos que frequentam a aula... etc.

A Câmara não tinha meios para resolver nem esses problemas nem outros que surgiam no dia a dia. Mas a Lei nº 13 de 19-03-1858 restaurou a Lei nº 2, de março de 1848,

que tornou pertencentes às Câmaras Municipais os impostos sobre reses, subsídios literários e aguas ardentés nacionais ou estrangeiros, declarando no seu Artigo 2º que o produto liquido dessas imposições será entregue às Câmaras... etc.

Baseada, pois, nesta Lei, a Câmara pôde dar impulso a algumas obras, mas eis que surgiu um grande problema: não havia trabalhadores habilitados e os poucos que poderiam servir constituía um tipo de mão-de-obra de alto custo. Com um novo imposto sobre as carnes a Câmara pôde tentar alguns melhoramentos urbanos, como, por exemplo, o calçamento da rua Direita, pelo fato de ser ela a ligação entre o interior e a capital. Problema importante que se relaciona, de fato, com a própria vida da Cidade.

Entretanto, os problemas relacionados com a instrumentação pública continuaram na dependência do Governo Provincial, e uma terceira escola primária somente será criada em 1872, a *Escola Mixta da Rua do Porto*. Para essa escola foi nomeada a professora Francisca Elisa da Silva, mais conhecida por Francisca de Castro. Esta professora aposentar-se-á em 1904, com vinte e sete anos e dez meses de exercício efetivo.

A década dos setenta é bastante significativa, pois novos elementos de progresso agitaram os espíritos.

A Estrada de Ferro Ituana, a Navegação a Vapor, os descarçamentos de algodão, as novas técnicas no fabrico do açúcar, dando nova vida aos antigos Engenhos, a Fábrica de Tecidos de Luiz Vicente de Souza Queiroz, o Engenho Central do Barão de Rezende, a iluminação pública, eram sinais do desenvolvimento econômico e da nova mentalidade capitalista, favorecendo, portanto, um surto cultural, com o aparecimento dos primeiros jornais de certa importância.

Politicamente deu-se a *arrancada* republicana, com a adesão dos piracicabanos ao Manifesto Republicano, e a presença de um grupo de piracicabanos à Convenção de Itu. Seguiram-se as ações das Sociedades Benéficas, com a construção da Santa Casa de Misericórdia, o Hospital de Lázarus, a Loja Maçônica, fundada por Prudente de Moraes e outros.

O primeiro jornal de fato (4.07.1874), embora a Cidade ainda se denominasse Constituição, foi o *Piracicaba*, pertencente a Andrade Coelho & Cia, cujo editor era S. B. Andrade. Seu redator, Dr. Brasília Machado, era promotor público da Comarca de Piracicaba. A ele se deve o título de Noiva da Colina à nossa Cidade.

Em outubro de 1875 Brasília Augusto Machado de Oliveira enviou à Exposição de Filadélfia (EUA) uma edição em inglês do jornal piracicabano com notícias sobre a Província de São Paulo e o município de Piracicaba, oficiando nesse sentido ao Presidente da Província Dr. Sebastião José Pereira⁽¹⁹⁾.

Um outro jornal, com o mesmo nome, era fundado no ano seguinte sendo o seu redator Antônio Gomes Escobar. A princípio a oficina gráfica funcionava em sua própria casa, na rua Alferes José Caetano, depois foi instalada na rua dos Ouveiros.

Em maio de 1886, o Dr. Brasília Machado mudava-se para São Paulo, desaparecendo, assim, o antigo Jornal, mas em outubro desse mesmo ano surgia um novo jornal da cidade, *O Piracicabano*, cujo proprietário era Joaquim Moreira Coelho. Na Empresa Tipográfica desse Jornal foi editada a Folha Literária e Noticiosa *O Estado de São Paulo*, em 11 de setembro de 1877.

O primeiro número da Gazeta de Piracicaba foi publicada a 10 de junho de 1882. Seus proprietários eram Assis & Ferraz. O

redator era Victalino Ferraz do Amaral. Circulava às terças, quartas e sábados. Segundo seu número publicado no dia 27 de setembro desse ano, Piracicaba tinha cinco escolas públicas de ambos os sexos, com 286 alunos matriculados.

Segundo Guilherme Vitti, em seu **Manuel de História de Piracicaba**, em 1883 Piracicaba teria uma população de 15.738 habitantes, dos quais 5.339 eram escravos.

Ao que parece, Piracicaba, nessa época, não seria uma Cidade muito divertida. Poucos locais de lazer e divertimento. Em dezembro de 1878, André Sachs requereu à Câmara o aforamento de *umas ilhas logo abaixo da ponte sobre o rio Piracicaba, as quais desejava aformosear afim de proporcionar mais um agradável passeio ao público desta Cidade*. Pretendia erguer *um quiosque entre o rio Piracicaba e a beirada que vai da dita ponte à fábrica de tecidos do Snr. Queiroz*⁽²⁰⁾.

O aforamento foi concedido, tornando-se o parque um dos bons passeios dos piracicabanos, confirmando a atração exercida pelo rio, que, por si só, já se constituía em belo espetáculo, não apenas pela beleza natural, mas pelas boas oportunidades de pesca, pela tradição das monções, *pela novidade* das atividades de Luiz Vicente de Souza Queiroz.

Piracicaba, embora pertencendo a uma importante zona econômica, com sua produção agrícola, cujo centro era Campinas, com um enorme contingente de escravos, não era um importante centro de escravismo.

Em 1874 Campinas tinha a maior população de escravos da Província (13.684), enquanto Piracicaba possuía 5.607, número esse que desceu para 5.533 em 1885 e em 1887 passara para 3.416. Desde meados do século, Piracicaba já contava com certa porcentagem de trabalhadores brancos de origem européia.

A Guerra Civil dos Estados Unidos da América contribuiu para aumentar o número de imigrantes no Brasil, e muitos norte-americanos instalaram-se em Santa Bárbara e Piracicaba, trazendo valiosa colaboração à cultura piracicabana, com a fundação de um Colégio de alto nível, além de novas práticas de agricultura.

A 11 de setembro de 1882 era fundada pelo reverendo norte-americano James William Koger, a Igreja Metodista de Piracicaba, terceira fundada no Brasil. Após reuniões em uma casa da

rua São José, esquina da rua Rosário, de algumas famílias norte-americanas, instalou-se a Igreja em uma casa no Largo São Benedito, aí funcionando até o final da construção de um templo na rua da Boa Morte. A propósito, a *Gazeta de Piracicaba* pública a seguinte notícia:

Tratando de se construir nesta Cidade à rua Boa Morte, terreno em frente à casa do Sr. Martin Bonilha, um edifício para instalação do Colégio Piracicabano, convida-se todos que quizerem tomá-lo por empreitada, a examinar a planta em poder de James W. Koger, e apresentar-lhe suas propostas, até o dia 7 de outubro próximo, competindo a decisão final ao revmo. J. J. Ronson.

O lançamento festivo da primeira pedra, a 8 de fevereiro de 1883, da Igreja Metodista, coincidiu com o início da construção do atual Colégio Nossa Senhora da Assunção, no alto da rua Boa Morte, com lançamento da primeira pedra no dia 22 do mesmo mês. Da cerimônia encarregaram-se o Padre Francisco Galvão Paes de Barros, o Vigário Custódio Soares de Barros, Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Juiz Municipal do Termo, Dr. Afrodísio Vidigal, e Dr. Adolpho Alberto Nardy de Vasconcello, Promotor Público.

Como em todos os grandes acontecimentos públicos importantes, compareceu à cerimônia, em março do ano seguinte, ao se festejar a cobertura do prédio do Colégio Assunção, uma banda denominada *Artistas e Operários*.

Nota-se que o interesse dos piracicabanos pela música, ou melhor, pela Arte, de um modo geral, não era recente. O caso de Miguel Arcanjo Dutra, a cuja família pertencem os nossos ilustres artistas Dutra, artista consagrado já naqueles tempos, pode ilustrar nossa afirmação. Dez anos antes, ao se lançar a pedra fundamental da Fábrica Santa Francisca *tocava lindas e variadas* peças uma banda de música piracicabana, segundo notícia publicada pelo *Piracicaba*, sem, contudo, citar-lhe o nome.

A 11 de fevereiro, o maestro José Dias Albertini oficiava à Câmara propondo a construção de um coreto, onde a banda de

música por ele dirigida pudesse, aos domingos, e santificados, exibir-se para deleite de todos quantos para o local se dirigissem⁽²¹⁾. Seria, de fato, uma feliz combinação para o *deleite* dos piracicabanos, poderem aliar a boa música à beleza do Salto.

Luiz Dutra também tinha sua banda de música, que ele regia de sua própria cama, pois era paralítico. Em seu benefício, o Circo Niteroiense, em maio de 1883, deu um espetáculo, abrihantado, de acordo com a tradição, pela banda.

Ao se inaugurar a Estação da Estrada de Ferro Ituana, em janeiro de 1885, a banda *Azarias de Mello* executou um belo programa. Havia, ainda, uma banda de música de crianças, que, regida por Antônio Gomes Escobar, em 1882 tocou, na Matriz de Santo Antônio, na missa do dia da Santíssima.

Com duas escolas particulares de alto padrão – Colégio Assunção, católico, e o Colégio Piracicabano, protestante – em perspectiva, bandas de música atuantes, sociedades beneficentes em franca atividade, um Gabinete de Leitura, um novo Teatro Santo Estevão construído no mesmo local do anterior, em 1870, Piracicaba tornava-se também importante centro político, onde dois partidos, o Conservador e o Liberal, disputavam a liderança, ao mesmo tempo em que se difundia o ideal republicano, tornando a Cidade um dos importantes centros a defender os ideais baseados nos princípios democráticos.

Podemos imaginar os nossos antepassados, nas tardes ensolaradas, sob as árvores do Jardim Público ou no *chalet* do Sachs discutindo as possibilidades de estabelecer no Brasil um novo regime, ou a discutir os meios de obter recursos para a tão necessária rede d'água que tardava em se instalar, ou como controlar os problemas criados com as ameaças de levantes de escravos, ao mesmo tempo que ouviam, com entusiasmo, as bandas de música, sempre presentes a todos os grandes encontros importantes.

No dia 1º de janeiro de 1876 foi instalado o Gabinete de Leitura, que seria, provavelmente, o embrião da primeira biblioteca regular, mas já em 1880 ela vinha por ser extinta, e José Teixeira Mendes, um dos seus fundadores, enviava à Câmara Municipal o seu pequeno acervo, afirmando que *era visto ser da competência da Câmara, por ter sido fundada por meio de uma subscrição popular*.

A Câmara decidiu reorganizá-la, nomeando uma comissão para se encarregar desse trabalho, passando a biblioteca a funcionar no próprio prédio da Câmara, sob os auspícios da Sociedade Musical Euterpes, a 17 de junho de 1883. Mas só irá funcionar, de fato, quando, a 10 de novembro de 1884, foi reaberto o Gabinete de Leitura, instalado na rua dos Pescadores, atual Prudente de Moraes, nº 25. Os seus sócios pagavam 2\$000 de jóia e 1\$000 por mês para ter o direito de ler os livros.

Nesse ano a Cidade obteve mais uma Escola, localizada no Bairro Alto. Para regê-la foi nomeado o professor normalista Augusto César de Arruda Castanho, que terminara com distinção o curso da Escola Normal da atual Praça da República em São Paulo. A sua escola começou a funcionar no dia 9 de maio de 1884. Alguns meses depois, Antônio Júlio César Xavier pediu à Câmara licença para abrir, na Cidade, uma escola noturna, sendo-lhe concedida a licença.

Em agosto desse ano era nomeada para a escola da rua do Porto a professora Teresa Cristina dos Reis Teixeira. Alegando que no local não havia casa própria pra funcionar uma escola, Teresa Cristina abriu uma escola na rua Direita. A *Gazeta de Piracicaba* teceu comentários desagradáveis sobre a atitude da professora, mas hoje, tantos anos passados, como poderemos imaginar o desconforto de uma Escolinha à beira rio, com enchentes, lamas, mosquitos, pernilongos, etc.?

A verdade é que todas as escolas estavam mal instaladas e com excessivo número de alunos, o que levou o vereador Dr. Manuel de Moraes Barros a combater a construção do prédio para a Câmara, lembrando obras muito importantes, como, por exemplo, os prédios escolares (21.06.1884).

Não havia apenas falta de instalações adequadas, mas desinteresse das autoridades pela instrução pública. Depois de muito tempo sem direção, reuniu-se a 4 de agosto de 1888, o Conselho Municipal de Instrução. Constatou-se a existência das seguintes escolas: 2ª cadeira do sexo feminino, 1ª cadeira do sexo masculino, escolas da rua do Porto e do Salto, da rua do Rosário e da rua da Glória.

Alguns boatos de epidemia de bexigas teriam alarmado a população em agosto de 1888, pois uma visita inesperada do

Conselho Municipal de Instrução encontrou todas as escolas com baixo nível de frequência. Foram visitadas as escolas regidas pelos professores Sardenberg, Fausto Pompeo, Augusto Castanho, Augusto Saes Cotrim, Teresa Cristina e Colégio Santo Antônio⁽²²⁾.

As escolas primárias de Piracicaba eram isoladas, funcionando em prédios acanhados e impróprios, mas já se cogitava de reuni-las em prédio adequado, que seria um futuro grupo escolar, fazendo parte da rede estadual de escolas públicas do Estado. Seria essa a Escola Pública, enquanto o ensino particular continuava nas mãos das entidades religiosas, em magníficos prédios construídos com essa finalidade.

Tendo em vista que o nível de ensino só poderia melhorar em instalações apropriadas e em mãos de bons profissionais, a edilidade, em junho de 1891, dirigiu-se ao Governo do Estado,

expondo a situação dismantelada em que se encontrava o Conselho de Instrução do Município, que não se reunia, pois um dos seus membros viajava pelo Exterior e o outro era quase analfabeto⁽²³⁾.

Um novo colégio era aberto com a vinda a Piracicaba do Professor José Azurara, que comunicava à Intendência, a 1º de janeiro de 1891:

Em obediência ao Regulamento da Instrução do Estado comunico-vos que me estabeleço nesta Cidade com um Colégio de instrução primária para meninos e que se abre no 1º do mês.

Nesse Colégio ensinava-se Ginástica, Português, Geografia, Aritmética, Música, Italiano, Latim e Geometria, de acordo com o programa enviado ao Presidente da Intendência Municipal. A inclusão da língua italiana no programa pode ser interpretada como uma forte influência dos imigrantes italianos no município.

Ao se iniciar o ano letivo de 1892, havia as seguintes escolas: à rua do Comércio, a do professor França; no Largo da Cadeia, a de D. Zulmira; a do professor Aranha, à rua da Palma; dos

professores Cotrim e D. Fausta, à rua Prudente de Moraes; à rua XV de Novembro a de D. Hermínia, dos professores Castanho e D. Francisca na rua Direita, no Bairro Alto; e à rua Rangel Pestana, a do professor Sardenberg⁽²⁴⁾.

A precariedade das instalações levou a edilidade a atender a uma velha representação dos professores solicitando que oferecessem terreno no município para a construção de prédios escolares estaduais. Isto coincidia com o ideal que, em 1890, levara um grupo de cidadãos de Piracicaba a lançar uma campanha para formação de um fundo para a construção de prédio destinado especialmente aos fins de educação. Fundou-se, assim, a *Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba*, cujos elementos não eram apenas da elite abastada, mas pessoas de espírito aberto à cultura e ao progresso, e, sobretudo, dotados de um coração aberto ao bem-estar coletivo⁽²⁵⁾.

Obtido o capital mediante o lançamento de quinhões, foi construído um sólido prédio para uma nova escola.

Este é um ano auspicioso para o programa educacional piracicabano, pois também foi inaugurado festivamente o Colégio Nossa Senhora do Assunção, na rua da Boa Morte. Também a Intendência oficiou ao Governo do Estado oferecendo terrenos para a construção de prédios escolares. Doando ao Estado tais terrenos, estaria garantida a criação de novas unidades escolares em Piracicaba. Solicitava a criação de quatro escolas, devendo, em cada uma, funcionar uma classe feminina e outra masculina.

A Câmara tinha recusado pedido do professor Benedito Cândido Corte Brilho, que, não tendo encontrado sala para instalar sua escola, solicitava autorização para usar a sala de aferições no pavimento da Cadeia. A recusa foi explicada: o prédio pertencia ao Estado e a Municipalidade não tinha autorização para cedê-lo⁽²⁶⁾.

Novamente em pânico, os alunos de nossas escolas, principalmente os da escola noturna municipal, que funcionava em uma das salas da Cadeia, com medo do recrutamento para combater os revoltosos de Custódio de Mello, que ameaçavam invadir o Estado por Itararé. O problema foi resolvido com a transferência da escola para uma casa particular; com isto, a frequência passou a 100%.

Piracicaba podia gabar-se de seus professores. Em 1894 era Inspetor Literário do 1º Distrito o professor Augusto de Arruda Castanho. Com Arthur Evêncio Madeira, conseguiu instalar em sua circunscrição o ensino público obrigatório, o que provocou, por meio de ofício à Intendência, um elogio por parte do Governo Estadual.

Não é fácil todavia, conciliar obrigatoriedade de ensino com a carência de prédios. E, mais ainda, com desvio de professores para misteres outros que não os de sua profissão.

Uma circular da Secretaria do Interior recomendava à Edilidade (18.03.1895):

Não distraírem-se continuamente os professores públicos para o serviço de qualificação eleitoral, porque não somente são eles deslocados de suas escolas como os próprios edifícios em que funcionam, são muitas vezes apropriados para trabalho das ditas comissões.

A Lei nº 88 de 1892 dividiu o Curso Primário em Preliminar e Complementar, e no ano seguinte, a Lei nº 169, de 7 de agosto, esboçava a organização das Escolas Normais e futuros Grupos Escolares. Ao mesmo tempo era aumentado para quatro anos o curso das Escolas Normais.

A 5 de abril de 1895 o vereador Manuel de Moraes Barros propôs à Câmara que endereçasse ao Presidente do Estado pedido para a criação de um grupo escolar acompanhado de uma escola complementar, oferecendo para isso a quantia de 20 contos de réis.

Nessa época havia em Piracicaba 14 mil habitantes, com 1.337 crianças em idade escolar, e só havia nove escolas públicas.

Um aviso do Tesouro do Estado de 27.06.1895 comunicava *achar recolhida nessa repartição a soma de 20:000\$000 reservada pelo Estado para a construção de um grupo escolar*, cuja pedra fundamental foi lançada no dia 17 de julho desse ano *em terreno contíguo ao da chácara do cidadão Antônio Teixeira Mendes*. Foi encarregado das obras o engenheiro Joaquim de Oliveira Braga.

Foi uma festa bonita, de uma cidade contente. Banda de música, discursos, um cofre metálico com jornais, moedas, selos, etc., além de officios religiosos, isto é, católico e protestante, não obstante antigas divergências entre elementos adeptos das duas religiões.

A 27 de maio de 1896 o Inspetor Escolar, professor Arruda Castanho, foi nomeado membro do Conselho de Instrução Pública do Estado. Deixando Piracicaba, foi alvo de expressivas homenagens.

Neste fim de século o nome de Piracicaba vinha se projetando no panorama educacional do Estado. O professor Pedro de Mello, do corpo docente do Primeiro Grupo Escolar de Piracicaba⁽²⁶⁾ lançava o seu livro de versos *Lampejos*. Outros salientaram-se também pelo desprendimento, como Benedito Cândido Corte Brilho, que tinha enviado, a 7 de fevereiro de 1895, o seguinte officio ao Intendente Joaquim André Sampaio⁽²⁷⁾:

Participo-vos que desisto da verba de 150\$000 que a Câmara me paga mensalmente para reger a Escola Noturna que a mesma creou, a contar de março, e que, entretanto, continuarei a reger a referida Escola, sem alteração alguma. Saúde e Fraternidade.

Alguns nomes são freqüentes nas realizações mais importantes que beneficiam Piracicaba. É a alma da Cidade que se revela. Cada casa, cada caminho que se conserta, cada rua que se abre, cada instituição que se funda, é um coração que pulsa e vive.

Precisar de uma estrada que lhe traga o que não tem e leve o que produz. Precisar de um Hospital, sentindo que seus doentes podem morrer à mingua, por falta de recursos. Precisar de Escolas para suas crianças e adolescentes, de luz e água encanada para sua população. Tudo isso é a Cidade. Cidade que depende do apoio e dos recursos governamentais que geralmente tardam. Viver na dependência da boa vontade dos políticos.

São os acontecimentos do dia, do cotidiano, que podem trazer entusiasmo e euforia, ou tédio e frustração. São momentos que tardam, muitas vezes irritando os espíritos, magoando as autoridades atingidas pelos protestos da população, mas que podem, afinal ser superados, revelando o lado positivo das coisas.

Uma nova mentalidade progressista impulsionava a Cidade para novos rumos, não apenas no campo das técnicas e da produção agrícola, ou fabril, mas levava os grandes proprietários a aplicar seus bens de capital ou seu capital em novas empresas.

Lavradores empresários, como, por exemplo, Luiz Vicente de Souza Queiroz, que, não satisfeito em ser o primeiro na indústria de tecidos e na iluminação elétrica, ser-lo-á também no campo da Educação, lutando por uma Escola Prática de Agricultura.

A 11 de outubro de 1881, era discutido na Câmara um requerimento de Luiz Queiroz pedindo licença para fechar um terreno que ficava entre sua casa nova de morada e a sua serraria, deixando franca uma rua para o rio. Nesse terreno ele pretendia estabelecer

tanto quanto o permitir, a sua extensão, um estabelecimento agrícola e hortícola que há de ser de não pequeno proveito para este município como escola prática para os que forem visitá-la.

Este requerimento foi indeferido, mas Luiz de Queiroz não era homem para desistir de um ideal. Enquanto esperava uma oportunidade para pôr em prática tal idéia, foi dotando seus estabelecimentos de novos melhoramentos, como uma linha telefônica ligando a Fábrica Santa Francisca a sua residência, e, em novembro de 1884, atraía o povo de Piracicaba à beira-rio, com a iluminação elétrica de sua residência e imediações, incluindo a casa de seu engenheiro Arthur Sterry e de seu contador José Gomes Marques, no dia em que os condes d'Eu – a Princesa Isabel e seu marido – visitaram a Fábrica de Tecidos e o Engenho Central.

Não se tratava de iluminação pública a eletricidade, nem mesmo, pelo que se sabe, de utilização de força hidráulica, mas termelétrica. O que fazia de Piracicaba, em todo caso, a primeira cidade do interior da Província a conhecer o uso energia elétrica na iluminação particular.

Pioneiro sempre, Luiz de Queiroz foi o maior benemérito que Piracicaba teve até hoje, pois não apareceu ainda um novo Mecenas que o iguasse, considerando-se principalmente a época em que ele viveu e o seu plano no campo educacional.

Não desistiu de sua Escola Prática de Agricultura. Nessa luta envolveu toda a família e amigos⁽²⁸⁾. Reuniu fundos para a compra de uma fazenda onde pudesse pôr em prática sua idéia. Viajando pelos Estados Unidos, Luiz de Queiroz escreveu para seus amigos de Piracicaba:

Fiz proposta a um professor de uma academia daqui que, se aceitar o lugar, será uma excelente aquisição para a Escola Agrícola de Piracicaba.

Era tão grande o interesse de Luiz de Queiroz pela instalação de uma Escola Agrícola que na sessão do Conselho da Presidência de 11 de novembro de 1891, o Dr. Tibério Lopes de Almeida propunha um voto de louvor *pelo grande interesse que tem tomado pela escola agrícola nesta cidade.*

Tendo reunido o dinheiro suficiente entre os membros de sua numerosa família, Luiz de Queiroz autorizava o negociante português, seu grande amigo Antônio Teixeira Mendes, a adquirir, em hasta pública, a Fazenda São João da Montanha⁽²⁹⁾ para nela ser instalada a Escola Agrícola.

A Lei estadual nº 26 autorizava o Governo do Estado de São Paulo a

fundar uma Escola Agrícola e estabelecer, nos lugares que julgasse apropriados, dez estações experimentais, as quais ficariam subordinadas à direção superior da Escola.

Já estavam lançadas as bases da Escola Prática de Agricultura na Fazenda São João da Montanha, quando Luiz de Queiroz decidiu doar a Fazenda ao Estado para nela ser instalada Escola, de acordo com a Lei nº 26. A 6 de novembro de 1892 a Gazeta de Piracicaba publicava a seguinte notícia:

Os srs. José Gabriel Bueno de Mattos, Ernesto Lehman, engenheiro agrônomo, juntamente com um empregado do tesouro, que procederam ao inven-

tário dos bens da escola agronômica, ficando tudo avaliado pela quantia de 195 contos, de modo que o Estado tem que repor ao sr. Luiz de Queiroz a importância de 45 contos, excesso sobre sua generosa doação no valor de 150 contos. Foi pelo Governo nomeado o snr. Ernesto Lehman para administrador da Escola Agronômica.

A 17 de novembro desse ano, pelo Decreto Estadual nº 120, o Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Campo, aceitou a doação feita ao Governo por Luiz Vicente de Souza Queiroz, da Fazenda São João da Montanha com todas as suas benfeitorias para nela ser instalada uma escola ou instituto para educação profissional dos que se dedicam à lavoura⁽³⁰⁾.

Para legalizar-se integralmente a doação da Fazenda ao Estado, foi necessária uma declaração em cartório do procurador de Luiz de Queiroz, Antônio Teixeira Mendes, de que a mesma fora adquirida com o dinheiro angariado entre as seguintes pessoas:

Luiz Vicente de Souza Queiroz, Baronesa de Limeira, Dr. João de Paula Souza, Dr. Paulo de Souza Queiroz, Dr. Carlos Paes de Barros, Theobaldo de Souza Queiroz, d. Paulina de Souza Queiroz e Dr. Domingos Correa de Moraes, afim de no referido sítio crear-se uma escola agronômica, não se tendo levado a efeito a criação da escola para a qual com concorreram com os donativos as pessoas acima referidas, declarando mais para todos os efeitos que o sítio fora comprado para a referida escola e não para si, de sorte que os únicos que podem transferir o sítio. Esta declaração está registrada no livro de Notas nº 112, fls. 75v, do Cartório de 1º Ofício de Piracicaba.

A escolha da cidade de Piracicaba para sede de uma Escola Agrícola foi combatida através de um editorial do Comercio de São Paulo, considerando Piracicaba um centro produtor de baixo

índice. Sugeria a própria capital ou Ribeirão Preto, *município agrícola por excelência* (20.04.93).

A 28 de agosto de 1893, uma Revolução do Congresso do Estado aprovou o decreto governamental de 17 de novembro de 1892, pelo qual o Governo do Estado aceitava a doação da Fazenda São João da Montanha para nela se instalar uma Escola Prática de Agricultura. A 4 de setembro desse ano o Governo do Estado incluiu, no Orçamento, uma verba de 50 contos de réis para custeio da Fazenda S. João da Montanha. No dia 17 desse mês era nomeado diretor da Fazenda São João da Montanha o engenheiro Dr. João Afonso Morimont⁽³¹⁾.

Cabe aqui uma dúvida a esclarecer: segundo Mário Sampaio Ferraz, o nome do diretor nomeado seria Leão Morriment e não João Afonso, como afirma Guerrini.

Em dezembro de 1893 o Diretor apresenta seu Relatório sobre a situação da Fazenda afirmando que *certa penúria dominava nessa propriedade agrícola*.

Ano de 1894 – período muito significativo para a História de Piracicaba, muito mais importante para a História do Brasil. Em 22 de junho de 1894, em Piracicaba, o Dr. Prudente José de Moraes Barros recebia o seguinte telegrama, assinado pelo Secretário do Congresso:

Com satisfação cumpro o dever de comunicar-vos que em sessão de hoje, fostes, por unanimidade de votos reconhecido e proclamado, pelo Congresso Nacional, Presidente da República no período de 1894 a 1898, e em nome da mesa saúdo-vos pela honrosa manifestação do voto popular.

Primeiro Presidente civil da República, Prudente de Moraes já tinha sido, no Governo Provisório, Presidente do Estado de São Paulo. No seu governo foi criada a Escola Normal, e nessa época, foi iniciada a construção do edifício na praça da República para nele se instalar a dita Escola. A 3 de agosto de 1894 os Drs. Bernardino de Campos, Cesário Motta e J. Guimarães Júnior enviaram a Prudente de Moraes o seguinte telegrama:

Em nosso nome e do Governo de São Paulo vos saudamos como fundador da Escola Normal desse Estado cujo edifício acabamos de inaugurar.

O Governo do Estado de São Paulo decidira fundar três Escolas Normais. Piracicaba pleiteava uma delas. A primeira foi fundada em Itapetininga, e Piracicaba apenas obteve a 30 de novembro de 1894 um simples curso primário noturno.

A Câmara Municipal insistia na necessidade de se criar um curso de nível secundário na cidade, um Ginásio ou uma Escola Normal. Ofereceu prédio para ser adaptado para uma escola. Talvez servisse o da Cadeia... Recusado.

Em 1895, no Secretariado de Alfredo Pujol, era confirmado às Escolas Complementares o caráter de profissionais. As leis que modificam a lei nº 88, em vigor, são devidas ao Dr. Bernardino de Campos e a Alfredo Pujol.

A 28 de janeiro de 1896, por indicação do vereador Joaquim Fernandes de Moraes Sampaio, a Câmara Municipal aprovava a compra do Prédio da Sociedade Propagadora da Instrução para oferecê-lo ao Estado para nele ser instalado um Ginásio. A cidade ressentia-se da falta de escolas secundárias, principalmente para alunos que pretendiam cursar uma Escola Superior e que eram obrigados a freqüentar cursos preparatórios na Capital.

A Sociedade Propagadora da Instrução fora criada por um grupo de cidadãos que reuniam não apenas qualidades de espírito, mas também um grande interesse pelo progresso da Cidade e de amor ao próximo, construindo, para sua sede, um edifício cuja finalidade única e irreversível era servir de abrigo à instrução pública.

Nesse prédio, situado em terreno entre as ruas do Rosário, da Palma, do Conselho, e a Ilha, de sólida construção, é a atual Escola Fernando Febiliano da Costa, antiga Escola Industrial, na rua do Rosário. Ali foi instalado um Colégio conhecido como Colégio Rosa, onde estudavam os alunos que pretendiam prestar os exames parcelados para as Escolas Superiores, isto é, Politécnica, Medicina e Direito. Fora inaugurado a 23 de junho de 1893, com discurso do Professor Augusto Castanho e do Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Extinta a Sociedade Propagadora da Instrução, a 3 de fevereiro de 1896, foi promulgada uma lei municipal autorizando o Intendente a adquirir o prédio para oferecê-lo ao Governo do Estado para nele ser instalado um Ginásio, pelo preço não excedente a 39 contos de réis. Para essa compra o vereador Manuel de Moraes Barros ofereceu 5.000\$000.

A Câmara adquiriu o prédio, sendo lavrada a escritura a 6.02.1896. Foram compradas 18 quotas (quinhões), ficando proprietária da maior parte do terreno, pois alguns acionistas permaneceram proprietários de uma pequena parte⁽³²⁾.

No prédio continuou a funcionar um colégio, não mais Rosa, mas Ipiranga, cujo diretor era o português Augusto César Salgado⁽³³⁾. A *Gazeta de Piracicaba* de 1897 deu várias notícias a respeito deste colégio.

O oferecimento ao Estado pela Câmara de Piracicaba, de um imóvel para nele ser instalado um Ginásio foi proposta do vereador Paulo de Moraes Barros, mas a 10 de março de 1896 a Secretaria dos Negócios do Interior enviou ofício à edilidade piracicabana em que comunicava ser impossível a criação de um ginásio, que dependeria de aprovação da Assembléia Legislativa, mas propunha a criação de uma Escola Complementar, o que seria resolvido mais rapidamente.

A Câmara aceitou a proposta e a 4 de Janeiro de 1897 foi promulgada uma lei municipal transmitido o domínio e posse do prédio, para nele ser instalada a Escola Complementar. A escritura de compra do prédio foi lançada no livro de Notas nº 131 do Cartório do 1º Ofício de Piracicaba, cujo tabelião era José da Silva, (fls. 13, a 6 junho de 1896).

De acordo com os princípios da extinta Sociedade, o prédio adquirido pela Edilidade não podia ter outro destino que não a educação.

Tal objetivo ficou bem claro em todas as escrituras, pois o próprio valor de cada quinhão (3:000\$) foi reduzido para 1:500\$ em vista a legítima finalidade da doação.

Este é um dos momentos que marcam a vida de uma Cidade e que não pode ser esquecido por seus moradores. É a alma da velha Vila Nova da Constituição, tão rural com seus canaviais e engenhos, seus monjolos e pilões, agora urbanizada, vigorosa

com suas novas indústria, com estrada de ferro, máquinas a vapor, alcançando um vôo mais alto, com sua Escola Agrícola primeiro e, em seguida, tudo se encaminhando para uma primeira verdadeira escola secundária.

As perspectivas educacionais tomavam rumo promissor. Não apenas com a futura Escola Complementar, mas também com reunião de escolas formando um Grupo Escolar, cujo prédio já estava sendo construído. E de um segundo grupo já se cogitava. Construído o novo prédio da Cadeia, a edilidade oferecia o velho para nele se instalar a nova unidade educacional. Em princípio o Governo do Estado aceitou a oferta, mas, feita uma vistoria, verificou-se que o imóvel dificilmente poderia ser adaptado para Grupo Escolar.

Para completar as obras do 1º Grupo Escolar, a Câmara, que já tinha desapropriado terrenos na rua do Comércio, adquiriu mais cinco braças de frente por quinze de fundo, da chácara de Antônio Teixeira Mendes, do lado da atual rua Ipiranga e já em 13 de maio de 1897 funcionava em sua fase preparatória o que seria o nosso atual Grupo Barão do Rio Branco. Este Grupo Escolar foi conhecido durante muito tempo como *Velho*, em oposição ao Segundo Grupo Escolar instalado mais tarde no mesmo lugar da Cadeia Velha, o futuro Grupo Escolar Morais Barros, conhecido como *Novo*. O segundo Grupo Escolar só será instalado no início do século do século XX, graças também ao Senador Manuel Morais Barros, que a 18 de agosto de 1899 envia, por intermédio de seu filho Dr. Paulo de Morais Barros, então presidente da Câmara, um cheque de 10:000\$000 para a criação de um segundo Grupo.

A 5 de fevereiro de 1900, o vereador Dr. Paulo Morais Barros faz, em sessão da Câmara, uma indicação no sentido de que se representasse ao Governo do Estado, pedindo a criação de um Grupo, oferecendo para isso a quantia de 20 contos de réis, votada no orçamento com essa finalidade.

Segundo um recenseamento realizado por iniciativa da edilidade, a população urbana de Piracicaba contava com 2.106 crianças em idade escolar, sendo 1.004 meninos e 1.102 meninas.

Urgia pois a instalação do segundo Grupo Escolar. Este foi criado pelo decreto estadual de 5 de março de 1900, e já a 16 de maio o Professor Miguel Carneiro Jr, diretor do novo estabeleci-

mento de ensino publicava os editais de matrícula, funcionando provisoriamente em prédio adaptado, situado na rua do Piracicaba (atual Voluntários de Piracicaba) entre as ruas Santo Antônio e do Comércio (atual Governador Pedro de Toledo). Segundo Leandro Guerrini, seu organizador foi Sebastião Dias, natural de Rio Claro.

Criada a Escola Complementar, a instalação festiva realizou-se a 21 de abril de 1897. O decreto que a criou foi um dos últimos assinados por Dr. Bernardino de Campos, que consignou para a nova Escola verba de 60 contos de réis.

Em fevereiro de 1897 foram nomeados para as duas seções – feminina e masculina – os professores Antônio Alves Aranha e sua esposa D. Escolástica do Canto Aranha, que chegaram a Piracicaba no dia 15 desse mês.

Segundo um editorial da *Gazeta de Piracicaba*, de 14.03.1897 na Escola Complementar, já havia matriculado mais de trinta alunos e seu Diretor estava recebendo do Governo *as mobílias e trastes necessários*.

As duas unidades fundadas no fim do século representavam um significativo avanço nos meios culturais da cidade, funcionando ambas, Grupo Escolar e Escola Complementar, em prédios especialmente construídos para a finalidade a que se destinavam e eram considerados dos mais belos da Cidade. O Dr. Antônio Pinto de Almeida Ferraz⁽³⁴⁾, assíduo colaborador da *Gazeta* afirmava ser *o prédio do Barão do Rio Branco o mais bonito da cidade*.

Entretanto, um jornal de Campinas, *Cidade de Campinas*, em correspondência enviada de Piracicaba, criticava a localização do 1º Grupo Escolar *muito retirada do centro da cidade, privando às crianças dar mais vivacidade às ruas centrais*.

No meio de tanta euforia, uma pequena nota triste. O professor Augusto César Salgado enviava à redação da *Gazeta* uma carta participando, com pesar, que o *Colégio Ipiranga* sob sua direção, depois de cinco anos de vida laboriosa, iria fechar suas portas (15.12.1899).

Era um bom Colégio. Nele estudavam os que se destinavam aos chamados exames parcelados para matrícula nas Escolas Superiores da Capital. Fechando o Colégio Ipiranga os moços piracicabanos seriam obrigados a fazer preparatórios em São Paulo.

Outros setores no Campo Educacional iam tomando vulto até na zona rural, pois em março de 1898 já funcionava uma Escola na Fazenda Pau d'Alho, regida pelo professor Antônio de Oliveira.

Uma nova sociedade denominada *Sociedade Igualitária* fundada por iniciativa de um grupo de negros, *entre os quais se contavam José Francisco Lázaro, Hermógenes da Conceição, Franklim Cesar, Horácio de Carvalho Filho e João Cotrim* foi inaugurada no dia 13 de maio de 1898⁽³⁵⁾. Nessa Escola, quando morreu o abolicionista Antônio Bento, na Sala de Aula realizou-se uma sessão fúnebre, sendo inaugurado o seu retrato. À numerosa assistência falou, com o brilho de sempre, o grande orador Dr. Antonio Pinto de Almeida Ferraz (11.12.1898).

Notas

1. Alcântara MACHADO. *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 87.
2. Laerte Ramos de CARVALHO. *Educação e seus Métodos*, In: *A Época Colonial*, HGCB, tomo I, 2º vol., p. 81.
3. Maria José Garcia WEREBE. *A Educação*, In: *Brasil Monárquico*, HGCB, tomo II, vol. IV.
4. Ernani Silva BRUNO. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. I, p. 404.
5. Maria Beatriz Nizza da SILVA. *A Educação na Capitânia de São Paulo*, In: *Revista da Academia Paulista de História*, ano 1, nº 11. p. 19.
6. Segundo Fernando Azevedo, aplicado no Brasil para resolver o problema da educação popular, de 1823 a 1838 citado por Silva Bruno, op. cit. I, p. 407
7. Leandro GUERRINI, op. cit. I, p. 132.
8. *Nós, abaixo citados, nomeados pela Câmara Municipal desta cidade, para efeito de examinarmos o cidadão Francisco José Machado nas matérias necessárias ao magistério das Primeiras Letras declaramos que tendo*

examinado o referido cidadão em presença da Câmara nas matérias mencionadas no art. 3º das Instruções dadas pelo Exmo. Governo para este efeito em 21 de abril do corrente o aprovamos nas referidas materias por ter a todas ellas respondido satisfatoriamente. Del-fino Pinheiro de Almeida (bacharel) e Manuel José de França (pároco). (cf. Guerrini, ob. cit. vol. I, p. 267).

9. Correspondência Oficial da Câmara Municipal de Piracicaba (1839-1855).
10. Leandro GUERRINI, op. cit., vol. I, p. 291, com mais detalhes, e em outro capítulo, com comentários sobre o movimento.
11. Ernani Silva BRUNO, op. cit., I, p. 407.
12. Guilherme VITTI. *Manual de História Piracicabana*, p. 39. Correspondência Oficial da C. M. de Piracicaba, ofício assinado por Elias de Almeida Prado, Ignácio Vasconcellos da Cunha Caldeira, Antonio Ferraz de Almeida, José da Cunha Raposo, Theotonio José de Mello, João Francisco de Oliveira Leme. Secretariado – José Lopes da Siqueira.
13. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 336.
14. Ernani Silva BRUNO, op. cit., III, p. 1324.
15. Segundo Vitti, o Padre Francisco de Assis de Castro, foi aposentado em 1858 e a Escola de Latim suprimida.
16. Leandro GUERRINI, op. cit., I, p. 343. Vitti, ob. cit., p. 40.
17. *Ibidem*, p. 384.
18. *Ibidem*, p. 13.
19. *Ofícios Diversos*, Piracicaba, 1868-1891, maço 42, pasta 10, 1875, Departamento do Arquivo do Estado.
20. Maria C. T. M. TORRES – *Um Lavrador Paulista do Tempo do Império*.
21. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 88.
22. *Ibidem*, p. 28.
23. *Ibidem*, p. 198.

24. Ibidem, p. 206.
25. Maiores detalhes no capítulo dedicado à Escola Normal Oficial de Piracicaba, atual Sud Mennucci.
26. Foi diretor do Segundo Grupo Escolar, depois Barão do Rio Branco, lente de Francês da Escola Normal de Piracicaba, autor de hinos e canções. Polemista. Espírito inventivo, a 14 de maio de 1898 a *Gazeta de Piracicaba* noticiou que *acabava de obter privilégio para uma invenção ao qual denominou anemocínamo, um aparelho destinado a utilizar a força dos ventos, especialmente para transformá-la em eletricidade.*
27. O primeiro corpo docente do Primeiro Grupo Escolar de Piracicaba, era composto de: Diretor – Antônio de Mello Cotrim; Professores – Eduardo Raggio Zimbre, Innocencio A. S. Maia, Adelina de Almeida Ferreira da Silva, Maria Meira da Rocha, Carlota de Pádua Ferreira e Felisbina Narcisa Coelho.
28. O Brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz, casado com dona Genebra de Barros Leite, em 1797, teve seis filhos. O quinto filho é Vicente de Souza Queiroz, barão de Limeira, casado com sua prima Francisca de Paula Souza. O quinto filho do barão de Limeira é Luiz Vicente de Souza Queiroz, casado com Dona Hermelinda Ottoni de Souza Queiroz.
29. A Fazenda São João da Montanha e a Fazenda Olimpo pertenciam à sesmaria doada ao Sargento-mor Carlos Bartholomeu de Arruda. Em 1819 foi feita uma convenção entre o Vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, proprietário da Fazenda Olimpo e diversos proprietários de terras na vizinhança isto é, nas margens do rio Piracicaba, dentro dessa sesmaria.
Nos autos cíveis de demarcação amigável entre as fazendas do Monte Alegre e São João da Montanha (de acordo com Notas do Cartório de Primeiro Ofício de Piracicaba, 1883) consta que Francisco Ferraz de Carvalho vendeu, em 1825, ao Dr. José da Costa Carva-

lho *uma sorte de terra tendo duzentas braças de frente com setecentas e cinqüenta braças de fundo*. Essas terras tinham pertencido a Manuel de Barros Ferraz que as dera em dote a uma filha do ano de 1819.

30. Um mapa da Fazenda São João da Montanha datado de 1894, entre outras plantações, traz, em uma espécie de corredor, um campo de experiências, o que pode ser, de fato, o embrião da grandiosa Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.
31. **Nota do IHGP** – O engenheiro agrônomo citado era o belga Léon Alphonse Morimont.
32. Relação dos acionistas da Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba, de acordo com as escrituras lavradas no Cartório de 1º Ofício, livro de Notas nº 131 (6-01-1896): 1 – José de Moraes Sampaio e sua Mulher, 5 quinhões; 2 – José Leite Negreiros e sua mulher, 5 quinhões; 3 – Joaquim André de Sampaio e sua mulher, 1 quinhão; 5 – Manuel Ferraz de Camargo e sua mulher, 1 quinhão; 6 – Eloy Ferraz de Andrade e sua mulher, 1 quinhão; 7 – Joaquim Rodrigues e sua mulher, um quinhão; 8 – Francisca Leme da Silva (viúva), um quinhão; 9 – Ana Miquelina de Almeida (viúva), um quinhão; Livro de Notas nº 131, 23-02-1896; 10 – Cel. Antônio de Paula Leite Filho e sua mulher, um quinhão; 11 – José Ferraz de Camargo e sua mulher, um quinhão; Livro de Notas nº 131, 26-02-1896; 12 – Barão do Piracicamirim e sua mulher, um quinhão; Livro de Notas nº 136, 3-11-1896; 13 – José Amancio da Silveira e sua mulher, um quinhão. Livro de Notas nº 138, 13-04-1897; 14 – Ernesto Ferreira de Coelho e sua mulher, um quinhão; 15 – Conde do Pinhal e sua mulher, um quinhão; 16 – Major Fernando Ferraz de Arruda, um quinhão.

Observação: Theodoro Baptista de Azevedo, José da Cruz de Moraes Sampaio e José Ferraz de Carvalho, que possuíam também um quinhão, venderam a sua

parte a José Leite Negreiros; e Francisco Pacheco, Carlos Diehl Firmino de Tal, conservaram seus quinhões, ficando proprietários da parte menor do terreno, separada por uma cerca dos quinhões vendidos à Câmara Municipal.

33. Augusto César Salgado, pai do engenheiro agrônomo Eduardo Augusto Salgado, foi o primeiro Secretário da Escola Agrícola Luiz de Queiroz e professor de Escrita e Contabilidade.
34. O Dr. Antonio Pinto de Almeida Ferraz é filho de Jayme Pinto de Almeida e D. Antonia Ferraz de Aruda Pinto. Nasceu em Piracicaba a 24 de maio de 1873. Frequentou a Escola do Padre João Lopes e do professor Adriano Boucault. Completou o Curso de Humanidades no Colégio São Luiz, de Itu. Em 1887 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, diplomando-se em 1891. Advogado e colaborador de jornais de Piracicaba, foi notável orador. Lecionou em vários colégios: Internacional Mme. Cousté, Colégio Azurara, Externato do prof. Brito, e na Universidade Popular. Professor de Latim e Literatura na antiga Escola Normal Oficial de Piracicaba, atual Sud Mennucci, onde se aposentou deixando muitos amigos e admiradores, mercê de suas qualidades de professor brilhante e extremamente humano. Casado com D. Indiana Viegas Pinto, filha de José Viegas Munis e D. Maria Auta Viegas. Foi o primeiro Diretor do Jornal de Piracicaba inaugurando a 4 de agosto de 1900. Faleceu em Belo Horizonte, onde já residiam sua filha Cloris e seu filho médico Aulo. Em São Paulo, na capital, na filha Tais, era casada com o Dr. Aníbal Silveira Santos, em Capinas viviam os engenheiros agrônomos Ahmés e Glauco. Em Piracicaba, deixou o engenheiro civil Dargo. Deixou ainda uma filha, Cecília, solteira.
35. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 276.

6. A EXPANSÃO URBANA

Em 1864 havia em Piracicaba as seguintes ruas: da Aurora, da Fonte, da Esperança, de São José, da Quitanda, Direita, dos Pescadores, das Flores, do Salto, da Praia, da Palma, do Rosário, da Constituição, da Boa Morte, do Comércio e da Glória. Havia cinco pátios: da Matriz, Boa Morte, São Benedito, Santa Cruz e São Bom Jesus⁽¹⁾.

Relacionadas em um documento da Câmara Municipal, estas ruas não foram convenientemente identificadas, pois não se enviou ao Governo Provincial um mapa da Cidade *por não haver engenheiro*.

Tais denominações não permaneceram. Algumas foram substituídas, ainda no tempo do Império, após as batalhas da Guerra do Paraguai. Outras, logo após a proclamação da República.

Uma nova relação foi feita em 1869:

... da Boa Vista, de São Pedro, da Misericórdia, da Constituição, do Rosário, do Salto, do Jardim, do Porto, Riachuelo, Ipiranga, Municipal, Esperança, da Quitanda, Direita, de São José, dos Pescadores, dos Ouvires, das Flores, do Piracicaba, exceptuando-se as que, por insignificantes, não se acham rotuladas. Os pátios eram: da Matriz, São Benedito, da Boa Morte e Santa da Cruz (21.03.1869).

Os próprios documentos dificultam uma explicação, ou, antes, uma identificação das ruas, impedindo uma visão do perímetro urbano. Algumas ruas antigas já mudaram de nome, mas esta relação não permite sua identificação. Além disso, o Largo do Bom Jesus e a rua de Santo Antônio, não constam dessa relação.

Nem sempre é fácil recompor o panorama urbano, ou mesmo a história de uma artéria importante. É o caso, por exemplo, do Largo da Santa Cruz, que conserva, até o hoje o seu antigo nome. Em julho de 1827 o Padre José Maria de Oliveira era *cura da Capela da Santa Cruz Velha* e professor dos meninos de Vila Nova da Constituição, no ano seguinte, sem, contudo, deixar sua função eclesiástica. Em junho de 1828 ele pedia *cem braças de*

terra em quadra dentro do Rossio desta Vila para pasto de bois que carregão terra a nova Matriz, o que lhe foi concedido na estrada que vai para o Monte Alegre.

Como secretário da Câmara, em novembro de 1830, o Padre José Maria de Oliveira fazia parte da comissão indicada para *imprimir*, no sentido de *publicar*, por não haver ainda uma tipografia, as atas da Câmara que seriam asfixiadas na porta da Igreja Matriz e em 1832 deixava o cargo de professor.

Dentro do material consultado, inexistem referências à Capela da Santa Cruz. Em 1844, para efeito de cobrança de dízimos urbanos, foram marcados os limites, incluindo-se o Largo da Santa Cruz, mas nada se construiu até o ano de 1869, quando José Custódio Gomes pediu à Câmara, por afogamento gratuito, um terreno de vinte braças de frente por vinte de fundo, à rua do Monte Alegre:

para nele edificar uma casa para guardar uma cruz que naquelle lugar os fieis deixaram.

... Os fieis deixaram... Quando? Como? Seria uma promessa provavelmente, mas que capela seria aquela da Santa Cruz Velha de tantos anos antes?

José Custódio obteve o terreno, não de vinte, mas de oito braças, mediante as condições normais de prazo para a prometida construção. Para edificar a capela recorreu a uma subscrição popular que rendeu 200\$000, devendo iniciar a construção dentro de três meses para não ser obrigado a pagar o foro, de acordo com o código de Posturas (05-1869).

Em agosto, quando a capela estava quase pronta, um grupo de homens chefiados por Antônio de Barros Ferraz, Barão de Piracicamirim, demoliu-a a golpes de picareta. José Custódio moveu ação contra Antônio de Barros Ferraz, que foi pronunciado.

Quando o Dr. Prudente de Moraes Barros, ausente de Piracicaba por alguns anos, voltou a advogar na Cidade, tomou a defesa do Barão estudando

o direito possessório do constituinte, buscando, entre outras provas, a demarcação do rossio da Vila, que abrangia todas as terras contidas no perímetro de um quarto de légua, a partir do pelourinho. Mostrou o desacordo da Câmara na doação de terras que não lhe pertenciam e sim a terceiros. Tratando-se de ato praticado em defesa de uma posse legítima, nunca poderia Antônio de Barros Ferraz ser processado nominalmente atendendo-se que os atos possessórios ou turbativos entre conflitantes eram julgados pela lei nº 601 de 18.09.1850⁽³⁾.

Aos poucos iam se individualizando os bairros urbanos. Além dos antigos bairros rurais – Tanquinho, Guamium, Água Choca, e outros –, surgiam os bairros novos, urbanos, cujos nomes se ligavam à localização geográfica ou a fatos importantes que os caracterizam.

A Cidade estendia-se colina acima, entre o rio Piracicaba e o Piracicamirim, mas só no último quartel do século XIX recebeu a infra-estrutura que trouxe os foros reais de urbe.

Os bairros de uma Cidade não se equivaliam, nem em área, nem em importância econômica, demográfica ou cultural. E, muitas vezes, a própria administração municipal não era responsável por sua denominação, que podia ser exclusivamente popular.

Os limites dos bairros alteravam-se de acordo com os fatores que lhe deram origem ou colaboraram para seu desenvolvimento provocando até subdivisões, permanecendo um antigo nome, tradicional, popular, muito do agrado de antigos moradores, enquanto uma parte do desenvolvimento, relacionado com uma indústria ou uma escola, recebia moderna denominação, às vezes até em língua estrangeira. Muitas grandes propriedades rurais ou antigas chácaras, subdividiram-se, permanecendo o antigo nome numa pequena área.

As cidades antigas, ciosas de suas tradições, mantêm bairros com nomes que nem sempre agradam às novas gerações. Em Piracicaba existe um bairro conhecido como Nhô Quim. Muitos jovens não concordam com essa denominação *muito caipira*, dizem eles, mas quem se atreverá a alterá-la?

O Bairro Alto sempre constou nos antigos documentos com essa denominação. Hoje, só os antigos moradores da Cidade ainda se referem ao Bairro Alto, mas os documentos oficiais já se referem à Cidade Alta...

No perímetro urbano durante muitos anos o córrego de Itapeva foi uma espécie de baliza na distribuição do povoamento, no progresso de urbanização. O texto da concessão de sesmaria a Carlos Bartolomeu de Arruda fazia referência ao Itapeva.

Um relevo monótono, com pequenas ondulações. A rua do Porto na cota de cerca de 380 metros, o centro urbano aproximando-se dos 500 metros mais ou menos, descendo para o vale do Itapeva, e subindo novamente aos 500 metros, mais ou menos, na altura do cemitério, para descer ao nível do Piracicamirim.

Cidade das colinas, bem irrigada por bicas e ribeirões, favorecendo o povoamento.

À medida que se urbanizavam, os bairros iam recebendo nomes, ligados, não apenas a fatos que lhes deram origem, mas a nomes de antigos moradores (Alemães), de acordo com altitude (Alto), presença do rio (Piracicamirim, Corumbataí) e outros.

Fundada à beira-rio, demarcado o rossio, abertas as primeiras ruas e suas travessas, a urbanização far-se-á, a princípio até a Matriz e daí até o Itapeva, para, em seguida, estender-se pela rua Direita acima, ultrapassando o córrego, ao mesmo tempo em que novas travessas foram se abrindo.

Duas ruas logo se individualizaram por suas funções: a rua Direita e a rua do Comércio, evidentemente sem contar a tradicional rua do Porto. Já temos nos referido, nos capítulos anteriores, às cidades na demarcação do rossio, ou na cobrança de dízimos, mas estas ruas merecem menção especial, pois tiveram singular importância no decorrer do século.

A rua Direita, atual rua Moraes Barros, é continuação, na cidade, da estrada geral que liga a Itu, São Paulo a Maço Grosso e Paraná, cuja importância se relacionava intimamente com as comunicações entre São Paulo e a Corte, e entre o planalto e o porto de Santos.

A segunda, cuja denominação é muito significativa – rua do Comércio – mais próxima do Largo da Matriz de Santo Antônio, da Câmara Municipal, da Cadeia, do Jardim Público, logo

se tornou um centro comercial, embora as prometidas casinhas que deveriam constituir um verdadeiro Mercado, não passassem de quartos anexos a algumas casas, ou frestas, isto é, janelas transformadas em portas para fins comerciais, enquanto não se construía um prédio para Mercado. A abertura de novas ruas sempre se fez mediante acertos ou intimações junto a moradores antigos, que se apoderavam das terras, com ou sem aforamento, prometendo abrir ruas ou permitir o uso de aguadas quando isso fosse necessário.

Comuns eram os atritos entre a Câmara e antigas famílias cujas terras abrangiam as áreas patrimoniais.

Alguns acontecimentos muito importantes contribuíram para a expansão no sentido do Bairro Alto.

Em 1854 tinha sido fundada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Em abril do ano seguinte, o Dr. Vicente Ferreira da Silva apresentou aos outros membros da Irmandade o *projeto de compromisso que deveria ser discutido e aprovado pelos irmãos para ser enviado aos poderes competentes*.

Nessa mesma reunião ficou decidido solicitar à Câmara um terreno, além do Itapeva, entre as ruas Direita e da Quitanda, e enviar à Assembléia Legislativa da Província o pedido de um benefício de seis loterias para seu patrimônio. Esse patrimônio estava sendo formado e se iniciara com um legado de 2:000\$000 deixado pelo finado Albano Leite do Canto.

A Câmara, em ofício datado de 5 de maio de 1855, encaminhou o pedido da Irmandade da Santa Casa solicitando urgência na decisão, pois o prazo para receber o legado estava prestes a se esgotar. A autorização foi dada pelo Ministério do Império a 30 de janeiro de 1856, e a 28 de abril uma circular da Presidência da Província comunicava tal autorização à Câmara de Piracicaba.

Não foi, pois, perdido o legado. A Irmandade, em seu Relatório de julho de 1856, assinalava um patrimônio de 17:037\$020. Mas continuava a atender os seus doentes em uma casa alugada, ou nas próprias casas de seus membros.

José Pinto de Almeida, desejando que a Santa Casa realmente continuasse a prestar auxílio à população, ofereceu uma pequena casa para nela ser instalado o Hospital, mas, com a difi-

culdade de se conseguir enfermeiro, propôs que se alugasse a casa em proveito da Irmandade (29.09.1856).

Nesse mesmo ano foi demarcado um terreno pelo engenheiro Hermano Gunther *no lugar denominado Itapeva*, 40 braças em quadra entre as ruas da Quitanda (atual XV de Novembro), Direita (atual Moraes Barros) e uma que passou a ser denominada de Misericórdia, atual José Pinto de Almeida. Nesta rua, na esquina da rua da Quitanda, durante muitos anos esteve instalado um Hospício, e, no meio depois, quando se construiu na avenida Independência um novo prédio para a Santa Casa, foi instalado, na esquina da rua Direita, o Posto de Malária e Tuberculose.

Para a construção do prédio da Santa Casa a Irmandade adquiriu uma *máquina de fazer tijolos* (1858), mas só a 21 de junho de 1861 a Mesa Administrativa da Santa Casa decidiu iniciar as obras – um edifício simples, cujo custo não passasse de 16:000\$000, assobradado, com vinte aposentos para os doentes, cômodos para os médicos e enfermeiros e serventes, uma botica e uma modesta capela⁽⁴⁾.

O Hospital foi construído, mas em 1883 não tinha sido utilizado para os fins a que fora criado. Foi alugado a João Tobias de Aguiar e Castro, mas, por proposta do Barão de Rezende, decidiu-se abrir o Hospital mesmo sem um patrimônio razoável para mantê-lo.

A 15 de julho de 1883, foi eleito o Dr. João Baptista da Rocha Conceição e nomeada uma comissão para tratar da abertura do Hospital. Essa comissão era composta pelo Provedor, o Padre Francisco Galvão Pais de Barros e por Antônio Teixeira Mendes. Em simples, mas festiva, cerimônia, deu-se a abertura do Hospital a 29.07.1883⁽⁵⁾.

Aos poucos o aspecto do Bairro foi se alterando, embora conservasse por muito tempo vastos terrenos vagos, sendo considerado ainda um subúrbio.

Tida como trecho importante da estrada geral, a rua Direita mereceu cuidados especiais por parte da Câmara, que mandou colocar guias *para maior comodidade do trânsito*.

A própria Comissão de Obras Públicas, a 30 de outubro de 1857, em vistoria pelas ruas da Cidade, concluiu *pela necessidade de uma ponte sobre o Itapeva, na rua dos Pescadores, para servir aos*

carros em razão de ser subida moderada afim de evitar-se os carros estragarem as calçadas da rua Direita como está acontecendo.

A 3 de outubro de 1858, João Antônio da Siqueira e sua mulher Ana Maria da Conceição fizeram doação de um terreno situado na rua Direita – *10 braças no correr da mesma e vinte braças no correr desta à rua São José – no valor de 200\$000 para nele ser construída uma capela ao Senhor Bom Jesus do Monte.* Em 1880 essa capela não tinha sido ainda construída. Gaspar Fessel e outros requererão à Câmara *autorização para construírem uma igreja com invocação ao Senhor Bom Jesus, no Largo do mesmo nome.* A 23 de maio a Câmara despachava: *Que se solicite informações do Snr. Vigário da Paróquia.* Um outro requerimento, encabeçado por Abel de Azevedo Brito, no mesmo sentido, foi indeferido a 20 de outubro desse ano, à vista das informações prestadas pelo Vigário da Cidade⁽⁶⁾.

Mesmo sem a capela, a pequena praça foi, por muito tempo, o *Largo do Bom Jesus*, tal como aconteceu com o Largo da Santa Cruz.

No Largo de Santa Cruz durante alguns anos só havia ali uma cruz, às vezes coberta de flores, com velas a iluminá-las, talvez em agradecimento a uma graça alcançada, ou apenas uma esperança de se obter algo grato ao coração, ou uma súplica pela felicidade ou saúde de um ente querido. Quem pode adivinhar o que consegue alguém fazer por um ente amado?

Entretanto, o Largo da Santa Cruz foi muito mais conhecido pelas festas profanas do que por seu lado religioso. Tais festas eram realizadas no mês de agosto e se prolongavam durante noites seguidas, até muito tarde. A 2 de agosto de 1883 o vereador Dr. Manoel de Moraes Barros chamava atenção da Câmara para a necessidade de se controlar tais festas, que serviam de pretexto para reunião de maus elementos e de excesso de bebidas.

O terreno da Santa Cruz, segundo informou à Câmara um fiscal, em maio de 1881, tinha sido de Henrique Schmilling, que o vendera a Albano Leite do Canto e este cedeu à Capela de Santa Cruz para servir de adro. Não foi passada nenhuma escritura de venda, nem de doação⁽⁷⁾.

A urbanização estendia-se em todos os sentidos.

Do outro lado do rio Piracicaba, em direção à ponte, que era continuação da rua Direita, no prolongamento da estrada, à margem direita do rio, iam se abrindo ruas que deram origem ao bairro de Vila Rezende. Em 1861 tinha sido aprovada uma indicação do Dr. Leite de Moraes, no sentido de que se autorizasse o fiscal da Câmara a fazer orçamento e planta para *abertura de uma rua além do Piracicaba, a começar acima do morro, passando a ponte nova acompanhando o Rego d' água até o Salto e das despesas feitas com a Roçada das Cachoeiras existentes na margem oposta do Rio e do mesmo Salto na embocadura do Itapeva.*

Seria esta, provavelmente, a origem urbana de Vila Rezende, onde se localizava a fazenda da Marquesa de Valença, irmã e ex-sogra do Comendador Luiz Antônio de Souza Barros.

Nessa época, o centro da cidade abrangia as seguintes ruas, acompanhando o rio:

da Bica (Rosário), Pau Queimado (Alferes José Caetano), Santo Antonio, Comércio (Governador Pedro de Toledo), Glória (Benjamim Constant). Travessa: das Flores (13 de Maio), Direita (Moraes Barros), Quitanda (XV de Novembro). As outras eram denominadas pelo nome dos moradores principais⁽⁸⁾.

Com as transformações econômicas do momento, em meados do século XIX avultava, naturalmente, o comércio urbano, mas a base da economia piracicabana permanecia na produção agrícola. Um ofício da Câmara Municipal ao Presidente da Província, datado de 25 de janeiro de 1850, é bem significativo:

... nenhum estabelecimento fabril, salvo se considerar os estabelecimentos de assucar, café, chá, os aparelhos ou máquinas destinados a preparar ditos produtos para levar ao consumidor⁽⁹⁾.

Era evidente que o município tendia à divisão de propriedade rural e à policultura. De acordo com o Registro de Terras

localizado após a promulgação da Lei de Terras (1850-1854) o distrito de Piracicaba tinha cerca de 369 propriedades rurais, das quais 206 eram grandes propriedades de mais de cem alqueires, 86 eram médias, de 25,1 a 100 alqueires e 77 eram pequenas⁽¹⁰⁾.

Em 1866 o Relatório Municipal deixava de se referir a propriedades de menos de vinte e cinco alqueires por *serem sítios tão insignificantes que não vão mencionados. Referia-se a 69 fazendas de 25,1 alqueires ou menos até perto de 100 e 69 acima de 100 até 2.000 alqueires*. Uma propriedade tinha 4.050, uma outra tinha 3.075; nove tinham de 2.000 a 3.000, outras nove tinham área variando de 1.500 a 2.000...

As informações são incompletas, pois nem toda a zona rural foi cadastrada, mas a existência de tais sítios insignificantes e as poucas fazendas muito grandes permitem que se anteveja a futura divisão da propriedade, que foi um dos característicos do município no século seguinte.

Paralelamente acentua-se a classe média, não só em Piracicaba, mas em toda a Província, onde, aos poucos, a aristocracia formada durante o Império dava lugar à alta burguesia paulista que irá assumir os destinos da Nação, no fim do século, beneficiada com novas técnicas de produção, novos meios de transportes, novos recursos, enfim, que, na realidade, se resumiam na palavra Progresso.

Embora com um bom movimento comercial, por sua situação e número de negociantes, a Cidade não possuía um prédio decente para a Câmara, continuava com uma Cadeia inoperante, não dispunha de iluminação pública e água encanada e nem tinha um prédio especificamente construído para Mercado.

Quando se demarcou o rossio já se reservava uma área para as *casinhas* que seriam destinadas à função de mercado ou feira. Havia quartos, a princípio nas ruas da Palma (atual Tiradentes) e dos Pescadores (atual Prudente de Moraes) e, mais tarde, na rua do Comércio (atual Governador Pedro de Toledo).

Como centro de armazenamento de sal, que vinha de Santos, armazenado até que o nível das águas permitisse o seu transporte para as fazendas do *sertão* ou para os locais de salga de peixe, Piracicaba era freqüentada por sertanistas do Brasil Central, de Parnaíba e Miranda, de Botucatu, Lençóis e Jaú⁽¹¹⁾.

Junto aos *quartos*, a uma pequena distância, amarrados convenientemente a toros fincados no chão, despojados de seus arreios, os animais de carga...

O exame de centenas de escrituras de compra, venda, troca e hipotecas revelou que muitas casas eram arrendadas ou alugadas com *quartos* anexos, que poderiam ser transformados em casa de negócios, modificando-se as *frestas* ou janelas que se tornavam portas.

Em 1858, na perspectiva de uma linha de navegação a vapor, a Câmara agitou-se, solicitando à Presidência da Província a elevação da *Cidade à Cabeça de Comarca, que seria composta de Rio Claro (cidade), vilas de Capivari, Limeira, Brotas e Araraquara, povoações as primeiras na distância de 6 léguas e só das duas últimas doze e vinte léguas*⁽¹²⁾.

A Câmara foi atendida a 30 de março do mesmo ano. Uma lei provincial criava a *Comarca de Constituição, compreendendo o termo desta Cidade e os de Capivari, Porto Feliz e Pirapora (Tietê)*.

A essa altura foram demarcados os limites para a cobrança da taxa devida *per capita* pelos escravos⁽¹³⁾:

Rua Direita e todas as outras paralelas de um a outro lado, em toda a sua extensão, e todas as ruas que atraveçam estas tão bem em toda a sua extensão, não podendo a mesma Comissão declarar os nomes delas porque muitas não os tem, ficando compreendida nesta demarcação a rua da Praia, e fora dela os Engenhos do Comendador Vicente de Souza Queiroz, Ignácio Ferreira de Camargo, as Chacaras de Caetano Cunha Caldeira, Frutuoso José Coelho, D. Alexandrina de Menezes e a que foi de Garcia Rodrigues Bueno por não estarem ellas no alinhamento das ruas (23.11.1858; Atas).

Os limites do rossio eram completamente desrespeitados, continuando alguns proprietários aumentando seus terrenos ilegalmente. A 11 de outubro de 1858 uma portaria do Governo Provincial autorizava a concessão de datas do rossio da Cidade,

mas uma Resolução da Câmara decidiu não fazer tais concessões enquanto não resolvesse a questão dos limites do rossio.

Entretanto, foi a própria Câmara que, em sessão extraordinária de 14 de agosto de 1859, oficiou ao Governo Provincial:

... que é de sua necessidade a concessão de terrenos neste Município, porquanto, tendo o Rocio desta Cidade meia legua de quadra demarcado na criação desta Villa e apenas a Quarta parte deste terreno com casa inclusive quintais, e sendo uma Cidade nova aonde afluem muita gente pela bondade de seus terrenos, e pela muita boa produção estes não podem edificar suas casas por falta desta concessão⁽¹⁴⁾.

Os transtornos na concessão de datas contribuíram para dificultar o estabelecimento de novos moradores, e também para um certo encarecimento de vida, com alta de aluguel de casas, concorrendo ainda para diminuir as rendas do município.

Mas novas perspectivas de progresso foram surgindo, a medida que os entendimentos relativos à navegação a vapor no rio Piracicaba se concretizavam. Em resposta a uma consulta da Presidência, a Câmara informava (6.07.1860):

... os pontos da Província os quais interessa a navegação dos rios Tietê e Piracicaba são as cidades de Porto Feliz, Itu, Vila de Pirapora, Freguesia de Jaú e Lençóis – Colonias de Avanhandava – Itapura, interessando a Villa de Santa Ana de Paranaíba, Província de Mato Grosso, e todos os moradores dos rios Piracicaba e Ivenheima da mesma Província.

Seguiam-se officios do Ministro de Agricultura e Comércio e novos pedidos de informações, mas somente a 24 de maio de 1873, o decreto nº 5.290 concedeu a João Luiz Germano Brunhs o privilégio para exploração da navegação comercial no rio Piracicaba com a fundação da Companhia de Navegação Paulista. Aos poucos a Cidade animava-se com outras perspectivas de progresso.

Novos fatores para uma nova estrutura econômica iam se esboçando. As águas do rio Piracicaba contribuía não apenas para movimentar moinhos e monjolos, mas também para gerar energia para futuras indústrias.

Na rua do Porto, Antônio Moreira Costa já possuía uma máquina de descaroçar algodão e Luiz Vicente de Souza Queiroz, filho do barão de Limeira, falecido a 5 de setembro de 1872, herdando o Engenho d'Água, fundava no local uma Fábrica de Tecidos que foi denominada Santa Francisca⁽¹⁵⁾.

Na realidade, Piracicaba não possuía uma infra-estrutura para desenvolvimento industrial. Sem energia, ainda mal servida de transportes, sem grandes conhecimentos técnicos, a Cidade só tomará alento na década dos anos setenta.

Até esse momento a Cidade não possuía iluminação pública. Vendas e tavernas, prédios em construção mantinham uma lanterna durante a noite, presa a um gancho na parede. Em fevereiro de 1873 a Câmara decidiu pedir ao Governo Provincial a cessão gratuita de 50 lampiões a querosene, o que permitiu que fosse inaugurada a iluminação pública com postes localizados nas esquinas. Toda noite um funcionário da Câmara colocava uma medida de querosene em cada lampião permitindo que a Cidade permanecesse iluminada, até as dez horas da noite.

Iluminação pública, máquinas a vapor, perspectiva de estrada de ferro já estavam a revelar futuras modificações na estrutura econômica de Piracicaba.

A 20 de março de 1870, capitalistas piracicabanos tinham se reunido para tratar do levantamento da quantia de 600 contos de réis, capital exigido para a vinda de um ramal da Estrada de Ferro Ituana a Constituição, nome que se mantinha oficialmente mas não aceito pelos piracicabanos para sua Cidade.

Essa quantia correspondia a um total de trinta mil ações de 20\$000, para ser incorporado com urgência em nova reunião realizada a 28 de abril. A essa reunião compareceram o comendador Francisco José da Conceição, José Pinto de Almeida, o Dr. Prudente José de Moraes Barros, o Dr. Estevão de Souza Rezendes, o Tenente-coronel Carlos de Arruda Botelho, diretores da Cia Ituana, o Dr. Elias Pacheco Jordão e João Tobias de Aguiar.

Integralizando o capital exigido, a construção do ramal da Cia. Ituana, passando por Capivari e Tietê, partindo de Itaiçi, foi autorizada pelo Governo Provincial.

Em janeiro de 1874 era lançado às águas do Piracicaba o vapor *Explorador* da Companhia de Navegação Fluvial Paulista, para explorar a navegação comercial pelo rio Piracicaba. Em julho do mesmo ano iniciava-se a construção da Fábrica de Tecidos de Luiz de Queiroz nas terras do Engenho d'Água, herdadas do barão de Limeira, que as comprara de Manuel Rodrigues Jordão.

Segundo a reportagem do Piracicaba, de Brasília Machado, promotor público da Comarca, a inauguração dessas obras foi comemorada com festas e banda de música.

O extraordinário surto da lavoura cafeeira na Província de São Paulo afetava a indústria açucareira de tal maneira que um engenheiro militar, diretor do Museu Nacional, General Frederico L. C. Burlamarque, escrevendo um livro sobre o assunto, (*Monografia da Canna de Assucar, 1862*), expunha os problemas mais importantes, salientando as falhas do sistema de fabricação de açúcar no Brasil.

Segundo ele, aparelhos perfeitos custam caro e precisam de homens inteligentes para os manejar. Faltam, no Brasil, as condições indispensáveis para isso. Em todos os processos é importante economizar o tempo, a mão de obra e o combustível.

Discursos e Relatórios oficiais insistiam nos mesmos problemas: falta de crédito agrícola, necessidade de braços, lavradores devorados pela usura dos capitalistas, necessidade de imigração e colonização, carência de ensino agrícola e técnico, carência de estabelecimentos bancários financiadores.

O primeiro passo para a introdução do crédito territorial foi dado com a promulgação da lei 1.237, de 24.09.1864, autorizando o Governo a fundar um Banco de Crédito Real. Um outro decreto, de nº 2.655, de 29 de setembro, autorizava o Governo a isentar do pagamento de direitos e importação os materiais para a construção e exploração de Engenhos ou Fábricas Centrais.

Visando a incentivar a reorganização dos antigos engenhos que ainda funcionavam com métodos antiquados de fabricação com baixo rendimento, pelo decreto 2.687, de 6 de novembro, eram tomadas importantes medidas de caráter financeiro.

Considerava-se que a antiga rotina na fabricação do açúcar seria uma das causas da depressão açucareira.

Segundo Gileno di Carli, a primeira Província a adotar os modernos métodos teria sido o Rio de Janeiro. Em São Paulo, o engenho Itaici seria *modernizado*, em 1859, quando seu proprietário João Tibiriçá Piratininga trouxe da Europa o mais moderno aparelhamento.

Com engenhos a vapor e divulgação de novas variedades de cana-de-açúcar, a indústria açucareira entrou em uma nova fase. Nas técnicas da produção industrial, depois que as moendas de madeira foram substituídas pela de ferro, o fato mais importante, foi a introdução da máquina a vapor. Esta, por sua vez, estabeleceu as bases que levaram os engenhos a uma nova fase, que foi a da energia elétrica, transformando os engenhos em usinas.

Interessado em reerguer a indústria açucareira, o Governo Imperial tomou duas decisões muito importantes em 1875. O decreto nº 2.658 autorizava o Governo a isentar do pagamento dos direitos de importação os materiais para construção e exploração dos Engenhos ou Fábricas Centrais. Um outro decreto, de nº 2.685, autorizava o Banco Real a conceder empréstimos mediante determinadas condições às Companhias que se propusessem a estabelecer Engenhos Centrais para fabricar açúcar mediante o emprego de aparelhos e processos modernos, os mais aperfeiçoados.

Do ponto de vista técnico, substituir os engenhos a água ou de bois e bestas, por engenhos a vapor, era colocar a indústria açucareira na via da revolução industrial.

O novo ciclo da cana-de-açúcar iniciava-se com a produção do Engenho Central de Quissimã, na Província do Rio de Janeiro, em 1871. Logo outros foram criados em Campos e em Pernambuco. Na Província de São Paulo, o primeiro Engenho Central foi instalado em Porto Feliz em 1878. Em Piracicaba, em 1884, foi instalado o Engenho Central de Piracicaba pelo Dr. Estevão de Rezende, futuro Barão de Rezende, à margem direita do rio Piracicaba, junto ao Salto. No mesmo ano era inaugurado o Engenho Central de Capivari. Em 1890 o antigo Engenho do Monte Alegre transformou-se em moderno Engenho Central.

Até o fim do século XIX o município de Piracicaba foi tipicamente açucareiro⁽¹⁶⁾.

No último quartel do século XIX os nossos lavradores irão, pois, tornar-se importantes homens de negócios, empresários e capitalistas, empenhados em múltiplos aspectos do mundo financeiro. Acionistas de grandes companhias, membros do mundo financeiro dos créditos bancários, mas também aplicando parte de seus lucros em importantes obras de assistência social. Eram portadores dos mesmos nomes que encontramos nas Associações de Crédito, nas Companhias de Estradas de Ferro, nas Casas Comissárias e nas Associações Beneficentes e Educacionais.

Notas

1. Leandro GUERRINI, op. cit., II, 1 p. 10.
2. Ibidem, p. 30.
3. Antônio Barreto do AMARAL, op. cit., p. 45.
4. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 384. A situação financeira da Santa Casa foi lembrada na sessão da Câmara de 17.04.1877 com a seguinte indicação: *Indico que a Câmara represente à Assembléia Geral pedindo liquido resultado de três loterias concedidas às obras da Matriz e Casa de Misericórdia desta Cidade.*
5. Outros detalhes sobre a Santa Casa veja em Antonio Messias Galdino, Diário de Piracicaba, agosto de 1963.
6. Diocese de Piracicaba (1915-1955), p. 46. A Paróquia do Bom Jesus só foi fundada a 4-12-1922, sendo seu primeiro pároco o Padre Lázaro Sampaio Mattos. Pertencem a ela o Seminário Seráfico dos padres Capuchinhos e o Ginásio D. Bosco dos padres Salesianos.
7. Leandro GUERRINI, op. cit., p. 122 e 123.
8. Ibidem, p. 119 e seguintes.
9. Correspondência Oficial da Câmara de Piracicaba.
10. Maria C. T. M. TORRES. Aspecto da Evolução da Propriedade Rural de Piracicaba no Tempo do Império.
11. Silva BRUNO, op. cit., vol. V, p. 132.

12. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 365.
13. *Ibidem*, p. 368.
14. Correspondência Oficial da Câmara de Piracicaba.
15. A Fazenda Engenho d'Água, situada à margem do Piracicaba, pertencia a Manuel Rodrigues Jordão. Possuía monjolo, moinho, engenho de arroz, movidos à água.
16. Em 1888, de uma Relação de Engenhos Centrais classificados para pagamento do imposto municipal, constava o seguinte: Cia. Engenho Central – 60 mil arrobas; Dr. Pedro A. Silveira (herança) – 12 mil; Conselheiro Antônio Pinto – 2500; Bento Antônio de Moraes – 1500; Moisés Pereira Arruda – 500; Barão de Tatuí – 500. Em 1889, a viúva de Pedro Augusto Silveira vendeu à fazenda Monte Alegre para Indalécio de Camargo Penteado, de Itu, e Joaquim Rodrigues do Amaral, de Piracicaba.

7. OS GRANDES MELHORAMENTOS URBANOS

Em outubro de 1868 a edilidade decidiu numerar as casas e emplacar ruas e praças, contratando, para esse trabalho, Joaquim F. Torres. Passaram a ter denominação oficial as seguintes ruas: dos Pescadores, da Glória, São José, Rosário, Direita, da Palma, da Boa Vista, da Quitanda, da Constituição, dos Ourives, do Comércio, do Salto, da Esperança, da Boa Morte e do Pau Queimado. Os Largos eram: da Matriz, da Cadeia e do Rosário⁽¹⁾.

Aos poucos foram se prolongando as ruas, estendendo-se a urbanização a terrenos vagos, absorvendo os subúrbios rurais. Permanente, porém, o velho e cansativo problema das pontes e estradas.

Há muito tempo fazia-se necessária a construção de uma nova ponte sobre o rio Piracicaba, pois estava se intensificando o comércio entre Constituição, Brotas, Mogi Mirim, Limeira, Araquara. As dificuldades surgidas durante a Revolução Liberal de 1842 e a Guerra do Paraguai revelaram quanto era importante a

comunicação com os municípios vizinhos e com outras Províncias, ligando a capital da Província de São Paulo ao Rio de Janeiro.

Recomeçadas as discussões sobre a precariedade da antiga ponte e a necessidade de se construir uma nova, a edilidade decidiu enviar um ofício à Assembléia Legislativa solicitando a designação da quota ou autorização para construção de nova ponte acima do Salto, expondo a necessidade de uma ponte mais sólida em local ao abrigo das enchentes, principalmente nas proximidades da margem direita do rio, sugerindo, posteriormente, o estabelecimento de balsas para não prejudicar o transportes de mercadorias, pois as balsas particulares eram insuficientes.

Na noite de 27 de fevereiro de 1871 *um tufão derrubou dois lances centrais da ponte sobre o rio Piracicaba, deixando especialmente um dos lances imediatos ameaçados de igual sorte, conforme ofício datado de 30 de março*⁽²⁾.

Somente em 1873 foi autorizada a construção de uma nova ponte, orçada em 15 contos de réis. O vereador Antônio da Costa Pinto ofereceu as madeiras necessárias, mas é principalmente ao Barão de Rezende que se deveu maior colaboração e até mesmo a fiscalização da obra.

As despesas ultrapassaram a previsão, atingindo o total de 84:000\$000. Foi preciso aterrar o local que é hoje a rua Luiz de Queiroz, antiga rua do Sabão, tendo sido encarregado desse trabalho Antonio Almeida Leite Ribeiro, cabendo a Antônio Garcia Bueno, mestre carpinteiro, o trabalho da superestrutura.

A nova ponte não era continuação da rua Direita. Foi combatida pelos moradores dessa rua que se sentiram prejudicados. Protesto inútil, evidentemente, pois a 6 de maio de 1875 foi inaugurada, com discurso do Dr. Vicente Maria Lacerda. Considerada uma das maiores da Província, media 180 metros de comprimento e 6 de largura, com um único passeio para pedestres.

Nesse mesmo ano, 1875, por indicação de Estevão de Souza Rezende, a Câmara aprovou a construção de *um cais no porto em frente à rua Direita para facilidade da Cia. de Navegação Fluvial*. Decidiu-se também pela conservação dos restos da antiga ponte à margem direita do Piracicaba, para estabelecer um desembarcadouro dessa Companhia⁽³⁾.

Ponte nova e cais foram melhoramentos importantes no setor econômico, tornando mais rápidas e eficientes as comunicações entre a Cidade e os municípios vizinhos. A essa altura, os trilhos da Ituana ainda não tinham chegado a Piracicaba, embora há muitos anos já se tivesse doado à Empresa o terreno para sua Estação local. A 20 de fevereiro de 1877 foi inaugurada essa Estação no Bairro Alto, mas, na realidade, não era uma estação no verdadeiro sentido da palavra, era antes, um armazém de cargas, o que provocou uma série de artigos da *Gazeta de Piracicaba*, que insistia na necessidade de se construir uma verdadeira estação ferroviária, necessária, principalmente quando se prolongassem os trilhos até São Pedro. Situada entre as ruas Direita, dos Ouvires, da Quitanda e um largo, hoje rua Silva Jardim, foi desativada e transferida para outro local, na época da construção da linha para São Pedro.

A 20 de março de 1884 a *Gazeta de Piracicaba* noticiava que o Engenheiro Dr. José Pereira Rebouças fizera um projeto para mudança da Estação Ituana. Seria construída entre as ruas dos Ourives (atual Rangel Pestana) e da Quitanda (atual XV de Novembro), à direita do Itapeva.

A primeira pedra da nova Estação foi lançada a 6 de janeiro desse ano, mas somente em fins de 1885 era consignada em ata da sessão da Câmara uma indicação de Canuto Saraiva para *que se representasse à diretoria da Ituana solicitando que se desse início o quanto antes, à Estação de Passageiros nesta Cidade como necessidade urgente reclamada pelo público.*

O que se fez não era muito diferente do que tinha sido feito antes, sem acomodação para passageiros e funcionários, no meio de um vasto terreno entre as ruas Municipal (atual Pedro I), Quitanda, Comércio e São João, com poucas casas, atravessando pelo córrego do Itapeva. A mudança foi feita a 6 de janeiro de 1885, com festa e banda de música Azarias de Mello.

Para a construção do ramal para São Pedro, a Ituana obteve autorização da Presidência da Província para transporte de material pela ponte nova. Era intenção da Companhia instalar trilhos para passagem de trens, mas deu-se preferência à construção de uma outra ponte, exclusivamente para a ferrovia, de acordo com um projeto do Dr. Rebouças.

Em 1890, diante do estado precário da ponte, embora assentada sobre 13 pilares de pedra, decidiu-se substituí-la por uma ponte metálica. Consultando o engenheiro Rebouças sobre um possível conserto, foi ele categórico; de nada adiantava consertar a ponte de madeira. Em dezembro desse ano a *Gazeta* anuncia que *Loreto tinha lindas plantas elaboradas pela firma de Julius G. Neville, de Liverpool.*

Para tratar do problema da construção da nova ponte, o Governo do Estado enviou a Piracicaba (11-02-1892) o engenheiro Dr. Antônio Toledo Piza. Orçada em 140:000\$000, só em março de 1894 chegaram a Piracicaba os materiais para sua construção. O engenheiro encarregado, Dr. Ângelo Negri, solicitou à edilidade pedra para os pilares (2-04-1894) e, em agosto, já se cuidava das chapas de ferro para soalho e de calçadas de paralelepípedos sobre o betume. A 19 de setembro, o Dr. Jorge Tibiriçá comunicava à Intendência de Obras Públicas a verba necessária para o calçamento da ponte a paralelepípedos.

Pronta a ponte ligando as duas margens do rio Piracicaba, decidiu-se o alargamento da rua além do rio, atual avenida Rui Barbosa.

Uma reportagem da *Gazeta de Piracicaba*, datada de 21 de fevereiro de 1895, revelava que a ponte de 183 metros de comprimento, tendo consumido 274 toneladas de ferro proveniente de Liverpool, fora executada sob a direção do engenheiro Paulo Alfredo Polto, e iluminada a eletricidade. Segundo o Relatório da Intendência, foram feitos aterros nas suas proximidades, com grandes paredões.

Segundo o projeto do engenheiro Rebouças, seriam construídas duas pontes sobre o Itapeva, entre as ruas dos Ourives e a da Quitanda. Em janeiro de 1885, em sessão da Câmara, o vereador Dr. João Rocha Conceição fizera uma indicação no sentido de se construir ponte na rua dos Ouveiros e na rua Esperança, para facilitar a comunicação entre a Estação e o Armazém de Cargas, e o Centro da Cidade. Seriam pontes com cabeceiras de pedra britada e *largura conveniente para dois carros comodamente.*

As duas pontes foram executadas *sob plano e vista do ilustrado engenheiro Dr. Elias Fausto*, inspetor geral da Ituana. As pedras utilizadas foram transportadas gratuitamente pela Ituana.

A rua Municipal foi aberta na direção do Bairro Alto (1891) com a construção de uma ponte sobre o Itapeva, quando se cuidou de proteger a Fonte da Saúde.

Como seria conveniente, para a nova Estação, uma ampla praça, a Câmara desapropriou vários terrenos, alguns deles já com casa e pomares, pequenas chácaras, como as de Antônio Ribecco e Antônio Teixeira Mendes. Em hasta pública foi arrematado um terreno, pertencente à herança de José Teixeira Mendes, fronteiro à estação, e desapropriado um terreno anexo para dar maior amplitude ao largo que seria o futuro Largo da Sorocabana, onde também se construiu um bebedouro para animais, que será muito do agrado das crianças das primeiras décadas do século XX, quando tiver perdido sua função junto aos animais de carga⁽⁴⁾.

Desapropriados os terrenos, foi feito o aterro do Largo da Estação, e, em fins de 1897 já estava pronto o paredão destinado a sustentar a barranca do Itapeva.

Comentando, a Gazeta de 24 de outubro desse ano, afirmava que *o melhoramento local vem contribuir para embelezamento daquela praça e maior comodidade dos cocheiros*.

Diversas resoluções da Câmara relacionadas com a urbanização da Cidade à margem direita do Itapeva contribuíram para modificar o aspecto do Bairro Alto. No início de 1898 a Câmara mandava remover o chafariz da rua da Boa Morte para o Largo da Boa Morte e o da rua Direita para o Largo do Bom Jesus.

Uma indicação do vereador Dr. Paulo de Moraes Barros, autorizando a Câmara a demarcar uma avenida, com 18 metros de largura, acompanhando o Itapeva, era convertida em lei a 20.11.1899. Esta avenida ia da rua dos Pescadores até o rio Piracicaba.

A Resolução n° 25 de 22.11.1899 determinava que o alinhamento requerido para novos muros ao longo do Itapeva deveria ser elevado, de modo que ficasse uma faixa de 18 metros ao longo do córrego⁽⁵⁾.

Eram medidas que contribuíram para dar ao Bairro Alto um aspecto menos rural, embora se manifestassem muitas chácaras entre o Itapeva e o alto da colina. Logo se abria ao público um

quarteirão no Largo do Cemitério, no local onde seria o Parque Barão da Serra Negra, hoje desaparecido, substituído pelo concreto armado do Estádio Municipal. Do Parque restou, ao que parece, uma árvore, talvez a mais linda de Piracicaba, uma maravilhosa *sapucaia*, imortalizada no óleo de Archimedes Dutra, árvore hoje considerada *patrimônio de Piracicaba*.

A 30 de dezembro de 1899 foi feito o arrolamento dos bens pagos pela Câmara para a desapropriação do terreno fronteiro ao cemitério e a 5 de fevereiro do ano seguinte uma lei municipal declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, o *quarteirão entre o Largo do Cemitério, rua Direita, rua São José e uma rua sem denominação*.

As ruas Rangel Pestana e Santa Cruz, por sua topografia, eram vítimas das enxurradas, que se avolumavam com qualquer chuva mais forte. Por indicação do vereador Pedro Alexandrino de Almeida, tais ruas foram drenadas no seu cruzamento, onde atualmente está instalada a Escola de Música de Piracicaba, pelos irmãos Teixeira Mendes, que tinham oficina nos terrenos junto à Estação da Ituana.

Na movimentação dos Cartórios, nos últimos anos do século XIX, nos negócios imobiliários, Itapeva e Estação da Estrada de Ferro Ituana – Sorocabana, eram os principais pontos de referência.

Não apenas vendas de casas e terrenos, mas permutas de casas e terrenos do outro lado da cidade – rua Alferes José Caetano, por exemplo – por casas e terrenos nas ruas do Bairro Alto, alargando o perímetro urbano, o que levou a Intendência, em fins de 1897, a demarcá-lo da seguinte maneira:

Demarcação oficial do perímetro urbano: ponte sobre o rio Piracicaba no Salto, margem esquerda; ponte sobre o ribeirão do Enxofre, na rua do Porto; portão na rua da Boa Morte; extremo da rua do Comércio até a última casa existente do lado de cima; alto do espigão do Bairro Alto até a casa de Zeferino Bacchi; Caixa d'Água da Empresa Elétrica até o portão da Escola; ponte sobre o riacho que vem da

Chácara de Bibiano Costa Silveira, no caminho que vai para a fazenda São João da Montanha⁽⁶⁾.

Em 1877 a Câmara resolvera arborizar as ruas da Cidade. A rua do Porto seria arborizada com eucaliptos. Mais tarde foi contratado Marcelino Ribeiro de Oliveira para arborizar praças com palmeiras e *flamboyants*, mas as margens do Itapeva e a rua do Porto receberam eucaliptos.

Por sugestão do vereador Manoel Moraes Barros, a Câmara decidiu que todos os moradores da Cidade arborizassem a frente de suas casas. Proibidas, porém, árvores de grande porte, como paineiras, figueiras e pinheiros.

Decidiu-se embelezar o centro da Cidade. Sob a direção do engenheiro Francisco Júlio da Conceição, foi ajardinada a praça da Matriz, sendo, então, demarcadas suas ruas laterais, ligando as ruas Santo Antônio e São José.

Em 1882, atendendo a um pedido do Padre Francisco Paes de Barros, foram abertas as ruas do Colégio (atual Gomes Carneiro) e Sete de Setembro (atual José Ferraz de Carvalho). Este padre tinha encabeçado um abaixo assinado sugerindo a abertura de uma central, partindo mais ou menos da porta da Matriz, unindo o templo à rua de Santo Antônio, o que facilitaria o culto externo da religião, mas a Câmara indeferiu, mantendo as laterais.

Praças e ruas ajardinadas, novas ruas abertas ou arborizadas, davam idéia de um certo bem-estar, mas Piracicaba estava longe desse bem-estar, com seus problemas de saneamento básico, sem serviço de águas e esgoto.

A partir de 1875 o Largo da Matriz tornou-se o Jardim Público, graças a uma subscrição pública que rendeu 3:651\$000, a cargo de João Baptista da Rocha Conceição e Jerônimo Reinaldo Alvim. O Jardim era cercado por grade, fechado às nove horas da noite.

Para esse Jardim ofereceram plantas Luiz Vicente de Souza Queiroz, o Dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, o Dr. Francisco Júlio da Conceição, o Conselheiro Antônio da Costa Pinto e Silva, Joaquim Eugênio do Amaral Pinto e Manuel de Arruda Leme.

Em abril de 1884, a Lei Provincial nº 60 aprovou o contrato entre a Câmara e o engenheiro Fernando de Mattos para

abastecimento de água encanada, mas tal obra nunca se realizou, embora a Câmara fosse autorizada a contrair um empréstimo de 50:000\$000 a juro máximo de 8%, para tais obras. Como o engenheiro não se manifestasse novamente, o contrato caducou, de acordo com o artigo 16, § 1º, pelo qual venceria o prazo sem se realizar a obra.

A 2 de agosto de 1885 a Câmara abriu concorrência para o serviço de água encanada e iluminação elétrica. Para ambos os serviços ofereceu-se Hermann Von Puttkammer, que se dispunha a iluminar a Cidade com 38 focos de intensidade de 15 lumes de gás, pelo sistema de luz elétrica, pelo preço de 5:000\$000 anuais. Seu fiador era Bento Vollet, negociante que possuía uma chácara no caminho da Fazenda São João da Montanha.

Além de Puttkammer, apresentaram propostas João Uryan, João Frick e Miguel Asmussen. Foram indicados para dar parecer os vereadores João Baptista da Rocha Conceição, Canuto Saraiva e Manuel de Moraes Barros.

Era geral o descontentamento. A edilidade não renovou o contrato com a empresa de iluminação a querosene e a *Gazeta* assinalava, em sua edição de 1.11.1886:

Está simplesmente péssima. Os lampeões que de nove horas em diante não ficam apagados dão luz tão fraca que nada clareiam.

A comissão encarregada de dar seu parecer preferiu deixar para mais tarde o problema da iluminação, aprovando a proposta de João Frick para o abastecimento de água encanada. Aprovado o contrato, João Frick associou-se a Carlos Zanotta e, em benefício da nova empresa, o Dr. João Baptista da Conceição cedeu gratuitamente os direitos de algumas ilhas que, há alguns anos, obtivera por aforamento.

De acordo com o contrato, a Empresa obrigava-se a construir quatro chafarizes: um no Largo da Matriz, um na rua Riachuelo, outro atrás da Cadeia (atual praça Moraes Barros) e um outro no Largo Santa Cruz.

Logo foi aberta, no Bairro dos Alemães, uma escavação para reservatório de dois milhões de litros de água e, a 26 de maio

de 1885, houve a inauguração do novo melhoramento após bem sucedida experiência no Jardim Público, realizada no dia 6 de fevereiro.

Aos poucos a Cidade foi recebendo os benefícios de uma infra-estrutura que lhe consolidaria os foros reais de uma verdadeira sede de município, cuja Revolução Industrial podia ser datada a partir de meados do século.

Até então, água encanada e luz elétrica eram privilégios de poucos moradores de Piracicaba. Luz elétrica só a de Luiz de Queiroz, na sua Fábrica de Tecidos, adjacências e residência de sua família, de seus auxiliares de confiança, o engenheiro Arthur Sterry e o contador José Gomes Marques. O coronel José Ferraz de Camargo tinha uma bomba hidráulica que acionava água do rio Piracicaba para sua casa, na chácara da rua da Palma. Para a população havia poços e bicas.

Era urgente também a construção de um Mercado Municipal, para abastecimento de gêneros em geral, para a população. Os modestos quartos alugados, com fins comerciais, já não bastavam para o comércio da Cidade.

Um editorial da Gazeta de 12 de agosto de 1882 já tinha insistido na necessidade de se construir, com urgência, um Mercado, mas em março de 1884 ela continuava a martelar a mesma tecla, inutilmente. Em setembro desse ano, o vereador Manoel de Moraes Barros apresentou à Câmara uma indicação para que se iniciassem imediatamente os estudos competentes para edificação de um Mercado. Proposta que não foi aprovada. A 18 de setembro, o vereador apresentava nova indicação, desta vez dirigida diretamente à Comissão de Obras Públicas. Como esta também tardasse a dar seu parecer, Manoel de Moraes Barros foi mais enérgico, e, com o parecer favorável do Dr. Canuto José Saraiva, obteve a aprovação de sua proposta, para se iniciarem os estudos relativos à construção de um Mercado Municipal, decidindo-se então, por um empréstimo de 80:000\$000 com a devida aprovação da Assembléia Legislativa.

A lei municipal nº 54 de 21.03.1885 autorizava a Câmara fazer um empréstimo de 30:000\$000 com juros, no máximo de 10% *para ser aplicado na construção de uma praça de Mercado e outras obras públicas.*

Foram apresentados dois projetos: um de Francisco Lefevre e William Gory, e outro de Miguel Asmussen, sendo aprovado o deste último, com algumas modificações.

O local escolhido foi o Largo do Gavião, com declive favorável para escoamento das águas. Pela Câmara foi aprovada uma verba de 23:000\$000 a 15 de setembro de 1885. Mas a escolha do local não obteve aprovação do engenheiro, que preferia um terreno na rua do Comércio, esquina da rua da Esperança, no que era inteiramente apoiado pelo vereador Manoel Moraes Barros. Os moradores da rua da Palma ofereceram um terreno, mas este também foi recusado.

A Prefeitura adquiriu um terreno de Maria Josefa de Camargo e Conrado Engelberg, na rua do Comércio. O próprio nome da rua lhe assegurava a predominância das atividades comerciais. Mas o problema surgiu a propósito da parte que pertencia a Conrado Engelberg. Tinha ele instalado aí uma *Máquina de Beneficiar Café e Arroz*, considerada indústria de muita importância, cujo nome já tinha ultrapassado os limites do município. Tão importante era a indústria de Engelberg, que, a 6 de agosto de 1890, a *Gazeta de Piracicaba* chegou a noticiar que a Academia Parisiense de Inventores nomeava Evaristo Conrado Engelberg seu membro correspondente, distinguindo-o com medalha de ouro, por seu invento de uma máquina de descaroçar café.

De 1885 a 1888 os almanaques da Província de São Paulo anunciavam o *descascador de café Engelberg*, o *ventilador para café em côco Apartador de Pedras* e a *máquina de beneficiar arroz Evaristo Conrado*, todos privilegiados pelo Governo Imperial. Tais máquinas eram vendidas no estabelecimento de Engelberg Siciliano & Cia, nos Campos Elíseos, em São Paulo⁽⁷⁾.

A solução seria uma desapropriação. Solução considerada desumana pelo Dr. Alvim. Os moradores da rua da Palma (atual Tiradentes) interessados em obter o melhoramento para seu bairro, ofereceram, não apenas um terreno, mas uma ajuda de custas. A rua do Comércio também se manifestou. Não seria justo deixar de cumprir a palavra dada à vendedora que recusara outras ofertas pelo terreno. Seus moradores ofereciam, a título de auxílio a quantia de 1:500\$000.

Deixando de lado o sentimentalismo que dificultava negociações mais sensatas, a Câmara decidiu-se pela rua do Comércio. Pelo projeto, o prédio seria construído no centro de um vasto terreno, o que obrigou a Câmara a comprar, dos mesmos vendedores, os terrenos situados na esquina da rua Ipiranga com a do Comércio.

Os comentários incisivos da *Gazeta*, chamando a atenção para os defeitos e problemas, provocaram respostas ponderadas da Câmara, que manteve seu próprio ponto de vista, levando a um bom termo a construção do edifício, segundo projeto do engenheiro Miguel Asmussen, sob a fiscalização do engenheiro G. Puttkamer, contratados pela Câmara. A 28.02.1887, um ofício deste comunicava à Câmara que *as obras se encontravam terminadas, com toda solidez e perfeição, conforme os desenhos apresentados e as condições do contrato.*

O primeiro regulamento do Mercado Municipal, redigido pelos Drs. Prudente de Moraes Barros e Paulo Pinto, foi posteriormente aprovado pela Assembléia Provincial.

Graças às várias estradas que se cruzam no município, o Mercado tornou-se um importante centro de abastecimento, com intenso movimento comercial, com grande quantidade de gêneros alimentícios, em que predominavam legumes, cereais e frutas fornecidas por sítiantes.

O transporte das mercadorias era feito quase exclusivamente pelas estradas de rodagem, pois não se podia contar com os serviços da Companhia União Sorocabana-Ituana, cujos abusos e desserviços eram assuntos da imprensa, a ponto de se considerar essa estrada de ferro como um embaraço ao progresso de Piracicaba, segundo um Relatório do Dr. Paulo de Moraes Barros, Presidente da Câmara Municipal no triênio 1899-1901.

O Relatório, apresentado pelo Presidente da Câmara (1883-1886), Dr. João Baptista da Rocha Conceição, fornecia amplos detalhes sobre as realizações durante o quadriênio, salientando a linha ascendente do desenvolvimento econômico de Piracicaba, dotada, nessa época, de importantes melhoramentos, o que permitiu que fosse representada com diversos produtos na *Exposição Sul-americana de Berlim, obtidos pela comissão formada pelo farmacêutico Carlos Nehring, pelo camarista Moraes Barros e por Luiz Vicente de Souza Queiroz.*

O exame dos dois Relatórios, aparentemente contraditórios, levou à conclusão de que, não obstante os problemas da Sorocabana, na realidade Piracicaba progredia.

Os importantes melhoramentos urbanos incluíam certas realizações de caráter particular que eram pontos de partida para outras realizações de interesse geral. Havia muitos cidadãos de espírito aberto para o progresso. É como se houvesse, na Cidade, um coração a palpitar, buscando o melhor para seu povo.

A *Gazeta de Piracicaba*, em seus números de 22 a 25 de 1882 trazia duas notícias interessantes: Luiz de Queiroz pretendia instalar uma linha telefônica entre a Fábrica de Tecidos Santa Francisca e a Fazenda Santa Genebra; estava definitivamente resolvida a construção de uma estrada de ferro margeando o Piracicaba, partindo desta Cidade, do Canal Torto, ponto terminal da Companhia Fluvial, durante a estação seca, iniciativa louvável da Companhia de Navegação Fluvial e Engenho Central.

Primeiro a instalar, na Cidade, uma Fábrica de Tecidos, Luiz de Queiroz foi também pioneiro ao instalar, no mesmo ano, os fios telefônicos numa extensão de alguns quilômetros. Pioneiro ainda quando instalava em sua residência, na Fábrica, nas casas de seus amigos Sterry e Marques, os primeiros fios para transmissão de energia elétrica.

Quando o Conde e a Condessa d'Eu visitaram Piracicaba, a 12 de novembro de 1884, como hóspedes do Barão de Serra Negra, estiveram no Engenho Central e na Fábrica de Tecidos Santa Francisca, a população piracicabana correu à beira-rio, extasiada diante da iluminação elétrica.

A pequena usina de Luiz de Queiroz – parece que teria sido termoelétrica – data desse ano, para fins particulares. Não havendo interesse da Câmara Municipal em um imediato contrato para iluminação pública elétrica, Luiz de Queiroz viajou para a Europa. Ao voltar, cheio de planos, interessou-se por todos os problemas piracicabanos. Por sua conta e iniciativa, foram plantadas árvores ornamentais no Largo São Benedito, fornecendo sempre novas mudas para a arborização da Cidade, e até mesmo os serviços de seu próprio jardineiro.

Não sendo um político, acepção geral do termo, pertencia ao Partido Liberal, sendo eleito deputado em 1885, cujo diploma

lhe foi entregue por Campos Salles, e, ao se proclamar a República, fez parte do primeiro Governo Provisório da Cidade, com Manoel de Moraes Barros e Paulo Pinto de Almeida (17-11-1889). Um decreto do Governo Federal nomeava o Dr. Prudente José de Moraes Barros Presidente do Estado de São Paulo. Dissolvida a Câmara Municipal, foram nomeados novos membros para o Conselho da Intendência.

Não havia mais Prefeitos, mas Intendentes. Luiz de Queiroz não se interessava por cargos públicos. Preferia voltar a seus interesses particulares, como empresário e lavrador, lutando por ideais de progresso e pelo desenvolvimento econômico e cultural de Piracicaba.

A 20 de janeiro de 1890, dirigiu-se ao Conselho da Intendência Municipal para propor um contrato de iluminação elétrica da Cidade. Seu requerimento, enviado à Comissão de Obras Públicas, provocou a resolução de abrir concorrência pelo prazo de trinta dias para os trabalhos de instalação elétrica (edital de 31.01.1890). Não aparecendo outros interessados, o Conselho decidiu estudar a proposta de Luiz de Queiroz, indicando, em sessão de 1º de maio, os Drs. Paulo Pinto e Manoel de Moraes Barros para com ele se entenderem sobre as bases de contrato, que foi apresentado a 25 de março de 1890.

O contrato, que abrangia iluminação pública e particular, era formado por 48 cláusulas e seus parágrafos, com duração de trinta e cinco anos. A 22 de junho foi aprovado. A partir desse momento, Luiz de Queiroz não descansou, no afã de encomendar o material necessário para cumprimento do contrato.

A Cidade continuava com iluminação a querosene, agora de acordo com o contrato entre a Intendência e Lucas Evangelista Pedreira, na base de 2\$200 cada lâmpião de ruas e praças e 7\$000 pelos lâmpões da Cadeia e do Mercado (30.06.1890).

A 17 de outubro desse ano, o decreto estadual nº 93, assinado pelo Dr. Prudente de Moraes Barros, concedia a Luiz de Queiroz o privilégio por 50 anos, para construção de uma linha de bondes a tração animal ou a vapor, que, partindo de Piracicaba, levava a Limeira.

Este privilégio foi prejudicado porque já havia outro a favor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Ituana, conhecido como privilégio de zona.

Luiz de Queiroz tinha seis meses de prazo para iniciar as obras e o Governo do Estado dava às duas Companhias noventa dias para se decidirem sobre a projetada linha de bondes. Como as duas Companhias tinham o privilégio de posse, com projetos anteriores, eram seus os ramais a Piracicaba, Luiz de Queiroz perdeu a parada. Entregou-se, pois, com seu peculiar entusiasmo, à execução do contrato de iluminação elétrica. A 31 de março de 1891, o Conselho da Intendência analisou um requerimento de Luiz de Queiroz pedindo a concessão de um terreno da municipalidade, às margens do Salto, para nele montar a Estação Central destinada à produção de energia elétrica.

O requerimento foi enviado à Comissão de Obras Públicas e, em julho, por intermédio de seu procurador Arthur Sterry, Luiz de Queiroz solicitava a demarcação de um terreno de quarenta e cinco metros em quadra, à margem esquerda do rio Piracicaba, entre a Fábrica de Tecidos e a Empresa Hidráulica, para dar início às obras determinadas pelo contrato.

O contrato, assinado a 13 de julho de 1891, vencerá em 6 de setembro de 1928. Entretanto, em vias de receber tão importante melhoramento, a Cidade irá sofrer os efeitos da irregularidade no fornecimento de luz a querosene. Em ofício à Intendência, o empresário justificava as falhas do serviço, alegando a péssima qualidade do querosene, o mau estado dos lâmpões e a falta de funcionários. Em seu ofício alegava que os funcionários não queriam mais trabalhar, apesar do aumento do ordenado (15.09.1891).

Como a Intendência estivesse decidida a colocar novos postes de iluminação, a *Gazeta*, em sua edição de 25 de outubro.

acha isso desnecessário, pois a empresa de Luiz de Queiroz encetará em breve seus trabalhos sendo presumível que, pouco tempo, vejamos nossas ruas iluminadas pelo sol artificial do século XIX.

A demora em chegar o material importado, retido na Alfândega de Santos, levou, a 5 de julho de 1893, o próprio Intendente Municipal a telegrafar ao Governo do Estado solicitando sua intervenção junto à Companhia Inglesa para transporte do material retido há quase seis meses nas Docas.

O Presidente do Estado, Dr. Bernardino de Campos, interessou-se pelo problema e, a 9 de junho, enviou ao Presidente da Câmara Municipal o seguinte Telegrama:

A Superintendência da São Paulo Railway Company comunica-me que desde abril se acha aquela estrada com três vagões carregados de material destinado à iluminação dessa cidade e que se ainda não seguirão destino é porque isto se tem oposto a Alfândega de Santos. Saúde e Fraternidade.

Finalmente, recebido o material, a 2 de agosto de 1893, foram feitas as primeiras experiências de luz elétrica na Cidade. Foram iluminados os Largos da Matriz e do Teatro, Jardim Público, rua dos Pescadores, São José, Alferes José Caetano, Direita, Glória, 13 de Maio e Santo Antônio.

Em setembro já funcionava regularmente o serviço de iluminação nesses locais e deu-se início às instalações domiciliares.

A 6 de setembro de 1893 foi inaugurada oficialmente a iluminação elétrica da Cidade. A esse respeito a Gazeta referiu-se considerando

Melhoramento de apreciável valor mas incompleto pois o material empregado não foi suficiente para que todo o perímetro da cidade pudesse ser iluminado.

Das 235 lâmpadas do contrato estavam funcionando apenas 120. O articulista elogiava a qualidade do material importado por Luiz de Queiroz.

... o maquinismo empregado em sua empresa de lâmpadas de incandescência e todos os demais utensí-

lios foram comprados à melhor companhia até hoje conhecida, a Thompson Houston, hoje associada à não menos poderosa e autorizada Edison, ficando, segundo informaram, constituído o avultadíssimo capital de milhões de dolores.

Para se alcançar melhor o valor da obra de Luiz de Queiroz, é bom lembrar que a lâmpada incandescente foi inventada em 1879 por Thomas Edison. A primeira Central Elétrica que iria permitir a distribuição de energia elétrica data de 1882. Era um gerador movido a vapor com capacidade de 560 KW que atendia 59 moradores de New York. A primeira hidroelétrica foi instalada em Wisconsin (EUA), com pequeno raio de alcance, e a cidade de São Paulo só teve a sua luz elétrica a partir de 1889, depois, portanto, de Campos, Rio Claro, Porto Alegre e Juiz de Fora⁽⁸⁾.

Pretendia ainda, Luiz de Queiroz, instalar fogões elétricos em casas de família, mas tal melhoramento, que viria resolver o problema das domésticas, agravado com a Abolição, por falta de empregadas não chegou a realizar-se.

Desde janeiro de 1886 cuidava-se do problema de abastecimento de água à Cidade. Entre as cláusulas do contrato assinado entre o engenheiro Frick e a Câmara, havia a obrigatoriedade da construção de quatro chafarizes, sendo um na rua Riachuelo, um atrás da Matriz, um atrás da Cadeia, atual praça do Grupo Escolar Moraes Barros, e outro no Largo de Santa Cruz.

O início das obras deu-se a 23 de maio de 1886, com uma escavação para o reservatório de dois milhões de litros em terreno concedido pela Câmara no Bairro dos Alemães.

A nova firma Frick & Zanotta fizera um depósito de maquinário junto à Fábrica de Tecidos Santa Francisca, e, na Cidade, de poucos locais de divertimentos e lazer, um passeio à beira-rio para ver todo esse material importado tornou-se hábito da população.

Examinadas as condições da correnteza, o Dr. Frick verificou que a força do rio era maior na margem direita, decidindo captar a água no meio do rio e colocar o cano de esgoto bem abaixo do Salto. Para os filtros obteve concessão de algumas ilhotas e bancos do rio.

Alguns problemas deveriam surgir, provocando certo atraso no andamento do serviço. As chuvas de dezembro estragaram os trabalhos de assentamento dos canos. Um princípio de litígio entre Luiz de Queiroz e a firma Frick & Zanotta, a propósito dos terrenos à beira rio, teria também alterado o andamento das obras, mas a prioridade de direitos da Fábrica de Tecidos Santa Francisca era indiscutível.

A 16 de fevereiro de 1887 a população piracicabana assistiu a um espetáculo de rara beleza. No Jardim da Matriz, onde seria instalado um chafariz, foi feita a experiência da Empresa Hidráulica, jorrando água a uma altura de 12 metros.

A inauguração e bênção do serviço da Hidráulica para abastecimento de água encanada à Cidade trouxe a Piracicaba o Presidente da Província, Visconde de Parnaíba e o Conselheiro João Alfredo. A bênção do edifício das máquinas, à margem do Salto, foi às oito horas da manhã, e a inauguração foi à tarde, com discursos de Manoel de Moraes Barros, João Frick, Vitaliano Ferraz, Jerônimo Alvim e Barão de Rezende. Como em todos os grandes momentos da vida da Cidade, compareceram à cerimônia diversas bandas de música. A Gazeta noticiou:

A esforços dos Srs. G. Scolari e F. Skark, o largo da Matriz transformou-se à noite em um verdadeiro jardim de fadas, onde, entre luzes de todas as cores, bandeiras e galhardetes, se levantavam duas pirâmides, em que se achavam inscritos saudações à Câmara Municipal, à empresa Frick & Zanotta, e ao povo piracicabano, sendo ahí grande a concorrência do povo.

Não se dotou a Cidade, nesse momento, de água encanada, mas o Padre Galvão, Vigário local, obteve, de Carlos Zanotta, uma torneira junto ao altar mor; e no poste de lampião do Jardim foi colocado um copo de ágata, para serventia do povo e do zelador. Uma pena de água foi colocada gratuitamente no Hospital dos Lázaros.

Tanta euforia só pela vantagem de água encanada que nem filtrada era! A *Gazeta* denunciava principalmente a sujeira da água que tinha sido prometida limpa.

Em novembro de 1888, quando João Frick, concessionário da Cia. Hidráulica, requereu à Câmara um atestado de seu trabalho profissional, foi-lhe fornecido em observância, pois a água não era servida ao público límpida como deveria ser.

Embora não houvesse iluminação elétrica ainda, a Hidráulica pretendia colocar um aparelhamento completo para iluminação elétrica no local, em ponto alto, uma torre com foco poderoso que pudesse ser visto em todos os cantos da cidade⁽⁹⁾.

Alguns meses depois, a *Gazeta* referia-se a um aparelho de luz elétrica que

funcionará por conta da Empresa, devendo ser colocado a uma altura de sessenta palmos mais ou menos acima do solo, nas imediações do Salto, com uma lâmpada de cinco mil velas que iluminará à distância de três milhas. Consta-nos que começarão a funcionar em meados de Junho...

mas no ano seguinte, falou-se muito nos problemas da rede de esgoto e a torre de iluminação ficou no esquecimento. Foi de fato, para as *calendas gregas*...

O engenheiro civil Augusto de Paiva e Antônio Egidio do Amaral, a 9 de fevereiro de 1891, apresentaram à Câmara uma proposta para o estabelecimento de rede de esgoto. Foi o suficiente para a Câmara decidir abrir concorrência para apresentação de projetos dentro de sessenta dias.

O assunto voltou a ser discutido em março. O Dr. Guilherme Leon de Bodé propôs à Intendência que abrisse concorrência para os planos e projetos mais concretos, falta de verba e de parecer do Estado. À vista disso, o Dr. Paulo de Moraes Barros fez uma indicação no sentido de que se oficiasse à Superintendência de Obras Públicas pedindo para formar *ou indicar os meios para se conseguir um plano aperfeiçoado para a rede de esgoto desta Cidade* (01.05.1892). Entretanto, a Intendência só resolveu agir quando o Dr. Bodé, pela quarta vez, tratou do assunto, agora de

muito maior importância em virtude da epidemia de febre amarela, mandando abrir concorrência.

As obras da Hidráulica continuavam e, a 2 de fevereiro de 1893, foi inaugurado festivamente o repuxo de mármore branco, magnífica oferta do Dr. João Batista Conceição, instalado no Jardim da Matriz, com quatro metros de altura. Do Club Piracicabano, conduzindo uma Bandeira Nacional, confeccionada pelas filhas do Barão de Rezende, a Câmara Municipal, incorporada, dirigiu-se ao Jardim, onde discursaram o Dr. Manoel de Moraes Barros e o professor Augusto Castanho. De acordo com a praxe, a cerimônia foi abrilhantada por rojões e banda de música.

Novamente em discussão os problemas da rede de esgoto. O perigo de epidemia sempre pairando sobre a Cidade, cuja população aumentava, sempre recebendo novos moradores, mantendo maior contacto com outras localidades. A propósito, a 2 de julho de 1894, o vereador Dr. Jovinião Reginaldo Alvim aprontava um projeto de lei que foi enviado à Comissão de Obras públicas. Em setembro o projeto foi aprovado. De acordo com o seu texto...

do rio Piracicaba até o Itapeva, ia por esse até a rua Municipal, descia por esta rua até a rua do Rosário, desta rua tomava a rua Rangel Pestana até alcançar o rio novamente⁽¹⁰⁾.

Um projeto feita pela Comissão de Saneamento do Estado compreendia apenas o centro urbano, limitado pelas ruas dos Pescadores, Rosário, Municipal e pelo Itapeva.

O problema era extremamente sério. A epidemia da febre amarela alastrava-se pelos municípios vizinhos. O projeto apresentado pelo Dr. Alvim abrangia, de fato, uma pequena parte da Cidade. A Planta e o orçamento para a rede de esgoto foram executados pelo engenheiro Rebouças e enviados à Secretaria da Agricultura.

A 4 de março de 1895 foi promulgada a lei municipal autorizando o Intendente a coligir os estudos para o estabelecimento de uma rede de esgoto na Cidade e abrir concorrência. Também a Intendência foi autorizada a emitir apólices de 200\$000 a juros

de 8% ao ano e amortização anual por sorteio. Até o montante de 500.000\$000, estimativa das obras.

Foram subscritas apenas 150 apólices, no valor de 30 contos de réis, todas elas por um único capitalista, João José Vieira. O vereador Dr. Alvim, a 15 de julho de 1895, indicou *que se oficiasse ao Presidente do Estado pedindo auxílio para execução do plano do Dr. Rebouças, podendo tal auxílio ser em material de construção.*

O auxílio não foi obtido e, em dezembro desse ano, a Câmara, por lei municipal nº 20, cria adicional de 20% sobre todos os impostos municipais para poder dar início à construção da rede de esgoto, com projeto já aprovado pelo Governo do Estado. A proposta dos vereadores incluía um pedido de material do Governo que, atendendo, o remeteu a Piracicaba, através da Secretaria de Agricultura, a 24 de setembro, pela Cia. Sorocabana-Ituana.

Para orientação profissional do assentamento da rede de esgoto, foi indicado o engenheiro Bernardino Queiroga. Os trabalhos foram iniciados na rua do Porto, subindo a Direita. Como de hábito, a solenidade de abertura dos trabalhos foi abrilhantada por banda de música (4-10-1898) e, em março do ano seguinte a Gazeta anunciava:

Havendo-se concluído o cano mestre com toda sua extensão, já se deu começo à canalização das ruas no serviço da rede de esgotos desta cidade. Os trabalhos da represa, nas cabeceiras do Itapeva para lavagem dos encanamentos também já estão bastantes adiantados.

Posteriormente, o vereador Dr. Francisco de Almeida Morato propôs que se prolongasse o cano de despejo da rede de esgoto até a cabeceira do Enxofre, mas, por parecer do Dr. Paulo de Moraes Barros, continuou na rua do Porto, com um certo desgosto da população, que já o denominava *Vesúvio*.

Em julho de 1899 a Empresa Hidráulica entrou em liquidação. Segundo o Dr. Paulo de Moraes Barros, Presidente da Câmara, esta devia adquirir a Empresa. Posta em leilão judicial no dia 31 de agosto de 1899, foi arrematada por Carlos Zanotta e Tito Ribeiro pela quantia de 700:000\$000. A Câmara concorreu

até 699.500\$000. Os novos proprietários da Hidráulica já eram possuidores de dois terços da Companhia. Somente em meados do século XX a Câmara irá ficar com o serviço de abastecimento de água e esgoto da Cidade.

A 4 de setembro de 1899 foi aprovada, pela Câmara, em caráter de urgência, a proposta apresentada pelo engenheiro Dr. Queiroga, para execução da instalação da rede de esgoto domiciliar. A propósito, a Câmara enviou, pela imprensa, um comunicado à população:

É indispensável que seja franqueada a entrada das casas ao engenheiro incumbido do serviço afim de serem examinadas as condições mais convenientes às instalações.

O serviço foi iniciado na extremidade nordeste da rua do Comércio pelo Dr. Queiroga e terminado por Francisco Feo, mas só veio a ser inaugurado no século seguinte⁽¹¹⁾.

Notas

1. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 29 e 30.
2. Correspondência Oficial da Câmara Municipal de Piracicaba (1855-1871).
3. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 54.
4. Veja Relação de Chácaras em Anexo.
5. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 295.
6. Ibidem, p. 266.
7. Ernani Silva BRUNO, op. cit., III, p. 176.
8. Magalhães GOMES. *História e Energia – A Eletrificação do Brasil*.
9. Leandro GUERRINI, op. cit., II, p. 166.
10. Ibidem, p. 239.
11. Todas as informações sobre abastecimento de água e redes de esgoto foram extraídas do Livro de Leandro Guerrini – *História de Piracicaba em Quadrinhos*, V. Vol. II.

IV

PIRACICABA NO FIM DO SÉCULO XIX

1. ASPECTOS GERAIS⁽¹⁾

Expondo rapidamente, sem muitos detalhes, alguns fatos da vida da Cidade, evitando repetir o que já tem sido publicado em livros e artigos de jornais e revistas, tivemos em mira dar uma idéia do que teria sido a Piracicaba nos anos anteriores à fundação da sua Escola Complementar, embrião do nosso Instituto de Educação Sud Mennucci, atual Escola de 1º e 2º Graus Sud Mennucci.

Muitos assuntos não foram lembrados, não por não o merecerem, mas para evitar o alongamento desta nossa breve História. Muitos nomes foram citados, pois não se pode deixar de citar aqueles que contribuíram para ela, escolhidos como amostragem, o que explica porque outros foram deixados de lado. Reconhecemos, pois, que tais nomes não foram mencionados hoje, podem fazer parte de estudos mais particularizados, e não propriamente de uma visão de conjunto.

Temos nos referido particularmente a fatos de ordem material, fatos que pertencem a uma linha de estudos que o ilustre historiador francês Fernand Braudel, recentemente falecido, chama de Civilização Material, o que, na sua opinião, engloba toda a História do homem. Não se trata, portanto, daquela História que ele chama de Nobre, estudada por Lucien Favre, em que são abordados essencialmente os assuntos espirituais e religiosos.

Demos um balanço nos aspectos de Piracicaba no decorrer principalmente da segunda metade do século XIX, com seus problemas de vias de comunicação e transporte, de abastecimen-

to e de saúde, urbanização e outros. Observamos uma Câmara praticamente atordoada com a falta de recursos para resolver os principais problemas.

A Cidade progrediu. Novos problemas surgiram, exigindo novas normas de administração. Alterou-se a mão-de-obra com a Abolição e a entrada do trabalhador livre. Vitoriosa a máquina a vapor, já se anunciava a usina. Os capitais tomavam outros rumos e o capitalismo se afirmava sob a forma de reinvestimentos.

A Cidade exigia novas posturas relacionadas com os pequenos problemas que, à luz deste fim de século XX, nos parecem até um pouco ingênuos.

Havia problemas de Saúde e Saneamento. Um deles era o número de leprosos que chegavam e se instalavam em barracos nos arredores da Cidade. Era costume conceder-se alforria a escravos que contraíam a doença e que, abandonados à própria sorte, esmolavam nas ruas da Cidade.

Condoído, Manuel Ferraz de Arruda Campos adquiriu um terreno perto das terras onde hoje está instalada a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para nele ser construído um Asilo de São Lázaro. A rua que, durante muitos anos, foi conhecida como rua do Hospital, atualmente tem o nome desse benemérito.

Manuel de Arruda Campos foi um dos homens mais caridosos de Piracicaba. Acompanhado de seu escravo Eliseu, Maneco Ferraz, como era conhecido, ia buscar nas matas esses infelizes, trazendo-os para seu Leprosário, deles cuidando com todo carinho, em sua própria chácara. Foi vítima de acidente, a 14 de junho de 1887, quando demolia um velho prédio para, nesse local, construir outro para seus protegidos. Em agosto do ano anterior ele já tinha oferecido à Câmara Municipal o terreno de um quarteirão para a construção de um Lazareto, que foi inaugurado nesse ano a 16 de março.

Preocupada com suas atribuições sobre Higiene, a Câmara continuava a arborização da Cidade, decidindo plantar eucaliptos em toda a rua do Porto, demonstrando que os camaristas não desconheciam as qualidades dessa planta em relação a solos encharcados.

Procurando atender à população mais pobre, a Câmara decidiu autorizar o trânsito de animais soltos pelas ruas, principalmente vacas de leite.

Recebendo do Governo Provincial o prédio da Cadeia Velha, na atual praça José Bonifácio, um prédio em ruínas, nele se instala a Câmara, cedendo uma sala para Agência do Correio (12.1879). Em meados de 1880, a comissão encarregada de dar parecer sobre os consertos da Cadeia Velha foi de opinião que:

O dito prédio pode durar muitos anos ainda, mas admitia que só era preciso reparar todas as paredes, as quais devem ser levantadas sobre novos alicerces. O madeiramento estava bom, mas era necessário novo vigamento para o forro e o assoalho bem como novas portas e janelas.

Como se vê, a reforma não era um bom alvitre para uma Câmara sem recursos econômicos para reformar um prédio que nem com boa vontade poderia ser sua sede. Em maio de 1884 será decidida sua demolição, e, nesse local, posteriormente seria construído o Teatro Santo Estevão.

Contra a construção de um prédio para a Câmara sempre se manifestou o vereador Manuel de Moraes Barros, lembrando que muitas outras obras deveriam se prioritárias.

O novo prédio da Cadeia foi construído no local onde está hoje o Grupo Moraes Barros. Era um prédio de dois pavimentos que, graças a Manuel de Arruda Campos e Cel. Carlos de Arruda Botelho, foi ampliado com recursos obtidos junto ao Governo Provincial.

Com ruas apenas apedregulhadas, mal iluminadas, certos locais seriam naturalmente *mal freqüentados*. Junto ao Chafariz do Itapeva, esquina da rua Direita, era costume reunirem-se escravos e pessoas de má reputação. Antônio José da Costa Azevedo dirigiu-se à Câmara pedindo a colocação de um lampião no local para *acabar com os escândalos, já que a polícia tão escassa para outros misteres, nada podia fazer no caso*.

Eram normais tais ajuntamentos durante o dia, junto a fontes e bicas. Havia uma bica ao lado do Itapeva, uma outra no

fim da rua Alferes José Caetano, rua que, naquela época tinha o nome de rua do Pau Queimado; provavelmente por causa da bica, nesse lado tinha o nome de Pocinha. Nesse local pretendia-se colocar um chafariz, em 1889.

O pedido de Costa Azevedo foi atendido para evitar os escândalos que ali se davam todas as noites com os escravos. Incluía-se, entre estes, muitos escravos libertos.

O toque de recolher era às 9 horas, no verão, e às oito, no inverno. Depois desse toque só os hotéis e farmácias tinham autorização para permanecer abertos.

A primeira instalação de telefone na Cidade data dessa época, como já vimos quando nos referimos às realizações de Luiz de Queiroz, mas tratava-se, então, de uma linha particular. Algumas propostas no sentido de dotar a Cidade de tão importante melhoramento foram apresentadas à Câmara, mas recusadas. Em março de 1887, José Alves Corrêa do Amaral, o Dr. Joaquim Henrique Lopes e Carlos Magalhães apresentaram uma proposta, mas o despacho foi o seguinte: *Adiado até a ocasião em que o Governo pedir informação a respeito.*

Despacho pouco animador, quase enigmático. Segundo a *Gazeta de Piracicaba*, 29 de agosto de 1889, Edgard Ferreira, empresário da linha telefônica de Rio Claro, tentava obter recursos organizando uma lista de apoio para se conseguir o contrato com a Câmara. Necessitando de, no mínimo, trinta assinaturas, acabou concordando em iniciar o assentamento da primeira linha com apenas 22 assinantes.

A licença da edilidade para o estabelecimento de linhas telefônicas data de 20 de setembro de 1889 e o centro telefônico foi instalado em um sobrado da rua Direita, que pertencia a João Pinheiro de Aguiar. A 27 de outubro de 1889 foram inaugurados os telefones públicos com a presença de autoridades, convidados e banda de música.

No centro da Cidade, em torno da Matriz, do Jardim Público e do Teatro, casas de muitas *frestas*, algumas *de sobrado*, a maioria com a fachada na calçada, todas com o seu quintal, um ou outro jardim ao lado do prédio.

Um pouco afastado desse Centro, alguns imóveis possuíam *quartos anexos*, alugados para fins comerciais⁽²⁾.

Entre o Largo da Matriz e a rua do Comércio, na esquina da rua São José, instalou-se a Sociedade Recreio, cujo presidente era Manoel Morato de Carvalho, em prédio arrendado por Antônio Gomes da Silva. Casa térrea, vizinha de João Gomes da Silva e da viúva de Albano Leite do Canto (1887). Nesse mesmo ano, Antônio Gomes da Silva vendia a Joaquim Eugênio do Amaral — *duas casas e três quartos*. A casa que tinha os três quartos estava no Largo da Matriz, esquina da rua São José, em terreno de 49 metros nesta rua e 19 metros no Largo da Matriz, *com quintal fechado com muro de taipa*.

No Largo da Matriz, esquina da rua Direita, Pedro Augusto da Costa Silveira, proprietário do Engenho Monte Alegre, tinha uma *casa de morada*, e outras duas na esquina da rua XV de Novembro, *todas três unidas, cada uma com duas janelas e uma porta*. Estas casas foram vendidas a Luiz Antônio de Almeida Barros.

Entre as ruas 13 de Maio, Santo Antônio e Alferes José Caetano, João Baptista de Castro, conhecido pelo apelido de Janjão, inaugurou, no dia 21 de janeiro de 1891, o seu restaurante que, a 19.05.1892, tornar-se-á Hotel Central. Posteriormente, d. Rita da Costa Silveira arrendava a Janjão a sua casa do Largo da Matriz. Esse arrendamento será prorrogado até 14.01.1899, quando lhe foi vendido o imóvel que, até meados do século XX, será o melhor hotel da Cidade.

Após a morte de seu marido, d. Rita da Costa Silveira manteve a casa da esquina da rua Direita, com frente para o Largo da Matriz e fundo para os terrenos de Luiz Antônio de Almeida Barros e do Dr. Torquato da Silva Leitão. Esta casa tinha sido hipotecada, em 1887, a Bento Ferraz de Arruda, para conclusão de obras iniciadas por Pedro da Costa Silveira, no Engenho do Monte Alegre.

No Largo da Matriz, esquina da rua Direita, o Barão de Rezende tinha um sobrado, que foi vendido à sua vizinha, D. Ana Cândida de Barros, *pelos lados dos fundos*, segundo as notas do Cartório, de 1887.

Com frente para o Largo da Matriz, esquina da rua São José, está a casa de Francisco Franco de Almeida, vendida em 1891 a Theodoro Ferraz de Andrade, *60 palmos de frente, 200 de fundo, vizinha de Adolpho Coelho e Dr. Torquato da Silva Leitão*.

Ainda em frente ao Largo da Matriz, estava a casa de Casimiro Guimarães *com duas janelas e uma fresta no centro*. Comprada de D. Marina Monteiro de Mello, era vizinha de Norberto de Campos Freire e do Barão de Serra Negra; pelos fundos, de Dr. Torquato Leitão e terrenos de D. Francisca Antônia da Rocha, D. Maria de Almeida Barros e herdeiros de João Cunha Raposo (1892).

Casimiro Guimarães comprou também, de D. Marina Monteiro de Melo, uma fazenda de café e cana no bairro do Tanquinho. Na relação das benfeitorias, que eram muitas, ao lado de modernas máquinas a vapor, constavam moinhos, monjolos e um *antigo quadrado de dezoito lances de casas de moradas*, triste lembrança de um recente passado do regime escravocrata.

Com frente para o Largo do Teatro, vizinho do Barão de Piracicamirim, estava o sobrado de Eugênio do Amaral Pinto. Do outro lado deste, um sobrado que tinha sido de Jacob Buller.

Pode-se ter uma idéia do centro urbano através dos documentos do Cartório do 1º Ofício. Eram propriedades, em geral, de fazendeiros que dividiam o seu tempo entre as atividades rurais, mas vivendo pouco tempo na fazenda, e a vida urbana, onde ocupavam cargos públicos no município ou na Capital, ou ainda como membros acionistas de companhias ou sociedades que se formaram nas duas últimas décadas do século XIX.

Muitas propriedades de vastas áreas iam sendo divididas aos poucos, sem, contudo, constituírem loteamentos, no sentido atual da palavra. Algumas novas propriedades eram parte da sociedade que se formaram para exploração de uma olaria, de uma casa de negócios, ou de um *lote de café*, dissolvidas por diferentes motivos. Algumas chácaras eram parte de sítios ou fazendas mais próximas do perímetro urbano, cortadas por ruas que iam sendo abertas, aumentando a área da Cidade.

Entre as ruas de Santo Antônio, do Comércio, do Rossio e as ruas que, em 1892, ainda não tinham nomes, Pedro Ferraz de arruda vendia parte de sua chácara a Francisco Ferraz do Amaral e Raul Ferraz do Amaral. A rua do Rossio seria uma das divisas entre a chácara do vendedor e o terreno dos compradores, de um lado, e, de outro, a divisa seria a linha férrea.

Afastada do centro do Comércio, estava a casa de secos e molhados de Stipp & Cia. Stipp era sócio de Antônio Jacintho Certain, mas tinha um outro imóvel na mesma rua, esquina da rua do Rosário.

Com fundos na rua da Glória, na rua do Comércio, estava a casa de D. Antonia Pinto César. Também com fundos na rua da Glória, entre as ruas Ipiranga e Riachuelo, Antônio Teixeira Mendes e Manuel Granja possuíam um terreno de um quarteirão.

Seria monótono continuar com esta enumeração, cuja finalidade é apenas dar uma idéia do que seria o Centro de Piracicaba. Poucas casas, separadas por quarteirões vagos, à medida que se afastavam da parte central⁽³⁾.

Apesar do alto padrão, pela área, pelo número de janelas (frestas), muros de tijolos, das casas em torno da Matriz, do Teatro e do Jardim Público, a Cidade, sempre clara e risonha, belamente iluminada pelo sol, com seus animais vagando pelas ruas, seus trolés, carroças e carros de boi, conservava um certo aspecto rural, campestre, bucólico.

No Largo da Cadeia, Serafim Febeliano da Costa, que era lavrador, tinha uma porção de máquinas agrícolas. Em 1892, permutava essas máquinas por uma casa na rua do Comércio nº 54, do negociante José Laureano de Moraes. Vizinho de Serafim Febeliano da Costa, no Largo do Gavião, estava Ângelo da Fonseca (1892).

Em frente ao jardim público, Guilherme de Mattos tinha uma farmácia, na rua Direita, que será vendida em 1899 a Zeferino Chaves e Alfredo Magalhães.

Ao lado da Cadeia, João Baptista Silveira de Mello tinha duas casas com 34,5 metros para o Largo, com o muro e cerca, vizinha de Jacob Diehl (1891). Na rua Prudente de Moraes, Diehl era vizinho de José Leite Negreiros.

Na rua do Comércio, esquina da rua Esperança, João Bueno de Mattos tinha uma sociedade com Alfredo de Moraes Salles, um estabelecimento denominado Armazem da Estrella.

Na rua 13 de Maio, nº 26, Antônio Rigo comprava de Domingos Máximo, uma padaria instalada em propriedade per-tencente ao comendador Miguel Antônio Gonçalves de Arruda.

Uma casa com terreno na rua do Comércio era arrendada por Ana Maria Rosa Lopes Pinto a José Teixeira Mendes, em 1891 pelo prazo de sete anos. O outorgante obrigava-se a transformar as três janelas de frente em portas com folhas devidamente seguras. É evidente que se tratava de casa alugada para fins comerciais.

A partir do Largo da Matriz a urbanização estendia-se pela rua da Boa Morte, que se pode balizar pelo Colégio Piracicabano, na esquina da rua Rangel Pestana e pelo Colégio Nossa Senhora da Assunção, no alto da mesma rua.

Ao longo da rua do Comércio e da rua da Boa Morte e suas travessas, aos poucos se instalaram novas residências, algumas lojas, padarias e oficinas.

Em 1892 Benedito Cleopath vendia a Manoel Morato de Carvalho, um quarteirão entre a rua Boa Morte e duas ruas sem denominação como diz a escritura. Este terreno tinha sido comprado de Bento do Amaral Gurgel e José Pinto de Almeida por José Perches de Menezes.

Na rua da Boa Morte estavam instaladas oficinas da sociedade formada por Jorge e Melchior Krähenbühl, Messias Correia de Godoy e Ignácio Ritter (1892) para a fábrica de carros, carroças e troles.

Desde 1887 José Fernandes Braga tinha uma loja de fazendas, ferragens e armarinho denominada Lojas dos Lavradores, na rua do Comércio nº22. Esta loja foi vendida a Arruda & Silveira. Na mesma rua, esquina da rua Direita, Lucas Evangelista possuía um estabelecimento comercial, do mesmo tipo de loja dos lavradores. Essa loja foi vendida a Antônio Pinto.

Vizinha de D. Francisca Emília Ferreira Alves, Guilherme Viegas e Manuel Moraes Barros, na rua do Comércio, estava a padaria de Francisco Soares, comprada em 1892, de Antônio Martins Siqueira.

Em 1893 era formada uma Sociedade de Construções. Eram sócios o marceneiro Antônio Fischer, o carpinteiro Francisco Bemhard e os pedreiros Hermógenes Antônio da Conceição e João Rosa Ingá. No mesmo dia, 5 de janeiro, contratavam com Elyseu de Almeida Cardia, a construção de uma casa em terreno na rua do Comércio, esquina da rua Ipiranga, com 45 palmos de

frente, na rua do Comércio e 105 palmos de fundos. As portas deviam ter 2,10m de altura, as janelas 1,10 por 2,10m.

Também se fez contrato para construção de casa em terreno da rua Riachuelo, entre Lucas Evangelista Pedreira e Antônio Alves Pompeu. A casa devia ter calçada em toda roda.

Hermogenes da Conceição contratou com José Rodrigues de Almeida, em 1892, a construção de uma casa na rua 13 de Maio, que devia ter 47 palmos de frente e fundo e 18 palmos de altura.

Muito interessante era o contrato que o Dr. Torquato da Silva Leitão fez com o arquiteto Borelli. Suas exigências revelaram seu gosto, não apenas por uma casa de alto padrão, com conforto e material de primeira qualidade, em grande parte importado, mas também exigências relativas a higiene e saúde, preocupado com a localização dos dormitórios.

Estendendo nossas observações sobre este assunto, só pensamos em focalizar o aspecto de Piracicaba nos últimos anos de século XIX, traços que desapareceram com novas construções e novos estilos.

Merece menção especial a casa do Dr. Prudente José de Moraes Barros, onde hoje está instalado o Museu Histórico e Pedagógico. De acordo com o Livro de Notas nº59, fl.36 do Cartório de 1º Ofício, a 20.02.1884, o Dr. Prudente comprava

por 10:000\$000, de José Lobo Albertini, duas casas formando um só corpo, com cinco janelas uma porta, na rua das Flores, sem número, e um chalet na área, com uma porta e duas janelas que se construíram em terreno havido por arrematação em hasta pública, em execução contra José Caetano Fernão, com 87 palmos de frente na referida rua, 20 braças e meia mais ou menos, de fundo. Divide, por um lado com terreno de José da Cruz de Moraes Sampaio, pelo fundo com terreno de Bertholdo Graner e de Jacob Diehl e pelo outro lado com terreno e casa de João da Cunha Raposo.

Segundo Leandro Guerrini (op. cit. II, p. 33), a 9 de novembro de 1869 Dr. Manuel de Moraes Barros, sua mulher e outros venderam a Dr. Prudente o prédio da rua Santo Antônio, esquina da rua das Flores.

Segundo Mário Barata já na época de D. João VI:

um arquiteto inglês, João Johnston, executou obras na Quinta da Boa Vista, fazendo um dos corpos laterais do edifício em estilo ogival, demolido em 1821.

Na segunda metade de XIX, esse estilo, conhecido como estilo gótico, tornou-se mais comum. A casa do Dr. Prudente, com suas janelas ogivais, data dessa época. Um outro exemplo, que resistiu até 1891, quando foi demolida, é a casa de Antônio Teixeira Mendes, na esquina da rua Ipiranga com Benjamim Constant, cuja construção data de 1894.

Mário Barata refere-se ainda à difusão da moda dos chalets, com lambrequins de madeira recortada, de 1875 a 1895. De fato a análise dos documentos cartorais revela a existência de chalets em muitos imóveis, citados também nas escrituras a que nos referimos.

No Bairro Alto, na rua Direita, José Antônio Maria tinha, em 1899, três casas, sendo uma em forma de chalet com gradil na frente, na vizinhança de Antônio Monteiro, José Felipe Torres e João Stipp.

A 12 de março de 1890, chegaram a Piracicaba os capuchinhos Frei Felix de Lavalles, superior dos capuchinhos da missão de São Paulo, e Frei Silvestre de Rabbi. Chegaram outros no dia 16, chefiados por Frei Luiz Maria de São Thiago. Seis anos depois, fundaram a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Para fundar o seu convento, voltaram, no dia 16 de abril, os Frades Felix Lavalles, Luiz Santiago, Silvério Rabbi e Caetano de Pietramurato.

Em 1891 Manuel Morato de Carvalho e o Major Fernando Ferraz de Arruda enviaram à Câmara um requerimento pedindo um terreno denominado Encosto para neles edificarem uma escola que seria dirigida pelos capuchinhos. Este terreno situava-se

no atual bairro da Paulista e servia de depósito de lixo. O Padre Galvão propôs à Câmara a troca da chácara do Lazareto pelo Encosto.

A 4 de março de 1895 a municipalidade adquiriu, de Francisco Morato de Oliveira, uma faixa de terreno de 50 por 300 braças, situado além do Bairro dos Alemães, para nele ser instalado um Isolamento para doentes de moléstia contagiosa. Medida tomada com certa lentidão, pois, em 1894, não obstante os esforços das diversas sociedades, era ainda extremamente precário o atendimento quanto a moléstias contagiosas, visto que a 3 de maio desse mesmo ano, o vice-presidente da Câmara Municipal telegrafava ao Presidente da Província informando que no Lazareto havia vítimas de varíola e os cofres da edilidade estavam exaustos. Problema que já tinha sido lembrado a propósito de febre amarela e da falta de esgoto na cidade, pois até os trens da Ituana que chegavam de Itu eram rigorosamente desinfetados.

De modo geral, sempre houve uma certa preocupação pelo bem-estar do povo. Piracicaba podia se gabar, no fim do século XIX, de suas entidades filantrópicas, algumas delas já citadas em capítulos anteriores, além das sociedades fundadas por razões políticas, na época da emancipação do Brasil.

Provavelmente a primeira a ser fundada com fins especificamente beneficentes teria sido a Santa Casa de Misericórdia, em 1845, reunida, pela primeira vez na Irmandade da Matriz de Santo Antônio, fundada para cuidar de assuntos da Igreja e não propriamente com o fim de socorrer especialmente a população.

A irmandade da Santa Casa sempre lutou com falta de recursos, dependendo, em geral, dos seus membros, que a auxiliavam de acordo com suas possibilidades financeiras. Em 1889 as finanças da Santa Casa de Misericórdia eram tão ruins que não havia condições para pagamentos de honorários a médicos. O Dr. Torquato da Silva Leitão passou a prestar serviços gratuitamente.

Impossibilitada de atender a todos que necessitavam de sua assistência, a Santa Casa dependia muito mais dos trabalhos e do espírito de humanidade de sua Irmandade do que seus recursos próprios. Ao Barão de Serra Negra ela devia o seu hospital para alienados (1897), construído na esquina da atual rua José Pinto de Almeida com a rua XV de Novembro, e que deixou de existir

quando foi transferida a Santa Casa para atual avenida Independência.

Aumentando consideravelmente o número de imigrantes italianos, em janeiro de 1888 foi instalada a Sociedade de Mútuo Socorro, cuja diretoria já citamos. Reorganizada no início de 1898, a 27 de fevereiro desse ano foi fundado o Círculo Meridional XX de Setembro, do qual faziam parte elementos dissidentes da Sociedade italiana do Mútuo Socorro.

Também em 1898, foi fundada, na Matriz de Santo Antônio, a Conferência de São Vicente de Paulo, pelo Dr. Alberto Saladino, auxiliado pelo Padre Francisco Galvão Paes de Barros. A sede desta sociedade era em Paris, e a ata de sua instalação, datada de 3 de setembro de 1888, foi toda escrita em versos por Luiz Augusto de Toledo, um dos seus confrades. Em 1892 a Conferência Santo Antônio de Piracicaba, da Sociedade São Vicente de Paulo, representada pelo irmão Ricardo Pinto de Almeida, adquiriu um terreno na rua Misericórdia, esquina da rua São José.

Desde 1875 existia em Piracicaba a Loja Maçônica, sendo Prudente de Moraes um dos seus fundadores. A ela pertenciam, em geral, os membros de todas as outras sociedades assistenciais.

Uma sociedade foi fundada para combater as arbitrariedades da polícia, em 1888, a Sociedade Protetora da Cidade de Piracicaba. Sua principal função era :

proteger seus associados contra as clamorosas injustiças e arbitrariedades da polícia e desmandos de seus agentes, protegendo aqueles que se achassem presos, quando não fossem desonestas as razões do aprisionamento.

Durante a epidemia da varíola, que assolou a cidade de Campinas com extrema violência, trabalhou arduamente o jornalista Sarmiento. No ano seguinte, essa sociedade, pelo seu presidente Antônio Teixeira Mendes, ofereceu a Alberto Sarmiento, então redator do *Diário de Campinas* uma caneta de ouro pelos serviços prestados à cidade de Campinas durante a epidemia.

A colônia portuguesa da cidade também organizou sua sociedade, praxe antiga dos cidadãos portugueses onde quer que se

instalassem. No dia 7 de março de 1897, na casa de Manuel Pereira Granja, reuniram-se os portugueses para tratar da fundação de uma entidade cuja finalidade principal seria proteger os portugueses aqui residentes. Foi encarregado de redigir os estatutos o professor Augusto César Salgado. No dia 20, em reunião realizada na mesma casa, foram aprovados os estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Piracicaba, elegendo-se também sua diretoria, sendo eleito Presidente Manuel Pereira Granja. A sede da entidade situava-se no antigo Largo do Teatro⁽⁴⁾. A 18 de outubro Manuel Pinto Girão e sua mulher fizeram doação de um terreno de um quarteirão, na rua XV de Novembro, para nele ser construído um hospital. A 18 de junho de 1900, a Sociedade vendeu-o a Carlos Zanotta e Zanotta & Cia.

No dia 26 de junho de 1898 era fundada a Sociedade Beneficente Grêmio Espanhol, com casa própria na rua Prudente de Moraes.

Uma Sociedade de pouca duração, cuja história é parte importante deste nosso trabalho, foi a Sociedade Propagadora da Instrução de Piracicaba, à qual já nos referimos em outro capítulo. De pouca duração quando analisada pelos anos que se conservou com esse nome - de 1893 a 1897 - mas viva até hoje como semente da nossa Escola Normal, atual Escola Estadual de 1º e 2º graus Sud Mennucci.

Também não se pode esquecer do Asilo Coração de Maria Nossa Mãe, berço da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, situado no alto da rua da Boa Morte, inaugurado a 2 de fevereiro de 1898. O terreno foi doado por D. Maria das Dores Morato ao Asilo, representado por sua Diretora D. Antônia Martins de Macedo, no valor de 100:000\$000, por documento assinado por D. Francisca de Almeida Morato e Pedro Alexandrino de Almeida.

O que distingue uma cidade das vilas e aldeias é o seu mercado, o seu movimento. As cidades vivem do seu comércio, de sua produção e consumo. Estagnado esse movimento, entram em decadência, mas, incentivada a produção, aumentada a demanda, abertas e conservadas as vias de comunicação e transporte, novas fontes de progresso, não apenas material, mas cultural e espiritual, estarão a seus moradores.

Na segunda metade do século XIX há um surto de urbanização no sul do país, com rápido crescimento demográfico, época de grandes melhoramentos. Acentuou-se a arrecadação municipal de Piracicaba. Segundo um retrospecto das finanças⁽⁵⁾, de 1863 a 1899, a arrecadação em 1895 foi de 160:000\$000, passando no ano seguinte a 190:180\$000 atingindo 217:820\$000 em 1896. Progressivamente alcançava 239:120\$000 e 342:541\$523 em 1899, devendo se notar que nesta última arrecadação figurou elevado saldo do exercício anterior.

De acordo com diversos recenseamentos, a população de município, de 2.250 em 1816, passou para 16.053 em 1872, 22.150 em 1886 e 25.374 em 1900. Entretanto a cidade conserva um certo aspecto modesto. Com poucas indústrias, era na produção agrícola que se encontravam as fontes de renda. Graças a uma gradativa divisão da propriedade, salvo exceções, se não há muitas fortunas enormes, também não há excessiva pobreza.

É normal que as funções industriais surjam após o comércio. A indústria será, pois, um novo estágio de evolução da cidade, mesmo que não chegue a suplantar a produção rural.

No Brasil, a manufatura só se tornou significativa após a Abolição, quando se libertaram os principais obstáculos ao desenvolvimento capitalista, isto é, quando os cafeicultores passam a investir em estradas de ferro, bancos e sociedades comerciais, como já vimos a propósito da Paulista e da Sorocabana e quando se intensificaram as correntes imigratórias.

Deve-se notar que, contra o espírito industrializante que se acentuou na última década do século XIX, estavam Rangel Pestana, Bernardino de Campos e o Senador Moraes Barros.

A vida econômica no Brasil era frágil por sua própria estrutura. Economia de base agrária, trabalho escravo, pouca indústria, comércio parasitário, organização bancária incipiente.

Ao analisar a evolução do sistema monetário brasileiro⁽⁶⁾ Dorival Teixeira Vieira ressalta a fragilidade econômica que se acentuou com a extinção do tráfico negreiro (1850) e, posteriormente, com a campanha abolicionista do Partido Republicano.

Coincide, neste fim de século, um período de pluralidade em conseqüência de um reajustamento das economias de vários países. Paralelamente, houve desenvolvimento bancário no Brasil,

onde a morfologia social se alterava na emancipação do proletariado rural e urbano.

O primeiro Banco do Brasil⁽⁷⁾, foi criado pelo Alvará Real de 12 de outubro de 1808. Sua finalidade era conseguir fundos para manutenção da monarquia portuguesa, facilitar pagamentos, animar e promover transações mercantis. Era, pois, um Banco de depósitos, descontos e emissão, com duração prevista de vinte anos com um capital de 1.200 contos de réis, representado por 1.200 ações de um conto de réis.

Medidas tomadas pelo Príncipe Regente concorreram para transformar o Banco do Brasil, que era português, em oficioso, pois o Governo tornou-se acionista.

O Alvará Real de 16 de fevereiro de 1816 autorizou a criação de filiais do Banco do Brasil na Bahia e em São Paulo, estimulando-se a venda de ações, mas com a volta da família real a Portugal, e o saque efetuado pela Coroa, acentuaram-se os problemas financeiros, sendo decretada a liquidação do Banco em 23 de setembro de 1829.

Criado para gerar fonte de receita extraordinária para o Estado, o primeiro Banco do Brasil não chegou a exercer a desejada influência sobre o desenvolvimento da economia brasileira.

Em meados do século⁽⁸⁾ os resultados da Lei do Tráfico nos meios financeiros revelaram que os capitais, antes investidos na compra de escravos, ficavam praticamente disponíveis e passavam a ser empregados em novas empresas, isto é, fábricas, estradas de ferro, bancos e diversas companhias. Na segunda metade do século XIX, vários fatores contribuíram para o surto de iniciativas: tarifas protecionistas desde 1844, fim de revoltas armadas, riqueza obtida pela produção ascendente do café.

A primeira Província a criar uma casa de crédito foi o Ceará (1836-1839). Outros bancos organizaram-se no Rio de Janeiro. Em 1854 era fundado o segundo Banco do Brasil, com filiais em São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Pernambuco. Em 1853 dava-se a reforma bancária de Rodrigues Torres (lei de 5 de julho de 1853) ao se fundar o terceiro Banco do Brasil, com a fusão do Banco Comercial e o Banco Mauá, no Rio de Janeiro.

Em 1888 a Lei Bancária criava bancos emissores, imperiais, provinciais e municipais, que seriam organizados sob a forma de sociedade anônimas.

Numa economia de mercado, as empresas deviam ajustar-se às exigências da oferta e da procura. Assentado nas bases do mercado e do capitalismo, o desenvolvimento econômico provocava alterações nas ocupações e nas relações sociais. Expandindo-se o setor industrial, com maior divisão de trabalho, a cidade adquiria fisionomia própria, com um novo tipo de mão de obra que ia substituindo o elemento escravo pelo assalariado gradualmente, enquanto se incentivava a imigração.

Como se assinala Octávio Ianni⁽⁹⁾, à medida que a economia de mercado se desenvolve inteiramente, com gênese de um setor artesanal e fabril, além da expansão e diferenciação do setor de serviços, instauram-se mais ampla e profundamente os valores fundamentais da cultura capitalista tais como: propriedade privada como forma decorrente do capital; lucro como função dos fatores e da direção dos empreendimentos; previsão de negócios; complementaridade produtiva e ótima dos fatores de produção; crises e flutuações específicas de cada setor ou ramo.

No regime capitalista a propriedade privada era facultada a todos, em qualquer campo de atividade econômica. Observava-se as restrições impostas legalmente pelas três categorias de interesse - social, privado e público.

A política econômica das cidades está ligada ao controle de seus mercados, de seu abastecimento, de seus preços, do lucro do comércio. Os grandes comerciantes não se utilizam apenas do seu próprio capital, e tanto eles quanto os industriais recorrem ao crédito, isto é, ao dinheiro dos outros.

Na História das Cidades mais ricas dos Tempos Modernos, verificou-se que, com o advento dos Bancos, houve um surto de arte e de pensamento, pois os banqueiros eram os que tinham melhores oportunidades de se interessarem por esses setores pois graças ao seu dinheiro, o mundo da Arte e da Ciência pode se expandir.

Passam, pois, as cidades para um novo estágio que corresponde ao aparecimento dos primeiros Bancos, das primeiras Casas de Crédito, e também maiores manifestações culturais.

Já nos referimos à criação de um Banco de Crédito quando o Governo Imperial decidiu incentivar a indústria açucareira, favorecendo a organização dos Engenhos Centrais.

Também já nos referimos a lavradores, grandes proprietários de terras, que se tornaram empresários e capitalistas em Piracicaba.

Na década dos anos noventa nota-se o aparecimento de um novo tipo de estabelecimento, o pequeno Banco Local, com sede em municípios do interior. Piracicaba estava entre os oito bancos fundados no interior entre 1890 e 1895, segundo Flávio de Azevedo Marques de Saes⁽¹⁰⁾. Foram eles: Industrial de Amparo, União de São Carlos, Melhoramentos de Jahú, de Piracicaba, Norte de São Paulo, Popular de Guaratinguetá, de Ribeirão Preto e de Araraquara.

Escrituras de dívida e hipoteca do Cartório de 1º Ofício faziam referência ao Banco de Piracicaba em 1894. Por iniciativa dos Drs. Paulo Pinto de Almeida e Francisco Antônio de Almeida Morato⁽¹¹⁾, a 25 de janeiro de 1899, foi fundado o Banco de Indústria e Comércio. Também entre as casas bancárias ligadas à imigração européia, em Piracicaba foi fundado o Banco di Sconti.

Em 1894 havia em Piracicaba:

um Mercado, um Banco, uma Casa de Desconto, quatro lojas de ferragens, duas lojas de armarinhos, duas casas especiais de louças, vidros, etc., uma de calçados, duas de chapéus, cinco depósitos de gêneros do país e estrangeiros, quatro farmácias, duas ourivessarias, cerca de trezentas tavernas, três hotéis e quatro restaurantes, segundo o Almanaque Jornal do Povo de 1894.

Acrescente-se a essas informações que, excluindo-se a indústria açucareira, sempre muito importante, nesse mesmo ano de 1894, havia uma fábrica de tecidos de algodão, um cortume, uma fábrica de sabão e três fábricas de cervejas.

Em 1896, os limites da cidade foram demarcados da seguinte maneira:

São considerados limites da cidade os seguintes: ponte sobre o rio no salto; ponte sobre o ribeirão do Enxofre, na Rua do Porto; portão da rua Boa Morte; cemitério dos Protestantes; Caixa D'Água; rua de Santa Cruz; no portão de isolamento e ponte sobre o Itapeva, no caminho da Escola Agrícola (de acordo com a Ata da Sessão da Câmara Municipal de 3 de novembro de 1896).

Para explorar o serviço telefônico, que tinha sido inaugurado com discursos de Tibério de Almeida, Nicolau Barreiro, Celestino Mata e Vigário Galvão, autoridades, convidados e banda de música, a Empresa Edgard Ferreira & Barros, sua responsável, funcionava em um sobrado que pertencera a João Pinheiro de Aguiar. Em 1893, segundo a *Gazeta de Piracicaba* a Empresa tinha *mesa de 50 aparelhos, mas nem todos com assinantes*. Nessa época a Cia Telefônica tinha passado para nova firma formada por Antônio Teixeira Mendes e Francisco de Paula Rocha, que, por sua vez, a transferem para Antônio do Amaral França.

Uma outra sociedade era formada por Antônio Teixeira Mendes e Manuel Ferreira Granja, em 1891, para comércio de fazendas, ferragens e armarinhos. Compraram de São João de Oliveira Dorta um terreno de um quarteirão na rua Riachuelo. Desse terreno uma parte foi vendida a Guilherme de Mattos, na esquina da rua Ipiranga com a rua do Comércio.

Lentamente a cidade foi perdendo sua fisionomia rural, embora, até o fim do século, um dos seus característicos fosse o grande número de chácaras que, no século seguinte, se transformaram em modernos loteamentos.

Diversificavam-se também as profissões. A propósito, Fernando Henrique Cardoso⁽¹²⁾ apresentava interessante tabela de distribuição da população em algumas províncias, salientando o número de profissões liberais. Em São Paulo num total de 837.354, havia 9.185, em tabela organizada segundo dados de 1872. Aliás, muitos fazendeiros piracicabanos eram bacharéis, como foram também os seus filhos, fervorosos defensores do Abolicionismo e da República⁽¹³⁾.

Eram, pois, os mesmos proprietários de terras que, na cidade, em suas amplas chácaras, se tornaram usineiros, comerciantes, industriais, banqueiros, médicos, professores, advogados, ou ainda empresários e capitalistas.

A estas antigas famílias é preciso lembrar que, nos últimos anos do século XIX, se juntaram centenas de imigrantes que irão contribuir com seu trabalho e força de vontade para o progresso da nova Piracicaba no século XX.

Não se trata, pois, de uma sociedade formada por duas classes apenas, isto é, senhores e escravos. A Abolição, a Proclamação da República e a Assembléia Constituinte são aspectos e momentos de um processo de transformação da natureza de classes do Estado Brasileiro, ou seja, o processo de transformação de um Estado Escravocrata Moderno num estado Burguês, segundo Décio Saes⁽¹⁴⁾.

É costume, quando se trata de capitalismo industrial, situar sua origem na Revolução Industrial na Inglaterra, no último quartel do século XVII. Essa primeira etapa do capitalismo iria até 1870, mais ou menos. Grandes acontecimentos modificaram, a partir dessa época, o âmbito mundial do capitalismo: a abolição da escravidão nos Estado Unidos e na Rússia, a unificação da Itália e da Alemanha. Entre 1870 e 1900 estará o capitalismo industrial em plena hegemonia⁽¹⁵⁾.

No Brasil esse impulso do capitalismo mundial chegou, de fato, mais tarde, provavelmente com a Abolição (1888) e com a República (1889). Com o advento da Abolição o Brasil libertou-se dos principais obstáculos ao desenvolvimento da industrialização capitalista. A implantação da infra-estrutura de transportes fazendo, de certa forma, desaparecer a tropa de burros, e a introdução da imigração européia contribuíram significativamente para as mudanças sociais que surgiram nos últimos anos do Império.

Na República, que se instalou em 1889, a nova sociedade que se formava tinha seu ponto de partida na constituição de uma burguesia agrária – o antigo baronato brasileiro. Desde o império essa burguesia estava se constituindo, mas só se completou no momento da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre⁽¹⁶⁾.

Os últimos dez anos do Império e os primeiros dez anos da República constituíram o período do primeiro grande surto indus-

trial do Brasil, particularmente em São Paulo, graças à imigração européia, maior mercado consumidor.

Estas considerações nos levam de volta ao tema básico deste nosso trabalho, isto é, Piracicaba no fim do século XIX. Dentro de que tipo de sociedade poderíamos colocar Piracicaba?

Considerando-se a principal atividade econômica como base para o estudo das classes sociais, encontramos a lavoura em primeiro plano – propriedade com cana e engenho, propriedades mistas, isto é, canavieiras e cafeiras, todas porém com os chamados *gêneros alimentares*.

A segunda metade do século XIX não é mais, em Piracicaba, tipicamente latifundiária. Portanto, já se define, na paisagem, uma certa divisão da propriedade.

Ora, um dos característicos do baronato brasileiro é exatamente o latifúndio. Piracicaba não é, nesse momento, um centro de barões do café e o novo surto da economia açucareira não chegava a alterar, no conjunto, a tendência à divisão de propriedade. Aliás, os títulos nobiliárquicos concedidos aos grandes proprietários de terras de Piracicaba não foram muitos, comparados com as zonas tipicamente cafeiras de São Paulo.

Nessas condições, Piracicaba seria uma cidade onde predominava a classe média.

Paulo Sérgio Pinheiro⁽¹⁷⁾, citando Décio Paes, que prefere chamar a classe média de *camadas médias urbanas*, afirma que:

As classes médias não podem ser pensadas segundo um conjunto de característicos exclusivamente para uma só classe, individualizada. As classes médias se compõem de conjuntos que têm diversas localizações ao nível econômico, o que torna mais complexa a avaliação de seus limites. Esses dois conjuntos podem ser caracterizados como antigas classes médias (ou pequena burguesia) e novas classes médias (ou simplesmente classes médias)⁽¹⁷⁾.

Segundo Boris Fausto⁽¹⁸⁾ é impossível estabelecer diferenças entre os dois conjuntos:

As antigas classes médias compreendem a pequena produção e o pequeno comércio. A pequena produção é constituída de formas de artesanato ou de pequenas empresas familiares onde o mesmo agente é proprietário e tem a posse dos meios de produção e é ainda o trabalhador direto (o trabalhador é geralmente fornecido pelo proprietário ou pela família, que não recebe salário); o pequeno comércio, onde o proprietário ajudado pela família fornece o trabalho e só excepcionalmente emprega mão de obra. Além desse conjunto há as classes médias constituídas pelos assalariados e os empregados do comércio, do banco, das agências de vendas, funcionários do Estado, Imprensa e Educação⁽¹⁸⁾.

Edgard Carone⁽¹⁹⁾ propõe três camadas de classes médias: a alta classe média seria originária das ricas classes médias agrárias e se orientava para as profissões liberais, a alta administração, com técnicas industriais e alguns setores do médio comércio. A intermediária seria formada por imigrantes, elementos liberais e do exército. A baixa classe média seria formada por funcionários públicos e artesãos.

De acordo com Boris Fausto a expansão de novas classes se dá na última etapa do desenvolvimento do capitalismo agrário - ascenso da economia cafeeira, multiplicação das atividades governamentais - que acompanha o aumento da população urbana⁽²⁰⁾.

Seria esse um dos aspectos da sociedade urbana de Piracicaba na última década do século XIX, no período abrangido pela Abolição (1888) e os primeiros anos da República, quando a classe média irá manifestar-se através dos primeiros governos republicanos?

Não é fácil uma definição para a classe média, em termos de Piracicaba, que teria, de fato, uma alta classe média, bem definida, pela educação, pelo padrão de cultura e conhecimentos, pelo espírito de solidariedade, elementos esses que forçosamente estariam relacionados com nível econômico, e uma baixa classe média, de poucos recursos financeiros, o que impediria, em certo sentido, alcançar o mesmo padrão de vida e de educação.

Parece, pois, que a mobilidade das classes médias, dentro dos princípios da democracia, baseados na igualdade de direitos, pode ser um fator de progresso e de paz social, contribuindo para um clima social onde novos costumes venham a se estabelecer, sem chocar as tradições, permitindo que antigas festas populares dêem continuidade a momentos felizes da vida em comum.

É possível que, partindo desse princípio, Piracicaba se encaixe dentro da teoria de Edgard Carone, isto é, *classe alta, intermediária e baixa*. Problema que transferimos para os sociólogos...

Entretanto, podemos lembrar que, segundo Sérgio Buarque de Hollanda⁽²¹⁾, tivemos, no Império, uma aristocracia rural, não existindo:

uma classe numerosa intermediária entre os grandes senhores e a parte ínfima da população livre que pudesse fazer de classe média(...).

Mais adiante, afirma que:

não só os representantes da nação, também os que elegiam vinham ordinariamente dessa classe média formada em sua quase totalidade de empregados públicos e que, aos poucos, se vai aristocratizando por meio de uma série de reformas, por exemplo, o direito de voto.

De qualquer forma, não sendo classes fechadas, novas oportunidades foram favorecendo a expansão da baixa classe média para um novo padrão, graças à abertura de novas formas de trabalho e às novas escolas que se abriram com futuras reformas educacionais.

Quais seriam, nos últimos anos do século XIX os maiores divertimentos da população piracicabana?⁽²²⁾

Na expectativa da Abolição, a 11 de maio de 1888, no Clube Piracicabano, realizou-se uma reunião de brasileiros e estrangeiros para lançar as bases dos festejos, planejando-se até uma *marche aux flambeaux*.

Quando começou a esperada notícia, no Teatro Santo Estevão, houve espetáculo com duas bandas de música, nele tomando parte o artista Chico Bahia, que declamou a poesia *O Trabalho*. Este artista fazia parte, com Colas, de um grupo artístico de muito sucesso na época.

Uma inovação na época: a banda *Artistas e Operários* decidiu tocar nas tardes de domingo no Jardim público do Largo da Matriz. Também um grupo de artistas amadores (23 de agosto de 1888) levou à cena, no Santo Estevão, a revista *O Manduca*, de autoria do jornalista Joaquim Luiz da Silva Lopes. O espetáculo agradou tanto que foi repetido várias vezes. Também foram levados à cena (3 de novembro de 1888) o drama *A Honra de um Taverneiro* e uma comédia, *Uma cena no Sertão de Minas*.

A própria edilidade preocupava-se com os momentos de lazer da população. A 6 de fevereiro de 1889, Francisco da Rocha propôs à Câmara que mandasse construir, com urgência, um coreto no Jardim, para *qualquer banda de música tocar quantas vezes quiser*.

A 16 de maio, o Grêmio Dramático Piracicabano levava à cena, no Santo Estevão, *A Estátua de Carvalho*, de Theobaldo Ciconi. A propósito, o comentarista da *Gazeta* afirmava estar *heurex comme un renard qu' une poule aurait pris*.

Havia também festivais beneficentes. No dia 23 de julho realizou-se no Santo Estevão um espetáculo em benefício do maestro José Jovita Correia do lago e da banda de música *Artistas e Operários*. Constou do programa uma variação para oficleide do maestro Azarias Dias de Mello. Após a proclamação da República, o italiano Serafim Corso compôs um Hino Republicano que estava sendo ensaiado por essa banda (29 de novembro de 1889).

Mas, a essa altura, o Teatro Santo Estevão estava em precária situação. A Intendência convocou os proprietários para tratar de sua demolição. Nessa época (19 de março de 1890) o Barão de Rezende, Provedor da Santa Casa de Misericórdia, prontificou-se a reformá-lo. De fato, reformado, o Teatro Santo Estevão iria resistir ainda sessenta anos.

Um outro Hino Republicano, com música de Celestino Mata e letra de Henrique Marques Carvalho, foi executado em

reunião do Clube Piracicabano, a 4 de maio de 1890, sendo a letra publicada em várias edições da *Gazeta de Piracicaba*.

Para os que apreciavam uma boa leitura, a *Gazeta* anunciava, em sua edição de 14 de janeiro de 1892, a fundação de um *Gabinete de Leitura* que funcionava na residência do presidente da entidade, José Miguel de Andrade, na rua Prudente de Moraes. Seria, de fato, a segunda Biblioteca Pública a ser criada, mas essa também, em 1894, estaria quase abandonada. Porém, a 5 de dezembro do ano seguinte, uma lei municipal criava uma nova biblioteca pública funcionando no edifício da Câmara.

De acordo com a praxe, ao se instalar a primeira Câmara republicana eleita pelo povo (29 de setembro de 1892), a cerimônia foi abrilhantada por banda de música e foguetes. E quando se inaugurou o magnífico repuxo de mármore branco no jardim público, doado pelo Dr. Júlio Conceição, a Câmara saiu incorporada do Clube Piracicabano, conduzindo uma Bandeira Nacional, confeccionada pelas filhas do Barão de Rezende (2 de agosto de 1893).

No mês de setembro desse mesmo ano, no Santo Estevão, deu espetáculo um companhia espanhola de zarzuelas dirigida por José Puig.

No ano seguinte uma outra Companhia de zarzuelas irá apresentar as peças *Chateaus Maraux* e *La Collégiale*.

A grande novidade, entretanto, foi anunciada pela *Gazeta* em sua edição de 10 de dezembro de 1893: *no Hotel do Lago, a 1\$000 a entrada para ouvir quatro peças, estava um especimen da famosa invenção do americano Edison, um phonógrafo.*

No início de 1891, estaria no Santo Estevão a Companhia Lírica dirigida pelo barítono Verdini, cantando a ópera de Verdi *Trovatore*.

A 18 de outubro de 1896 a *Gazeta* anunciava espetacularmente:

Última palavra da sciencia. A maior maravilha do século. O cinematographo ou a photographia animada. Quem não for cego deverá ver. Cenas e panoramas o que há de mais interessante. Entrada 1\$000. Cinco sessões às 7, 7 1/2, 8, 8 1/2 e 9 horas.

Em 1898 o fonógrafo irá se exhibir na Conferência da Porta Larga pelo professor Kij., com um vasto repertório, destacando-se o discurso de José do Patrocínio na recepção à esquadra chilena, e uma caçada em que Zezé Pizza imita caipiras, segundo a reportagem de *Gazeta*.

Os piracicabanos prestigiavam, naturalmente, os artistas e autores nascidos na cidade. Nesse mesmo ano será representada a revista de costumes locais *O Manduca*, cujo maior autor era Joaquim Luiz da Silva Lopes, redator do *Jornal do Povo*. Desta vez foi encenada pela Companhia de Operetas Ferreira da Silva, a 25 de setembro. Segundo comentários da *Gazeta*, o espetáculo foi um sucesso.

Havia também espetáculos especialmente dedicados a crianças. Em outubro, a Companhia de Fantoques Mexicanos, dirigida por Jerônimo Miramonte, fazia sua estréia com grande alegria da infância piracicabana.

Um outro tipo de espetáculo apreciado pelos piracicabanos, sempre no Teatro Santo Estevão, era apresentado pelo casal Moya *em um kaleidoscópio gigante, à luz elétrica, executando imensidade de quatro dissilventes nítidos, fixos... um semi-cinematographo (26 de abril de 1899)*. A 8 de junho a reportagem da *Gazeta* fazia elogios ao espetáculo oferecido pela Companhia Francesa de variedades dirigida pelo ilusionista Faure Nicolay, cujas novidades *eram deslumbrantes, salientando-se em diaphanorama, que muito ultrapassa ao que temos visto com o nome de cynematographo*

Um traço muito importante que caracteriza a vida dos piracicabanos era a verdadeira comunhão que existe entre o povo propriamente dito e as camadas consideradas por alguns como superiores, isto é, principalmente quando se tratava de festas populares ligadas ao calendário religioso.

Merece menção a tradicional Festa do Divino Espírito Santo, cujo início data 1826.

Em maio de 1897 a *Gazeta de Piracicaba* noticiava, em diversas edições, os preparativos para essas festas.

Não se tratava apenas do Encontro no Rio Piracicaba, mas de um programa para movimentar toda a população. No dia 13, saía o convite para a festa do Espírito Santo que devia se realizar o dia 5 de junho. Na edição do dia 20 era publicado o programa,

que seria iniciado com um festival no Teatro Santo Estevão, em benefício da Santa Casa e do Asilo de Órfãos. Este festival, realizado no dia 4 de junho, foi organizado por d. Lydia de Rezende, constando de um concerto e representação de uma comédia.

No dia 5 de junho, seria o Encontro, às quatro horas da tarde, na entrada da Igreja, cantada a ladainha e também o Tantun ergo, com execução da orquestra que também tomava parte na missa do dia seguinte, com o templo iluminado a luz elétrica. À noite, leilão no Teatro, de muitas prendas, em benefício do Asilo.

No dia 6 haveria, no Clube Piracicabano, animadíssima partida, com concerto organizado por Joaquim Pinto de Almeida e o regente Tristão Mariano, que também cantaria bela Missa de Verdi.

A festa foi um deslumbramento, segundo os comentários da *Gazeta*. O festival no Santo Estevão, casa repleta, um sucesso. A *Gazeta* publicou a lista das senhoras que tomaram parte no concerto: Lydia de Rezende, Francisca Rezende, Maria Amélia Silveira, Maria Botoni, Irene Ribeiro, Avelinda Bastos, Maria C. Morato, Maria Cândida de Camargo. Celestino Mata foi o regente e D. Lydia Rezende a alma da festa.

Nesse fim de século o interesse pela música era tão grande, que o professor de piano Luiz Brasília Ferraz, segundo anúncio na *Gazeta*, mesmo nas fazendas, dava aulas particulares em casa dos alunos; a banda de música Azarias de Mello dava muitos concertos apreciadíssimos no coreto, e o professor de canto e piano Celestino Matta passava a residir definitivamente na cidade.

Mas nem tudo era agradável nesta tão linda e culta Cidade.

Um artigo, publicado na *Gazeta* de 25 de julho de 1897, chamava a atenção dos leitores para os prejuízos causados ao progresso da Cidade pela Cia. Ituana, impedindo a ligação com a Paulista. Unida à Sorocabana pela estação Mayrinck foi suprimido o tráfego por Jundiá, que seria caminho mais curto para São Paulo. Por Itu e Mayrinck havia um aumento de 4 km. Antes da fusão das duas estradas, Piracicaba possuía ativo comércio fluvial com populações ribeirinhas do Piracicaba e do Tietê. Eram feitas quinze viagens fluviais por mês, ao passo que no momento só se fazem duas. Além disso, para os passageiros havia outros prejuízos:

o serviço de Itaicy a Jundiá era péssimo, pois os passageiros perdiam o trem da Inglesa, o que dificultava tremendamente as comunicações com Santos.

Uma última observação, ainda sobre o mundo social de Piracicaba. Uma pequena sombra revelando que não estava tão bem implantada a democracia preconizada pelos republicanos tão ciosos dos direitos humanos.

Da leitura de documentos cartoriais, até o ano de 1900, não se nota qualquer discriminação em relação a alemães e italianos, cujos nomes constam das escrituras de compra e venda, das dívidas e hipotecas de imóveis. Mas quando se trata de divisas, por exemplo, com vizinhos, em muitos casos não há referência ao nome dos mesmos quando são elementos da raça negra. Que muito simplesmente são designados como umas pretinhas ou um preto cujo nome ignoro. O que põe em evidência o preconceito social, seqüela do sistema escravista vigente às vésperas da República. Este será durante muito tempo, em plena democracia, um dos característicos da sociedade piracicabana, ou, melhor, da sociedade brasileira. O que, evidentemente, não impediu que, particularmente, a população fosse embranquecendo, aumentando o número de mulatos.

Notas

- (1) A maioria das informações está contida na obra citada de Leandro Guerrini, e em documentos do Cartório do 1º Ofício de Piracicaba, facilmente identificados pelas datas.
- (2) **Nota da Autora – Aviso ao leitor:** as notas que se seguem são do interesse de poucas pessoas. Se você for uma delas, passe para a frente e faça o mesmo sempre que lhe for fastidioso.
- (3) Detalhes sobre os moradores da Cidade são encontrados nas próprias escrituras.
- (4) Leandro GUERRINI, op. cit., p. 267, 268 e 271.

- (5) Piracicaba. Documentário organizado por Mário Neme, 1936, p.162
- (6) Dorival Teixeira VIEIRA. *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro - Ensaio Econômico*, p.146.
- (7) Dorival Teixeira VIEIRA. *Política Financeira*, in: HGCB O Brasil Monárquico, p. 100.
- (8) Francisco IGLÉSIAS. *Vida Política (1848-1866)* in: HGCB Brasil Monárquico, III, p.35.
- (9) Octávio IANNI. *O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre, Brasil Monárquico*, HGCB II, 3º vol., p.37.
- (10) Flávio Azevedo Marques de SAES. *A Questão do Crédito na Economia Paulista da Primeira República, História Econômica, Ensaio*.
- (11) Leandro GUERRINI, op. cit., p.285.
- (12) Fernando Henrique CARDOSO. *Dos Governos Militares a Prudente e Campos Salles, Brasil Republicano*, HGCB. vol. 1, p.18.
- (13) Sobre este assunto ver Zélia Maria Cardoso de Mello - *Contribuição ao assunto do empresariado paulista*, in: *Rev. Brasileira de História*, S.P. (4), p. 193, 216.
- (14) Décio SAES. *A participação das massas brasileiras na revolução anti-escravista*, in: *Revista Brasileira de História*(1), SP.
- (15) Paulo SINGER. *O Brasil no contexto do capitalismo mundial (1899-1930)* in: *Brasil Republicano Estrutura de poder e economia (1889-1930)* HGCB, III, vol. II, p. 147.
- (16) Idem.
- (17) Paulo Sérgio PINHEIRO. *Classes Médias Urbanas - Formação, Natureza, Intervenção na vida política*, in: *Brasil Republicano*, HGCB III, vol. 2, p.9.
- (18) Boris FAUSTO. *A Revolução de 1930 - Historiografia e História*.

- (19) Edgard CARONE. *A República Velha - Instituições e Classes Sociais* - p. 175-177.
- (20) *Ibidem*, p.13.
- (21) Sérgio Buarque de HOLANDA - *Do Império à República*, *in*: HGCB, tomo III, *O Brasil Monárquico*, vol. V, p.80.
- (22) Todas as informações foram obtidas em Leandro Guerrini, *História de Piracicaba em Quadrinhos*, vol. II, facilmente identificados pelas datas.

BIBLIOGRAFIA

1. ALCÂNTARA MACHADO, A. *Vida e Morte do Bandeirante*, Liv. Martins, São Paulo, 1943.
2. ALMEIDA, Aluísio de, *A Revolução Liberal de 1842*, Coleção Documentos Brasileiros, Liv. José Olympio, Rio, 1944.
3. ALINCOURT, Luiz D. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá* - Biblioteca Histórica Paulista, Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954.
4. ARRUDA ALVES, Amélia de. *O Município de Cuiabá*, Cuiabá, 1964, 2ªed. (sem indicação de editora).
5. AVELAR, Hélio de A. *História Administrativa e Econômica do Brasil* - MEC - Rio, 1ªed.
6. AZEVEDO MARQUES, Manuel E. De. *Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos de São Paulo*, 2 vol. Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954.
7. AZEVEDO, Salvio de Almeida. *Imigração e Colonização do Estado de São Paulo*, RAM, São Paulo, vol. LXXV.
8. BARRETO DO AMARAL, Antônio. *Prudente de Moraes - Uma vida marcada*, IHG de São Paulo, 1971.
9. BARATA, Mario. *Artes Plásticas de 1808 a 1962*, HGCB, Tomo III, 3º vol., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
10. BARRETO, Célia de Barros. *A Ação das Sociedades Secretas*, HGCB, Tomo II, vol.1, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
11. BORGES, Carlos. *O Milho e o Monjolo - Aspectos da Civilização do Milho*. Técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais. Documentário da vida rural, nº20,

- Minist. da Agricultura, Serv. de Inform. Agr. do Rio, 1967.
12. BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*, trad. Carlos Veiga Ferreira, Ed. Teorema, Lisboa, 1885.
 13. _____, *La Méditerranée et le monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Armand Collin, 1949.
 14. _____, *Civilização Material e Capitalismo, século XV - XVIII*, trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho, São Paulo, Ed. Cosmos 1970.
 15. BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. São Paulo, HGCB, Tomo IV, 2ºvol., São Paulo, DIFEL, 1964.
 16. CAMARGO, F. de, José. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos - Ensaio Econômico*, IPE-USP, nº14, São Paulo, 1981.
 17. CARDOSO, Fernando H. *Dos Governos Militares a Prudente e Campos Salles* - HGCB, Tomo III, vol. 1, DIFEL, 1978.
 18. MELLO, Zélia C. de *Contribuição ao estudo do empresariado brasileiro* - RBH, nº 4, São Paulo.
 19. CANABRAVA, Alice P. e TEIXEIRA, Mendes Maria C. *A região de Piracicaba*, RAM, vol. XLV, São Paulo, 1938.
 20. CASTRO, Licurgo S. F. *O desventurado Boaventura do Amaral e o combate de Venda Grande (1842)*, RAPH, ano 1, nº1, São Paulo, 1981.
 21. CASTRO, Paulo F. de *Experiência republicana*, HGCB, Tomo II, 2ºvol. - *Difusão Européia do Livro*, São Paulo, 1964.
 22. CARONE, Edgar. *A República Velha. Instituições e classes sociais* - HGCB, Tomo II, 2º vol., São Paulo, 1964.

23. CHIARINI, João. Artigos diversos publicados, in : *Diário de Piracicaba*. Especialidade em Tradições Piracicabanas. Folclorista.
24. DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, trad. Prefácio e notas de Sérgio B. de Hollanda, Liv. Martins Ed., 1941.
25. DIÉGUES, Manoel. *Regiões Culturais do Brasil - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - INEP-MEC*, Rio de Janeiro, 1960.
26. DEBES, Célio. *O surto ferroviário paulista. Importância de Rio Claro*, RAM, n° 194, São Paulo.
27. FRAGOSO, General. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, 5 vol., Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1964.
28. GALDINO, Antonio Messias. *A Santa Casa de Misericórdia, Diário de Piracicaba*, 09-1968.
29. GOULAR, José A. *Tropas e Tropeiros. Na formação do Brasil*. Rg. Conquista, 1961.
30. GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Imprensa Oficial de Piracicaba, 2° vol., 1970.
31. IANNI, Octávio. *O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre - HGCB, Tomo II, 3° vol.*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969.
32. IGLESIAS, Francisco. *Vida Política (1848-1866)*, HGCB, Tomo II, 3° vol., Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969.
33. KRÄHENBÜHL, Hélio M. *Alemães e Suíços em Piracicaba*, Almanaque de Piracicaba para 1955, ed. Fonseca, Piracicaba.
34. LEANDRO, Luiz. *Piracicaba para Piracicaba, Subsídios para a História de Piracicaba*, Seleção e notas de Luiz Leandro. Ed. Jornal de Piracicaba, 1961.

35. LOVE, Joseph e Outros. *O Poder dos Estados. Análise Regional* - HGCB, Tomo III, vol. I, DIFEL, São Paulo, 1978.
36. MAIA, Jorge. *A invasão de Mato Grosso: primeiro centenário da Guerra do Paraguai* - Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1964.
37. Mattos, Odilon Nogueira de. *O Café e ferrovias*, prefácio de J. Sebastião Witter, Ed. Alfa-Omega, Sociologia e Política, São Paulo, 1974.
38. MÜLLER, Daniel P. E AGUIERRE, J.B.C. *Estatística da Província de São Paulo em 1836* - Boletim do Departamento de Estatísticas nº11, São Paulo, 1940.
39. NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República*, HGCB, Tomo III, 2ºvol., 2ª ed. DIFEL, São Paulo, 1978.
40. NEME, Mário. *Piracicaba - Documentário, 1936*, ed. João Mendonça da Fonseca, Piracicaba, 1943.
41. NIZZA DA SILVA, Maria B. *A Educação na Capitania de São Paulo*, Revista da Academia Paulista de História, ano I, nº11.
42. NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*, ed. João Mendonça da Fonseca, 1943.
43. PAES, Maria de Barros. *No Tempo de Dantes* - ed. Brasiliense Ltda., São Paulo, 1946.
44. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Coronelismo numa interpretação sociológica*, HGCB, Tomo III, vol. 2, 2ªed., São Paulo, DIFEL, 1979.
45. PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Constituição (Piracicaba) x Barbosa x Arruda* - Revista de Estudos Piracicabanos, ed. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, ano I, 1972.
46. PETRONE, Maria Tereza Schorer. *Imigração*, HGCB, Tomo III, vol. 2, 2ª ed., DIFEL, São Paulo, 1978.

47. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*, HGCB, Tomo III, vol.2, 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1978.
48. PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 2ª ed., Ed. Brasiliense, São Paulo, 1977.
49. RAMOS, Laerte de Carvalho. *A Educação e seus métodos*, HGCB, Tomo I, vol.2, Difusão Européia do Livro, São Paulo, DIFEL, 1964.
50. RUAS SANTOS. *Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)*, 4 vol., Curso de História Militar, Divisão de Ensino, Academia Militar das Agulhas Negras, 1960.
51. SAES, Flávio de Azevedo Marques. *A Questão do Crédito na Economia Paulista da Primeira República - História Econômica, Ensaios, Séries Relatórios de Pesquisas (13)*, IPE-USP.
52. SAES, Décio. *A participação das massas brasileiras na Revolução anti-escravista e anti-monárquica (1888-1891)*, RBH, nº1, São Paulo, 1981.
53. SAINT HILAIRE. *Segunda viagem a São Paulo - Comissão do IV Centenário de São Paulo*, 1954.
54. SAMPAIO FERRAZ, Mário. *Piracicaba e sua Escola Agrícola - Imprimerie V. Verteneuil. Bruselles*, 1911.
55. SCHNEIDER. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, vol.1.
56. SILVA BRUNO, Ernani. *História e Tradições de São Paulo*, 3 vols., Liv. José Olympio, Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954.
57. SILVEIRA MELLO, Joaquim. *Subsídios para a História de Piracicaba*, Diário de Piracicaba.
58. SINGER, Paulo. *O Brasil no contexto do capitalismo mundial (1889-1930)*, HGCB, Tomo III, vol.2, São Paulo, DIFEL, 1978.
59. TAUNAY, Affonso de. *História da Cidade de São Paulo sob o Império*, vol.VI.

60. VEIGA, Jair Toledo. **Piracicaba no Século XIX** - Diário de Piracicaba, 1-08-1963.
61. TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **Um Lavrador Paulista do Tempo do Império** - Monografia premiada em 1º lugar pela Prefeitura Municipal de São Paulo, Depto. do Arquivo.
62. VITTI, Guilherme. **Elucubrações sobre uma certidão de nascimento**, in: Revista de Estudos Piracicabanos, ed. IHG de Piracicaba, ano I, nº 1, 1972.
63. WEREBE, Maria José Garcia. **História da Cidade de São Paulo sob o Império**, vol. VI.
64. ZENHA, Edmundo. **A Colônia alemã de Santo Amaro**.

ABREVIATURAS

RAM – REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL

IHGP – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA

HGCB – HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

RBH – REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA

ainda como 1ª assistente de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da USP.

Algum tempo depois, ingressou por concurso no ensino secundário onde veio a se aposentar. Lecionou em várias escolas, em Piracicaba e Campinas. Foi sempre uma grande pesquisadora no campo da História.

Realizou vários trabalhos importantes entre os quais:

**Um Lavrador Paulista
no Tempo do Império**

O Jardim da Luz...

O Bairro do Brás

O Bairro Santana

Um Vereador Paulista do Século XVI

O Presidente Antonio Costa Pinto

**Participação de São Paulo nos
primeiros anos da guerra do Paraguai**

e **Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no tempo do império**, esta última recebendo *Menção Honrosa* do Pan Club. Agora o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba vem reeditar uma das suas obras: **Piracicaba no Século XIX**.

Por estes trabalhos recebeu o primeiro prêmio do VII Concurso de Monografia sobre a História dos Bairros de São Paulo, promovido pela Divisão de Arquivo Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo.



Esta obra em síntese, um elo indispensável para todos aqueles que se interessam em conhecer a história de Piracicaba, já que, por ser terra profícua em talentos estudiosos de sua trajetória com obras riquíssimas, desde seu início até os dias atuais, acumula nomes e trabalhos da melhor qualidade.



ISBN 978-85-61237-21-9



9 788561 237219